

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Augusto Londero Orsolin

**ANÁLISE DAS BARREIRAS PARA INTEGRAÇÃO,
IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO DE
ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE – ESG EM
EMPRESAS DA ISE/B3**

Santa Maria, RS
2023

Augusto Londero Orsolin

**ANÁLISE DAS BARREIRAS PARA INTEGRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO DE *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND
GOVERNANCE* – ESG EM EMPRESAS DA ISE/B3**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Área de concentração Controladoria, Governança e Sustentabilidade, Linha de Pesquisa Governança e Sustentabilidade Organizacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial à obtenção do grau de **Mestre em Ciências Contábeis**.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Veiga Ávila

Santa Maria, RS
2023

Orsolin, Augusto Londero

Análise das barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do relatório de Environmental, Social and Governance - ESG em empresas da ISE/B3 / Augusto Londero Orsolin.- 2023.

261 p.; 30 cm

Orientador: Lucas Veiga Ávila

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, RS, 2023

1. Barreiras e Drivers 2. Sustentabilidade 3. ESG 4. Relatórios de Sustentabilidade I. Ávila, Lucas Veiga II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, AUGUSTO LONDERO ORSOLIN, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Augusto Londero Orsolin

**ANÁLISE DAS BARREIRAS PARA INTEGRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO DE *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND
GOVERNANCE* – ESG EM EMPRESAS DA ISE/B3**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Área de concentração Controladoria, Governança e Sustentabilidade, Linha de Pesquisa Governança e Sustentabilidade Organizacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial à obtenção do grau de **Mestre em Ciências Contábeis**.

Aprovado em 28 de junho de 2023:

Lucas Veiga Ávila, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Leila Dal Moro, Dra. (Atitus Educação)
(Membro externo)

Marcelo Trevisan, Dr. (UFSM)
(Membro interno)

Santa Maria, RS
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por abençoar minha trajetória e estar comigo em todos os momentos difíceis.

A minha família, que acreditou nas minhas decisões e apoiou todo o processo para meu crescimento pessoal e profissional. Meus irmãos que já passaram por um mestrado, que puderam me auxiliar também em pensamentos, dicas e sugestões sobre pontos do trabalho e da pesquisa, obrigado.

A minha esposa Carolina, que segurou as pontas em casa, que me apoiou sem pensar duas vezes, abrindo mão de diversas situações para poder fazer esse momento tornar realidade, que cuidou por inúmeras vezes dias e noites sozinhas, nossa filha Helena, pois eu passava madrugadas a estudar, obrigado meu amor.

A minha filha Helena, que se fez presente na metade do mestrado, frente a uma pandemia, gerando ainda mais motivos e fonte de inspiração para seguir e alcançar meus objetivos, para lhe proporcionar um futuro confortável e feliz.

Ao meu orientador, Dr. Lucas Ávila, um excelente professor, pesquisador e acima de tudo, uma ótima pessoa, “do bem como a gente”, ao qual não mediu esforços para me auxiliar desde o básico em pesquisa ao auge deste trabalho na obtenção dos resultados, não tenho palavras a agradecer por ter sido tão profissional e ter me passado tanto conhecimento em tão pouco tempo.

Agradeço de forma geral a todos os demais colegas e professores que de alguma forma puderam partilhar conhecimento e fazer esse momento especial se tornar realidade na busca de conhecimento.

Um agradecimento especial também ao amigo Cauê e a cunhada Mariana, que graças a uma conversa em um dia de churrasco, fiquei sabendo do programa e tive total apoio para realizar minha inscrição, e que mesmo tendo dificuldades em diversos processos, sempre me apoiaram com algum tipo de auxílio, obrigado de coração.

Agradeço a UFSM pela oportunidade, em poder aperfeiçoar meu conhecimento e adquirir novos, como foi no caso da linha de pesquisa, pois eu atuei sempre com casos mais práticos, tornando-se então, um momento bastante desafiador, e quem sabe em um futuro fazer parte desta grande instituição de ensino e pesquisa que é.

Enfim, de forma geral, agradeço a todos que se fizeram presente e que de alguma forma puderam colaborar com meus estudos, apoiando essa jornada e contribuindo para meu desenvolvimento. Obrigado a todos por tudo!

A persistência é o caminho do êxito.

(Charles Chaplin)

RESUMO

ANÁLISE DAS BARREIRAS PARA INTEGRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO DE *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE* – ESG EM EMPRESAS DA ISE/B3

AUTOR: Augusto Londero Orsolin
ORIENTADOR: Prof. Dr. Lucas Veiga Ávila

Este estudo tem o objetivo de analisar as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de *Environmental, Social and Governance* – ESG nas empresas participantes da ISE/B3. A pesquisa multicase foi realizada em três etapas metodológicas, sendo a primeira, uma pesquisa qualitativa que buscou levantar quais as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de ESG nas empresas da ISE/B3, a segunda uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL) sobre o ESG nas organizações através da base da *Web of Science* (WOS) de 2013 a 2023. E por fim, foi realizada uma pesquisa de levantamento que mensurou as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de ESG nas empresas da ISE/B3 por meio do envio de questionário estruturado aos responsáveis pelo ESG nas organizações. O estudo propõe contribuições para melhoria da estrutura, desenvolvimento e implementação do Relatório ESG nas empresas da ISE/B3. A análise dos dados deu-se por meio da análise de conteúdo seguido de uma análise descritiva, ao qual os relatórios e questionário foram classificados conforme escalas de concordância e aplicação dos critérios ESG nas empresas. Obteve-se com resultado na etapa qualitativa que as empresas iniciaram a divulgação dos relatórios ESG inicialmente por uma questão de mercado, e que depois passou a ser um diferencial estratégico o relato destas atividades, destacando que em sua maioria estão cumprindo as práticas sustentáveis. Na etapa quantitativa, a RSL permitiu identificar a busca por disclosure, financial performance, governance, environmental, impact, corporate governance, esg disclosure, sustainability e companies como as palavras-chaves mais mencionadas nos últimos 10 anos, assim como no levantamento survey, os resultados mostraram que as empresas estão adequadas e desenvolvendo atividades na melhoria dos processos do ESG. Por fim, o estudo permitiu identificar que as barreiras que são mais impactantes e significativas ao desenvolvimento dos relatórios ESG em uma organização são a falta de pessoas qualificadas, falta de disseminação do ESG, falta de consciência dos gestores e colaboradores, falta de apoio da diretoria, ceticismo em relação aos benefícios potenciais, falta de estratégias e planejamento para o ESG e a falta de compromisso com o processo de ESG.

Palavras-chave: Barreiras e Drivers. Sustentabilidade. ESG. Relatórios de Sustentabilidade.

ABSTRACT

ANALYSIS OF BARRIERS FOR INTEGRATION, IMPLEMENTATION AND DEVELOPMENT OF THE *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE REPORT* – ESG IN ISE/B3 COMPANIES

AUTHOR: Augusto Londero Orsolin
ADVISOR: Prof. Dr. Lucas Veiga Ávila

This study aims to analyze the barriers to the integration, implementation and development of the Environmental, Social and Governance – ESG Report in companies participating in ISE/B3. The multi-case research was carried out in three methodological stages, the first being qualitative research that sought to identify the barriers to the integration, implementation and development of the ESG Report in ISE/B3 companies, the second a Systematic Literature Review (RSL) on ESG in organizations through the Web of Science (WOS) database from 2013 to 2023. And finally, a survey was carried out that measured the barriers to integration, implementation and development of the ESG Report in ISE companies/ B3 by sending a structured questionnaire to those responsible for ESG in organizations. The study proposes contributions to improving the structure, development and implementation of the ESG Report in ISE/B3 companies. Data analysis took place through content analysis followed by a descriptive analysis, in which the reports and questionnaire were classified according to scales of agreement and application of ESG criteria in companies. The result of the qualitative stage was that companies began publishing ESG reports initially for market reasons, and that reporting on these activities later became a strategic differentiator, highlighting that the majority of them are complying with sustainable practices. In the quantitative stage, the RSL allowed us to identify the search for disclosure, financial performance, governance, environmental, impact, corporate governance, esg disclosure, sustainability and companies as the most mentioned keywords in the last 10 years, as well as in the survey, the results showed that companies are adequate and developing activities to improve ESG processes. Finally, the study allowed us to identify that the barriers that are most impactful and significant to the development of ESG reports in an organization are the lack of qualified people, lack of dissemination of ESG, lack of awareness among managers and employees, lack of support from the board of directors, skepticism regarding potential benefits, lack of strategies and planning for ESG, and lack of commitment to the ESG process.

Keywords: Barriers and Drivers. Sustainability. ESG. Sustainability Reporting.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – The Triple Bottom Line	33
FIGURA 2 – Indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	41
FIGURA 3 – Frameworks para Relatório ESG conforme TBL	51
FIGURA 4 – Fluxograma do Método e Procedimentos da RSL	57
FIGURA 5 – EDP e o Hidrogênio Verde no Brasil.....	65
FIGURA 6 – Nota mais alta no combate das mudanças climáticas	65
FIGURA 7 – EDP é a número 1 no Índice Dow Jones.....	66
FIGURA 8 – Identidade da EDP a nível global.....	67
FIGURA 9 – EDP e a Carreira para Mulheres	67
FIGURA 10 – Moda Responsável Renner	70
FIGURA 11 – Compromisso com a Sustentabilidade	71
FIGURA 12 – Renner no Índice Dom Jones Sustainability	72
FIGURA 13 – Relações Humanas e Diversas	73
FIGURA 14 – Eco Estilo	74
FIGURA 15 – Programas de Inclusão e Equidade Racial	77
FIGURA 16 – Programa Vivo Bem-Estar	78
FIGURA 17 – Incentivo ao Esporte	79
FIGURA 18 – Economia Circular Vivo	80
FIGURA 19 – Plano ESG 2030 CPFL Energia.....	83
FIGURA 20 – Programa P & D.....	84
FIGURA 21 – Destaques 2022 CPFL.....	85
FIGURA 22 – Compromisso com Amazônia.....	88
FIGURA 23 – Impacto Social	89
FIGURA 24 – Circularidade Natura	89
FIGURA 25 – Análise dos Relatórios ESG das 5 Melhores Empresas da ISEB3	139
FIGURA 26 – Análise de Coautor com Autores sobre Artigos publicados sobre Práticas ESG nas organizações (2013 – 2023)	141
FIGURA 27 – Análise de Co ocorrência com Palavras-Chave em Artigos sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023	144
FIGURA 28 – Palavras-Chave mais citadas em Artigos sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023	144

FIGURA 29 – Documentos mais citados nas publicações sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023	146
FIGURA 30 – Autores mais citados nas publicações sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023.....	148
FIGURA 31 – Trabalhos publicados por Países sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023.....	149
FIGURA 32 – Análise de Co-citações com Referencias Citadas sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023.....	150
FIGURA 33 – Cluster das Co-citações e Referencias Citadas sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023.....	151
FIGURA 34 – Publicações e Citações sobre Sustentabilidade e Práticas ESG nas organizações de 2013 a 2023	152
FIGURA 35 – Principais Temas de publicação sobre Sustentabilidade e Práticas ESG nas organizações de 2013 a 2023	153
FIGURA 36 – Mudanças Climáticas: a empresa atende ao critério de mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	161
FIGURA 37 – <i>Mudanças Climáticas</i> : a empresa atende ao critério de adaptação às mudanças climáticas	162
FIGURA 38 – <i>Mudanças Climáticas</i> : a empresa atende ao critério de eficiência energética	163
FIGURA 39 – <i>Recursos Hídricos</i> : a empresa atende ao critério de uso da água e gestão de efluentes	164
FIGURA 40 – <i>Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos</i> : a empresa atende ao critério de conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo.....	165
FIGURA 41 – <i>Gestão ambiental e prevenção da poluição</i> : a empresa atende ao critério de gestão ambiental no gerenciamento de áreas contaminadas e produtos perigosos	166
FIGURA 42 – <i>Gestão ambiental e prevenção da poluição</i> : a empresa atende ao critério de prevenção da poluição sonora e qualidade do ar	167
FIGURA 43 – <i>Diálogo social e desenvolvimento territorial</i> : a empresa atende ao critério de investimento e impacto social, diálogo e engajamento das partes interessadas	168
FIGURA 44 – Direitos humanos: a empresa atende ao critério de combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado, evidenciando o respeito aos direitos humanos	169

FIGURA 45 – Equidade: a empresa atende ao critério de políticas para equidade na cultura organizacional	170
FIGURA 46 – Diversidade e inclusão: a empresa atende ao critério de políticas e práticas de diversidade e inclusão na cultura organizacional.....	171
FIGURA 47 – <i>Relações e práticas de trabalhos</i> : a empresa atende ao critério de desenvolvimento profissional	172
FIGURA 48 – <i>Relações e práticas de trabalhos</i> : a empresa atende ao critério que visa a qualidade de vida, políticas de remuneração e benefícios, saúde e segurança ocupacional	172
FIGURA 49 – <i>Promoção de responsabilidade social</i> : na cadeia de valor, a empresa atende ao critério de políticas de relacionamento com clientes, fornecedores e parcerias nos negócios	173
FIGURA 50 – <i>Governança corporativa</i> : a empresa possui uma estrutura e composição de governança corporativa.....	174
FIGURA 51 – <i>Governança corporativa</i> : a empresa possui um propósito e estratégia em relação à sustentabilidade	175
FIGURA 52 – <i>Conduta empresarial</i> : a empresa participa de programas de integridade, práticas anticorrupção e compliance.....	176
FIGURA 53 – <i>Conduta empresarial</i> : a empresa possui atividades para prevenção de concorrência desleal.....	177
FIGURA 54 – <i>Conduta empresarial</i> : a empresa atua de acordo com o critério de engajamento das partes interessadas.....	177
FIGURA 55 – <i>Práticas de controle e gestão</i> : a empresa atua na gestão de riscos do negócio.....	179
FIGURA 56 – <i>Práticas de controle e gestão</i> : a empresa possui práticas de controle interno	179
FIGURA 57 – <i>Práticas de controle e gestão</i> : a empresa possui auditoria interna e/ou externa.....	180
FIGURA 58 – <i>Práticas de controle e gestão</i> : a empresa atua na gestão da segurança da informação e privacidade de dados pessoais	180
FIGURA 59 – <i>Práticas de controle e gestão</i> : a empresa propõe um ambiente legal e regulatório	181
FIGURA 60 – <i>Transparência na gestão</i> : a empresa prática a responsabilização e prestação de contas.....	182

FIGURA 61 – <i>Transparência na gestão</i> : a empresa elabora Relatórios ESG de sustentabilidade e/ou relato integrado.....	183
FIGURA 62 – O conceito de ESG é bem difundido entre todos os gestores	184
FIGURA 63 – Critérios ESG afetam a construção do portfólio de projetos, produtos e/ou serviços?.....	185
FIGURA 64 – Os critérios ESG afetam as decisões de investimento da empresa	186
FIGURA 65 – As práticas sustentáveis afetam a competitividade da organização no mercado global.....	187
FIGURA 66 – Os impactos ambientais são considerados nas decisões de negócio.....	188
FIGURA 67 – As práticas de eficiência energética têm foco na melhoria contínua na organização	189
FIGURA 68 – A empresa possui sistemas de reaproveitamento, reutilização e/ou reciclagem de materiais.....	190
FIGURA 69 – A empresa possui práticas voltadas para a economia circular e/ou logística reversa	191
FIGURA 70 – A empresa possui práticas para garantir o bem-estar dos stakeholders	192
FIGURA 71 – Na empresa há ações e/ou projetos que impactam na qualidade de vida da região em que está localizada	193
FIGURA 72 – Existem parcerias regionais com outras empresas para crescimento e beneficiamento mútuo.....	194
FIGURA 73 – Há ações sociais e/ou reserva para doações e contribuições com instituições sociais.....	195
FIGURA 74 – Há treinamentos que visam o desenvolvimento dos colaboradores.....	196
FIGURA 75 – O processo de tomada de decisão é baseado em fatos e dados	197
FIGURA 76 – Os colaboradores e Stakeholders participam do desenvolvimento dos objetivos e estratégias da empresa	198
FIGURA 77 – O número de mulheres em cargos na alta administração.....	199
FIGURA 78 – Há políticas de diversidade e inserção de minorias nos processos seletivos ..	200
FIGURA 79 – Há vagas de trabalho reservadas para PCD - Pessoa com Deficiência.....	201
FIGURA 80 – Auditorias (contábil, de procedimentos, de Qualidade) são realizadas pelo menos uma vez por ano.....	201
FIGURA 81 – A partir de que ano a empresa realiza e divulga o Relatório ESG.....	202
FIGURA 82 – A empresa possui algum padrão para divulgação de relatório de sustentabilidade.....	209

FIGURA 83 – Avaliação das Barreiras para Implementação do Relatório ESG	211
FIGURA 84 – Framework das evidências para Implementação do Relatório ESG.....	213

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Indicadores de Sustentabilidade	36
QUADRO 2 – Índices de Sustentabilidade	38
QUADRO 3 – Objetivos da Agenda 2030	40
QUADRO 4 – Princípios PRI.....	44
QUADRO 5 – Dimensões do ESG.....	46
QUADRO 6 – 5 Melhores Classificações ESG da ISE B3	61
QUADRO 7 – Análise dos Indicadores a partir dos Relatórios ESG.....	92
QUADRO 8 – Empresa A – EDP Energias do Brasil (Relatório ESG 2022).....	94
QUADRO 9 – Empresa B – Lojas Renner (Relatório 2022)	102
QUADRO 10 – Empresa C – Telefônica Brasil (Relatório 2021 – Relato Integrado)	110
QUADRO 11 – Empresa D – CPFL Energia	119
QUADRO 12 – Empresa E – Natura.....	126
QUADRO 13 – Comparativo de Classificações ESG	140
QUADRO 14 – Informações dos Autores	142
QUADRO 15 – Classificação quanto ao grau máximo de concordância.....	203

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Princípios do Desenvolvimento Sustentável	32
TABELA 2 – Resolução 59/2021 CVM	47
TABELA 3 – Detalhamento técnico das ponderações das análises dos relatórios ESG.....	92
TABELA 4 – Listagem dos artigos mais citados	154
TABELA 5 – Informações dos estudos mais citados	155
TABELA 6 – Framework da RSL em Práticas ESG nas Organizações.....	158
TABELA 7 – Escala de Impacto das Barreiras para Relatório ESG.....	206

LISTA DE SIGLAS

ASG	Ambiental, Social e Governança
B3	Brasil, Bolsa e Balcão
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CSD	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CTG	Comunicado Técnico Geral
ESG	<i>Environmental Social and Governance</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IIRC	<i>Internacional Integrated Reporting Council</i>
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ONU	Organização das Nações Unidas
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PRI	Princípios do Investimento Responsável
RI	Relato Integrado
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SASB	Sustainability Accounting Standards Board
SRI	Socially Responsible Investing
WCW	<i>Who Cares Wins</i>
WOS	Web Of Science

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	18
1.2	LACUNA E PROBLEMA DA PESQUISA	24
1.3	OBJETIVOS DA PESQUISA	27
1.3.1	Objetivo geral.....	27
1.3.2	Objetivos específicos.....	27
1.4	JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO	27
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO	29
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	31
2.1	SUSTENTABILIDADE	31
2.1.1	Sustentabilidade nas Organizações.....	33
2.1.2	Indicadores de Sustentabilidade	35
2.1.3	Índices de Sustentabilidade	37
2.1.4	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).....	39
2.1.5	Responsabilidade Social Corporativa.....	42
2.2	ENVIRONMENT, SOCIAL AND GOVERNANCE (ESG).....	43
2.2.1	Contexto ESG no Brasil	46
2.2.2	Relatório ESG	48
3	MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	52
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	52
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	54
3.3	ETAPA QUANTITATIVA	55
3.3.1	Revisão Sistemática de Literatura	55
3.3.2	Pesquisa de Levantamento: tipo survey	58
3.4	ETAPA QUALITATIVA	58
3.5	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	59
3.6	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	60
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
4.1	ETAPA QUALITATIVA	61
4.1.1	Histórico das empresas analisadas.....	61
4.1.1.1	Análise do Relatório ESG – EMPRESA A: EDP ENERGIAS.....	62
4.1.1.1.1	<i>Descrição da Empresa - EMPRESA A: EDP ENERGIAS</i>	<i>63</i>
4.1.1.1.2	<i>Descrição dos Programas - EMPRESA A: EDP ENERGIAS.....</i>	<i>65</i>

4.1.1.2	Análise do Relatório ESG – EMPRESA B: LOJAS RENNER	68
4.1.1.2.1	<i>Descrição da Empresa - EMPRESA B: LOJAS RENNER</i>	69
4.1.1.2.2	<i>Descrição dos Programas - EMPRESA B: LOJAS RENNER</i>	70
4.1.1.3	Análise do Relatório ESG – EMPRESA C: TELEFONICA BRASIL	74
4.1.1.3.1	<i>Descrição da Empresa – EMPRESA C: TELEFONICA BRASIL</i>	76
4.1.1.3.2	<i>Descrição dos Programas - EMPRESA C: TELEFONICA BRASIL</i>	77
4.1.1.4	Análise do Relatório ESG – EMPRESA D: CPFL ENERGIA	81
4.1.1.4.1	<i>Descrição da Empresa – EMPRESA D: CPFL ENERGIA</i>	82
4.1.1.4.2	<i>Descrição dos Programas - EMPRESA D: CPFL ENERGIA</i>	83
4.1.1.5	Análise do Relatório ESG – EMPRESA E: NATURA.....	85
4.1.1.5.1	<i>Descrição da Empresa – EMPRESA E: NATURA</i>	86
4.1.1.5.2	<i>Descrição dos Programas - EMPRESA E: NATURA</i>	88
4.2	ETAPA QUANTITATIVA	141
4.2.1	Revisão Sistemática da Literatura (RSL)	141
4.2.2	Pesquisa de Levantamento: análise dos resultados	160
4.2.3	Questões relacionadas ao Eixo Ambiental	161
4.2.4	Questões relacionadas ao Eixo Social	167
4.2.5	Questões relacionadas ao Eixo Governança	174
4.2.6	Aspectos gerais do ESG	183
4.2.7	Barreiras para Implementação do Relatório ESG	205
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
5.1	CONCLUSÕES	215
5.2	RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	220
	REFERÊNCIAS	222
	APÊNDICE A – PESQUISA QUALITATIVA	235
	APÊNDICE B – PESQUISA QUANTITATIVA	236
	APÊNDICE C – RELAÇÃO DAS EMPRESAS DA ISE B3	237
	APÊNDICE D – CLASSIFICAÇÃO NO RANKINGESG DA ISE B3	241
	APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO	243
	APÊNDICE F – GLOSSÁRIO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA DA ANÁLISE DAS BARREIRAS PARA INTEGRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO DE ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE – ESG EM EMPRESAS DA ISE/B3	254
	APÊNDICE G – PROTOCOLO DE ANÁLISE DE RELATÓRIOS ESG	260

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se a contextualização inicial da pesquisa, dividida em cinco partes: contextualização do tema, lacuna e problema de pesquisa, objetivo geral e específicos da pesquisa, justificativa e contribuições do estudo e pôr fim a estrutura do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O tema sustentabilidade tornou-se ganhou notoriedade tanto na sociedade quanto na economia, visto que as organizações passaram a preocupar-se mais com questões ambientais e sociais devido ao retorno econômico-financeiro obtido pela divulgação de tais informações aos investidores e comunidade (LASSATA et al., 2017). Por meio destas iniciativas, as empresas conseguem usufruir de diversos benefícios como atrair investimentos, melhorar a marca e reputação da organização, intensificar o comprometimento dos colaboradores, entre outros, assim observa-se a evidenciação de que estas práticas sustentáveis são positivas a longo prazo para as empresas e conseqüentemente à sociedade (YU; ZHAO, 2015).

Para Rabbani (2021) o desenvolvimento sustentável é visto como uma medida essencial e necessária ao crescimento populacional, à urbanização e às inovações tecnológicas, frente ao impacto causado nos ecossistemas pela demasiada utilização de recursos naturais para a produção e consumo da população, desta forma faz-se imprescindível incorporar gradativamente aos estilos de vida dos indivíduos e organizações, ações que promovam a preservação do meio ambiente, logo a diminuição da degradação ambiental.

Nota-se que a partir de 1970, houve um grande aumento da produção e consumo da sociedade quanto ao uso, impactando na escassez de recursos naturais, que acabou por contribuir com sérios problemas ambientais, que mais tarde prejudicaria também sistemas econômicos e financeiros. A alta demanda por recursos naturais ocasionou um forte impacto na população e serviu como ponto de partida para a sociedade manifestar-se contra estes aspectos, no qual por volta de 1980, um grupo de governantes e membros da comunidade reuniram-se para debater sobre os problemas que o uso excessivo dos recursos estaria acarretando a nível global (BALSAL; SONG, 2017).

Após esse marco, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) apresentou o Relatório de *Brundtland*, ao qual ponderava oficialmente sobre o conceito de sustentabilidade, determinando que as necessidades presentes não poderiam comprometer as necessidades das gerações futuras (COMISSÃO MUNDIAL

SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Sendo assim, o termo desenvolvimento sustentável ganhou notoriedade e passou a ser utilizado oficialmente nos debates internacionais e pela ONU para tratar de temas relacionados ao meio ambiente.

Definida de forma oficial, a sustentabilidade passou-se a ser analisada e contextualizada por pesquisadores, sob o enfoque do desenvolvimento sustentável, de diversas formas e entendimentos acerca do assunto, evidenciando que ainda não há um entendimento consensual na literatura, sinalizando aspectos positivos e negativos de sua prática na sociedade e nas empresas (FAVARIN, 2020).

Silveira (2013) afirma que a sustentabilidade além de proporcionar inovações nas organizações, faz-se necessário adequações aos novos processos que envolvem a elaboração dos produtos, novidades tecnológicas e na oferta de serviços à sociedade, ela pode tornar-se uma instituição ainda mais competitiva ao transformar o seu modelo de negócio evidenciando essas modificações à sociedade à medida que oferece à comunidade produtos e serviços que geram maior qualidade de vida e com menor uso de recursos naturais possíveis.

O fato da sociedade e investidores estarem cada vez mais interessados em empresas que atuam com práticas sustentáveis, tem gerado uma “corrida” para o desenvolvimento sustentável, levando as organizações a reverem suas estratégias e modelo de negócios para conseguir se adaptar à nova demanda, reformulando suas práticas e divulgações de relatórios sustentáveis à sociedade (ARIS et al., 2018).

Diante dos acontecimentos, o empreendedorismo sustentável destacou-se a partir dos estudos de John Elkington (1994) com a definição do conceito do *Triple Bottom Line* (TBL), que estabeleceu os pilares do desenvolvimento sustentável em três dimensões: ambiental, social e econômico (SINGHANIA, 2021). De acordo com Sanches (2018), para alcançar o sucesso do desenvolvimento sustentável na organização, o TBL surge como uma visão de integrar os três pilares da sustentabilidade.

Alguns anos após a publicação do TBL, na publicação do Relatório “*Who Cares Wins*” (traduzido para o português, quem se importa ganha) da parceria do Banco Mundial com o Pacto Global da ONU e instituições financeiras de vários países, surge uma nova questão colocada em pauta a respeito dos fatores socioambientais no mercado de capitais, que fora representada pelo termo ESG (*Environmental, Social and Governance*) oriundo da preocupação em qualificar as práticas sustentáveis adotadas ou implementada nas organizações (COSTA; FERREZIN, 2021). O ESG compreende as atividades e comportamentos que uma empresa realiza dentro do contexto ambiental, social e de governança, e, portanto, torna-se importante evidenciar estas práticas organizacionais por meio da divulgação de informações que

demonstrem forma transparente as práticas adotadas pela organização (ECCLES et al., 2014; LI et al., 2018).

Na literatura, há diversos estudos que analisaram a relação das práticas de ESG com o desempenho das organizações e identificaram que há uma relação positiva, como evidenciado por Fatemi et al. (2018), Yoon et al. (2018) e Zhao et al. (2018), porém, existem outras afirmativas de que essa relação apresenta efeitos negativos e até mesmo que não há relação entre as variáveis, como identificado por Atan et al. (2018), Duque-Grisales e Aguilera-Caracuel (2019). Há também outras analogias importantes encontradas, conforme assegurado por Cek e Eyupoglu (2020), que a relação entre a implantação de políticas ESG com o valor do negócio apresenta correlação positiva e consistente.

Neste sentido, percebe-se que as organizações que atuam no desenvolvimento de práticas de ESG, modificam o modelo de negócios inicial proposto com o intuito de melhorar o desempenho da organização, assim como procuram evidenciar que além da obtenção de lucros, a empresa preocupa-se e é adepta a questões sustentáveis (MACHADO; WINROTH; SILVA, 2020).

Em 2019, com o surgimento da pandemia do COVID-19 provocada pelo Corona vírus, ficou evidente que as organizações não estavam preparadas para as enfrentar as consequências econômico-financeiras acarretadas pelo vírus, induzindo as empresas a afastarem-se dos compromissos e práticas socioambientais do ESG (AMANKWAG-AMOA, 2020). Assim Franklin (2020) explica que esse tipo de situação (crises de forma geral) expõe as instituições à vulnerabilidade, por não estarem preparadas a enfrentar novas doenças ou problemas ambientais, e, portanto, serve para o mundo corporativo como uma espécie de alerta para testar sua resiliência no mercado.

Alguns estudos identificaram que a crise do COVID-19 fortaleceu ainda mais as empresas socialmente responsáveis porque em sua estrutura de negócio estão menos expostas a riscos sistemáticos (WELLAGE; KUMAR, 2020) e planejaram investimentos responsáveis gerenciando riscos ambientais e sociais implantados pelas políticas de ESG, reagindo positivamente a qualquer situação (WHIELDON; COPLEY; CLARCK, 2020).

Desta forma, a pandemia afetou o modelo de negócios de diversas organizações, que possibilitou o investimento sustentável, alavancando índices e melhorando as classificações ESG de diversas empresas, evidenciando melhores retornos sobre as ações e menor volatilidade no mercado (ALBUQUERQUE et al., 2020).

Na concepção de Aldowaish et al. (2022), no modelo de negócios, um item bastante importante a destacar na relação da integração das práticas de ESG, é que se tem duas visões,

uma composta sob a concepção de investimento combinado com objetivos ambientais e financeiros, denominado SRI (Investimento Socialmente Responsável), e outra que considera o desenvolvimento sustentável nas operações da organização, chamada SD. Sendo assim, estudos apontam que a literatura sobre a integração da sustentabilidade na política empresarial tem por objetivo identificar características, definir estruturas, desenvolver propostas e formular modelos de negócios sustentáveis (COSENZ; RODRIGUES; ROSATI, 2020).

No que tange às pesquisas sobre ESG nos últimos anos, observa-se que há um crescimento bastante significativo. Para tentar compreender o alinhamento destes estudos, faz-se necessário, por meio de uma análise bibliométrica sistemática, a identificação e resolução de lacunas de pesquisa existentes para explorar de forma mais minuciosa um campo de pesquisa específico.

Outro ponto relevante nos estudos sobre ESG são as inovações, que com o tempo proporcionam as organizações vantagens competitivas. Segundo Severo et al. (2017), a inovação contribui positivamente para o desenvolvimento socioeconômico da organização e da sociedade, mas para que isso ocorra a inovação necessita estar implementada na estratégia organizacional e desenvolver suas atividades voltada para o uso adequado de recursos naturais. Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento de pesquisas que proporcionem entender o processo de inovação tecnológica e conseqüentemente de produtos nas organizações para obtenção de melhores resultados econômico-financeiros, pode também contribuir na maximização da vantagem competitiva sustentável (GUIMARÃES; SEVERO; DORION, 2022).

Diante do contexto das inovações quanto ao desempenho organizacional sustentável, na Alemanha no ano de 2011, na feira de Hanôver, o governo alemão publicou o termo *industrie 4.0* (traduzido para o português, indústria 4.0) cujo objetivo foi de criar um plano estratégico para o desenvolvimento, inclusão e aproveitamento de inovações tecnológicas, evidenciando o surgimento das “fábricas inteligentes” (HOFMANN; RUSCH, 2017).

Nesse sentido, desenvolver pesquisas que possibilitem entender como esses aspectos da inovação de produtos atrelados a melhores resultados, como a indústria 4.0, podem contribuir para estimular as empresas a criarem novos produtos e tecnologias para ampliar sua vantagem competitiva sustentável, como o desempenho organizacional (MOREIRA; TARTAROTTI; TONI, 2021).

As responsabilidades que as empresas têm para com a sociedade são bastante significativas, e podem ser comprovadas pelo reflexo que suas atividades impactam positivamente nas questões social, ambiental e econômica (ESG), principalmente no que tange à alocação de recursos e a observância do desenvolvimento sustentável. Desta forma, a

divulgação de informações ESG torna-se uma prática vantajosa às organizações e stakeholders, gerando valor para instituição pela adoção de práticas que semeiam o desenvolvimento de uma economia mais sustentável (CHAE; PARK, 2018; EBERLE; BERENS, 2013).

Neste contexto, os investimentos em práticas de ESG tiveram um crescimento considerável no mercado financeiro, visto que os novos produtos ofertados neste segmento socioambiental garantem que empresas que adotam práticas mais sustentáveis possuem melhor reputação e conseqüentemente atraem mais investidores, portanto o retorno financeiro é maior (PAZ, 2022).

No entanto, para garantir o desenvolvimento sustentável, as organizações devem atender ao plano de ação global estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), ao qual o Brasil está inserido, denominado Agenda 2030, que determina 17 (dezesete) objetivos para o desenvolvimento sustentável e suas 169 metas, abrangendo as três esferas da sustentabilidade: a econômica, social e ambiental (BELLUZZO, 2018).

Os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) são determinantes às atividades corporativas pois são ferramentas que evidenciam e mensuram a capacidade de cumprimento das práticas sustentáveis pelas organizações (OKADO; QUINELLI, 2016).

Com a implantação de ferramentas para mensurar a adequação ao desenvolvimento sustentável (ODS), tornou-se necessário a reestruturação da governança corporativa, e conseqüentemente o mercado acionário, surgindo os índices de mercado, criados para reunir as empresas que evidentemente criavam valor aos acionistas (BARBOSA, 2022). Desta forma, a nível mundial, no relatório da ONU de 2015, ficou evidenciada essa situação, onde investidores das companhias listadas na bolsa de valores estariam focando suas aplicações a investimentos mais sustentáveis (ALEXANDRINO, 2020).

Já no Brasil, essa situação não foi diferente, as organizações, de forma voluntária, tiveram que se adequar as novas tendências mercadológicas, provocadas pela necessidade de mensuração das práticas sustentáveis, tendo assim que reformular padrões de evidenciação do desenvolvimento do ESG (PEREIRA; SILVA; CARBONARI, 2017). Desta forma, para regular essa questão o mercado financeiro criou índices de sustentabilidade com o objetivo de mensurar os resultados associados ao desenvolvimento ambiental, social e econômico das organizações, dentre eles, destaca-se o ISE B3 para organizações brasileiras (LARA, 2020).

O principal objetivo da elaboração dos índices de sustentabilidade era criar uma referência capaz de mensurar o desempenho das organizações quanto ao cumprimento das metas sustentáveis e demonstrar o quanto a empresa é socialmente responsável no meio que está inserida, permitindo que a sociedade e investidores identifiquem empresas que possuem

práticas ativas de sustentabilidade que geram tanto resultados econômico-financeiros quanto sociais e sustentáveis (FINCH, 2005). O ISE B3 estabeleceu uma série de medidas que regulam as organizações quanto à atuação ambiental, quanto às relações sociais entre todos os usuários da empresa e quanto à gestão corporativa, baseadas no ESG, que significa Environmental, Social and Governance, traduzida para o português como Ambiental, Social e de Governança (ORSAGH et al., 2018).

Os principais interessados nos objetivos da organização são os Stakeholders, demonstrando cada vez mais preocupação com os resultados obtidos pelas empresas, e estas por sua vez, necessitam evidenciar de forma mais transparente as implicações de suas informações econômicas, sociais e ambientais através de relatórios de sustentabilidade à sociedade e investidores, provando a crescente necessidade de divulgar relatórios com confiabilidade sobre as medidas adotadas no que tange às esferas ambiental, social e de governança, aumentando assim a publicação dos relatórios de sustentabilidade (BERTELS; PELOZA; 2008; MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012).

Quando uma organização divulga informações relativas ao ESG, informando sobre as atividades relacionadas na área ambiental, social e de governança, utiliza-se de dados mais abrangentes para que o mercado possa avaliar o valor do investimento com o intuito de resguardar os interesses dos acionistas (ZHAO et al., 2018), conforme observado na teoria da legitimidade, o *disclosure* tem a função de garantir que estas informações sejam consistentes para os diversos usuários (DIAS FILHO, 2007).

Desde a formalização oficial do ESG em 2004, empresas europeias, americanas e em demais países desenvolvidos, têm aderido ativamente práticas de sustentabilidade nas suas atividades, promovendo melhorias nos quesitos ambientais, sociais e de governança, e aprimorando sistemas de avaliação e mensuração das práticas adotadas através de relatórios e padrões de divulgação destas informações à sociedade (TING-TING et al., 2021).

A divulgação de relatórios de ESG é uma prática que não possui exigências legais, sendo desenvolvida de forma voluntária pelas organizações que decidem aderir a estas atividades. Portanto a tentativa de padronizar os relatórios ESG para evidenciação à sociedade é uma prática constante e demonstra aspectos relevantes, como mencionado por Zahid et al. (2022) que a padronização de relatórios de sustentabilidade garante a uniformidade de informações, permitindo comparações das empresas dentro das dimensões do ESG.

Considerando o contexto exposto, nota-se que existem impedimentos para a implantação das práticas de ESG nas organizações e conseqüentemente a divulgação dos relatórios à sociedade, resultado da falta de padronização dos relatórios, que conforme Leoneti,

Nirazawa e Oliveira (2016). Essa questão é atrelada a alguns aspectos importantes em uma empresa como a qualidade da informação e o custo operacional para obter estas informações (investimentos em pessoal e programas).

Logo, a presente pesquisa visa estudar a sustentabilidade no que tange aos relatórios de sustentabilidade para analisar as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de Environmental, Social and Governance – ESG nas empresas participantes da ISE/B3 e ao final propor contribuições para a estrutura, desenvolvimento e implementação de Relatório ESG para empresas conforme Norma ABNT PR2030, que irá possibilitar maior adesão ao relatório, assim como na inserção de práticas sustentáveis às organizações.

1.2 LACUNA E PROBLEMA DA PESQUISA

O ESG ganhou força em 2004 com a publicação do Pacto Global aliada ao Banco Mundial na ONU quando reuniram-se mais de 50 representantes de grandes instituições financeiras com o intuito de incorporar questões ambientais, sociais e de governança às políticas organizacionais demonstrando que mercado de capitais poderia tornar-se um mercado mais sustentável. Como resultado da sua aplicabilidade do ESG, obtém-se melhores retornos econômico-financeiro para estas empresas assim como maior preocupação com questões sociais e ambientais em benefício à sociedade (ELKINGTON, 2012).

No Brasil o movimento, mais recente, fomentado pela Bolsa de Valores B3 que amplia a competitividade empresarial demonstrando aos investidores (*stakeholders*) melhores práticas, maior reputação e solidez no mercado de ações, tem o objetivo de proporcionar transparência das empresas participantes para seus clientes e investidores através da divulgação de informações no âmbito social, ambiental e de governança (OLIVEIRA, 2020). Cabe destacar que na Bolsa de Valores as informações podem ser mensuradas por meio de indicadores, que estimam a performance dos ativos das organizações e evidenciam informações das atividades desenvolvidas.

O ISE B3 foi criado em 2005 como indicador de desempenho de empresas brasileiras selecionadas pelo comprometimento com a sustentabilidade empresarial, apoiando investidores na tomada de decisão e influenciando organizações a adotarem práticas sustentáveis com base no ESG que contribui para o desenvolvimento das atividades empresariais através da divulgação relatórios nas três esferas do ESG (B3, 2022).

No entanto, destaca-se que a formulação e divulgação de relatórios ocorre de forma voluntária e está em escala crescente, demonstrando que há necessidade de as empresas

informarem aos stakeholders sobre suas atividades (MARQUES, 2018). A divulgação de informações não financeiras não é obrigatória por lei, norma ou decreto, tornando essa prática uma decisão da organização, que adota critérios de divulgação conforme determinar relevante ou não, sem disposição de um padrão ou regra a ser seguido (ROUF; AKHTARUDDIN, 2018).

Em relação às normas, no Brasil a obrigação fica a cargo dos relatórios contábeis e financeiros por parte das organizações, porém em Novembro de 2020 o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou o Comunicado Técnico Geral (CTG) 09 – Relato Integrado (RI), que dispõe sobre a padronização de relatórios que atendam aos temas da Agenda 2030 sobre Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG), sendo expresso que não obriga sua elaboração, mas servirá como referência metodológica para integração das informações financeiras com as não financeiras (CFC, 2020). Dentre os objetivos do comunicado está a melhoria da qualidade da informação aos stakeholders, promoção de uma abordagem coesa e elaboração de um eficiente relatório corporativo (CFC, 2020).

Uma das grandes dificuldades encontradas até dezembro de 2022 pelas organizações era de como começar o desenvolvimento do relatório ESG, pois não existia um padrão estabelecido de informações a serem divulgadas diariamente as organizações se deparam com temas sociais e ambientais relevantes às atividades da empresa, como mudanças climáticas, inclusão, diversidade, emissão de poluentes, entre outros, que acaba por fazer parte do processo corporativo. Embora sejam pontos importantes a serem notados, não determinam ser uma diretriz informacional a ser publicada, evidenciando que a empresa irá priorizar tópicos mais relevante a cada situação encontrada, a cada setor corresponde, resultando em relatórios diversos e sem estruturas coesas (SPITZECK; ÁRABE; PEREIRA, 2016).

Portanto, com a divulgação da Norma ABNT PR2030, em dezembro de 2022, dispo de diversas práticas recomendadas para o setor ESG no Brasil, deu início a um novo processo de visualização de informação (ABNT PR2030, 2022).

A divulgação dos relatórios de sustentabilidade por ocorrer de forma voluntária e sem padronização, evidenciando informações financeiras e não financeiras conforme a relevância adotada pela organização, abrange diferentes tipos de relatórios que dificultam a comparabilidade de informações entre as organizações, prejudicando a interpretação correta dos dados das empresas (NAGANO et al., 2013; YOUNG, 2014).

Os tipos de relatórios de sustentabilidade são: Relato Integrado e Relatório ESG são os principais meios de demonstração dos indicadores de sustentabilidade, divididos entre parâmetros ambientais, sociais e de governança da empresa. Eles são publicados, geralmente na internet, pela companhia em um documento que deve apresentar seus ganhos e perdas

relacionados às atividades ambientais, sociais e econômicas de maneira clara e transparente, bem como os indicadores que irá utilizar para medir os parâmetros de desenvolvimento sustentável em sua próxima publicação.

Com a crescente divulgação de *disclosures* voluntários, verificou-se a necessidade de tentar padronizar os relatórios de sustentabilidade, a fim de melhorar a análise e comparação das organizações. Ao qual esse papel, desde 1997, era da *Global Reporting Initiative* (GRI) que tinha por objetivo ajudar as entidades na elaboração de mecanismos de prestação de contas sobre suas condutas ambientais, elaborando diretrizes nos momentos iniciais e mais tarde por volta dos anos 2000 estabelecendo padrões globais de relatórios de sustentabilidade, os chamados Padrões GRI (ABREU et al., 2016).

Quanto aos tipos de relatórios, é importante ressaltar que desde 1980, foram diversas nomenclaturas adotadas para tentar definir os relatórios quanto as questões ambientais, sociais e de governança, e que mesmo assumindo denominações diferentes, relacionam-se com a mesma temática e conteúdo, como por exemplo, relatórios ambientais, balanço social, relatórios de responsabilidade corporativa, relatórios de sustentabilidade, entre outros. Nesse contexto, destacam-se três: Relatório de Sustentabilidade no formato GRI, o Relato Integrado e o Relatório Sustainability Accounting Standards Board (SILVA et al., 2016).

Os relatórios de Sustentabilidade com base no GRI, tem por objetivo a divulgação de informações sobre os efeitos que as atividades da organização impactam na sociedade, na economia e no meio ambiente (GRI, 2022).

Já o Relato Integrado, foi criado pela *Internacional Integrated Reporting Council* (IIRC), para melhorar a qualidade das informações constantes nos relatórios, sendo que em sua estrutura não há uma determinação de qual indicador ou método de mensuração atribuir, mas permite integrar as informações dos relatórios existentes (CARVALHO; KASSAI, 2014; INTERNACIONAL INTEGRATED REPORTING CONCIL, 2013).

O SASB (Sustainability Accounting Standards Board) é uma entidade sem fins lucrativos, formada por especialistas em sustentabilidade e profissionais do setor financeiro, que tem por finalidade estipular padrões de divulgação de informações ESG aos investidores das empresas do mercado de capitais, portanto o Relatórios SASB objetiva direcionar os investidores a identificar empresas mais eficazes no quesito socioambiental (DASH, 2021).

Diante do exposto, o presente trabalho, apresenta-se com a seguinte problemática: *Quais são as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de Environmental, Social and Governance – ESG nas empresas participantes da ISE/B3?*

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Diante do problema de pesquisa apresentado, apresenta-se o objetivo geral e os objetivos específicos no intuito de responder à questão enunciada.

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral consiste em analisar as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de Environmental, Social and Governance – ESG nas empresas participantes da ISE/B3 no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2023.

1.3.2 Objetivos específicos

Para dar mais profundidade ao estudo foram estabelecidos objetivos específicos:

- a) Levantar quais as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de ESG nas empresas da ISE/B3;
- b) Mensurar as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de ESG nas empresas da ISE/B3;
- c) Propor contribuições para a estrutura, desenvolvimento e implementação de Relatório ESG para empresas conforme Norma ABNT PR2030.

1.4 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Este trabalho tem por justificativa aprofundar os conhecimentos sobre os relatórios ESG, evidenciando as estruturas do Relatório ESG, as barreiras e drivers para sua implementação nas organizações, na tentativa de propor contribuições para melhoria da estrutura do relatório e sua adesão, visto que não há um padrão ou norma a ser seguido.

Destaca-se que na literatura outros estudos buscaram evidenciar o ESG nas empresas como Schleich (2022) que investiga políticas e práticas da gestão de recursos humanos utilizadas em empresas brasileiras que se destacam em ESG e quais contribuem para melhorar o ranking ESG da organização. Estudo de Alareeni e Hamdan (2020) investigaram a existência da relação entre a divulgação corporativa de aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) com o desempenho operacional, financeiro e de mercado das empresas, para evidenciar se essas relações eram positivas, negativas ou neutro, como resultados obtiveram que o ESG

afeta positivamente o desempenho das organizações e que quanto maior o nível de divulgação ESG, maior o desempenho econômico e financeiro das empresas.

Fatemi, Glaum e Kaiser (2018) analisaram os efeitos das atividades ambientais, sociais e de governança (ESG) e sua divulgação no valor da empresa, descobrindo que alguns pontos fortes do ESG aumentam o valor da empresa e os fracos conseqüentemente diminuem, assim como a divulgação ESG isoladamente diminui essa avaliação, ao mesmo tempo desempenha um papel relevante atenuando o efeito negativo dos pontos fracos encontrados.

Chen e Xie (2022) avaliaram o efeito da divulgação ESG no desempenho financeiro corporativo, utilizando como amostra empresas não financeiras em um período de 20 anos, e tiveram por resultados que a divulgação ESG tem efeito favorável ao desempenho financeiro empresarial e que o resultado positivo da divulgação ESG no desempenho financeiro corporativo é mais pronunciado em empresas com investimentos ESG, levando a conclusão que divulgar informações ESG atrai mais investidores focados em melhorias do ESG nas organizações.

Salienta-se ainda que a pesquisa realizada, englobou o período de janeiro de 2013 a janeiro de 2023 (últimos 10 anos), foram localizados na Web of Science cerca de 522 publicações com o uso da *string* de busca "ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE" e "COMPANIES". Destes achados, foram selecionados artigos conforme critérios de seleção como "título", "palavras-chave" e "resumo" relacionados aos temas relatório "ESG", sustentabilidade, estrutura, barreiras, divulgação, obtendo ao final da triagem um total de 138 artigos selecionados.

Donthu et al. (2021) determinam que a utilização de análise bibliométrica sistemática no campo de sustentabilidade, proporciona evidenciar padrões e tendências em artigos, periódicos e autores em um processo que fornece insights de estudos sobre a estrutura do ESG.

Sendo assim, devido à alta produção das pesquisas relacionadas ao ESG, a análise bibliométrica é peça fundamental para se obter o entendimento do ESG de forma geral que fora realizado até o momento (DONTHU et al., 2021).

Diferencia-se por inovar na abordagem do Relatório ESG voltado a estrutura, barreiras e drivers para sua adesão pelas organizações, na qual busca-se a identificação de problemas para a inserção dos relatórios ESG nas organizações e propor contribuições na estrutura dos relatórios existentes com o intuito de gerar relatórios mais padronizados com maior comparabilidade corporativa. Torna-se um trabalho de grande valia pois avalia e evidencia melhoras na estrutura e relatórios existentes no que tange a divulgação de informações de ESG, contribuindo para com os profissionais do mercado financeiro, investidores e sociedade de

forma geral, o poder de análise e comparabilidade das organizações ao encontrar informações que sigam uma mesma linha de raciocínio e formulação, resultando em melhores resultados corporativos e maiores investimentos (PEREIRA, 2022).

No que tange ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFSM, o estudo contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre a elaboração dos Relatórios de ESG nas organizações, identificando as práticas e políticas adotadas quanto ao cumprimento dos três eixos do ESG, e conseqüentemente auxilia na identificação de deficiências nos processos, sugerindo melhorias ou aprimoramentos em pontos cruciais destas etapas. Quanto a linha de pesquisa de Governança e Sustentabilidade Organizacional, o estudo contribui evidenciando que as informações sobre práticas sustentáveis, sociais e de governança, possuem relação com a elaboração do Relatório ESG nas organizações e no reflexo que esses dados proporcionam as empresas quando da sua divulgação.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O estudo está dividido em cinco capítulos, conforme a elaboração e desenvolvimento dos assuntos abordados. No primeiro capítulo apresenta-se a introdução da pesquisa, dando o delineamento necessário para o entendimento do leitor sobre o tema a ser estudado, como a lacuna de pesquisa existente, os objetivos gerais e específicos relacionados, seguido da justificativa e contribuições esperadas com o estudo.

O segundo capítulo refere-se à fundamentação teórica que embasa o estudo de forma geral, dividido em dois grandes tópicos: a Sustentabilidade e o *Environmental, Social and Governance* (ESG), contendo os conceitos, modelos, evolução e a história da sustentabilidade e do ESG. Tópicos seguidos de suas subdivisões como a aplicabilidade da sustentabilidade nas organizações, o uso de indicadores e índices de sustentabilidade, a evidenciação do cumprimento dos objetivos sustentáveis (ODS), o desenvolvimento da responsabilidade social corporativa nas instituições, surgimento do ESG e sua aplicabilidade as organizações e a divulgação do relatório ESG.

No terceiro capítulo encontra-se a metodologia da pesquisa utilizada para alcançar os objetivos propostos, apresentando os procedimentos aplicados no desenvolvimento do estudo, a abordagem da pesquisa qualitativa e quantitativa e ao objetivo do estudo descritivo, determinando a população e amostra usados e procedimentos e técnicas para análise e coleta de dados.

O quarto capítulo diz respeito aos resultados e discussões, exemplificando as etapas desenvolvidas ao longo dos resultados adquiridos no estudo, afinando a pesquisa ao objetivo proposto.

No quinto capítulo são apresentadas as conclusões obtidas com base nos resultados, descrevendo as considerações finais sobre a pesquisa.

Por fim, tem-se as referências utilizadas para dar sustentação ao referencial teórico apresentado, assim como os métodos e procedimentos para aplicação do estudo, seguido dos apêndices A ao G.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo contempla a base teórica utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, abordando a temática de sustentabilidade nas esferas ambiental, social e de governança, e será apresentado por meio de dois tópicos principais: a Sustentabilidade e o ESG. Sendo assim, a pesquisa é dividida em um breve histórico sobre a sustentabilidade, seguido da sua aplicabilidade nas organizações, indicadores e índices de sustentabilidade, objetivos do desenvolvimento sustentável, responsabilidade social corporativa e por fim o fechamento com a contextualização das práticas e relatórios de sustentabilidade nas divisões ambiental, social e de governança.

2.1 SUSTENTABILIDADE

A expressão sustentabilidade possui três grandes marcos para o seu surgimento, sendo o primeiro entre os anos de 1960 e 1980, na Europa, após os impactos de uma chuva ácida provocada pela grande liberação de gases efeito estufa na atmosfera consequentes da crescente industrialização mundial, levando autoridades a propor normas e leis relacionadas a proteção ambiental nas regiões industriais por todo globo (ELKINGTON, 2012).

Em um segundo momento, em 1983 através da divulgação do *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) pela *World Commission on Environment and Development* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), trazendo à tona temas relevantes sobre preocupações do desenvolvimento sustentável como os problemas com a camada de ozônio e destruição de florestas, e mais tarde ascendendo a conferência das nações unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, conhecida por Cúpula da Terra, Eco-92 ou Rio92, propondo proteção dos recursos naturais e ambientais com a Agenda 21, considerada um marco para a integração das preocupações econômicas, ambientais e sociais (BELLEN, 2005).

Já no terceiro período, ocorrido em Johannesburgo em 2002, sob liderança da ONU (organização das nações unidas), a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20 (marcava os 10 anos da última conferência mundial ambiental), abordou sobre a governança ética para o desenvolvimento sustentável. Mesmo após 10 anos da agenda 21, há relatos de pouco progresso no desenvolvimento sustentável devido a algumas barreiras ocasionadas por sistemas econômicos falhos, níveis de riqueza extremos, aumento demasiado da população e consequentemente aumento da pobreza (CASTRO, 2017; PEZZOLI, 1997).

Na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, no ano de 2015, elaborada na sede da ONU nos Estados Unidos, se reuniram líderes mundiais com o objetivo de definir um novo plano de ação, visando o desenvolvimento da sociedade em conjunto com o planeta, resultando na criação da Agenda de Sustentabilidade 2030 (Agenda 2030), constituída por 17 objetivos (ODS) e 169 metas para o desenvolvimento sustentável, sendo todos “integrados e indivisíveis” cujo resultado esperado é o equilíbrio entre “as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Tabela 1 – Princípios do Desenvolvimento Sustentável

Princípio	Descrição	Autor (es)
Integridade ambiental	O princípio da integridade ambiental garante que as atividades humanas não corroem a terra, o ar da terra, e recursos hídricos. Presume-se que os ecossistemas têm capacidade regenerativa limitada.	USD, 1995
Igualdade social	O princípio da equidade social garante que todos os membros da sociedade tenham igual acesso aos recursos e oportunidades.	WCED, 1987
Prosperidade econômica	Finalmente, o princípio da prosperidade econômica apresenta uma qualidade de vida razoável por meio da capacidade produtiva das organizações e indivíduos também na sociedade.	HOLLIDAY, SCHMIDHEINY E WATTS, 2002

Fonte: Elaborado pelo autor.

O documento de referência que facilita a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) é o plano de ação conhecido como Agenda 2030, que se baseia na Declaração do Milênio de 2000 da ONU. A ferramenta é utilizada para abordar o desenvolvimento sustentável por meio de uma série de diretrizes com aplicabilidade global. A intenção é que, até 2030, toda a população mundial esteja informada e ciente sobre o desenvolvimento sustentável e os estilos de vida em harmonia com a natureza, em uma relação baseada em ética em todos os níveis (OLIVEIRA, 2020).

A sustentabilidade tende a ser um mecanismo de mudança estrutural e cultural, introduzindo novos paradigmas nos modelos econômicos e sociais das organizações, ao mesmo tempo em que adota novas estruturas de relatórios para a gestão empresarial, cria novas percepções sobre a economia global focando no meio ambiente e bem-estar das atuais e futuras gerações.

2.1.1 Sustentabilidade nas Organizações

O desenvolvimento sustentável teve notoriedade no contexto organizacional quando os assuntos relacionados a corporações e negócios foram apresentados por John Elkington ao propor o “Triple Bottom Line” (TBL), denominado como o Tripé da Sustentabilidade, proponha uma visão mais abrangente e inovadora da usual e conservadora, integrando e atribuindo três pilares a organização cujo seus valores e resultados seriam medidos por questões sociais, ambientais e econômicas (ELKINGTON, 2004).

A criação do conceito de TBL por Elkington gerou inúmeras percepções a respeito da sustentabilidade, como Hart e Milstein (2003) que afirmam que empresas sustentáveis colaboram com o desenvolvimento sustentável gerando aspectos positivos nos três pilares econômicos, sociais e ambientais, e Marcondes e Bacarji (2010), determinam que a sustentabilidade possa servir como uma forma de avaliar e mensurar as empresas do mercado de capitais, através de indicadores de sustentabilidades.

Dias (2012) explica que as três esferas que envolvem o TBL são a dimensão econômica, que é relacionado ao desempenho financeiro das empresas e a capacidade colaborarem com o ambiente organizacional que está inserido de forma ética e responsável; a esfera social, que relaciona os resultados sociais das atividades desenvolvidas pela empresa com os interessados nela; esfera ambiental, ligada a proteção do meio ambiente, a limitação dos recursos ambientais, como a emissão de itens poluentes e resíduos no ecossistema.

Para melhor exemplificação, na Figura 1 apresenta-se o TBL conforme Elkington (1997):

Figura 1 – The Triple Bottom Line



Fonte: Adaptação dos três pilares de Elkington (1997).

Na Figura 1, é possível identificar com maior clareza os três campos que englobam o TBL, inicialmente Pessoas, que trata dos relacionamentos entre colaboradores, funcionários e comunidade, posteriormente o Planeta considerando os impactos da utilização dos recursos naturais e o desgaste provocado pelos abusos nas substâncias tóxicas, e por último o Lucro, corroborando que atividades sustentáveis podem ser lucrativamente eficazes (GIOVANELLI, 2015).

Na concepção de Giovanelli (2015) apresenta questões fundamentais para a implantação das práticas sustentáveis nas organizações, demonstrando a vasta visão de como programar as empresas para se adequar ao pensamento ambiental e social relacionando estas práticas ao lucro, ou seja, é possível inserir estas práticas melhorando qualidade de vida, ambiente e ao fim obter lucros.

Através da inserção da sustentabilidade nas empresas atribuiu-se maior preocupação e reconhecimento dos valores sociais, ambientais e econômicos, acarretando a formação de novas estratégias para obtenção dos objetivos empresariais, assim como no cumprimento das metas sustentáveis (ELKINGTON, 2004).

A adoção de uma gestão mais sustentável por parte das empresas pode ser construída sob um olhar não financeiro também, que pode resultar em números positivos a instituição, como no caso de investidores, cada vez mais interessados em questões ambientais, foquem em companhias que possuem informações relevantes da sua cooperação ambiental, social e de governança na sociedade, aproximando investimentos a organização, consequência de uma estratégia voltada a análise de indicadores financeiros, ambientais e sociais (CRUZ, 2021).

Neste sentido, Cristimann (2000) demonstrou em seu estudo que as melhores práticas de gestão ambiental podem ser um diferencial estratégico a ponto de ganhar vantagem em relação aos concorrentes e ao mesmo tempo reduzir custos. No estudo ele apresenta que as questões estratégicas estão alocadas em aspectos mais amplos, sob um enfoque além do padrão como, por exemplo, na utilização de ativos complementares e estratégias ambientais, cujo resultado é a redução de custos, pois os ativos são mais eficazes e utilizam recursos mais eficientes na elaboração dos produtos, reduzindo os impactos ocasionados ao ambiente. Outro ponto importante também relacionado a questões não financeiras na sustentabilidade diz respeito ao uso da tecnologia, conforme explicado por Hart (1995), que afirma que as empresas que utilizam da tecnologia para gerir práticas ambientais possuem as melhores tecnologias para estabelecer um processo produtivo mais eficiente.

Observa-se uma crescente demanda voltada a observância de aspectos não financeiros, como a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) e o capital intelectual, para análise dos

stakeholders (partes interessadas) no que tange a tomada de decisões (ECCLES; SALTZMAN, 2011). E para que estas informações relevantes auxiliem na tomada de decisões, faz-se necessário o uso de indicadores disponibilizados através de relatórios que promovam os aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) envolvidos nos processos da organização (FLOWER, 2015).

2.1.2 Indicadores de Sustentabilidade

Colocar em prática o desenvolvimento sustentável requer instrumentos que sejam capazes de mensurar as dimensões que devem ser adotadas pelas organizações, capazes de mapear as atividades que serão realizadas e fornecer informações necessárias para identificar se os objetivos traçados foram realizados. Para tal situação, Amorin e Candido (2015) descrevem que na Agenda 21 onde são estabelecidas as metas do desenvolvimento sustentável de uma organização, tem-se a utilização de instrumentos de mensuração como ferramentas que estabelecem diretrizes a serem tomadas, denominados indicadores.

A utilização de indicadores de sustentabilidade é entendida por diversos autores como ferramentas que auxiliam no processamento e acompanhamento da implementação de práticas sustentáveis nas organizações, tornando-se peças fundamentais para viabilizar o desenvolvimento sustentável nas empresas por meio da análise de variáveis que exprimem a realidade abrangida pelos atos da organização quanto aos aspectos mais relevantes da sustentabilidade (CALLADO, 2010). Portanto, os avanços obtidos com a utilização de práticas sustentáveis poderão ser medidos através dos indicadores de sustentabilidade, considerados como itens balizadores, avaliativos e informativos que auxiliam na tomada de decisões, sendo tão importantes no mundo corporativo (MARTINS; CÂNDIDO, 2010).

A adoção dos indicadores de sustentabilidade ganhou notoriedade na Conferência Rio-92 e posteriormente consolidado na Agenda 21, ao qual foi determinado o desenvolvimento de sistemas capazes de mensurar o progresso do desenvolvimento sustentável por meio de indicadores que evidenciem o desenvolvimento econômico, social e ambiental das organizações. Este ato foi oficialmente promovido na Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD) quando formulou documento chamado de “Livro Azul”, que apresentava indicadores que deveriam ser utilizados pelos países compostos na Agenda 21. Ao longo do tempo estes indicadores sofreram algumas reformulações e ajustes para atender os requisitos estabelecidos na Agenda 21 com maior precisão e divulgados no documento de diretrizes e

metodologia dos indicadores sustentáveis (SANTOS; PEIXOTO; XAVIER, 2008; SOUZA, 2018).

Dado esse momento, os indicadores de sustentabilidade são apresentados como instrumentos que mensuram o desempenho sustentável e contribuem na tomada de decisões, de modo que apontam informações que evidenciam a aplicabilidade dos processos sustentáveis nas organizações (VAN BELLEN, 2008).

De acordo com o exposto, os indicadores de sustentabilidade são organizados em três níveis, ambiental, social e econômico, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Indicadores de Sustentabilidade

INDICADORES	ASPECTO ANALISADO	APLICAÇÃO
AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais; - Quantidade de Energia utilizada; - Quantidade de Água utilizada; - Impacto na Biodiversidade; - Emissões de poluentes (pegada carbónica); - Ciclo de vida e elaboração de produtos e serviços; - Quantidade de materiais usados e reutilizados/reciclados; - Saúde ambiental; - Uso de equipamentos; - Capacidade de transporte (emissões de CO₂). 	Mensuram os impactos globais ou locais sobre as ações das empresas no meio ambiente, identificando as consequências das ações das organizações no exercício de suas atividades, analisando o tipo de material utilizado (degradação do ecossistema), o consumo de energia e a utilização de água na produção, os planos de melhora eficiente no uso da energia e água, planos de recuperação de áreas afetadas, descrição dos impactos significantes nas diversas áreas do globo, estratégias para a biodiversidade, nível de emissão de gases de efeito estufa, entre outras variações. (SILVA; GAMEIRO, 2021).
SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> - Práticas trabalhistas e trabalho decente; - Direitos Humanos; - Preocupação com a Sociedade; - Responsabilidade sobre os produtos e serviços. 	Mede os interesses dos stakeholders, evidenciando os impactos sociais que a organização causa nos colaboradores e consequentemente na sociedade, assim como avalia preocupações com o ser humano no ambiente de trabalho e a responsabilidade que os produtos e serviços elaborados podem ocasionar na sociedade (SILVA, 2021; MANARA; ZABANIOTOU, 2014).
ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> - Desempenho Econômico; - Análise de Mercado; - Impactos Econômicos diretos e indiretos; - Práticas de Compras 	Identificam as medidas de desempenho financeiro, mensurando o impacto econômico frente aos stakeholders internos e externos a organização, avaliando as ações que possam influenciar no mercado acionário (LIRA; CANDIDO, 2008).

Fonte: adaptado Global Reporting Initiative (2015).

O indicador de sustentabilidade é, portanto, um instrumento de apoio à gestão organizacional, reunindo informações, avaliando tendências e padronizando atividades sustentáveis para verificar se irão resultar nos objetivos determinados pela empresa, uma vez

que o objetivo principal é divulgar à sociedade elementos quanto ao progresso das metas propostas (MELO; VAN BELLEN, 2019).

Van Bellen (2019) estabelece que os indicadores podem ser determinados como variáveis individuais ou como variáveis que dependem de outras para sua funcionalidade. Já sob o ponto de vista de Mayer (2008), um conjunto de indicadores, pode ser denominado de “índice”, que consiste na associação de vários indicadores que podem promover uma visão simplificada e resumida de um contexto ou dado informacional.

O seu objetivo principal é de melhorar a comunicação em processos que o conteúdo informacional é complexo, simplificando procedimentos e dados para melhor entendimento do público, agregando valor à informação (VAN BELLEN, 2002).

Um dos aspectos mais importantes de um índice de sustentabilidade está relacionado ao método que será utilizado para determinar sua interpretação, devendo conter clareza e transparência ao intérprete ou leitor, assim como não poderá gerar dúvidas sobre os processos.

É relevante ressaltar que a avaliação de um sistema ambiental deve ter a análise de vários indicadores que representem a realidade daquela variável em análise, portanto, a sustentabilidade é determinada por um conjunto de fatores econômicos, sociais e ambientais que alocados simultaneamente em um índice de sustentabilidade devem fornecer informações proeminentes das práticas da organização e os resultados originador por elas (BOUNI, 1996).

2.1.3 Índices de Sustentabilidade

Com a crescente demanda das práticas sustentáveis nas organizações, teve-se como consequência econômica a ampliação de olhares de investidores pelo fato de preocupar-se com os aspectos ambientais e sociais envolvidos nas suas atividades.

Analisar esses aspectos das práticas sustentáveis em uma companhia é essencial para verificar se as organizações estão de acordo com o contexto em que estão inseridas e transmitindo essas informações ao público alvo, como sociedade e investidores, para tal, torna-se necessário um instrumento adequado para validar estas informações, que irão considerar a atuação destas práticas sustentáveis e sociais, de acordo com algumas normativas estabelecidas, levando em conta a estrutura e o ambiente da empresa, como o tamanho, segmento de atuação, público alvo, número de funcionários, entre outros (OLSTHOORN; WAGNER, 2001).

Conforme a organização adequa-se a atividades voltadas para o âmbito ambiental e social, divulgando informações através de relatórios, identifica-se necessário instrumentos capazes de validar essas práticas no contexto corporativo, ocasionando no surgimento de

diversos mecanismos como o Global Reporting Initiative (GRI); os indicadores do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (Instituto Ethos); o Índice de Sustentabilidade Dow Jones; e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo BM&FBOVESPA (SILVA; FREIRE; SILVA, 2014).

Quadro 2 – Índices de Sustentabilidade

ÍNDICES	CONCEITOS
<i>Dow Jones Sustainability Index (DJSI)</i>	Primeiro índice de sustentabilidade empresarial criado para mensurar o desempenho das organizações com altos níveis de desenvolvimento sustentável a nível global. Também fornece uma avaliação estratégica e do gerenciamento de riscos, oportunidades e custos da empresa (DOW JONES, 2022).
<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	Tem por objetivo melhorar a qualidade dos relatórios de sustentabilidade, de forma voluntária, para divulgar informações de atividades nas dimensões econômicas, ambientais e sociais (GRI, 2022).
Ethos de Responsabilidade Social Empresarial	Constitui uma ferramenta de autodiagnóstico para auxiliar as organizações no gerenciamento dos impactos socioambientais causado pelas atividades desenvolvidas, e tem por objetivo melhorar a qualidade dos relatórios e balanços sociais. Seu foco é na responsabilidade social corporativa, portanto atribui pesos diferentes as demais dimensões (ETHOS, 2022).
Índice de Sustentabilidade Empresarial Brasil, Bolsa, Balcão (ISE B3)	O ISE B3 é um índice brasileiro atrelado a bolsa de valores B3, que tem por objetivo evidenciar as empresas comprometidas com as práticas de sustentabilidade e é medido por aspectos de eficiência econômica, social, ambiental e de governança (B3, 2021).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Neste estudo, o foco será na listagem da ISE B3, cujo propósito é tratar de empresas pertencentes ao mercado acionário brasileiro e que atuem com práticas sustentáveis.

Portanto, para mensurar e evidenciar as atividades desenvolvidas pelas organizações sustentáveis surgiu, em 2005 e criado pela Bovespa, o ISE (Índice Bovespa de Sustentabilidade Empresarial). O ISE tem por objetivo demonstrar o retorno das ações de empresas brasileiras que desempenham práticas sustentáveis e que tenham comprometimento RSC, evidenciando que empresas participantes deste índice, supostamente estariam mais preparadas para enfrentar colapsos econômicos, sociais e ambientais (MACHADO; MACHADO; CORRAR, 2009).

O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) além dos objetivos propostos em 2005, tem por finalidade estimular as empresas a inserirem melhores práticas de sustentabilidade no seu gerenciamento estratégico. Conforme rege as normas da B3, as práticas de governança empresarial, social e ambiental devem contribuir para a melhoria da qualidade dos negócios (B3, 2021).

Alguns estudos abordam uma temática bastante importante que se alinha ao raciocínio deste trabalho, que conforme Nunes et al. (2010) investigaram que variáveis poderiam influenciar a entrada das empresas para o ISE, realizando um estudo com base na teoria dos *shareholders* e *stakeholders*, com uma amostra de 124 empresas, estabelecendo como variáveis o tamanho da empresa, setor de atividade, concentração acionária, localização do controle acionário, ser emissora de ADR e ser de propriedade estatal, ao qual obtiveram resultados que apenas o tamanho da empresa e setor de atividade foram determinantes para adentrar as regras do índice.

2.1.4 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Para medir o progresso do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário a construção de ferramentas de mensuração, denominadas indicadores de desenvolvimento ou de sustentabilidade. Esses indicadores são instrumentos formados por variáveis que evidenciam informações mais precisas sobre os fenômenos em análise. A utilização destes indicadores de desenvolvimento sustentável serve para orientar e controlar as ações desenvolvidas pelas organizações no que tange ao progresso do desenvolvimento sustentável (IBGE, 2015).

Os ODS surgem como ferramenta para ampliar e mensurar as metas estabelecidas na em uma agenda para o desenvolvimento sustentável. Trata-se de parâmetros e políticas a serem adotadas nas organizações para com a sociedade, delineando diretrizes econômicas, sociais e ambientais (CASTRO et al., 2019).

Em 2015, na sede da ONU, foram apresentados os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), para aplicar o conceito de sustentabilidade nas organizações, tendo por base os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM). Os ODS são compostos por 17 objetivos e 169 metas que tem por finalidade solucionar problemas mundiais como erradicar a pobreza, igualdade social, efeitos climáticos, garantia dos direitos humanos, entre outros (CRUZ, 2020). A substituição dos ODM por ODS é na verdade uma renovação e ampliação dos compromissos anteriormente publicados, ao qual se lança uma nova proposta com aumento dos objetivos e metas sob a denominação Agenda 2030 para planejar um futuro melhor em termos sustentáveis e sociais, analisando se os ODS estão correspondendo com as expectativas previstas (OKADO; QUINELLI, 2016).

Por se tratar de itens extremamente relevantes, segue o baixo a relação dos 17 Objetivos da Agenda 2030 demonstrados no Quadro 3:

Quadro 3 – Objetivos da Agenda 2030

OBJETIVOS	DESCRIÇÃO
Objetivo 01	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
Objetivo 02	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
Objetivo 03	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
Objetivo 04	Assegurar a educação assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
Objetivo 05	Alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
Objetivo 06	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
Objetivo 07	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível de energia para todos;
Objetivo 08	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos;
Objetivo 09	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
Objetivo 10	Reduzir as desigualdades dentro dos países e entre eles;
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
Objetivo 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
Objetivo 14	Conservar e usar sustentavelmente dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
Objetivo 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Adaptado de UN (2015).

Para melhor elucidar os objetivos do desenvolvimento sustentável, evidencia-se de forma ilustrativa na Figura 2:

Figura 2 – Indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ODS Brasil (2022).

A busca pelo cumprimento dos objetivos e metas previstos na Agenda 2030 tem como fundamento produzir efeitos para os próximos 15 anos considerando pontos cruciais para a humanidade no quesito social e para o planeta no quesito ambiental, focando em 5 itens importantes, denominado os 5P, que são Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (UN, 2015).

No que tange às Pessoas, o tema relaciona o objetivo do cumprimento de acabar, de forma geral, com a fome e a pobreza em todas suas dimensões para que o ser humano tenha igualdade e dignidade de viver. Já no aspecto Planeta se refere a proteção ambiental, desde a degradação à produção sustentável e utilização de recursos naturais, com objetivo principal de proteger os ecossistemas e garantir o futuro das novas gerações, admitindo medidas urgentes para combater o avanço das constantes mudanças climáticas. Quanto à Prosperidade, trata-se garantir que toda população possa usufruir igualmente de questões econômica, sociais e tecnológicas, afortunado a vida. A paz é a determinação de forças pacíficas justas e inclusivas nas sociedades livres de violência e medo, onde não há sustentabilidade sem paz e vice-versa. E como último item, a Parceria aborda os pontos chaves para mobilizar e programar a Agenda através de parcerias globais com foco no desenvolvimento sustentável, na solidariedade global, concentrando-se nos mais necessitados e de forma que haja a participação de todos os países e pessoas (UN, 2015).

2.1.5 Responsabilidade Social Corporativa

A responsabilidade social corporativa é definida por Ashley et al. (2003) como atividades desenvolvidas pelas empresas para colaborar com a melhoria da qualidade de vida da sociedade, ou seja, é o compromisso que a organização tem com a sociedade através de ações que afetam de forma positiva tanto a comunidade como um enfoque para o interior da organização, melhorando políticas institucionais e bem-estar dos participantes da organização.

Ao promover a sustentabilidade em uma organização, as ações devem ser voltadas ao desenvolvimento de estratégias corporativas para melhorar o seu desempenho e concomitante a questões sociais e ambientais. Neste sentido estará inserindo a empresa em um novo cenário competitivo, voltado à adoção de práticas de planejamento estratégico sustentável e gestão social, ocasionando melhores desempenhos na tomada de decisões (BAUMGARTNER, 2017).

A crescente preocupação com questões relacionadas ao meio ambiente e aspectos sociais, está relacionado diretamente com a sustentabilidade nas organizações, portanto observa-se que as empresas que possuem um engajamento sustentável e social criam efeitos positivos a longo prazo, como aumento de valor da empresa, boa imagem, redução de riscos, maior relacionamento entre as partes interessadas, entre outros (SERVAES; TAMAYO, 2013).

Para colocar em prática estes mecanismos, faz-se necessário de instrumentos que auxiliam na percepção e medem o desenvolvimento dos processos, sistemas e o impacto causados por eles. Um dos métodos de divulgar estas informações aos *stakeholders* (partes interessadas na companhia) se dá por meio da elaboração e publicação de relatórios de sustentabilidade, revelando dados do desempenho nas esferas social, ambiental e econômica (HELENO, 2008).

A proposta da sustentabilidade, de forma geral, é definir padrões de desenvolvimento sustentável que levam em consideração as ações praticadas nas esferas ambiental, social, econômica, ética e cultura de uma organização, para tanto, se faz necessário utilizar métricas como indicadores que possam medir e avaliar se os processos estão atendendo os objetivos propostos (SICHE, 2007).

Torugsa, O'donohue e Hecker (2012) identificaram que as empresas que utilizam a responsabilidade social corporativa nos seus diversos níveis, podem obter vantagem competitiva através do uso de mecanismos e recursos sustentáveis.

2.2 ENVIRONMENT, SOCIAL AND GOVERNANCE (ESG)

A sigla ESG é uma expressão internacional que significa *Environmental, Social and Governance*, que traduzida para o português significa Ambiental, Social e Governança (ASG), ao qual se refere as práticas adotadas por uma organização para promover potenciais de rentabilidade e melhorar a qualidade da sociedade e preservação dos ecossistemas (PACTO GLOBAL, 2021).

No contexto histórico, há diversas ponderações sobre o surgimento e evolução das práticas de ESG, que conforme Pinto (2020) evidenciou que inicialmente resulta de práticas religiosas e códigos éticos, ao qual alguns grupos estabeleceram princípios morais para o investimento de seu capital com base nas crenças e valores.

Assim como também recebe destaque e é reconhecido mundialmente, o fundo de investimentos *Pax World Fund*, criado em 1970, composto por dois investidores, que uniram seus capitais para investir em empresas que se destacavam pela responsabilidade social, eliminando apoiadores de guerras, como a do Vietnã, intensificando as preocupações com valores sociais (PINTO, 2020).

Leon Sullivan, no ano de 1977, destacou-se por consolidar ainda mais o desenvolvimento ESG ao estipular um código de conduta para as organizações, denominado Princípios de Sullivan, responsáveis por promover a responsabilidade social corporativa e influenciar economicamente nas questões da África do Sul, com relação ao *Apartheid* (PINTO, 2020).

Meados dos anos 2000, a ONU atualizou o condigo de conduta organizacional de Sullivan, através da participação do ex-secretário geral da organização, Kofi Annan, tendo apoio financeiro do Pacto Global da ONU, da instituição *International Finance Corporation* (IFC) e do governo suíço, com o intuito de identificar formas de integrar o ESG ao mercado global de capitais (REMOTE, 2020).

Entretanto, somente a partir de 2004, com a divulgação do *Who Cares Wins* (WCW) do Pacto Global com o Banco Mundial, destinado a instituições financeiras sobre como relacionar práticas ambientais, sociais e de governanças ao mercado de ações, foi fazer com que o ESG tivesse um olhar do mercado para investimentos. Sendo que em 2005, auferia relevância o Relatório de *Freshfiels* (2005) apresentando a importância dos fatores ambientais, sociais e de governança na análise financeiras das empresas (PACTO GLOBAL, 2021).

E mais tarde, no ano de 2006, formularam-se os Princípios do Investimento Responsável (PRI) necessários para entender as implicações dos investimentos sobre os temas ESG e fornece

suporte aos signatários na interação do tema com suas decisões financeiras, tendo por base 6 princípios para aplicação quanto a incorporação do ESG como: incorporar temas ESG as análises de investimentos, ser proativo e incorporar temas ESG às políticas e propriedade dos ativos, buscar fazer que as entidades na qual possui investimentos divulguem ações relacionadas ao ESG, promover aceitação e implementação dos princípios no campo de investimentos, trabalhar em conjunto para ampliar a eficácia dos princípios, e cada signatário investidor deverá divulgar relatórios sobre atividades e desenvolvimento da implementação dos princípios (PACTO GLOBAL, 2021). A proposta do PRI é fazer que investidores compreendam as consequências dos investimentos em organizações que atuam com práticas nas esferas ambientais, sociais e de governança, verificando aspectos positivos e negativos a respeito da análise (UNPRI, 2021).

Portanto, O PRI é composto por seis Princípios que devem ser atendidos pelos signatários para que ocorra o investimento sustentável, conforme apresentado no Quadro 4:

Quadro 4 – Princípios PRI

Princípio 01	Introduzir questões de ESG no processo de análise de investimentos e tomada de decisão.
Princípio 02	Ter pro atividade, aderir aos temas ESG nas políticas de investimentos.
Princípio 03	Buscar divulgação adequada sobre ESG nas empresas que possui investimentos.
Princípio 04	Promover aceitação e implementação dos princípios de investimentos sustentáveis no âmbito financeiro.
Princípio 05	Cooperar na melhoria da eficácia da implementação do PRI.
Princípio 06	Relatar as atividades e progredir na implementação dos princípios.

Fonte: adaptado de PRI (2019).

Nessas circunstâncias, também se destaca o conceito de investimentos socialmente responsáveis (*Socially Responsible Investing – SRI*), que consideram não apenas os aspectos econômicos e de contabilidade, mas também o próprio ESG em suas estratégias (SAINI; SINGHANIA, 2019).

A concepção ESG é amplamente abordada no mercado financeiro e de capitais, indicando que investidores procuram organizações atuantes nas práticas sustentáveis, atendendo aos ODS propostos, e assim oferecem menores riscos, auxiliam na construção de uma economia integrada que envolve pessoas e planeta de forma sustentável, proporcionando o bem-estar da população e ao mesmo tempo lucratividade aos acionistas (KLAUS SHWUAB, 2021). Pode-se perceber que há uma considerável ascensão de investimentos em ESG nos

últimos anos, demonstrando que o mercado aprovou esse modelo de mensuração o desempenho das atividades de ESG (CRUZ, 2021).

Desta forma, percebe-se que o ESG tem por finalidade inserir práticas socioambientais na cultura das organizações e indivíduos com o intuito de fazer o mundo um lugar melhor de se viver, e ao mesmo tempo manter a economia aquecida, mas para que isto ocorra devem ser observadas as 3 esferas que compreendem as atividades a serem implementadas (GLOBAL, 2020).

No quesito ambiental ocorre a análise dos impactos causados ao meio ambiente pelas organizações, evidenciando o uso de recursos naturais ambientais, que tem por objetivo atuar de forma preventiva e proativa, tratando as questões ambientais com responsabilidade (PACTO GLOBAL, 2020).

No âmbito social, o foco é na igualdade e respeito dos indivíduos, focando em aspectos muito relevantes como inclusão social, direitos humanos, extinção da pobreza e qualquer tipo de exploração do ser humano, com o intuito de promover o bem-estar social da população em geral. No contexto organizacional, as empresas têm incluído práticas de ESG no seu plano de negócios para melhorar o ambiente de trabalho e satisfazer seus colaboradores (ENGELMANN; NASCIMENTO, 2021).

Na esfera de governança corporativa, diz respeito as estratégias políticas e práticas corporativas ajustadas para proporcionar maior transparência e eficácia do desempenho socioambiental das empresas, bem como firmar mecanismos de controle e incentivos a atuação ética dos envolvidos obedecendo as diretrizes da organização e promovendo melhorias no desenvolvimento das atividades (AMARAL, 2016).

A fim de esclarecer melhor o desenvolvimento das práticas sustentáveis nas organizações, faz-se necessário uma exemplificação dos pilares do ESG, evidenciando a dimensão, fatores de análise e sua definição, conforme indicado no Quadro 5.

Quadro 5 – Dimensões do ESG

Dimensão	Fatores	Definição
Ambiental (E)	Emissões de Gases Efeito Estufa (GEE); Consumo e eficiência energética; Poluentes do Ar; Uso e reciclagem da água; Produção e gestão de resíduos; Impacto e dependência da biodiversidade; Impacto e dependência dos ecossistemas; Inovação em produtos e serviços amigos do meio ambiente.	Questões ambientais que podem ter um impacto positivo ou negativo no desempenho financeiro ou solvência de uma entidade, soberano ou indivíduo.
Social (S)	Liberdade de associação da força de trabalho; Trabalho infantil; Trabalho forçado e obrigatório; Saúde e segurança no local de trabalho; Saúde e segurança do cliente; Discriminação, diversidade e igualdade; Oportunidade; Pobreza e impacto na comunidade; Gestão da cadeia de suprimentos; Treinamento e educação; Privacidade do cliente; Comunidade impactos.	Assuntos sociais que podem ter um impacto positivo ou negativo no desempenho financeiro ou na solvência de uma entidade, soberano ou indivíduo.
Governança (G)	Códigos de conduta e princípios de negócios; Responsabilidade; Transparência e divulgação; Remuneração dos executivos; Diversidade e estrutura do conselho; Suborno e corrupção; Engajamento das partes interessadas; Direitos dos acionistas.	Assuntos de governança que podem ter um impacto positivo ou negativo no desempenho financeiro ou solvência de uma entidade, soberano ou indivíduo.

Fonte: Relatório da EBA (2021).

No Quadro 5 são demonstrados de forma resumida os fatores e definições de cada dimensão do ESG, ao qual são utilizados como critérios para a identificação da aplicabilidade de cada prática nas organizações.

No que tange ao ESG, a próxima seção descreve essa prática sustentável no Brasil, evidenciando sua trajetória e pontos mais relevantes do seu crescimento e uso pelas organizações.

2.2.1 Contexto ESG no Brasil

O conceito de desenvolvimento sustentável chegou ao Brasil a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio 92 ou Cúpula da Terra, ocorrida no Rio de Janeiro (RJ) em 1992. Para participar da conferência, o Brasil elaborou um documento denominado “Desenvolvimento Sustentável” que propunha o alinhamento de questões ambientais nacionais e internacionais, como instrumento de aliança do desenvolvimento econômico com a conservação do meio ambiente, que até então havia sido deixada de lado (PEGUIM, 2015).

Nos últimos anos, o ESG tornou-se um assunto bastante referenciado a partir de 2020 como consequência da pandemia do COVID-19, que ocasionou um grande colapso de diversas

organizações e culturas, afetando sistemas econômicos, sociais e ambientais (DONTHU; GUSTAFSSON, 2020).

No que tange as regulamentações sobre a obrigatoriedade da divulgação de relatórios ESG, em novembro de 2020, foi aprovado o Comunicado Técnico 09 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que dispõe justamente sobre essa questão que até o momento não havia exigência.

O Comunicado Técnico Geral (CTG) 09, dispõe sobre a padronização da formulação dos relatórios ESG, como é o caso do Relato Integrado, para as empresas que atendam aos requisitos da Agenda 2030, portanto o comunicado não obriga que as empresas elaborem o documento, porém estabelece um modelo para servir de referência na integração das informações sobre os aspectos ambiental, social e de governança praticados. Aos olhos do CFC tornou-se pertinente e eficaz a elaboração de um documento “padronizado” para tentar estabelecer uma melhor comparabilidade das empresas participantes (CFC, 2020).

Outro fato importante quanto a obrigatoriedade dos relatórios, firma-se na percepção da Comissão de Valores Imobiliários (CVM), que identificou que as empresas que adotam práticas de ESG estão menos vulneráveis a riscos externos e que conseguem evidenciar a sociedade que ao adotar estas práticas de desenvolvimento sustentável, tornam-se mais responsáveis e eficientes (CVM, 2022).

Portanto por meio da resolução 59, de 22 de dezembro de 2021, a CMV atualizou o formulário de referência das companhias abertas, para que, a partir de janeiro de 2023 contenham as seguintes informações, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Resolução 59/2021 CVM

ÍTEM	INFORMAÇÕES
01	A Organização divulga informações sobre indicadores de ESG em seu relatório anual ou outro documento específico?
02	Qual a metodologia ou padrão utilizado na elaboração do relatório?
03	O documento é auditado ou revisado?
04	O relatório ou documento elaborado considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG?
05	O relatório considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU?
06	Quais os ODS relevantes para os negócios do emissor?
07	Outros itens.

Fonte: adaptado CVM (2022).

Diante dessas questões, a divulgação de informações que relatam o desenvolvimento de atividades sustentáveis corporativas já passou por diversas formulações ao longo dos anos, como evidenciado nos relatórios ESG, identificados como ferramentas de comunicação essenciais à sociedade e investidores na divulgação de informações de desempenho ambiental, social e de governança (ARMSTRONG, 2020; STOCKER; ARRUDA; MASCENA; BOAVENTURA, 2020).

No próximo tópico será abordado a contextualização, aspectos relevantes, formulação e estrutura do Relatório ESG.

2.2.2 Relatório ESG

No decorrer do desenvolvimento dos relatórios corporativos, três modelos foram criados para mensurar itens distintos quanto ao desenvolvimento das atividades empresariais, estipulando o Relatório Social, o Relatório Ambiental e o Relatório Anual. O Relatório Social, foi elaborado em 1970 com objetivo de demonstrar aspectos sociais das organizações, já o Relatório Ambiental, cunhado em 1980 voltados a evidenciação de questões ambientais, podendo incluir itens de saúde e segurança, e por último, o Relatório Anual, que a partir de 1990 passou a incluir informações relacionadas a aspectos éticos, sociais e ambientais das atividades (DAUB, 2007).

O relatório que avalia o desempenho sustentável corporativo mais comum é através da divulgação do Relatório de Sustentabilidade, que em algumas situações corre em conjunto com os demais relatórios elaborados pelas organizações, como relatórios financeiros e contábeis (HUBBARD, 2009).

Neste caso, o estudo aprofunda-se no Relatório ESG, que é um relatório de sustentabilidade, mas que leva em consideração ações que a organização promove quanto as esferas ambiental, social e de governança, evidenciando o desempenho quanto as atividades aos *stakeholders*, na avaliação dos riscos dos investimentos (KOULOUKOUI, 2019).

Portanto, o relatório ESG busca fomentar a nova demanda exigida pelas partes interessadas em evidenciar não somente informações financeiras e sim dados que demonstram que a organização contribui com a preservação do meio ambiente, questões sociais e de governança (KOULOUKOUI, 2019).

Pesquisadores definem Relatório ESG como a divulgação de informações que evidenciam os impactos das atividades corporativas dentro das dimensões ambiental, social e

de governança à sociedade e investidores, para avaliar o desempenho das organizações e medir o risco ou oportunidade de investimento (ARRIVE, 2018).

Quando se fala de relatórios de sustentabilidade ou ESG, é relevante destacar que esses relatórios não são obrigatórios por Lei, conforme previsto na Lei número 6.404/746 (Lei das S.A.), exigem que as companhias de capital aberto emitam relatórios da administração sobre negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício social, demonstrações financeiras, parecer de auditores independentes, parecer do conselho fiscal e demais documento pertinentes (BRASIL, 1976).

Diante do fato, a divulgação voluntária de relatórios sustentáveis vem ganhando significância à medida que evidenciam aspectos que influenciam na tomada de decisões e investimentos. A divulgação voluntária das organizações, principalmente relativa a dados ambientais, sociais e de governança (ESG) tem sido acentuada na análise corporativa nos últimos anos dado o crescente interesse dos *stakeholders* em informações que revelam as práticas corporativas socialmente responsáveis (BROGI; LAGASIO, 2019; CONCA et al., 2021; UMAR et al., 2021).

De acordo com Xie et al. (2019), o número de organizações que adotam e divulgam práticas de ESG tem aumentado significativamente ao longo dos anos.

O uso do Relatório ESG tem sido bastante explorado no mundo corporativo por ser um demonstrativo que evidencia de forma transparente questões ambientais, sociais e de governança praticados pelas instituições, e, portanto, associado a melhores decisões de investimentos e chances de avaliar os riscos que possam vir a interferir no desenvolvimento das atividades, minimizando custos de agência e problemas de assimetria informacional (ATIF; ALI, 2021; LI et al., 2018).

Outro item bastante importante quando ao uso do relatório ESG e sua divulgação, está ligado a maximização de valores sustentáveis, melhorando a imagem e reputação da organização, como o evidenciando aos investidores uma visão mais abrangente das questões financeiras futuras que esses investimentos acarretarão (BROGI; LAGASIO, 2019; HARYMAWAN et al., 2021).

No que tange as dificuldades na formulação dos relatórios de ESG, um tema bastante relevante relaciona-se aos desafios encontrados na estrutura e divulgação das informações ambientais, sociais e de governança, como o fato de não haver a fiscalização ou auditoria nos dados ESG, não existir uma orientação regulatória específica que garanta a precisão das informações relatadas, o que ocasiona em distorções ou divulgações de cunho oportuno,

evidenciando informações que são mais proeminentes a organização do que à sociedade (DIMSON, 2020; FRIDE, 2019; KHAN et al., 2016).

Ainda que a literatura identifique que os fatores ambientais, sociais e de governança influenciam na avaliação e reputação das empresas, diante das questões de divulgação das informações, surge a expressão “*greenwashing*” (no português, lavagem verde), que ameaça à integridade das informações contida nos relatórios ESG (DU, 2014). De acordo com Bowen e Aragon-Correa (2014), o *greenwashing* é uma medida tomada pela organização na divulgação das informações com o objetivo de beneficiar-se perante a sociedade e investidores, pois os dados demonstrados nos relatórios ESG são dados que revelam situações em que a empresas se sobressai, omitindo demais informações da realidade que poderiam reduzir sua avaliação.

Estudos anteriores evidenciaram que na divulgação dos relatórios ESG, com foco na esfera ambiental, as organizações geralmente direcionam esforços para demonstrar aspectos simbólicos do que a realidade (MARQUIS et al., 2016; SHVARTS et al., 2018).

Neste sentido é importante evidenciar que as informações que serão divulgadas nos relatórios ESG condizem com a realidade e tragam informações que irão auxiliar os investidores e demais partes interessadas nas decisões que tangem a organização, como a explicação de possíveis riscos com relação ao meio ambiente, fatos gerados pela utilização de determinados recursos para elaboração de itens, manejo e alocação de pessoal, entre outros (MIHAI, 2006). Torna-se necessário, portanto elaborar relatórios ESG que contenham dados que sirvam como uma espécie de sinal aos investidores para mensurar os riscos e retornos financeiros que a organização estará proporcionando a longo prazo (ANDERSON, 2019).

Figura 3 – Frameworks para Relatório ESG conforme TBL



Fonte: Adaptado de CORT, ESTY (2020).

Diante dessas questões e com o intuito de evitar informações distorcidas ou de cunho particular (de seu interesse apenas), verifica-se que as instituições possuem a necessidade de organizar os elementos em uma estrutura que permita-lhes evidenciar todos os aspectos das atividades desenvolvidas quanto ao desenvolvimento do ESG (LAUFER, 2003).

Como não há um consenso global de estrutura (frameworks) ou padrão estabelecido para elaboração do relatório ESG, as evidenciações de estruturas conhecidas pelos investidores dizem respeito a indicadores e índices de desempenho sustentável delineados conforme a abordagem do TBL: Global Reporting Initiative (GRI), Balanço Social, Instituto Ethos, 17 ODS e Measuring Stakeholder Capitalism (World Economic Forum – WEF), conforme demonstrado na Figura 3.

Esta estrutura baseada no TBL, tem por objetivo mensurar as práticas ligadas a sustentabilidade corporativa considerando os recursos sociais e naturais necessário ao futuro da sociedade e evidenciá-los aos stakeholders para o processo de tomada de decisões quanto aos investimentos (CORT; ESTY, 2020).

Sendo assim, a finalidade do relatório ESG serve para divulgar informações a respeito das ações que foram priorizadas ou desenvolvidas pelas organizações ao longo de suas atividades, com o intuito de evidenciar a promoção de ações em benefício do meio ambiente, causas sociais e equilíbrio financeiro, na busca de investimentos e construção de uma boa imagem perante os stakeholders que a empresa além do lucro, tem preocupações com a sociedade e o futuro (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

3 MÉTODO E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O presente estudo tem por objetivo analisar as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de *Environmental, Social and Governance* – ESG nas empresas participantes da ISE/B3 no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2023. Para atender ao objetivo proposto, o estudo seguiu, uma linha sistemática de raciocínio para contextualização dos conteúdos e evidenciação do problema. Segundo Fonseca (2002) e Minayo (2007), a metodologia é um estudo dos caminhos a serem desenvolvidos para realizar uma pesquisa, ao qual se utiliza de instrumentos para sua mensuração e validação, indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para obter a descrição dos fatos.

A construção de conhecimento é um dos processos da natureza da pesquisa científica, realizado com o intuito de contribuir para o crescimento da ciência ao passo que propõe testar ou analisar fenômenos que validam teorias propostas, seguindo padrões e regras que estabelecem um método científico (VIEIRA, 2012).

Sendo assim, este capítulo demonstra o desenvolvimento da pesquisa através das etapas metodológicas, evidenciando o delineamento da pesquisa, população e amostra utilizados, procedimentos de coleta e análise de dados, como também as limitações encontradas no estudo.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O estudo multicaso é uma abordagem de pesquisa qualitativa que envolve a análise aprofundada de múltiplos casos individuais, em vez de se concentrar em um único caso. Esses casos podem ser organizações, eventos, pessoas, comunidades, ou qualquer outra unidade de análise relevante para a pesquisa em questão. O objetivo principal do estudo multicaso é entender melhor um fenômeno, problema ou questão de pesquisa a partir de várias perspectivas e contextos diferentes (YIN, 2010).

Assim como Stake (2009) define que o estudo multicaso é um caso coletivo em que cada estudo possui etapas importantes individuais para descrever e interpretar um conjunto maior, de forma que o autor procura informações relevantes para nortear sua pesquisa.

Portanto, segundo a definição de Yin (2010), o multicaso é um estudo que reúne diversos casos em um único estudo, ao qual todas as etapas são necessárias para que se possa chegar a uma possível conclusão do objeto estudado.

Esses autores desempenharam papéis fundamentais na promoção e no desenvolvimento do método de estudo multicaso, fornecendo orientações e estratégias para conduzir pesquisas

rigorosas usando essa abordagem. Suas obras são referências importantes para pesquisadores que desejam realizar estudos multicaso de alta qualidade.

O estudo será dividido em duas etapas quanto à abordagem do problema, sendo a primeira qualitativa e a segunda quantitativa. Na etapa qualitativa, o pesquisador desempenha papel fundamental na observação, seleção, consolidação e análise dos dados gerados, que se dão por meio de entrevistas ou questionários, depoimentos e outros dados que ajudam na descrição dos fatos, coletados a partir da perspectiva de pessoas que possuem conhecimento sobre o objeto do estudo (MINAYO, 2001; SILVA, 2010).

Na etapa inicial qualitativa, foram estudadas as cinco melhores empresas conforme a classificação da ISE/B3, analisando os relatórios ESG divulgados no período de 2021 e 2022.

É importante ressaltar que a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de técnicas que descrevem e decodificam componentes de um sistema complexo de significados, cujo objetivo é traduzir e expressar o sentido destes fenômenos de diversas formas fundamentando as teorias propostas pelo pesquisador (NEVES, 1996). Neste estudo, esta tipologia de pesquisa é extremamente importante pois permite contribuir no processo de mudança de determinado grupo, ou seja, permite compreender e alterar comportamentos de indivíduos para resolver problemas estabelecidos com um viés mais profundo (RAUPP; BEUREN, 2006).

A pesquisa qualitativa possui um tipo de objetividade e validade conceitual, pois não necessita de informação estatística para sua comprovação e contribui decisivamente para a construção de conhecimento científico. Alguns autores mencionam que a pesquisa qualitativa é vista como uma expressão genérica, que engloba atividades investigativas para obtenção de informações sobre o estudo, assim como também é vista com características de traços comuns (TRIVINOS, 2011).

A etapa segunda etapa, quantitativa, foi dividida em duas fases, sendo a primeira a Revisão Sistemática de Literatura (RSL), abordando pontos específicos do ESG, seguida da segunda fase, com a pesquisa de levantamento tipo survey, ao qual foi elaborado um protocolo de pesquisa, e enviado aos responsáveis pelo ESG nas organizações participantes da ISE/B3 com a intenção de verificar quanto ao cumprimento das práticas ambientais, sociais e de governança, atribuindo-lhes uma nota.

Os métodos quantitativos são utilizados para medir opiniões, reações, hábitos e atitudes de um público específico através de uma amostra que representa de forma estatística aquela questão. As pesquisas quantitativas possuem um rol de situações que elas ocorrem, sendo entrevistas pessoais, por telefone, cartas e questionários estruturados fechados, semiestruturados e perguntas abertas (ARAGÃO, 2017).

De encontro ao que afirma Schneider, Fujii e Corazza (2017), no que tange a pesquisa quantitativa, pode-se descrever sete etapas para sua realização sendo:

- Problema;
- Planejamento Amostral;
- Planejamento e construção do questionário;
- Realização de campo;
- Obtenção de dados;
- Análise Estatística; e
- Discussão dos Resultados.

Portanto, o cumprimento destas etapas, são importantes para a pesquisa quantitativa, observando os planejamentos e estrutura formados devem ser montados tendo em vista o objetivo do estudo (LAKATOS; MARCONI, 2008).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A pesquisa científica é um processo voltado para a identificação de problemas dos mais diversos possíveis e utilizada na busca de mecanismos que sejam capazes de evidenciar estas situações (SELLTIZ et al., 1974).

A População da pesquisa, o tamanho da amostra e o processo de amostragem, portanto são itens considerados extremamente importantes em um estudo, pois delimitam o público-alvo escolhido para averiguar determinado problema (TRIVINOS, 2011).

Na literatura, há uma distinção entre População e Amostra, onde a População de um estudo é definida com o conjunto de elementos, sejam eles produtos, empresas, pessoas, entre outros, que tem características que serão objeto de estudo, já a Amostra se refere a uma parcela da população escolhida sob determinação de algum critério ou situação para sua utilização (VERGARA, 2006).

O presente estudo define como população as empresas da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), compostas por empresas brasileiras que atendem critérios ESG elencadas no período de janeiro de 2023, composta por 129 instituições, conforme exposto no Apêndice C. Com relação a amostra, destacam-se as empresas que divulgam relatórios de sustentabilidade nas três esferas do ESG, considerando um erro amostral de 5% do total da população.

3.3 ETAPA QUANTITATIVA

Na abordagem qualitativa, divide-se o desenvolvimento das atividades em duas etapas para melhor formulação do estudo:

- 1) Revisão Sistemática de Literatura (RSL): neste momento foram analisadas questões relacionadas as práticas sustentáveis nas organizações a divulgação de relatórios ESG.
- 2) Estudo com especialistas da área de ESG: nesta etapa foram enviados questionários aos especialistas com o objetivo de verificar pontos assertivos quanto a aplicabilidade da sustentabilidade nas empresas, para a identificando das barreiras na implementação e desenvolvimento Relatório ESG nas empresas.

3.3.1 Revisão Sistemática de Literatura

Na análise da RSL, as informações foram obtidas através da base de dados da Web of Science (WOS) em etapas, sendo a primeira com a função de busca com as palavras-chave *Environmental, Social and Governance and Companies*, obtendo o resultado de 2.427 artigos de publicações sobre o tema selecionado de janeiro de 2013 a Janeiro de 2023 (2013/01/01-2023/01/31), porém nesta seleção diversos artigos selecionados não compreendiam o objeto do estudo, sendo necessário a escolha de um filtro mais amplo e específico. Sendo assim, em uma segunda etapa, optou-se pela busca das palavras-chave “*Environmental, Social and Governance*” and “*Companies*” tendo por resultado 522 artigos de publicações a respeito do tema selecionado de janeiro de 2013 a janeiro de 2023 (2013/01/01-2023/01/31), compreendendo uma amostra temporal de 10 anos, contendo artigos específicos e que compreendiam o objeto do estudo.

Ao analisar os artigos obtidos com a RSL da segunda etapa, identificou-se que a amostragem ainda era numerosa, sendo importante uma seleção mais rigorosa que se deu através da adoção de critérios de classificação como:

- Relatórios ESG;
- Título relacionado ao tema;
- Palavras-chave relacionadas ao tema;
- Resumo compreendendo o objeto do estudo.

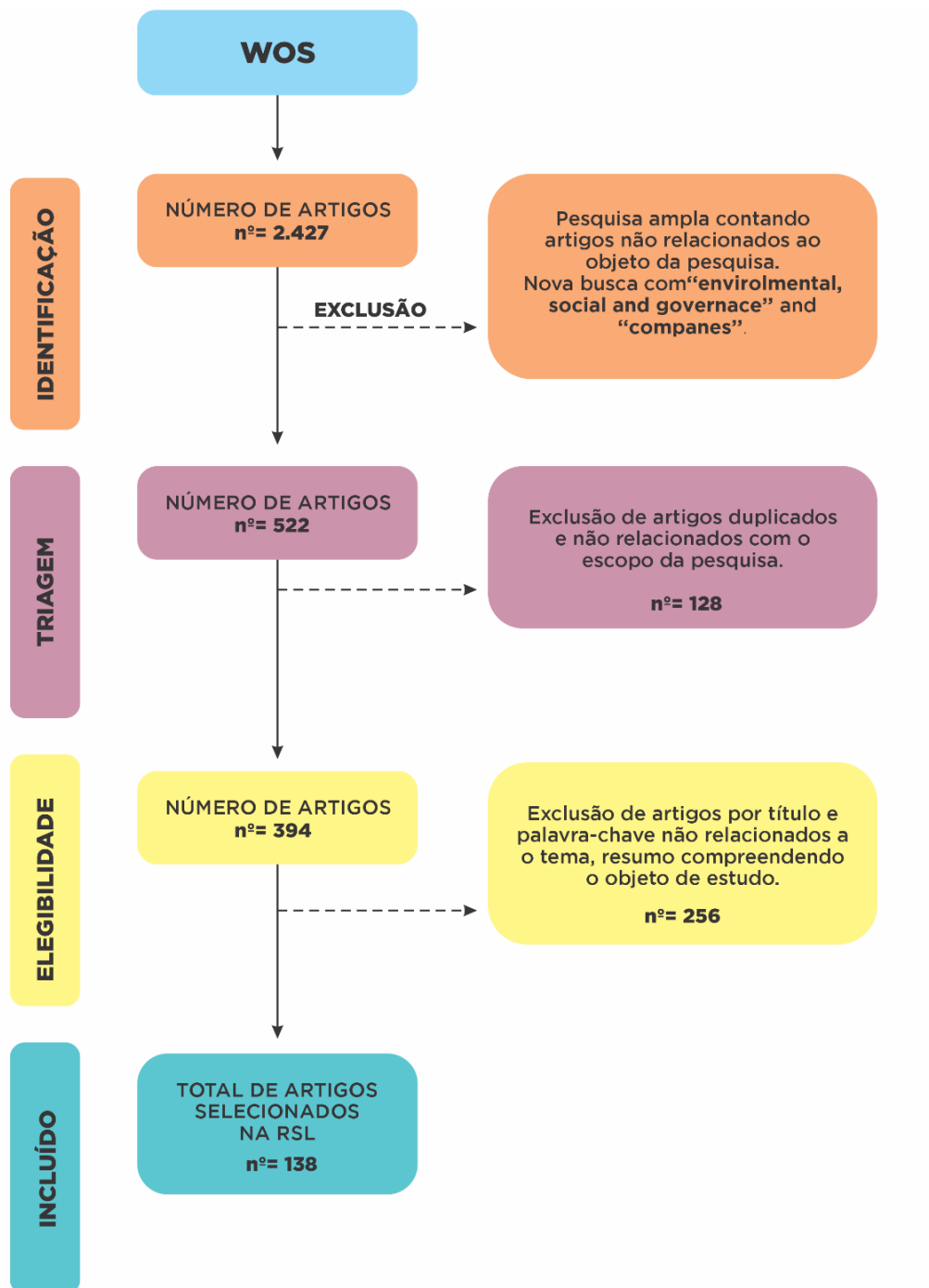
Desta forma, obteve-se uma amostra final de 138 artigos selecionados que abrangem os critérios relacionados com o objeto do estudo e a evolução das publicações acerca da sustentabilidade nas empresas ao longo de 10 anos.

Para ter uma análise mais completa, fez-se necessário a utilização do Software VOSViewer, que consiste em uma ferramenta que extrai de textos um mapeamento científico com o objetivo de visualizar o mapa científico, para observar as redes e ligações existentes na análise bibliométrica (VAN ECK; WALTMAN, 2020). Este software possui recursos para minerar textos, como concorrência, concitação, acoplamento bibliométrico, maiores citações por autor ou país, enfim, uma série de itens que buscam identificar o mapa científico dos objetivos amostrados no estudo (VAN ECK; WALTMAN, 2020).

A utilização de RSL em estudos de produção científica abordando aspectos de desenvolvimento sustentável, indicadores de sustentabilidade, entre outros, de acordo com Kitchenham e Charles (2007), é uma modalidade de pesquisa que usa como fonte de dados a literatura sobre determinado tema para unir informações sobre determinado assunto que possui aspectos conflitantes, confusos ou incertos, como também serve para pontuar temas para investigações futuras, sendo de extrema importância ao estudo proposto para evidenciar se as práticas continuam da mesma forma ou se o estudo realmente contribuiu para a prática corporativa.

O método e o procedimento inicial da RSL podem ser entendidos melhor conforme demonstra o fluxograma da Figura 4:

Figura 4 – Fluxograma do Método e Procedimentos da RSL



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Na etapa seguinte, dando continuidade ao desenvolvimento da pesquisa, fez-se necessário interrogar os especialistas para identificar que questões poderiam ser empregadas ao questionário para analisar o desenvolvimento e implementação do Relatório ESG nas empresas da ISE B3.

3.3.2 Pesquisa de Levantamento: tipo survey

Com as informações advindas da literatura, elaborou-se um questionário eletrônico, através da plataforma *google forms*, e enviado aos especialistas da área, conforme demonstrado no Apêndice A, contendo questões sobre sustentabilidade e relatório ESG nas organizações para que se tivesse um instrumento coeso e verificado para apresentar às empresas listadas na ISE B3. Com o retorno destas informações, desenvolveu-se o processo de validação da pesquisa qualitativa com as organizações.

Portanto, no procedimento de coleta de dados foi efetuado um levantamento ou Survey com especialistas da área ESG de empresas brasileiras com o auxílio de um questionário online e enviado a estes especialistas com base na RSL. De acordo com Gil (2010), este procedimento é adotado quando pretende-se fazer interrogação de forma direta com pessoas que detém conhecimento sobre o objeto informado.

3.4 ETAPA QUALITATIVA

Na determinação do Protocolo de Análise de Relatórios ESG, foram realizados os seguintes passos para sua elaboração:

1. Coleta de dados:

- a) Inicialmente fez-se a busca das empresas brasileiras com os melhores desempenhos ESG, ao qual estão disponibilizadas no site da ISE B3 (<https://iseb3.com.br/>), conforme divulgação em 2022 e evidenciado no Apêndice D;
- b) Como a lista é composta por 73 empresas, filtrou-se a pesquisa, captando-se as 5 melhores para análise (Quadro 6), conforme tempo hábil a se realizar;
- c) Com a listagem das empresas refinada, buscou-se entender a participação de cada uma delas no Brasil, descrevendo sua história, filosofia (missão, visão e valores), o escopo geral da empresa (certificações, ISO e demais destaques), atuação (áreas, segmentos) e as práticas ESG mais relevantes;
- d) Para a coleta de dados os relatórios ESG das empresas listadas na ISE B3, realizou-se a pesquisa nos sites oficiais de cada uma das empresas, selecionando os relatórios mais recentes dos anos de 2021 e 2022.

- e) Com as informações coletadas, fez-se na análise dos relatórios com base no protocolo de análise dos relatórios (Apêndice G), identificando as práticas exercidas pelas organizações e atribuindo uma nota para a variável em questão;

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Com o delineamento da pesquisa concluído, tem-se o instrumento necessário com informações fundamentais para iniciar a análise dos dados obtidos na RSL e argumentos dos especialistas. Importante ressaltar que a escolha deste tipo de metodologia é baseada no estudo de Ávila (2014), ao qual unificou os métodos em um único estudo, tornando o embasamento teórico relevante e fortalecendo a criação de indicadores seguros (NUNES, 1993).

Nesta fase de procedimento de análise de dados, no que diz respeito a pesquisa inicial qualitativa, foi feita a apreciação do conteúdo através da Análise de Conteúdo, para uma melhor categorização das palavras usadas, de forma que aglutina palavras ou frases que se repetem e inferindo um termo que as representa com uma análise analítica, evidenciando o que trata a informação (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Bardin (1977) estabelece algumas etapas para esse tipo de análise, conforme demonstrado nos itens a seguir:

- a) Separação de conceitos (homogeneidade);
- b) Zerar o texto, no sentido de aproveitar todo o conteúdo (exaustividade);
- c) Não repetir elementos nas categorias (exclusividade);
- d) Códigos diferentes devem fornecer resultados iguais (objetividade);
- e) Adaptação para o conteúdo e objetivo proposto (adequação e pertinência).

Em outras palavras, trata-se de um conjunto de técnicas e procedimentos sistemáticos para a descrição de um conteúdo, cujo objetivo não se atem somente a metodologia e sim no novo conteúdo que poderá ser gerado com as informações analisadas, agregando conteúdo a outro já existe ou atribuindo novas descobertas, portanto esta análise utiliza-se de indicadores quantitativos e qualitativos para inferir um conhecimento (BARDIN, 1977).

Após a análise de conteúdo, desenvolve-se uma análise descritiva dos resultados obtidos com a intensão de evidenciar o comportamento das variáveis estudadas e conseqüentemente a variância na pesquisa (GIL, 2002).

Para a etapa de análise dos relatórios ESG das organizações, foram necessários os seguintes passos:

- a) Com a coleta dos dados concluída e o protocolo de análise de relatórios ESG (Apêndice F) finalizado, analisou-se os relatórios individualmente, identificando e compreendendo as variáveis nas esferas ambiental, social e governança.
- b) Para analisar os dados, utilizou-se scores para cada eixo do ESG, considerando uma escala de aplicabilidade do conceito e práticas de cada variável, de 0 a 5: 0 - Não se aplica; 1 - Muito Baixa (representa o menor grau de aplicabilidade); 2 - Baixa; 3 - Regular; 4 - Alta; e 5 - Muito Alta (o maior grau de aplicabilidade).
- c) Após aplicar o score, selecionou-se o conteúdo de cada prática que foi encontrado no relatório, identificando itens que podem ser drivers (pontuação 5) e barreiras (pontuação 0, 1 e 2) para a implementação do ESG nas organizações.

Por fim, são apresentadas as análises realizadas com os resultados obtidos na plataforma *google forms* enviada aos responsáveis pelo ESG nas organizações da ISE B3, descrevendo e discutindo os resultados encontrados, juntamente com as análises dos relatórios divulgado pelas empresas da ISE B3.

Estes resultados são discutidos com a Prática Recomendada 2030 (PR2030) de 2022, para comparabilidade e evidenciação de novos meios de inserção dos relatórios ESG nas organizações.

3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Pode-se destacar que existe um leque bastante numeroso na literatura no que tange ao ESG, porém há pouca evidenciação algumas particularidades do ESG, especificamente sobre os fatores que impedem a elaboração e divulgação dos relatórios ESG nas organizações, tornando essas questões como limitações do estudo.

Outro ponto que determina uma limitação no estudo está ligado a disposição de resposta aos questionários, que por muitas vezes, por se tratar de pessoas que possuem cargos de relevância em uma organização, não demandam de tempo hábil para responder adequadamente as questões propostas, ou pelo fato de não tratar de um assunto que lhes interessa.

Obteve-se um número de não respondentes bastante significativo, em torno de 70 responsáveis pelas principais instituições ligadas a ISE B3, tendo por respostas respondidas apenas 4 pessoas, portanto limitou a pesquisa aos relatórios sustentáveis das 10 organizações com melhor desempenho ESG da ISE B3.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentadas as análises realizadas nas duas etapas da pesquisa, sendo a primeira a etapa qualitativa com a análise dos relatórios das empresas, e a segunda, quantitativa com a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) rodada no software VOSViewer, seguido da pesquisa de levantamento tipo survey, descrevendo e discutindo os resultados encontrados.

4.1 ETAPA QUALITATIVA

Na etapa qualitativa do estudo que trata da apresentação das 5 melhores empresas elencadas no ranking de desempenho ESG da ISE/B3, teve-se por objetivo evidenciar pontos principais como missão, visão, valores, sustentabilidade e escopo da organização, seguido da análise dos indicadores ESG e da descrição das práticas adotadas pelas organizações.

4.1.1 Histórico das empresas analisadas

No âmbito dos relatórios ESG das empresas listadas na ISE B3, observou-se padronização de variáveis estabelecidas por diversas métricas, conforme apresentado no item 2.1.2. A partir dessas informações, foi elaborado o Protocolo de Análise de Relatórios ESG (Apêndice F) com base no Ranking das cinco melhores empresas da listagem, a nível de cumprimento do ESG.

Quadro 6 – 5 Melhores Classificações ESG da ISE B3

Empresa	Setor	Nota no ISE
EDP - Energias do Brasil	Energia elétrica	90,25
Lojas Renner	Varejo	85,13
Telefônica Brasil	Telecomunicações	84,09
CPFL Energia	Energia elétrica	81,99
Natura	Consumo	80,89

Fonte: Site ISE B3.

Para o processo de triangulação de dados, foram coletadas informações conforme a avaliação do Índice de Sustentabilidade Empresarial Brasileiro (ISE B3), ao qual é um indicador

de desempenho médio das cotações dos ativos de empresas comprometidas com a sustentabilidade empresarial, evidenciando as práticas aplicadas nas esferas ambiental, social e de governança corporativa (ESG).

Portanto, para esta análise, foram elencados os cinco melhores índices em ordem decrescente correspondente as seguintes organizações: EDP Energias, Lojas Renner, Telefônica Brasil, CPFL Energia e Natura.

A partir desta seleção, cada organização foi estudada observando as práticas atuantes em cada eixo do ESG com a intenção de verificar quais atividades estão sendo desenvolvidas conforme critérios adotados com base na Norma ABNT PR2030.

Para realização desta etapa, fez-se a seleção das organizações conforme sua classificação na ISE B3, analisando os relatórios de cada uma, descrevendo sua história, missão, valores e escopo, e os programas que têm aplicado nos últimos anos.

4.1.1.1 Análise do Relatório ESG – EMPRESA A: EDP ENERGIAS

O quadro avaliativo da empresa A representada pela EDP - Energias do Brasil, com mais de quarenta anos de história, atuando em 20 países, com índice de sustentabilidade avaliada em 90,25. Quando relacionada ao eixo ambiental, entre teoria e prática, é considerado pela organização um nível ótimo em sua pontuação, merecendo destaque das demais empresas avaliadas, tendo como uma das benfeitorias únicas na pontuação 5 (muito alta) a categoria de responsabilidade social na cadeia de valor. Esse resultado corrobora com suas explicações devido ao comprometimento às responsabilidades econômicas, sociais e ambientais. A empresa como apresentada, possui Pacto Global empreendendo junto à Organização das Nações Unidas, com finalidade de estimular empresas a adotarem políticas de responsabilidade social, com intuito de construir uma sociedade mais justa e sustentável através destes programas e ferramentas de Inclusão e Diversidade, fortalecendo assim a cultura da diversidade na Companhia.

Vale ressaltar que durante sua avaliação (42 itens conforme critérios da ABNT PR2030), 19,04% destes foram avaliados abaixo de 5, significando que foram expostas informações menos abrangentes, com dados básicos das práticas desenvolvidas pela empresa. No item “Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)”, a empresa não identificou nenhum plano sobre essa variável.

De acordo com ABNT PR2030 (2022), essa variável é de suma importância no meio das indústrias, uma vez que podem estar interferindo no habitat de seres humanos, bem como

dos animais, ocasionando interferências negativas, se não controladas, na qualidade de vida dos mesmos. Outro item avaliado e levado em consideração devido ao seu impacto: gerenciamento de áreas contaminadas, ou seja, é primordial que estas empresas consigam um desenvolvimento pleno, sem acarretar consequências no solo, ar e águas.

Conforme as práticas recomendáveis (2022), é fundamental que as empresas possuam um plano de controle para a redução destes riscos, em virtude da exposição de substâncias de áreas contaminadas pelo exercício da empresa.

4.1.1.1.1 Descrição da Empresa - EMPRESA A: EDP ENERGIAS

Uma das principais operadoras europeias no setor energético, é uma holding que detém investimentos nos segmentos de Geração, Distribuição, Comercialização, Transmissão e Serviços de Energia Elétrica. Atua no segmento da Transmissão de energia elétrica no Brasil desde o final de 2016 e conta atualmente com 7 lotes de linhas de transmissão em implantação no país. A EDP Brasil é uma Companhia comprometida com excelência ESG e que acredita na Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada.

Sua Missão é “Colocamo-nos no lugar dos clientes sempre que tomamos uma decisão. Ouvimos os nossos clientes e respondemos de uma forma simples e transparente. Surpreendemos os nossos clientes, antecipando as suas necessidades. Aliamos uma conduta ética e de rigor profissional, ao entusiasmo e a iniciativa, valorizando o trabalho em equipe. Promovemos o desenvolvimento das competências e o mérito. Acreditamos que o equilíbrio entre a vida pessoal e a profissional é fundamental para sermos bem-sucedidos”.

Em relação a Visão, *“Uma empresa global de energia, líder na transição energética com vista à criação de valor superior”.* Quanto aos Valores, focam na Segurança no Trabalho para todos os colaboradores e parceiros de negócio. Confiança dos acionistas, clientes, fornecedores e demais stakeholders. Excelência na forma como executam. Iniciativa manifestada através dos comportamentos e das atitudes de suas pessoas. Inovação com o intuito de criar valor nas diversas áreas em que atuam. Sustentabilidade visando à melhoria da qualidade de vida das gerações atuais e futuras.

No compromisso com a Sustentabilidade, a EDP Brasil é uma Companhia comprometida com excelência ESG e que acredita na Sustentabilidade como principal valor de uma estratégia integrada. No Plano de Negócios 2021-2025, a Companhia reitera seu compromisso de liderança na transição energética, apoiando a construção de uma sociedade mais sustentável.

Assumem as responsabilidades econômicas, sociais e ambientais que resultam da sua atuação, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde estão presentes, consequentemente garantindo o crescimento sustentável da empresa. Reduzindo, de forma sustentável, as emissões específicas de gases de efeito estufa da energia que produzem, e promovem ativamente a eficiência energética.

Esta companhia mantém compromissos com os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) e com os Princípios do Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas para estimular empresas a adotarem políticas de responsabilidade social (ou seja, construção de uma sociedade mais justa e sustentável através do Programa de Inclusão e Diversidade, que visa incluir e desenvolver talentos e fortalecer a cultura da diversidade na Companhia); corporativa (pautada pelos mais altos padrões de governança corporativa do mercado, estando listada desde IPO, em 2005, no segmento do Novo Mercado da B3).

O Conselho de Administração é composto por nove membros, sendo quatro independentes, eleitos em Assembleia Geral de Acionistas. Ainda hoje, a EDP Brasil mantém 5 comitês temáticos, incluindo Sustentabilidade e Diversidade); e de sustentabilidade (Comprometida em liderar a transição energética, a EDP Brasil tem como foco de sua estratégia, o compromisso em ser 100% neutra em carbono até 2030 e mantém metas de redução de emissões de CO₂ aprovadas pela SBTi (*Science Based Targets Initiative*), endereçando temas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção.

No Escopo da empresa o Programa de Compliance da EDP Brasil foi reverificado pela ISO 37001 – Sistema de Gestão Antissuborno; o Processo de Gestão de Riscos da EDP Brasil é baseado em metodologias reconhecidas e praticadas de forma ampla no mercado, como COSO ERM (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e Norma ISO 31000 (Gestão de Riscos). Além disso, a governança deste tema está consolidada e definida na Política de Gestão de Riscos Corporativos, que é disponibilizada publicamente ao mercado, tendo as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimentos de Riscos Corporativos. Além disso, contam com uma Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e com Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) – sendo estes últimos certificados por terceira parte. Ambos estes instrumentos garantem que as atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio se mantenham alinhadas à Norma ISO 14001.

4.1.1.1.2 Descrição dos Programas - EMPRESA A: EDP ENERGIAS

Figura 5 – EDP e o Hidrogênio Verde no Brasil



Fonte: site edp.com

A Figura 5 representa o avanço da EDP na busca de fontes alternativas passando por uma transição energética do Brasil e contribuindo para a economia de baixo carbono.

Conforme reporta, a EDP Brasil torna-se a pioneira na geração de conhecimento sobre a área do hidrogénio renovável, ao qual o objetivo do projeto é analisar a cadeia produtiva do gás, modelos de negócios, parcerias estratégicas e adaptações na utilização do hidrogénio.

Figura 6 – Nota mais alta no combate das mudanças climáticas



Fonte: site edp.com

A Figura 6 reporta que a EDP recebeu a nota mais alta no combate as mudanças climáticas e na segurança da água, pelo sexto ano consecutivo, sendo reconhecida pela organização internacional CDP práticas ótimas políticas climáticas e eficiente gestão de recursos hídricos, percebendo a um duplo A, a nota mais alta da lista.

Em 2022, a EDP foi reconhecida pela CDP (Carbon Disclosure Project) com a classificação mais alta, a nota A, que é atribuída apenas a um restrito número de empresas (cerca de 15 mil a nível global). O fato de demonstrar atividades excelentes nestas categorias na avaliação desta organização internacional, ficou responsável por gerar informações globais como referência para investidores, empresas, cidades, estados e regiões para gerirem os seus impactos ambientais. Nessa situação, neste ano, cerca de 600 investidores com trilhões investidos em ativos, solicitaram as empresas a divulgação de dados sobre impactos ambientais, riscos e oportunidades através da plataforma CPD na análise de seus investimentos.

Figura 7 – EDP é a número 1 no Índice Dow Jones



Fonte: site edp.com

Na Figura 7, a reportagem demonstra que as boas práticas de sustentabilidade da empresa EDP Energias ficou reconhecida em primeiro lugar no índice S&P Dow Jones Sustainability Index (DJSI), com a classificação final de 90 pontos (em uma escala de 100).

Quanto aos eixos explorados pelas atividades da organização no quesito sustentabilidade (ESG), as que mais contribuíram para esta performance foi a Governance & Económica, conquistando a pontuação máxima em quatro dos nove critérios. Entre outros destaques está a gestão de inovação diferenciando-se nesta performance pela avaliação de projetos inovadores e relevantes na transição energética, como o parque solar flutuante em Alqueva.

Figura 8 – Identidade da EDP a nível global



Fonte: site edp.com

Nesta divulgação, empresas do grupo EDP passaram a ter uma única imagem, acompanhando a nível global sua participação em 28 mercados, assim o logotipo foi atualizado para refletir o compromisso da organização em ser 100% verde até o final desta década.

A imagem que reflete a transformação da EDP nos últimos anos, demonstra uma empresa mais global e comprometida com o futuro em postos chaves como a sustentabilidade, inovação e responsabilidade social. Neste contexto o grupo decidiu atualizar a marca e a cultura interna para garantir a repercussão da evolução da organização sustentável e na ambição de ser a líder na transição energética.

Figura 9 – EDP e a Carreira para Mulheres



Fonte: site edp.com

As ações do mercado global em inserir a igualdade, a diversidade e a inclusão nas organizações, como estimado no Fórum Econômico Mundial, onde na maioria das áreas técnicas de tecnologia e inovação, como engenharia, há predominância masculina ocupando cargos.

Portanto, conforme observado na Figura 9, a EDP quer ajudar a mudar esta questão, lançando o #REBELSFORCHANGE, uma campanha global que pretende sensibilizar e promover a participação de mais mulheres em carreiras de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, visando aumentar a representação feminina em pelo menos 30% até 2025.

4.1.1.2 Análise do Relatório ESG – EMPRESA B: LOJAS RENNER

Na empresa B, nomeada como Lojas Renner, reconhecida pelo mundo por conectar pessoas e estilos, iniciou sua história em 1965 e hoje possui um amplo e sólido grupo de colaboradores e investidores, contemplando 24 mil integrantes. De acordo com sua avaliação na pesquisa, observou-se que em relação às demais empresas obteve-se um retorno de 50% nas avaliações com ponderações superiores ao grau 3 (regular). Ou seja, dos 42 itens avaliados, 21 deles apresentaram variáveis com o grau de atendimento acima da média, com classificação entre 3 e 4.

Destaca-se que todas as categorias foram atendidas com práticas holísticas, sendo que os eixos que se sobressaíram foram ambientais e sociais.

As atitudes da empresa são pautadas pelos princípios da sustentabilidade, pois acreditam que a moda pode ser mais justa, consciente e responsável, onde com esse discurso buscam reduzir os impactos ambientais do negócio a partir de operações e conscientizações da oferta de produtos e serviços responsáveis.

Quando se referem ao comprometimento sustentável da empresa, as lojas Renner, conforme respostas, se identificam na cultura e promoção da inclusão, bem como ao respeito dos direitos humanos, ao desenvolvimento social e qualidade de vida de seus colaboradores, tornando-os ainda mais importantes para o desenvolvimento sustentável e promissor da empresa.

De acordo com os autores Engelmann e Nascimento (2021) a igualdade e respeito pelos indivíduos, a inclusão social, os direitos humanos, extinção da pobreza e qualquer tipo de exploração, com o intuito de promover o bem-estar social da população em geral, a empresa incluí em suas práticas o plano de negócios que atingi de forma satisfatória o ambiente de trabalho de seus colaboradores, promovendo dessa forma, maior abrangência e capitalização de

clientes e conseqüentemente o sucesso da empresa, e acima de tudo promovendo a socialização e desenvolvimento social.

Quando se fala das Lojas Renner, nota-se uma empresa com características de efeito positivo e homogêneo na divulgação ESG em cada pilar. O que conseqüentemente objetiva este trabalho na questão de obter resultados através destas políticas com a finalidade de aumentar os níveis de divulgação ESG, bem como diminuir os riscos que incorrem ao gerenciar variáveis relacionadas à estrutura social e os benefícios de expor as empresas a uma maior visibilidade.

No contexto atual, e influenciadas desde então pelas concepções Servaes e Tamayo (2013), a crescente preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente e aspectos sociais, estão diretamente ligadas à sustentabilidade das organizações. Comprometidos com a sociedade em alcançar um futuro mais sustentável, igualitário e justo, as Lojas Renner possuem sua atuação baseada nestes cuidados: na responsabilidade social, com o meio ambiente, e na adoção das melhores práticas de governança corporativa, cumprindo o propósito de forma responsável na busca de oportunidades que tornem sua operação mais sustentável.

4.1.1.2.1 *Descrição da Empresa - EMPRESA B: LOJAS RENNER*

Um ecossistema de moda e lifestyle conectado a clientes por meio de canais digitais e mais de 600 lojas no Brasil, Argentina e Uruguai. Em 1965, conquistou marcos importantes, e hoje líder no varejo de moda omnichannel no país. Toda essa história baseada em valores sólidos, construída por mais de 24 mil colaboradores dos negócios Renner, Camicado, Youcom, Realize CFI e Repassa. Criou-se uma jornada de sustentabilidade, com compromissos por uma moda cada vez mais responsável. Por meio de seus negócios, encantam colaboradores, clientes e todos que fazem parte dessa rede.

Sua Missão é *“Encantar os clientes com experiências e soluções financeiras que tenham impacto em suas vidas”*. Como Visão, Ser a Plataforma de soluções financeiras inovadoras e sustentáveis que impulse o ecossistema de lifestyle. E seus Valores são *“Encantar, nosso jeito, gente, donos do negócio, obstinação por resultados excepcionais, qualidade e sustentabilidade”*.

O compromisso com a Sustentabilidade é guiados pelo propósito de ser um ecossistema de moda e *lifestyle* mais sustentável e responsável, encantando e inovando com transparência, desenvolveram um ciclo estratégico de Moda Responsável, norteado por cinco objetivos que reuniam os temas prioritários para o avanço da gestão de sustentabilidade (gerar valor, com base no respeito ao meio ambiente, aos direitos humanos e de trabalho;

identificar/mensurar/reduzir água, energia, químicos, resíduos e emissões de GEEs; inovar no desenvolvimento de matérias-primas e processos menos impactantes; engajar colaboradores (agentes e líderes em sustentabilidade); entregar linhas de produtos e serviços mais sustentáveis, com qualidade, e comunicar o valor ao cliente), a fim de minimizar os riscos socioambientais relevantes de sua cadeia e gerar valor ao seu público, sociedade e meio ambiente.

Quanto ao Escopo da empresa, em 2022, obtiveram a primeira certificação LEED em reforma no Shopping Rio Sul (RJ), a inédita certificação BREEAM* em circularidade no shopping Jacarepaguá (RJ), e o centro de Distribuição de Cabreúva recebeu o selo de certificação LEED** GOLD e possui automação dos ativos operacionais das edificações. Estão trabalhando em conjunto para avançar com o aprendizado das boas práticas da automação das lojas. Para 2023, estão desenvolvendo um plano de trabalho com objetivo de certificar um dos Centros de Distribuição, com base nos requisitos da NBR ISO 14001, e, para os demais, implementar auditorias de terceira parte.

4.1.1.2.2 *Descrição dos Programas - EMPRESA B: LOJAS RENNER*

Figura 10 – Moda Responsável Renner



Fonte: site <https://www.lojasrenner.com.br/sustentabilidade/>

Na Figura 10, observa-se o investimento da empresa Renner em sustentabilidade, demonstrado pelo Selo Moda Responsável, identificando produtos elaborados com matérias primas ou processos que causam menos impactos ao meio ambiente.

A adoção de políticas mais sustentáveis pela organização reflete na confecção de seus produtos, de forma que, 80% das roupas são mais sustentáveis, 100% dos fornecedores possuem certificação socioambiental e produzem de forma responsável, e 70% da produção é nacional.

Dentre essas informações, destacam-se algumas certificações obtidas pela companhia, como Certificado da Better Cotton (ou algodão brasileiro) na produção de algodão mais sustentável, cuidando o solo e a utilização de água nos processos. Da mesma forma, ocorre com a fibra utilizada na confecção dos produtos, ao qual os tecidos são com fibras de origem reciclada e certificados com o Recycled Claim Standard e Global Recycled Standard, a exemplo do tecido PET, construção com garrafas PET transformadas em fios de poliéster.

Figura 11 – Compromisso com a Sustentabilidade



Novos compromissos de sustentabilidade: usar Renner tem tudo a ver com moda responsável

Fonte: site <https://www.lojasrennersa.com.br/sustentabilidade/compromissos-2030/>

A Figura 11 evidencia o compromisso das Lojas Renner com a sustentabilidade, inserindo em suas práticas sustentáveis o slogan “Moda Responsável”, em 26 de agosto de 2022, conforme comentado pelo diretor-presidente: “Essa nova etapa reflete a intenção da Lojas Renner S.A. de ser um agente de mudança do setor, atuando de forma colaborativa com todos

os elos da cadeia produtiva na busca por iniciativas transformadoras. Isso significa desenvolver processos, produtos e serviços cada vez mais sustentáveis do ponto de vista ambiental e social”.

Figura 12 – Renner no Índice Dom Jones Sustainability



Lojas Renner S.A. novamente no índice Dow Jones Sustainability

Fonte: site <https://www.lojasrennersa.com.br/sustentabilidade/compromissos-2030/>

Pela oitava vez, a empresa foi reconhecida pelo mercado e figura no Dow Jones Sustainability Index, índice de referência global em sustentabilidade corporativa no que tange a avaliação das práticas ESG das companhias de capital aberto.

De acordo com a classificação, a empresa Renner foi classificada no segundo lugar do varejo mundial, primeira do varejo de moda e listada em duas categorias do índice DJSI World e DJSI Emerging Markets. Destaca-se que em 2022 a organização ficou em terceiro lugar geral das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3).

Figura 13 – Relações Humanas e Diversas



Fonte: site <https://www.lojasrenner.com.br/sustentabilidade/compromissos-2030/>

Na Figura 13, a reportagem evidencia a políticas de inclusão e diversidade das Lojas Renner na construção de relações humanas e diversas para que cada indivíduo seja capaz de realizar suas atividades com o grau máximo de produção.

Portanto a adoção destas práticas na organização, como o engajamento e bem-estar, diversidade e inclusão, garantem estar entre referencias nacionais e na construção de uma cultura de diversidade, equidade e inclusão de grupos minorizados (Racial, LGBTQIAP+, PCDs e Mulheres) para se obter pelo menos 50% dos cargos de liderança ocupados por pessoas negras e 55% dos cargos de alta liderança ocupados por mulheres.

Figura 14 – Eco Estilo



Fonte: site <https://www.lojasrenner.com.br/sustentabilidade/compromissos-2030/>

A empresa Renner percebe que a circularidade é fundamental para ter êxito nas práticas sustentáveis, desta forma pensaram em origens e destinos mais sustentáveis para os produtos antes mesmo de sua fabricação.

Na Figura 14, nota-se essa aplicação, ao qual foi instaurado o Eco estilo, que é um serviço de logística reversa para os clientes, ao qual as embalagens descartadas no coletor são recolhidas e encaminhadas a um parceiro da Renner para destino ambientalmente adequado.

4.1.1.3 Análise do Relatório ESG – EMPRESA C: TELEFONICA BRASIL

A Telefônica Brasil S.A., detentora da marca Vivo, é uma das maiores empresas de telecomunicações do país, com 33 mil colaboradores, classificada no Ranking ESG da ISE B3 em terceiro lugar (referente as demais empresas pesquisadas neste estudo), com score de 85,13, e chama atenção no resultado quanto a porcentagem das respostas com pouco embasamento teórico/prático, uma vez resultando em 59% das variáveis sendo classificadas com grau de score

inferior a 5; predominantemente em níveis de dados básicos e resultados obtidos em elementos explicativos abordando práticas e vivências para empresa.

Entre os eixos pesquisados, destaca-se o contexto social da empresa, contemplando maiores notas da pesquisa, conforme avaliada as respostas, a empresa investe em modelos de gestão propostos pela ISSO 26.000 (Diretrizes sobre Responsabilidade Social); ao frisar no contexto sobre o voluntariado corporativo, sensibilizando e engajando colaboradores em ações que tem por objetivo impactar questões sociais, tanto no formato presencial quanto digital; uma vez que sua missão como empresa é “Digitalizar para aproximar”, o que reforça o compromisso de levar conexão de qualidade e inclusão digital para pessoas e empresas em todo o território nacional”.

Hoje, o maior desafio das empresas é driblar os impactos motivados a discussão sobre como conciliar o desenvolvimento econômico respectivamente à minimização dos impactos ambientais gerados, e promover uma maior inclusão de valor social. A empresa Telefônica Brasil consegue conduzir da melhor forma estes requisitos, contemplando a Fundação Telefônica Vivo, que é uma das responsáveis pela esfera social no conceito ESG da Vivo, alinhada ao propósito da companhia e confiante que a digitalização (tornar digital) do Brasil é um importante facilitador para uma sociedade mais justa, humana e inclusiva.

De acordo com Spitzack, Árabe e Pereira (2016), o desenvolvimento do relatório ESG é um grande enigma, devido as dificuldades encontradas a darem início ao processo, pois pelo fato de não existir um padrão estabelecido de informações a serem divulgadas, as empresas se descobrem com temas sociais e ambientais pertinentes às atividades da empresa, como mudanças climáticas, inclusão, diversidade, emissão de poluentes, entre outros, que acaba por fazer parte do processo corporativo.

Conforme analisado através dos dados coletados, muito embora sejam pontos importantes a serem notados, alguns não determinam diretamente evidências que a empresa poderá priorizar tópicos mais relevantes as situações encontradas, nos setores correspondentes.

Diante do contexto mundial das grandes empresas, as inovações têm sido um passo fundamental no desempenho organizacional sustentável. Conforme cita Hoffman e Rusch (2017) o governo alemão publicou o termo *industrie 4*, objetivando a criação de planos estratégicos para o desenvolvimento, inclusão e aproveitamento de inovações tecnológicas, evidenciando o surgimento das “fábricas inteligentes”, ou seja *industrias inteligentes*, que possam atingir as expectativas de um mundo novo, com esperanças melhores na qualidade de vida futura, bem estar comunitário e ainda favorecendo o capitalismo para a empresa da qual desempenhas suas funções.

Nesse sentido, retoma-se o que diz Moreira, Tartarotti e De Toni, (2021), o desenvolvimento de pesquisas possibilita entender os aspectos de inovação de produtos conectados a melhores resultados, como as indústrias, podendo contribuir para o estímulo das empresas a designarem novos produtos e tecnologias aumentando seus benefícios na ”competição sustentável”, com o desempenho organizacional favorável.

4.1.1.3.1 Descrição da Empresa – EMPRESA C: TELEFONICA BRASIL

A Telefônica Brasil S.A., detentora da marca Vivo, é a maior empresa de telecomunicações do país, com 33 mil colaboradores diretos, 101 mil aliados. É considerada uma empresa de capital aberto com ações ordinárias listadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, com o ticker VIVT3, e na Bolsa de Nova York, por meio da negociação de American Depositary Receipts (ADRs), sob o código VIV. O Grupo Telefónica é considerado o controlador, sendo um dos maiores conglomerados de telecomunicações do mundo, com presença em 12 países da Europa e América Latina.

Como Missão, possui o slogan “Digitalizar para aproximar”, o que reforça nosso compromisso de levar conexão de qualidade e inclusão digital para pessoas e empresas em todo o território nacional, pois acreditamos que a conectividade é a porta de entrada para o mundo digital e pode gerar muitas oportunidades para todos”.

Por Visão, tem de proporcionar a conectividade e tecnologias necessárias para às pessoas tenham a oportunidade de atingir seu máximo potencial - se educarem, se comunicarem, terem entretenimento e empreenderem. Buscam sempre oferecer a melhor experiência para seus clientes.

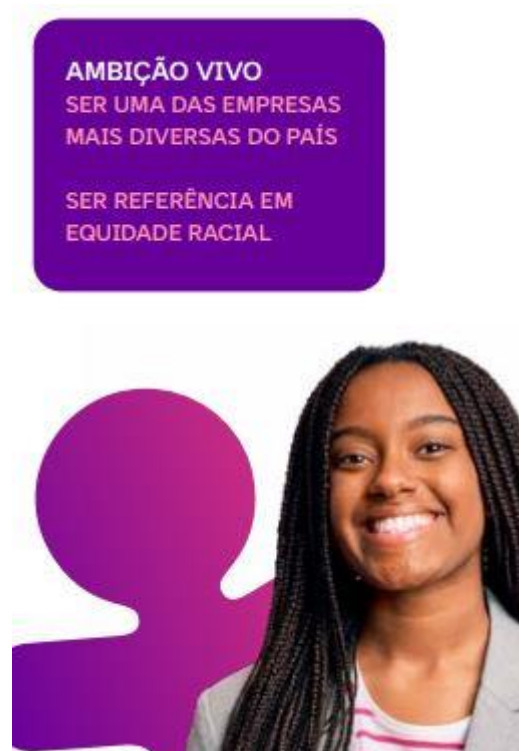
Já os Valores consistem em oferecer aos clientes um completo portfólio de produtos, incluindo serviços de voz (fixos e móveis), dados móveis, banda larga fixa, ultra banda larga, TV por assinatura, tecnologia da informação e serviços digitais (como, por exemplo, serviços financeiros, de nuvem, de entretenimento e segurança).

Seus compromissos com a Sustentabilidade incidem em ajudar a sociedade a alcançar um futuro mais sustentável, igualitário e justo. Sua atuação está baseada no cuidado com o meio ambiente, na responsabilidade social e na adoção das melhores práticas de governança corporativa, possuem o propósito de “Digitalizar para Aproximar” fazendo cumprir este propósito da forma mais responsável possível, da busca de oportunidades que tornem sua operação mais sustentável reduzindo o impacto na sociedade e no meio ambiente como forma de contribuir para uma economia mais inclusiva e de baixo carbono.

O Escopo da empresa compreende um sistema de Gestão Ambiental em mais de 80% dos estados brasileiros, certificado através da ISO14001; a loja Vivo Shopping Villa Lobos em São Paulo é certificada por LEED PLATINUM; e a ISO27001 inclui no processo de MDR (Managed Detection and Response).

4.1.1.3.2 Descrição dos Programas - EMPRESA C: TELEFONICA BRASIL

Figura 15 – Programas de Inclusão e Equidade Racial



Fonte: Relatório Integrado 2022 Telefônica Brasil

Na Figura 15, observa-se que a Telefônica Brasil participa de programas sociais, com a inclusão, equidade e diversidade social e cultura na organização. Consideram o aspecto social um pilar fundamental na cultura Vivo, e que através da diversidade de pessoas, vivências, comportamentos, habilidades e atitudes conseguem oportunizar um ambiente seguro, diversificado e direitos iguais a todos trabalhadores, livres de preconceitos e incertezas.

Sendo assim, a empresa possui uma política de diversidade e inclusão que determina a diversidade em dimensões como a cultura, gênero, raça, orientação sexual, geração, religião, habilidades e deficiências.

Figura 16 – Programa Vivo Bem-Estar



Fonte: Relatório Integrado 2022 Telefônica Brasil

Na Figura 16 é demonstrado o foco da companhia no bem-estar, na saúde e na segurança das pessoas com atuações na prevenção e prioridade de melhorar o bem-estar dos colaboradores, observando a saúde física e mental, assim como proporcionar um ambiente de trabalho cada vez melhor.

O programa Vivo Bem-Estar, reúne todas as preocupações com questões de saúde física e mental e são disponibilizadas para os colaboradores da companhia, cujo objetivo é o cuidado integral dos colaboradores, de forma remota ou presencial, para promover a saúde em qualquer situação e hipótese. Aliado a este programa, são realizadas campanhas para promoção da saúde como janeiro Branco (Saúde Mental), setembro Amarelo (Prevenção ao Suicídio), Outubro Rosa (Prevenção ao Câncer de Mama), novembro Azul (Prevenção ao Câncer de Próstata) e a SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes).

Figura 17 – Incentivo ao Esporte

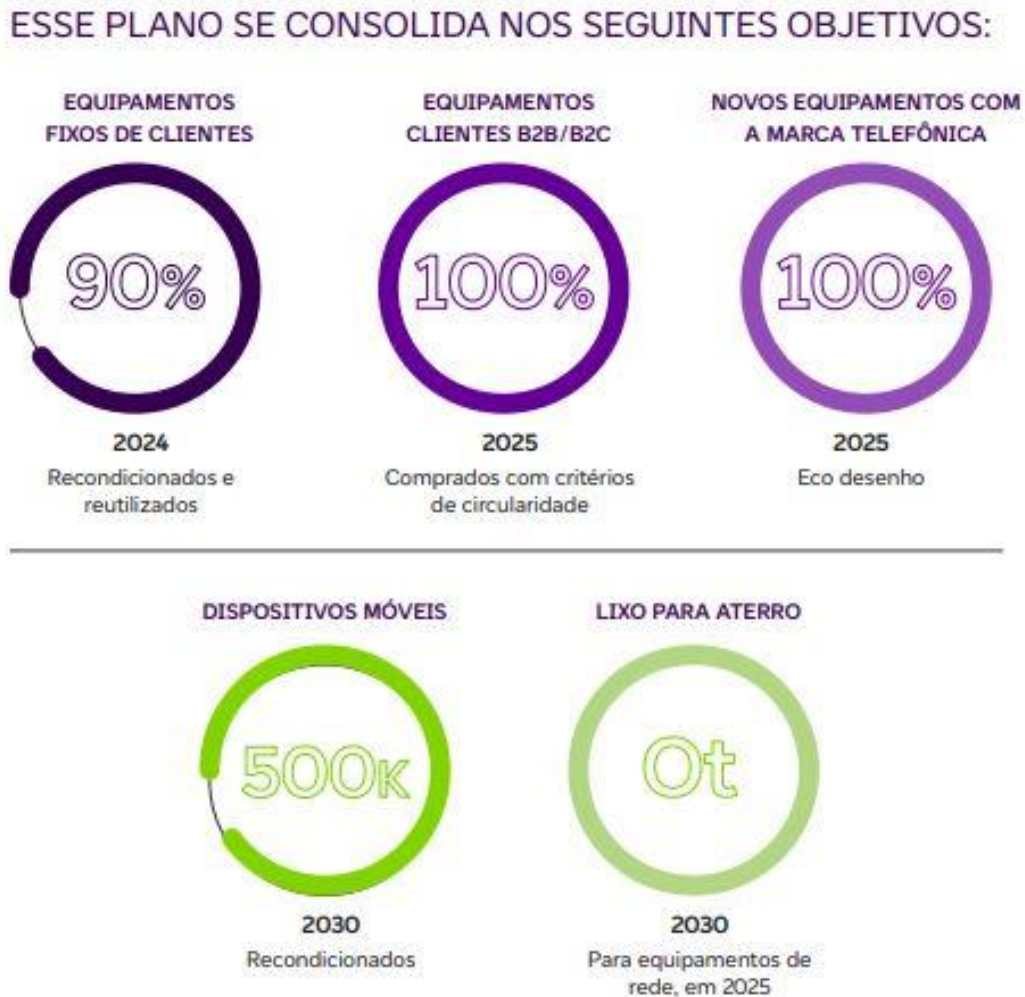


Fonte: Relatório Integrado 2022 Telefônica Brasil

A Figura 17 apresenta a Seleção Brasileira de Futebol, um dos focos da empresa Telefônica Brasil, pois a organização acredita que a digitalização (tornar digital) é uma ótima ferramenta para aproximar os brasileiros da arte, da educação, do esporte e do entretenimento. Portanto, há quase duas décadas a organização investe na cultura como elemento de transformação da sociedade e indivíduos, proporcionando oportunidades e incentivando estas áreas através de patrocínios no território nacional.

Em termos de valores, em 2022 foram disponibilizados para patrocínios cerca de R\$ 83 milhões, impactando mais de 100 milhões de pessoas por todo Brasil. Merece destaque também, que através de parcerias com os órgãos públicos Federais e Estaduais, as Leis de Incentivo à Cultura e ao Esporte são utilizadas com a realização de projetos no âmbito nacional.

Figura 18 – Economia Circular Vivo



Fonte: Relatório Integrado 2022 Telefônica Brasil

A economia circular é um item fundamental para minimizar o desperdício de recursos e geração de resíduos, ao ponto que busca minimizar a necessidade de extração de matéria prima. Diante do fato, a empresa Vivo tem como estratégia de economia circular atingir a meta de Zero Resíduos Eletrônicos até 2030, com a reutilização, reparo, reciclagem e redução da geração de resíduos.

Essa medida fica evidente na Figura 18, que demonstra o plano consolidado da organização em relação ao propósito da economia circular adotada em sua estratégia corporativa como recondicionar e reutilizar 90% dos equipamentos fixos que são recolhidos da casa do cliente até 2024, implementar critérios de circularidade em todas as compras de equipamentos eletrônicos de cliente em 2025, e introduzir critérios de eco design para todos os novos equipamentos de clientes sob a marca Telefônica, em 2025.

4.1.1.4 Análise do Relatório ESG – EMPRESA D: CPFL ENERGIA

Na empresa CPFL Energia, destaca-se que as categorias foram atendidas com práticas satisfatórias, ou seja, mais da metade de suas variáveis foram pontuadas com score acima de 3; sendo estas apenas 4 categorias, em eixos diferentes. No eixo ambiental, a categoria “prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações), e no eixo governança nos aspectos quanto aos controles internos e auditorias. Ao ser analisados os demais dados dessa pesquisa, observa-se em que devido a demanda de muitas incorporações, este problema é mais visto, referindo a falta de profissionais em cargos mais altos de chefias (CEO) para estas auditorias e controles internos. Acredita-se que ao decorrer do tempo possa ser desenvolvido planos para adaptar melhor as rotinas com essa realidade, a qual é de suma importância para verificação dos dados e se a aplicação de toda postura, conduta, missão, visão e valores daquela empresa estão sendo colocadas em prática, conseqüentemente, adquirindo mais credibilidade e aumentando seus scores de avaliações referente ao ESG.

Se sobressaiu positivamente o eixo social, sendo pontuado na sua maioria com score 5, contemplando com ações permanentes neste eixo com sucesso. O que faz consolidar estas notas são suas ações como: possuir o Instituto CPFL, atuando mais de 20 anos como ferramenta de plataforma de investimentos sócias, desenvolvendo ações integrando projetos sociais, esportivos e culturais impactando positivamente as comunidades pois atingem um público muito importante: crianças e jovens em situações de vulnerabilidade; Programa de Sustentabilidade e Investimento Social (ENERCAN); e ainda foram avaliados em 100% dos fornecedores críticos em critérios de sustentabilidade.

Corroborando com os autores Servaes e Tamayo (2013), o aumento com a preocupação com questões pertinentes ao meio ambiente e aspectos sociais, está aliado diretamente com a sustentabilidade nas organizações, logo observa-se que as empresas que possuem um engajamento sustentável e social criam efeitos positivos a longo prazo, contribuindo para o aumento de valor da empresa, aumenta visibilidade, redução de riscos, maior relacionamento entre as partes interessadas. Sendo esse efeito observado sobre as empresas avaliadas, sobretudo a CPFL Energia, que desde seu início no processo de ESG, prioriza a parte social e ambiental da empresa.

4.1.1.4.1 *Descrição da Empresa – EMPRESA D: CPFL ENERGIA*

Empresa do segmento de energia elétrica do país com geração, transmissão, distribuição, comercialização e prestação de serviços. Por meio de quatro subestações, levam energia a dez milhões de endereços, o que corresponde a mais de 22 milhões de pessoas atendidas com a eficiência em rede de atendimento. Com uma política de negócios de excelência, ao longo dos anos, posicionaram-se entre as líderes no segmento de energias renováveis no Brasil, com uma matriz diversificada e consolidada consequentemente atuando em fontes de hidrelétricas, solar, eólica e biomassa.

Sua Missão é Fornecer energia sustentável, acessível e confiável em todos os momentos, tornando a vida das pessoas mais segura, saudável e próspera nas regiões onde atuam. Promover o crescimento do seu negócio de uma maneira mais estratégica e competitiva, mantendo a sua dinâmica e vitalidade, e criando uma cultura corporativa internacional que segue padrões e respeita a diversidade ao mesmo tempo em que promove o seu legado. Proporcionam igualdade de oportunidades para todos os colaboradores, atraindo talentos para a CPFL.

Quanto a Visão, pretende ser a maior empresa de energia elétrica da América do Sul através do fornecimento confiável e de serviços reconhecidos por diversos públicos. Estabelecer um compromisso duradouro com o desenvolvimento dos negócios, a inovação e a cultura corporativa. E seus Valores são Ideais de atitudes: a segurança é um compromisso inegociável; colaboração entre as pessoas; inovação para oferecer as melhores soluções aos clientes; dedicação à entrega de resultados e à busca contínua da excelência; somos íntegros e responsáveis em tudo o que fazemos para gerar valor de forma sustentável.

O Compromisso do Grupo CPFL com a Sustentabilidade e as práticas ESG, traz novas diretrizes e estratégias para que possamos fornecer energia sustentável, acessível e confiável em todos os momentos, tornando a vida das pessoas mais segura, saudável e próspera nas regiões onde operamos. Seu objetivo é impulsionar a transição para uma forma mais sustentável, segura e inteligente de produzir e consumir energia, maximizando os impactos positivos na sociedade. Executam como estratégia: “Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável”; afinal, para a CPFL Energia, além de entregar os resultados, é essencial cuidar do “como” os entregam.

No Escopo da empresa, a CPFL Energia foi certificada pela ISO 37001:2017. Com a certificação, a companhia reafirmou seu compromisso com as boas práticas de prevenção de suborno e corrupção, promovendo a melhoria contínua do Programa de Integridade. O Top

Employers Institute, empresa líder global na certificação da excelência em gestão de pessoas e employer branding, certificou, pelo quarto ano consecutivo, o Grupo CPFL Energia, um dos maiores grupos privados do setor elétrico brasileiro. A certificação trabalhou como uma auditoria/consultoria externa e independente que, com uma visão crítica, atestou a qualidade das práticas de Recursos Humanos do Grupo CPFL.

4.1.1.4.2 Descrição dos Programas - EMPRESA D: CPFL ENERGIA

Figura 19 – Plano ESG 2030 CPFL Energia



Fonte: Relatório Anual CPFL 2022

A Figura 19 demonstra o plano estratégico do ESG para 2030 da companhia CPFL Energia, ao qual é composto por 4 pilares: soluções renováveis e inteligentes, operações sustentáveis, valor compartilhado com a sociedade e atuação segura e confiável. Os pilares são a base para a implantação do ESG na organização, oferecendo soluções para um futuro com carbono neutro, na busca de menores impactos ambientais possíveis, criação de valor compartilhado com as partes interessadas e promovendo a cultura de segurança e responsabilidade.

Figura 20 – Programa P & D



Fonte: Relatório Anual CPFL 2022

Na Figura 20, oriunda do Relatório Anual da CPFL de 2022, tem-se o Programa P & D (pesquisa e desenvolvimento), cujo objetivo é de alocar adequadamente os recursos humanos e financeiros em projetos que busquem promover a cultura da inovação, criação de produtos, e equipamentos, modicidade tarifária, estimular a pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, aprimorar serviços que contribuam com a segurança elétrica no fornecimento de energia e a diminuição do impacto ambiental do setor e da dependência tecnológica do país.

Neste sentido, evidencia-se que a organização possui projetos que estimulam a captação de investimentos em áreas específicas como a destinação a programas de pesquisa para que tornem projetos possíveis.

Figura 21 – Destaques 2022 CPFL



Fonte: Relatório Anual CPFL 2022

A Figura 21 demonstra os destaques de 2022 da companhia CPFL Energia em relação as práticas socioambientais realizadas no decorrer do ano, evidenciado que a organização tem um compromisso firmado com a sociedade em cada vez mais aprimorar suas atividades cumprindo com a preservação do meio ambiente e promovendo aspectos sociais à sociedade.

Dentre os destaques estão, a conclusão da integração da CPFL Transmissão, mais de 40 mil crianças e jovens impactados pelo Instituto CPFL, mais de 1.000 cursos disponíveis no portfólio da Universidade CPFL, lançamento do Plano ESG 2030, aprimoramento dos estudos de P&D, com foco em inovação e gestão ambiental, 100% da frota de Indaiatuba – SP composta por 20 veículos elétricos, com 16 eletropostos, entre outros.

4.1.1.5 Análise do Relatório ESG – EMPRESA E: NATURA

Várias empresas são precursoras do movimento ESG e se tornaram referência de sucesso em várias frentes. A brasileira Natura, cujo é membro de pesquisa deste trabalho, é um exemplo completo de governança corporativa, diversidade e sustentabilidade.

Fundada em 1969 por Antônio Luiz Seabra, Pedro Passos e Guilherme Leal, para atuar no setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, a Natura partiu de um conceito de respeito ao meio ambiente e de valorização das pessoas que fez com que ela se tornasse uma multinacional brasileira dona das marcas Avon, Natura, The Body Shop e Aesop, com presença em mais de 110 países e receita líquida consolidada de R\$ 36 bilhões. Ou seja, uma potência global consolidando a ESG é um caminho de sucesso para todas aquelas empresas que visam melhorias e qualificações.

Sem dúvidas, como qualquer instituição que está em evolução e buscando melhorias sempre, a empresa Natura obteve alguns resultados abaixo da qualificação razoável (3). Mas com consciência desses fatos está buscando atribuições para aperfeiçoar essas variáveis como: Descarbonização da matriz energética e o transporte de produtos carbono zero; estão com processo em andamento em consultoria com ferramentas de pesquisas online para coletar de forma anônima os dados dos colaboradores para subsidiar o estabelecimento da linha de base conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); entre outros.

Nos resultados das variáveis obteve sucesso em mais da metade de suas respostas relacionadas ao score 5, fazendo jus ao todo trabalho desenvolvido pela empresa. Focada na autoestima feminina não só com produtos como também com oportunidades, em 1974 a Natura adotou o sistema de venda direta por meio de consultoras, dando uma oportunidade de trabalho e renda (principal ou complementar) a mulheres de todas as faixas de escolaridade. Hoje, com mais de 8 milhões de consultoras que fazem o trabalho de venda direta. Também em termos de comunicação, a Natura foi pioneira, ainda nos anos 1990, na realização de publicidade celebrando a “beleza de verdade”, algo que tem enorme poder para aumentar a autoestima feminina, quebrando estereótipos limitantes e preconceituosos em relação à estética e incluindo padrões de beleza de todas as cores, tamanhos e idades. E ainda possui outra frente importante que combina com a governança corporativa, diversidade e sustentabilidade, é o trabalho da empresa na conscientização sobre a utilização de refis e reciclagem de embalagens. Além de aumentar o acesso das pessoas aos produtos por torná-los mais baratos, o movimento do refil trouxe bastante conscientização ambiental.

4.1.1.5.1 Descrição da Empresa – EMPRESA E: NATURA

Maior multinacional brasileira de cosméticos, fundada em 1969, a Natura é uma empresa multinacional brasileira de cosméticos, produtos de higiene e beleza. Líder no setor da venda direta no Brasil, atingiu um volume de negócios líquido de 7,9 mil milhões de reais. Os

produtos da Natura são desenvolvidos para suscitar prazer e bem-estar. Despertam os sentidos e melhoram a relação das pessoas consigo próprias, com o seu corpo, com os outros e com o mundo. Graças ao seu empenho em prol da sustentabilidade desde os seus primórdios e ao seu objetivo até 2020 de produzir um impacto ambiental social e económico positivos, a Natura tornou-se também a maior empresa com certificação B Corp no mundo e a primeira empresa cotada em bolsa a receber esta certificação em dezembro de 2014. É assim detentora do fabricante australiano de cosméticos Aesop, com lojas em vários continentes, nomeadamente Oceania, Ásia, Europa e América do Norte. Desde 2017, a Natura possui também The Body Shop (que pertencia antigamente ao grupo L'Oréal). Para a Natura, a inovação é um dos pilares da implementação desta sustentabilidade. Em 2016, a empresa dedicou-lhe 50 milhões de euros e lançou 255 produtos, atingindo um índice de inovação (percentagem de receitas proveniente de produtos lançados nos dois últimos anos) de 54,3%.

Como Missão tem a seguinte frase: *“Nossa razão de ser é criar e comercializar produtos e serviços que promovam o Bem-Estar/Estar Bem. Bem-Estar é a relação harmoniosa, agradável, do indivíduo consigo mesmo, com seu corpo. Estar Bem é a relação empática, bem-sucedida, prazerosa, do indivíduo com o outro, com a natureza da qual faz parte e com o todo”*.

Quanto a Visão, tem-se que a Natura, por seu comportamento empresarial, pela qualidade das relações que estabelece e por seus produtos e serviços, uma marca de expressão mundial, identificada com a comunidade das pessoas que se comprometem com a construção de um mundo melhor através da melhor relação consigo mesmas, com o outro, com a natureza da qual fazem parte e com o todo.

Os Valores são estabelecidos por 6 principais pilares, os quais são: relação (a vida é uma sequência de relações); aperfeiçoamento (a vida é uma sequência de relações); verdade (o compromisso baseado na verdade); diversidade (a diversidade dos homens e dos pontos de vista como fonte de riqueza e de vitalidade para todos); liberdade (a liberdade de pensamento, isenta de qualquer manipulação ou preconceito); compromisso (a participação ativa na evolução da empresa e da sua sustentabilidade).

No que tange a sustentabilidade, desde que a Natura foi fundada, há 50 anos atrás, o desenvolvimento sustentável sempre foi a sua prioridade, conforme pesquisa. Preservando a maior floresta mundial na Amazónia, reduzindo gastos e protegendo o clima, a Natura atua todos os dias para conseguir um impacto positivo na sociedade e no ambiente.

Acreditam que uma marca de beleza pode fazer muito mais pelo mundo; ir além e gerar impacto positivo na vida das pessoas e no planeta. Para Natura, sustentabilidade é mais que um

discurso. Faz parte do dia a dia, da trajetória e do futuro da empresa bem como do mundo como um todo. A Natura lançou o IP&L (integrated profit & loss), ferramenta de governança que integra fatores sociais, humanos e ambientais baseando-se em gestão por impacto, ou seja, utilizam da ferramenta IP&L para mensurar os impactos gerados pelo negócio nas esferas social, ambiental e humana.

Esta ferramenta de gestão integrada que permite contabilizar, além dos resultados financeiros, o impacto da atuação empresarial nas dimensões ambiental, social e humana. Os resultados do estudo consideram diversas outras frentes de atuação da empresa, como emissão e compensação de carbono, circularidade de resíduos, regeneração e conservação de biomas, geração de renda para a rede (e seus impactos de saúde e bem-estar).

4.1.1.5.2 Descrição dos Programas - EMPRESA E: NATURA

Figura 22 – Compromisso com Amazônia



Fonte: Relatório Integrado 2022 Natura

A Figura 22 evidencia o compromisso da organização com o meio ambiente, preocupando-se com a estabilidade global através da maior floresta tropical do mundo, a Amazônia. As práticas sustentáveis utilizadas para auxiliar nessa questão dizem respeito a adoção de ingredientes da biodiversidade brasileira com o lançamento da linha Ekos. O programa Amazônia abriu caminho para estabelecer a Amazônia Viva como uma das causas prioritárias desde 2000.

De acordo com a empresa, para 2030, o compromisso é além de continuar a proteger a Amazônia, enfrentar a Crise Climática, utilizando o slogan “que uma empresa de beleza pode fazer muito mais pelo mundo”.

Figura 23 – Impacto Social



Fonte: Relatório Integrado 2022 Natura

Na Figura 23, a companhia assume o compromisso social em promover impacto social positivo através do modelo de negócios pensado estrategicamente para gerar aos consultoras e consultores de Beleza Natura no Brasil e América Latina, renda proporcional justa, combater desigualdades e ampliar projetos de educação para consultores, garantir renda digna e avançar na participação de grupos sub-representados, contribuir para a qualidade da educação por meio do Instituto Natura e da linha de produtos não cosméticos Crer Para Ver, que financia, por meio de seu lucro, projetos de educação pública e para a própria rede de relacionamentos da organização Natura.

Portanto o compromisso social para 2030 da Natura é de promover os Direitos Humanos e influenciar as pessoas e sociedade em ser indivíduos melhores, mais humanos.

Figura 24 – Circularidade Natura



Fonte: Relatório Integrado 2022 Natura.

As práticas ambientais realizadas pela empresa Natura quanto a circularidade de seus produtos consiste em oferecer o máximo, usando o mínimo e reduzindo excessos, assim por

meio da inovação em produtos e programas de logística reversa, é possível zerar o desperdício e coletar mais resíduos do se gera.

Portanto conforme evidenciado na Figura 24, o programa de circularidade além de ajudar nas questões ambientais, oportuniza melhores remunerações as pessoas e empresas envolvidas nos processos de recuperação e reciclagem de materiais. Um dos comprometimentos ambientais da Natura para 2030 é de utilizar a Circularidade e a Regeneração em seus processos quanto a elaboração dos produtos, pois acreditam que assim podem construir um mundo mais belo e com menos lixo para o planeta.

No geral, pode-se perceber que as cinco organizações selecionadas para análise, cada uma no seu nível de aplicação e intensidade, estão cumprindo seu papel com o meio ambiente, ao passo que estão desenvolvendo atividades que reduzem os impactos ocasionados ao meio ambiente gerados pela própria organização, como poluição das fábricas, descarte de resíduos, demasiada utilização da água, entre outros aspectos que contribuem com a defasagem do meio ambiente.

Também é notório a contribuição destas organizações com a sociedade, inserindo gradativamente na cultura das empresas e das pessoas, práticas sociais que visam a equidade social e maior inserção social de grupos minorizados.

Estas questões por um determinado tempo foram abordadas como uma prática de interesse financeiro, pois as organizações seriam melhores vistas pelos investidores e consequentemente o retorno seria maior. Porém com o desenvolvimento constante de melhores práticas tanto sociais quanto ambientais, verificou-se que independentemente do retorno financeiro, estas organizações obtiverem retornos não financeiros como melhor qualidade de vida de seus colaboradores, maiores oportunidades de negócios com clientes e fornecedores, conservação do meio ambiente para gerações futuras, reaproveitamento de materiais otimizando processos e reduzindo a poluição, entre outros.

Portanto fica evidente que estas modificações no cenário corporativo permitem unir estes eixos e melhorar gradativamente a vida das pessoas e as condições mercadológicas das organizações, transformando a cultura e visão sobre um mundo melhor e mais verde, contudo tendo lucro também.

Na etapa a seguir, as empresas passaram por uma análise quanto ao seu nível de aplicabilidade quanto as variáveis expostas nos eixos ambiental, social e de governança, atribuindo uma nota para o cumprimento/adesão de cada situação conforme as práticas adotadas pela organização.

Para classificação destes itens, as empresas EDP Energias (A), Lojas Renner (B), Telefônica Brasil (C), CPFL Energia (D) e Natura (F), foram pontuadas utilizando uma escala de aplicabilidade compostas por fatores de relevância quanto às informações divulgadas pelas práticas exercidas nestas organizações.

A escala possui a seguinte classificação quanto ao atendimento das práticas divulgadas nos seus relatórios: 0 - Não se aplica; 1 - Muito Baixa (representa o menor grau de aplicabilidade); 2 - Baixa; 3 – Regular; 4 – Alta; 5 – Muito Alta (representa o maior grau de aplicabilidade).

Os pontos de avaliação utilizados em cada item da escala de aplicabilidade compreenderam fatores de relevância e informação nos relatórios, como na escala 5, de maior grau, o relatório apresenta por completo a variável em análise, demonstrando com clareza e alto grau de explicação as práticas exercidas pela organização, assim como o desempenho e consequências que estas atividades ocasionam tanto na empresa quanto na sociedade. O maior grau de aplicabilidade está relacionado a maior qualidade de informação ofertada pelo relatório, em contra partida a escala 1, que representa o menor grau, perpetua o oposto evidenciado, ao qual não se encontrou informações tão concretas sobre as práticas relacionadas, ou o assunto é muito vago, sem maiores explicações, apenas cumpre o papel de mencionar tal item no relatório, mas não cumpre com a obrigação de informar o stakeholder e até mesmo a sociedade sobre as atividades desempenhadas em prol de todos.

Na escala 2, as informações não são tão insignificantes (como apresentado na 1), pois embora explique um pouco sobre a trajetória das ações desenvolvidas, ainda não apresentam muitos detalhes do desempenho das atividades e seu contexto geral. O contrário ocorre na escala 4, que é um pouco menos detalhada e completa que a escala 5, mas apresenta um número bastante significativo e vasto de explicações e abordagens acerca da variável mencionada, evidenciando práticas e os retornos oriundos destas atividades com informações bastante completas.

No que se refere a escala 3, considera-se que é o meio termo, entre o bom e o ruim, uma espécie de regular, ao qual as informações apresentadas são satisfatórias, mas poderiam ser melhores, poderiam ter mais dados e explicações sobre as práticas elaboradas e seus reflexos, retornos com a empresa e sociedade, mesmo assim, ainda apresenta informações importantes sobre o que se faz na organização.

Tabela 3 – Detalhamento técnico das ponderações das análises dos relatórios ESG

Grau	Ponderação	Aplicação
1	Muito Baixa	Informação sobre a variável é mínima e faltam explicações, tem-se o mínimo possível de dados que descrevem a variável, suas práticas e resultados obtidos.
2	Baixa	Informação sobre a variável é mínima, contendo apenas a descrição básica da variável sem maiores informações sobre as práticas realizadas e resultados obtidos.
3	Regular	Informações moderadas, tem-se dados básicos das práticas desenvolvidas e os resultados obtidos.
4	Alta	Informações completas, há inúmeros elementos explicativos abordando as práticas aplicadas, os retornos obtidos, ilustrações e vivências a curto e longo prazo.
5	Muito Alta	Extremamente completo, as informações são visíveis, possuem dados ilustrativos e explicativos sobre todos os processos que envolvem a variável, há exemplos e vivências das atividades, vasta gama de dados que evidencia que a empresa desenvolve práticas relacionadas à variável.

Fonte: elaborado pelo autor.

Portanto, em relação a ponderação analisada das organizações, para sua melhor identificação e análise, elaborou-se uma tabela para um detalhamento técnico mais preciso, conforme demonstrado na Tabela 3.

Na análise do nível de aplicabilidade das organizações quanto ao cumprimento das práticas de ESG nas suas atividades, os eixos são compostos por variáveis categorizadas com base na Norma ABNT PR 2030, sendo que no eixo ambiental tem-se 14 critérios quanto ao cumprimento de questões relacionadas ao meio ambiente, no eixo social tem-se 15 critérios quanto ao cumprimento de questões sociais, e no eixo governança tem-se 13 critérios quanto ao cumprimento das questões relacionadas aos processos, políticas e regulamentações da organização, totalizando 42 avaliações, apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Análise dos Indicadores a partir dos Relatórios ESG

EIXO	CATEGORIA	VARIÁVEL	EMPRESAS				
			A	B	C	D	E
Ambiental	Mudanças Climáticas	Mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	5	5	5	5	5
		Adaptação às mudanças climáticas	5	5	5	5	5
		Eficiência energética	5	4	4	5	3
	Recursos Hídricos	Uso da água	5	5	4	5	4
		Gestão de efluentes	5	4	4	5	4
	Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos	Conservação e uso sustentável da biodiversidade	5	5	4	5	5
		Uso sustentável do solo	4	4	3	4	4

(continua)

Quadro 7 – Análise dos Indicadores a partir dos Relatórios ESG

EIXO	CATEGORIA	VARIVÁVEL	(continuação)					
			EMPRESAS					
			A	B	C	D	E	
	Economia Circular e Gestão de Resíduos	Economia circular	5	5	4	5	5	
		Gestão de resíduos	5	5	4	5	5	
	Gestão ambiental e prevenção da poluição	Gestão ambiental	5	5	5	4	4	
		Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)	3	3	3	3	3	
		Qualidade do ar (emissão de poluentes)	4	4	4	4	4	
		Gerenciamento de áreas contaminadas	4	4	4	4	4	
		Produtos perigosos	4	4	4	4	4	
Social	Diálogo social e desenvolvimento territorial	Investimento social privado	5	5	5	5	5	
		Diálogo e engajamento das partes interessadas	5	5	5	5	5	
		Impacto social	5	5	5	5	5	
	Direitos humanos	Respeito aos direitos humanos	5	5	5	5	5	
		Combate ao trabalho forçado ou compulsório	5	4	4	4	4	
		Combate ao trabalho infantil	4	4	5	5	4	
	Diversidade, equidade e inclusão	Políticas e práticas de diversidade e equidade	5	4	5	5	5	
		Cultura e promoção de inclusão	5	5	5	5	5	
	Relações e práticas de trabalhos	Desenvolvimento profissional	5	5	4	5	5	
		Saúde e segurança ocupacional	5	5	5	5	5	
		Qualidade de vida	5	5	5	5	5	
		Liberdade de associação	5	4	4	5	4	
		Política de remuneração e benefícios	5	4	4	5	5	
	Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	Relacionamento com consumidores e clientes	5	4	4	4	4	
		Relacionamento com os fornecedores	5	4	4	5	4	
	Governança	Governança corporativa	Estrutura e composição da governança corporativa	5	5	4	4	5
			Propósito e estratégia em relação à sustentabilidade	5	5	4	4	4
		Conduta empresarial	Compliance, programa de integridade e práticas anticorrupção	5	4	4	5	5
			Práticas de combate à concorrência desleal (antitruste)	5	4	4	4	4
			Engajamento das partes interessadas	5	4	4	4	4
Práticas de controle e gestão		Gestão de riscos do negócio	5	5	4	4	5	
		Controles internos	5	5	5	3	4	
		Auditorias interna e externa	4	4	5	3	4	
		Ambiente legal e regulatório	4	4	4	3	5	
		Gestão da segurança da informação	5	5	4	4	4	

Quadro 7 – Análise dos Indicadores a partir dos Relatórios ESG

(conclusão)

EIXO	CATEGORIA	VARIVÁVEL	EMPRESAS				
			A	B	C	D	E
		Privacidade de dados pessoais	5	5	5	4	3
	Transparência na gestão	Responsabilização (prestação de contas)	5	3	5	4	3
		Relatórios ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado	5	4	5	4	4

Legenda: Empresas A: EDP - Energias do Brasil; B: Lojas Renner; C: Telefônica Brasil; D: CPFL Energia; E: Natura. Classificação: 0 - Não se aplica; 1 - Muito Baixa (representa o menor grau de aplicabilidade); 2 - Baixa; 3 – Regular; 4 – Alta; 5 – Muito Alta (representa o maior grau de aplicabilidade).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para melhor entendimento do que se trata cada variável analisada e sua prática, formulou-se um glossário contendo uma breve explicação sobre cada item para melhor esclarecimento do assunto tratado, conforme anexo Apêndice F.

A seguir foram elaborados quadros de cada organização contendo o eixo, categoria, variável em análise e prática relacionadas encontradas:

Quadro 8 – Empresa A – EDP Energias do Brasil (Relatório ESG 2022)

(continua)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
Ambiental	Mudanças Climáticas	Mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividades de redução ou compensação das emissões de GEE geradas direta ou indiretamente pela empresa, por meio de ações como: controle e definição de metas de redução de GEE; ▪ Compensação parcial das emissões de GEE por meio da compra de créditos de carbono; ▪ Fomento de critérios de mitigação no desenvolvimento e escolha de fornecedores críticos; avaliação dos impactos da precificação do carbono no Brasil; ▪ Identifica vulnerabilidades das operações da empresa frente às alterações climáticas; gerenciamento de riscos e oportunidades. <p style="text-align: center;">Página (63)</p>
		Adaptação às mudanças climáticas	<p>Plano estratégico climático 2021-2025(PEC 21-25), visa evidenciar as ações de mitigação a serem realizadas pela companhia para atingir as suas metas climáticas, aprofundar os cenários climáticos e estratégicos para gestão de riscos e oportunidades climáticas e desenvolver planos de ação para melhoria da performance em índices Relacionados ao tema, através de ações e investimentos em tecnologias limpas e eficientes.</p> <p style="text-align: center;">Página (60)</p>

Quadro 8 – Empresa A – EDP Energias do Brasil (Relatório ESG 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Eficiência energética	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Portfólio diferenciado e resiliente na geração de energia de origem renovável, com aumento da capacidade em energia solar e o aprofundamento do negócio de redes inteligentes e soluções para os clientes; ▪ Usa novas tecnologias como o hidrogênio verde, o armazenamento de energia elétrica por meio de baterias e a criação de soluções de eficiência energética; ▪ Descarbonização para reduzir a intensidade de emissões de gases efeito estufa. <p style="text-align: right;">Página (38 e 63)</p>
	Recursos Hídricos	Uso da água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Captação de água se dá principalmente nas atividades de geração hídrica e térmica. No funcionamento das turbinas das usinas hidrelétricas, a captação da água ocorre a montante das plantas, enquanto a restituição integral é realizada a jusante dos empreendimentos; ▪ Projeto PURATE, que aumenta os ciclos da torre de resfriamento, reduzindo a necessidade de água nos processos. ▪ Criação de processos para o reuso dos efluentes gerados pela UTE Pecém, garantido reaproveitamento de 40%. <p style="text-align: right;">Página (48)</p>
		Gestão de efluentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estação de Tratamento de Efluentes com mecanismos de controle eficientes que garantem o atendimento à legislação em relação aos limites de emissão de poluentes; ▪ Monitoramento constante de uma série de parâmetros de qualidade nas suas usinas em operação, assim como as instalações atendem a todos os requisitos legais para prevenir a contaminação por vazamentos acidentais de produtos químicos e óleos, e possuem programas de atendimento a emergências. <p style="text-align: right;">Página (48)</p>
	Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos	Conservação e uso sustentável da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Riscos mapeados individualmente e mitigados desde o planejamento dos empreendimentos; ▪ Programa de Recomposição Florestal, prevendo plantio de 1.174,85 Hectares em áreas de preservação permanente (APP). <p style="text-align: right;">Página (52)</p>
		Uso sustentável do solo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Geoprocessamento e de visitas a campo para subsidiar as análises que ocorrem durante o planejamento de projetos de implantação de linhas; utilização, desde 2020, de petrógrafos para avaliar a saúde e qualidade da madeira das árvores, fatores com grande influência no risco de queda. <p style="text-align: right;">Página (52)</p>
	Economia Circular e Gestão de Resíduos	Economia circular	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Economia Circular, que se baseia em uma abordagem sistêmica de conservação do fluxo circular dos materiais e recursos; cujo objetivo é eliminar, até 2022, em todas as unidades de negócios, os plásticos de uso único empregados em atividades administrativas. <p style="text-align: right;">Página (50)</p>

Quadro 8 – Empresa A – EDP Energias do Brasil (Relatório ESG 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Gestão de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos atualizado e em conformidade com os requisitos legais aplicáveis; ▪ Certificação na norma ISO 14001. Para reduzir o impacto ambiental das operações; ▪ Programa de Economia Circular, na abordagem sistêmica de conservação do fluxo circular dos materiais e recursos, realizando reformas de equipamentos para prolongamento da vida útil, venda de sucata para empresas de reciclagem e destinação adequada dos demais resíduos conforme a legislação vigente. <p style="text-align: right;">Página (48 e 50)</p>
	Gestão ambiental e prevenção da poluição	Gestão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Sistemas de Gestão e Sustentabilidade e com Sistemas de Gestão Ambiental (SGA), ambos instrumentos garantem que as Atividades conduzidas pelas áreas locais de Meio Ambiente das unidades de negócio se mantenham alinhadas à Norma ISO 14001. ▪ Triângulo das Metas, direciona a estratégia e promove a integração do desempenho do negócio à gestão de aspectos ambientais e à mitigação de impactos, discutindo os principais indicadores e metas ESG no Fórum Mensal (reunião com toda a liderança da Companhia). <p style="text-align: right;">Página (48)</p>
		Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não identificado.
		Qualidade do ar (emissão de poluentes)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas para redução na intensidade de emissões de CO₂. <p style="text-align: right;">Página (60)</p>
		Gerenciamento de áreas contaminadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possuiu sequência hierárquica de ações para antecipar e evitar possíveis impactos ambientais, minimizá-los quando eles se concretizam, restaurar os danos causados e compensar estes danos quando impactos residuais ainda permanecem. <p style="text-align: right;">Página (53)</p>
		Produtos perigosos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os resíduos perigosos passam por armazenagem temporária em locais que atendem aos requisitos legais aplicáveis, sendo destinados a locais licenciados conforme exigências da legislação vigente, de forma a reduzir ao máximo a probabilidade de ocorrência de impactos ambientais; ▪ Preparação para reutilização; reciclagem; ▪ Outras operações de recuperação. <p style="text-align: right;">Página 50 e 129)</p>
Social	Diálogo social e desenvolvimento territorial	Investimento social privado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de voluntariado da Companhia é exercido por meio de três pilares: causas emergenciais, inclusão profissional e transformação socioambiental; ▪ Espaço chamado de “Minha Causa” para que os próprios voluntários tragam ações para que a empresa abrace. Página (24 Cases); ▪ Políticas de Investimento Social (Instituto EDP), com o objetivo contribuir para uma transição energética justa, promover iniciativas em prol de uma educação e cultura

Quadro 8 – Empresa A – EDP Energias do Brasil (Relatório ESG 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			Inclusivas e implementar programas que aumentem o bem-estar social geral. Página (23)
		Diálogo e engajamento das partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Relacionamento com Stakeholders para delimitar os critérios e estabelecer diretrizes para o planejamento, execução e monitoramento da agenda de escuta ativa; ▪ Tratamento de demandas estratégicas relacionadas às partes interessadas. ▪ Processos e subprocessos mapeados e acompanhados por meio de indicadores de desempenho, permitindo melhor priorização dos stakeholders mais relevantes e estratégicos ao negócio. Página (127)
		Impacto social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investimentos na diversidade, na equidade e na inclusão, procurando ampliar a participação de grupos sub-representados (mulheres, PCD, LGBTQIAP+ e negros) em todos os níveis ocupacionais; ▪ Prioridade no bem-estar dos colaboradores, implementando ações para reduzir o número de acidentes e fatalidades nas operações. Página (23)
	Direitos humanos	Respeito aos direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conta com quatro declarações internas de princípios, políticas e compromissos orientadas para o respeito aos Direitos Humanos e Trabalhistas: a Política de Relacionamento com as Partes Interessadas, a Declaração de Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalho, o Código de Ética e o Código de Conduta do Fornecedor; ▪ Políticas corporativas como: Política de Desenvolvimento Humano, Política de Sistemas de Gestão & Sustentabilidade, Gestão do Negócio e Relacionamento com Stakeholders; Página (90)
		Combate ao trabalho forçado ou compulsório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Monitorização do respeito aos Direitos Humanos e Laborais, para identificar os riscos e evitar, minimizar ou reparar eventuais impactos negativos relativos ao tema. Página (90)
		Combate ao trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Avaliação e Monitoramento de todos os fornecedores que possuem mais de três colaboradores. Página (93)
	Diversidade, equidade e inclusão	Políticas e práticas de diversidade e equidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valorização da diversidade, com o programa Inclusão e Diversidade, no objetivo de ampliar as oportunidades de grupos desde a atuação profissional até a empregabilidade e desenvolvimento de carreira, em três pilares: Sociedade, Pessoas e Negócio. Página (76)
		Cultura e promoção de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promove ações afirmativas focadas em grupos sub-representados (negros, pardos, PCD, mulheres e LGBTQIAAP+) que vão desde a capacitação até a empregabilidade e o desenvolvimento profissional destas pessoas. Página (20 Cases)

Quadro 8 – Empresa A – EDP Energias do Brasil (Relatório ESG 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
	Relações e práticas de trabalhos	Desenvolvimento profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente de trabalho saudável conectado à estratégia global da organização para promover o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal dos de todos os colaboradores. Página (85)
		Saúde e segurança ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceito de Saúde de assistência e de acolhimento ao colaborador, que conta com médicos próprios que se dedicam à atenção primária aos colaboradores, enquanto um consultor externo realiza a gestão de casos mais delicados (internações, doenças crônicas e gestações). Página (85)
		Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciativas que estimulam um ambiente de trabalho saudável, equilibrado e produtivo, para promover o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal dos colaboradores; ▪ Instituto EDP, gestor dos investimentos sociais, atua como uma plataforma de relacionamento que contribui para a inclusão social, qualidade de vida e bem-estar nas comunidades onde a Companhia atua; ▪ Programa Regra de Ouro, com objetivo de promover melhor conciliação entre rotina de trabalho e vida pessoal. Página (85)
		Liberdade de associação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciativas de desenvolvimento e aprendizagem com base em diagnósticos que avaliam as necessidades do negócio e das pessoas em termos de aprendizado e de fortalecimento das competências; ▪ Treinamentos online, Degreed, palestras, workshops, seminários e cursos que agregam conhecimento. Página (86)
		Política de remuneração e benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Movimento Salário Digno, iniciativa do Pacto Global da ONU, para remunerar suficiente e garantir ao trabalhador e sua família um padrão de vida básico, porém decente, levando em consideração seu custo de vida e contemplando fatores como moradia, alimentação, saúde, educação e transporte. Página (90)
	Promoção de responsabilidade e social na cadeia de valor	Relacionamento com consumidores e clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grupos de trabalho multidisciplinares criados para analisar as demandas apresentadas pelos clientes e também as tendências do mercado, para reduzir índice de reclamações e melhorar a satisfação; ▪ Ações de melhoria contínua. Página (98)
		Relacionamento com os fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Automatizações na área de gestão de fornecedores; uso de novas ferramentas de mercado customizáveis de acordo com as nossas necessidades; Índice e Desempenho de Fornecedor para avaliar e mitigar riscos operacionais, ambientais e sociais, nas categorias críticas das atividades. Página (92)
Governança	Governança corporativa	Estrutura e composição da governança corporativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Código de ética; ▪ Normas de Compliance; ▪ Norma de interação com Agentes Públicos; ▪ Norma de Brindes e Presentes; ▪ Normas de Doações, Patrocínio e Apoios realizados fora do âmbito do Instituto EDP; ▪ Norma de combate a Atos Ilícitos, Balanço de Consequências; ▪ Procedimentos de Due Dilligence;

Quadro 8 – Empresa A – EDP Energias do Brasil (Relatório ESG 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Procedimento de Prevenção e Gestão de conflitos de interesse. <p style="text-align: center;">Página (106)</p>
		Propósito e estratégia em relação à sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceito de Excelência em ESG: Sistema Triângulo das Metas, atrelado a performance de todos os colaboradores, a governança por meio de revisão crítica mensal e anual, juntamente à liderança e à Diretoria, e avaliação das metas para atingir os objetivos estratégicos da companhia e mede o desempenho das Unidades de Negócio e as respectivas. <p style="text-align: center;">Página (26)</p>
	Conduta empresarial	Compliance, programa de integridade e práticas anticorrupção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações de treinamento e comunicação envolvem o código de ética, onde os colaboradores estão sujeitos a ações disciplinares aplicáveis a infrações praticadas. ▪ Fornecedores e prestadores de serviços também sujeitos a medidas e sanções estabelecidas contratualmente decorrentes de procedimentos de avaliação e qualificação. ▪ O Programa de Compliance é certificado pela ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno). <p style="text-align: center;">Página (106)</p>
		Práticas de combate à concorrência desleal (antitruste)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compliance (ISSO 37001) e Controles Internos responsável por promover uma cultura de integridade na Companhia (apoio total da Alta Administração e dos Comitês de Ética); ▪ Comissão de ética, composta por dois conselheiros externos: o provedor de Ética da EDP Portugal e os Diretores de Auditoria Interna, Compliance e Controles Internos e de Jurídico e Gestão de Pessoas. <p style="text-align: center;">Página (108)</p>
		Engajamento das partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Relacionamento com Stakeholders delimitam os critérios e estabelecem diretrizes para o planejamento, execução e monitoramento da agenda de escuta ativa aos stakeholders, bem como para o posterior tratamento de demandas estratégicas relacionadas às partes interessadas. ▪ Processos e subprocessos mapeados e acompanhados por meio de indicadores de desempenho. <p style="text-align: center;">Página (127)</p>
	Práticas de controle e gestão	Gestão de riscos do negócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapeamento das ameaças e vulnerabilidades presentes nos riscos de ESG e em outros fatores que podem, eventualmente, contribuir para este tipo de impacto na Companhia. ▪ Área de Sustentabilidade monitora e controla este cenário, oferecendo subsídios para a tomada de decisão pela Alta Liderança, quando necessário. <p style="text-align: center;">Página (110)</p>
		Controles internos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compliance e Controles Internos responsável por promover uma cultura de integridade na Companhia, com total apoio da Alta Administração e dos Comitês de Ética. <p style="text-align: center;">Página (107)</p>
		Auditorias interna e externa	<p>Comitê de Auditoria, responsável por acompanhar e avaliar as atividades de auditoria externa e interna, monitorar os riscos nos negócios da Companhia, acompanhar as práticas contábeis e de transparência das informações e também assessorar o Conselho de Administração nas deliberações sobre as matérias apresentadas.</p> <p style="text-align: center;">Página (103)</p>

Quadro 8 – Empresa A – EDP Energias do Brasil (Relatório ESG 2022)

(conclusão)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Ambiente legal e regulatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 2022, a Lei nº 14.300/22, fixou o marco legal para a mini e microgeração distribuída e deu maior clareza quanto à duração dos subsídios tarifários a serem usufruídos por quem instalasse painéis fotovoltaicos até o início de janeiro de 2023; ▪ Ainda resta pendente a regulamentação dos benefícios sistêmicos da geração distribuída. <p style="text-align: right;">Página (32)</p>
		Gestão da segurança da informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emprego de ferramentas como Inteligência Artificial, big data e machine learning nas pesquisas iniciais, de forma que os analistas recebam automaticamente várias informações vindas de diferentes bases. <p style="text-align: right;">Página (109)</p>
		Privacidade de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em 2018; ▪ Realização de treinamentos com os colaboradores cujas atividades representam um maior risco no tratamento de dados pessoais; ▪ Desenvolvimento e implementação de diversos planos de ação; ▪ Criação de um grupo de trabalho para atuar sobre as questões de privacidade nos gaps identificados, bem como nas adequações e questões relativas às melhorias dos processos; ▪ Emissão de mais de 3.732 pareceres de orientação; ▪ Divulgação de informações institucionais mensais sobre o tema; ▪ Publicações mensais sobre o tema; ▪ Atualização dos cookies nos websites do Grupo; ▪ Disponibilização de normativos internos relacionados ao tema; ▪ Programa de Privacidade de Dados, com objetivo de antecipar e prevenir riscos baseado em aspectos de governança, cultura de privacidade, proteção de dados e ações de resposta e remediação. <p style="text-align: right;">Página (109)</p>
		Responsabilização (prestação de contas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adoção dos mais altos padrões de governança corporativa, através de uma estrutura robusta, a Companhia conta com Assembleia de Acionistas, Conselho de Administração e Comitês, Diretoria e Conselho Fiscal, ao qual prestam contas anualmente a sociedade e partes interessadas nos 3 segmentos do ESG. <p style="text-align: right;">Página (102)</p>
	Transparência na gestão	Relatórios ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Relatório Anual de Sustentabilidade é aprovado pelo Conselho de Administração antes da divulgação externa. ▪ O material é aprovado de forma prévia pela Diretoria Executiva, que analisa e valida todos os materiais, e participa ativamente do processo de construção da Matriz de Materialidade via insumos para o eixo do Negócio e discussão colegiada dos temas materiais resultantes do processo. <p style="text-align: right;">Página (123)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme já explanado pela norma ABNT PR 2030, as organizações apesar de afetarem o meio ambiente, elas se empenham para preservá-lo dentro das medidas cabíveis. Visto da mesma opinião dos demais autores citados neste trabalho, Marquis et al. (2016); Shvarts et al. (2018); Pacto Global (2020), os recursos advindos deste eixo podem contribuir positivamente ou negativamente para as empresas.

Acima, o Quadro 8, contendo a avaliação da empresa A representada pela EDP - Energias do Brasil, com mais de quarenta anos de história, atuando em 20 países, com índice de sustentabilidade avaliada em 90,25. Quando relacionada ao eixo ambiental, entre teoria e prática, possui uma ótima qualificação em sua pontuação, merecendo destaque das demais empresas avaliadas, tendo como uma das benfeitorias únicas na pontuação 5 (muito alta) a categoria de responsabilidade social na cadeia de valor. Esse resultado corrobora com suas explicações devido ao comprometimento às responsabilidades econômicas, sociais e ambientais. A empresa como apresentada, possui Pacto Global empreendendo junto à Organização das Nações Unidas, com finalidade de estimular empresas a adotarem políticas de responsabilidade social, com intuito de construir uma sociedade mais justa e sustentável através destes programas e ferramentas de Inclusão e Diversidade, fortalecendo assim a cultura da diversidade na Companhia.

Vale ressaltar que durante sua avaliação (42 itens), 19,04% destes foram avaliados abaixo de 5, significando que foram expostas informações menos abrangentes, com dados básicos das práticas desenvolvidas pela empresa. No item “Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)”, a empresa não identificou nenhum plano sobre essa variável.

De acordo com PR2030 (2022), essa variável é de suma importância no meio das indústrias, uma vez que podem estar interferindo no habitat de seres humanos, bem como dos animais, ocasionando interferências negativas, se não controladas, na qualidade de vida dos mesmos. Outro item avaliado e levado em consideração devido ao seu impacto: gerenciamento de áreas contaminadas, ou seja, é primordial que estas empresas consigam um desenvolvimento pleno, sem acarretar consequências no solo, ar e águas.

Conforme as práticas recomendáveis (2022), é fundamental que as empresas possuam um plano de controle para a redução destes riscos, em virtude da exposição de substâncias de áreas contaminadas pelo exercício da empresa.

Quadro 9 – Empresa B – Lojas Renner (Relatório 2022)

(continua)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
Ambiental	Mudanças Climáticas	Mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contratação da empresa KPMG Assessoria Ltda., com o objetivo de aplicar procedimentos de verificação limitada sobre a compilação das informações relacionadas com o Inventário Corporativo de Emissões Diretas e Indiretas de Gases de Efeito Estufa das operações das Lojas Renner; ▪ Criação e transição de estratégias para uma economia de baixo carbono está vinculado à redução das emissões por peça nas próximas décadas; ▪ Ampliação dos dados reportados na categoria de transporte de distribuição <i>upstream</i> com a contabilização do e-commerce; ▪ Inclusão de categorias significativas, como deslocamento de colaboradores e bens e serviços adquiridos; <p style="text-align: center;">Página (62 e 63)</p>
		Adaptação às mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciativas colaborativas que são referências no tema, dando força aos compromissos e práticas; ▪ Comitê de sustentabilidade, composto por membros do Conselho de Administração e com reporte periódico ao Conselho, estabelecendo encontros periódicos formalmente definidos para assuntos sobre as mudanças climáticas; <p style="text-align: center;">Página (64 e 65).</p>
		Eficiência energética	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa de Eficiência Energética, com realização de workshops sobre Redução de Custo Por Meio de Energia Limpa; ▪ Programa de automação de lojas focado em eficiência energética; ▪ Programa de eficiência energética em caldeiras e maquinários <p style="text-align: center;">Página (85)</p>
	Recursos Hídricos	Uso da água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução do consumo de água da operação e fornecedores estratégicos, zerando o descarte de produtos químicos com substâncias restritas na produção de têxteis e calçados; ▪ Projeto Lages - promove o reuso de águas industriais, diminuindo o consumo de água e liberação do metano; ▪ Projeto de captação de água pluvial e outro projeto de retorno do efluente tratado, que são utilizadas nos banheiros para descarga dos sanitários. <p style="text-align: center;">Página (64 e 89)</p>
		Gestão de efluentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Rede Responsável; ▪ Gestão de efluentes avaliada por meio das auditorias; ▪ Fornecedores em conformidade em relação aos efluentes e praticam recirculação de água em seus processos fabris. <p style="text-align: center;">Página (85)</p>
	Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos	Conservação e uso sustentável da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evitar, reduzir, restaurar e compensar os impactos em biodiversidade por meio do compromisso público de circularidade e regeneração, através de um negócio circular, regenerativo e de baixo carbono, reduzindo a necessidade do consumo de materiais virgens;

Quadro 9 – Empresa B – Lojas Renner (Relatório 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Requisito de fornecimento das matérias-primas com maior risco de impactos em biodiversidade (algodão e viscose), que devem ter certificação que ateste boas práticas relacionadas à preservação da biodiversidade; ▪ Apoiam projetos de preservação e restauração da biodiversidade e preservação de flora e fauna locais; ▪ Investimentos em apoio a projeto de pesquisa e desenvolvimento, em parceria com a startup FarFarm, para o cultivo do algodão agroflorestal no cerrado do Mato Grosso; ▪ Projeto REDD+ Jari/Amapá, para compensação de emissões e conservação florestal e da biodiversidade (certificação VCS e nível de ouro no padrão CCBS). Página (67)
		Uso sustentável do solo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elimina as embalagens plásticas das lojas físicas e do e-commerce que não podem ser reutilizadas ou recicladas pelos clientes; ▪ Busca soluções para reduzir a geração e promover a circularidade dos principais resíduos da operação e dos fornecedores estratégicos. Página (23)
	Economia Circular e Gestão de Resíduos	Economia circular	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incorpora princípios de circularidade no desenvolvimento de produtos, serviços e modelos de negócio; ▪ Investe no desenvolvimento de matérias-primas têxteis circulares e regenerativas, garantido 100% das principais matérias-primas mais sustentáveis; ▪ Busca soluções para reduzir a geração e promover a circularidade dos principais resíduos da operação e dos fornecedores estratégicos. Página (76)
		Gestão de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reduz o volume de resíduos gerados e garante a correta separação, manuseio, acondicionamento e disposição final, para evitar contaminação e incentivar sua reinserção no ciclo produtivo a partir da reciclagem; ▪ Adesão a Política Nacional de Resíduos Sólidos; ▪ Eliminação de embalagens plásticas que não podem ser reutilizadas ou recicladas pelos clientes; ▪ Soluções para reduzir a geração e promover a circularidade dos principais resíduos da operação. Página (76)
	Gestão ambiental e prevenção da poluição	Gestão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação da implantação do Sistema de Dados Ambientais (SDA), para melhor gestão dos indicadores ambientais e avaliar com maior precisão a intensidade de impactos ambientais dos produtos; ▪ Plano de trabalho com objetivo de certificar os Centros de Distribuição, conforme a NBR ISO 14001. Página (68)
		Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não identificado.

Quadro 9 – Empresa B – Lojas Renner (Relatório 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Qualidade do ar (emissão de poluentes)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano Estratégico de Redução de Emissões para fomentar em maior escala o uso de matérias-primas mais sustentáveis, por meio de ações como: Net Zero até 2050 e 100% dos fornecedores ter 1 com inventário de emissões GHG das suas operações e uso de dados primários no inventário até 2024. Página (62 e 63)
		Gerenciamento de áreas contaminadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviço de logística reversa, o Eco Estilo, nas categorias perfumaria e roupas; ▪ Os resíduos coletados recebem a destinação ambientalmente correta, evitando a contaminação do meio ambiente; ▪ Reduz o volume de resíduos gerados e garantir a correta separação, manuseio, acondicionamento e disposição final, evitando contaminação e incentivando sua re inserção no ciclo produtivo a partir da reciclagem; Página (74)
		Produtos perigosos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restrição do uso pesticidas e a eliminação gradual de pesticidas altamente perigosos; ▪ Proibição de pesticidas listados na Convenção de Rotterdam (responsabilidade sobre produtos químicos perigosos). Página (67)
Social	Diálogo social e desenvolvimento territorial	Investimento social privado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Lojas Renner: faz o desenvolvimento de comunidades, geração de renda, capacitação e apoio ao empreendedorismo de mulheres no ecossistema da moda; ▪ Conscientiza e sensibiliza a sociedade sobre o protagonismo e empoderamento das mulheres; Página (58)
		Diálogo e engajamento das partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mapeamento da cadeia de valor e priorização do poder e interesse de cada grupo de stakeholder, com base na teoria de stakeholders de Edward Freeman e na metodologia poder x interesse de Ann Qualman; ▪ Ações contínuas aos stakeholders internos externos, verificando a opinião de cada público na consulta aos stakeholders; ▪ Construção de questionário online para consulta aos stakeholders, com base nos temas da estratégia 2030; Página (24 e 100)
		Impacto social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ “Programa Circuito – Grandes talentos circulam por aqui” promove o ecossistema de Educação e Inovação, no Brasil e no exterior, garantindo a atração e o desenvolvimento de talentos internos e externos com os parceiros para troca de conhecimento, sobre novas competências e skills essenciais às carreiras do futuro, e para colaboração que gera valor ao setor e a sociedade. Página (48)
	Direitos humanos	Respeito aos direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Identifica riscos de violações nas operações e na cadeia de valor, mitigá-los e ajustar os possíveis impactos causados; ▪ Aplica a Governança de Direitos Humanos alocada à área de Sustentabilidade focada em articular as ações

Quadro 9 – Empresa B – Lojas Renner (Relatório 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			Necessárias para mitigar e tratar os riscos identificados. Página (53)
		Combate ao trabalho forçado ou compulsório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formaliza e dissemina o compromisso com a promoção do respeito aos Direitos Humanos, estabelecendo os princípios orientadores que devem nortear as atividades e relações da Companhia em toda a cadeia de valor do negócio. Página (55)
		Combate ao trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cadeia de fornecimento da Camicado, uma fábrica em desconformidades em relação ao trabalho infantil, na China, e o fornecedor está implementando um plano de ação para que não ocorrem outras não conformidades como essa em sua cadeia de fornecimento. Página (106)
	Diversidade, equidade e inclusão	Políticas e práticas de diversidade e equidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Plural, com a finalidade de promover a diversidade e inclusão como forma de prevenção a violações; ▪ Promoção da diversidade e combate à discriminação: signatários do fórum de empresas e direitos LGBTI+ apoiadores dos princípios pelo empoderamento das mulheres, signatários do MOVER (Movimento pela Equidade Racial), membros da coalizão empresarial pelo fim da violência contra mulheres e meninas (Instituto identidades do Brasil ID_BR). Página (56)
		Cultura e promoção de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura de diversidade, equidade e inclusão de grupos minorizados (Racial, LGBTQIAP+, PCDs e mulheres), alcançando, pelo menos 50% dos cargos de liderança ocupados por pessoas negras e 55% dos cargos de alta liderança ocupados por mulheres; ▪ Portfólio de produtos e serviços diversos e inclusivos, considerando o potencial de contribuição de cada um dos negócios. Página (23)
	Relações e práticas de trabalhos	Desenvolvimento profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promove a evolução dos índices de diversidade entre os colaboradores, com a finalidade de assegurar oportunidades de pleno desenvolvimento pessoal e profissional a todos e de espelhar cada vez melhor a pluralidade da sociedade brasileira. Página (22)
		Saúde e segurança ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compromisso de garantir a saúde e segurança ocupacional de todos os colaboradores e prestadores de serviço em linha com as principais referências e boas práticas internacionais, como as recomendações da Convenção de Saúde e Segurança no Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e com os acordos coletivos firmados junto aos sindicatos; ▪ Estabelece princípios norteadores que garantem a integridade das pessoas e proporciona ambientes de trabalho adequados, encantando os colaboradores por meio do cuidado ativo com ações de prevenção e de promoção da saúde. Página (50)

Quadro 9 – Empresa B – Lojas Renner (Relatório 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui monitoramento contínuo dos indicadores de saúde, segurança e bem-estar com a definição de metas e planos de ação para reduzir a exposição a riscos e promover a ampliação da cultura de segurança a todos os colaboradores; ▪ Programa Balance, baseado na metodologia PTO (sigla em inglês para previsibilidade, trabalho em equipe e comunicação aberta) com objetivo de promover a escuta mensal dos líderes em relação às suas equipes identificando fontes de estresse e burnout, propondo planos de ação para melhorar a qualidade de vida e equilíbrio entre trabalho e estimulando o fomento a um ambiente de maior confiança e segurança psicológica. Página (52)
		Liberdade de associação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui monitoramento da conformidade de fornecedores para avaliar continuamente à legislação trabalhista, o cumprimento dos requisitos legais ou acordo coletivos de trabalho sobre salários e horas extras, a liberdade de associação e o monitoramento do pagamento de salário justo em 100% da dos Fornecedores de Revenda; ▪ A identificação de não conformidades pelas auditorias gera a realização de planos de ação para correção. Página (88)
		Política de remuneração e benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Remuneração da Diretoria é formalmente atrelada a metas ESG; ▪ Plano de Opção de Compra de Ações e Ações Restritas, que concede a eles ações da Companhia e, portanto, aprofunda sua conexão com o negócio: Página 36
	Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	Relacionamento com consumidores e clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilização dos clientes para um consumo sustentável através de diversas práticas promovidas pela instituição como a logística reversa, cuidado e adequação dos produtos, circularidade dos produtos. Página 74
		Relacionamento com os fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações de qualificação e desenvolvimento, para manter um relacionamento próximo com os fornecedores, e o desenvolvimento de seus negócios, gerando valor aos seus colaboradores consequentemente; ▪ Diretrizes para o relacionamento com clareza nas negociações, relação de parceria com o fornecedor, respeito a prazos, prazos de pagamento formalmente estabelecidos e cumpridos, apoio a previsibilidade financeira e a geração de condições adequadas para o pagamento de salários justos. Página 79
Governança	Governança corporativa	Estrutura e composição da governança corporativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os papéis e responsabilidades de cada órgão da estrutura de governança são definidos no Estatuto Social da Companhia e orientados pelos Regimentos Internos; ▪ Signatários, da Women on Board (WOB), comprometendo-nos a manter no mínimo duas mulheres no Conselho de Administração, prática

Quadro 9 – Empresa B – Lojas Renner (Relatório 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			<p>Alinhada com a Política de Indicação de Administradores;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação anual do desempenho, por consultoria externa especializada, seguindo as boas práticas de governança corporativa e buscando o aperfeiçoamento contínuo dos órgãos. <p>Página 32 e 33</p>
		<p>Propósito e estratégia em relação à sustentabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comitê de Sustentabilidade para assessorar o Conselho no cumprimento das diretrizes e princípios do desenvolvimento sustentável nos pilares social, ambiental, econômico, observando as melhores práticas de governança corporativa; ▪ Compromisso com o desenvolvimento sustentável, orientando a gestão, os valores e o posicionamento da Companhia e toda a sua cadeia de valor e partes interessadas: dos produtores de matéria-prima, até os atores envolvidos no pós-consumo. <p>Página 34 e 55</p>
	<p>Conduta empresarial</p>	<p>Compliance, programa de integridade e práticas anticorrupção</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Treinamentos com base no Código de Conduta e anticorrupção aos colaboradores; ▪ Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção. <p>Página 113</p>
		<p>Práticas de combate à concorrência desleal (antitruste)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política Anticorrupção através de práticas e princípios a serem seguidos por colaboradores, parceiros e terceiros para o combate à corrupção e à fraude, especificando ferramentas, sinais de alerta, atos intoleráveis, sanções e medidas disciplinares e os órgãos responsáveis pelo monitoramento de seu cumprimento. <p>Página 55</p>
		<p>Engajamento das partes interessadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo de Gestão garante o alinhamento de todos aos objetivos estratégicos da empresa, em conexão com a missão e valores, promovendo ciclos de reconhecimento e progressão de carreira e apoiando na identificação das necessidades de desenvolvimento técnicas e de competências. <p>Página 43</p>
	<p>Práticas de controle e gestão</p>	<p>Gestão de riscos do negócio</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política Corporativa de Governança, através do gerenciamento adequado dos riscos, utilizando técnicas de gestão de riscos para permitir aos gestores autonomia e responsabilidade para balancear riscos e melhorar a tomada de decisão estratégica e operacional da empresa; ▪ Controle de riscos em diferentes setores por meio das políticas de Governança, Riscos e Conformidade, Auditoria, Compliance, Gestão Financeira, Destinação de Resultados, Anticorrupção, Tributária, Disclosure, Divulgação de Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários, Partes Relacionadas, Indicação e de Remuneração dos Administradores, Segurança da Informação, Privacidade e Proteção de Dados, Atendimento e CRM, Código de Conduta para

Quadro 9 – Empresa B – Lojas Renner (Relatório 2022)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			Colaboradores, Código de Conduta para Parceiros, e Sustentabilidade. Página 37
		Controles internos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Conselho de Administração conta com quatro Comitês de assessoramento: Comitê De Pessoas E Nomeação, Comitê De Sustentabilidade, Comitê De Auditoria E Gestão De Riscos, Comitê Estratégico. Página 34
		Auditorias interna e externa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As atividades da área de Auditoria Interna são baseadas em planejamento anual, aprovado pela Administração e estão aderentes com as melhores práticas das organizações e grupos de estudos nacionais e internacionais sobre Auditoria Interna, compliance e prevenção de perdas, como o COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, o IIA – The Institute of Internal Auditors e o Loss Prevention – publicações de profissionais de prevenção de perdas. Página 37
		Ambiente legal e regulatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comitê estatutário para revisar as áreas de riscos significativos e monitorar o cumprimento dos requerimentos legais e regulatórios; ▪ Política Corporativa de Governança, Riscos e Conformidade para ir indo além do cumprimento de demandas regulatórias. Página 34 e 37
		Gestão da segurança da informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compromisso fundamental do Código de Conduta e conta com o envolvimento direto do Conselho de Administração na gestão, aprovando e validando a estratégia que orienta nossa gestão sólida do tema: Diretoria de Tecnologia da Informação; ▪ Estruturadas voltadas para o tema cibe segurança: Área de Segurança da Informação, da Diretoria de TI, e Área de Compliance Corporativo; ▪ Comitê Corporativo de Segurança da Informação de Riscos Cibernéticos, multidisciplinar, com interface com o Conselho de Administração; Página 39
		Privacidade de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura de diretrizes composta por três políticas e 21 normas, bem como manuais detalhando os processos para garantir a segurança da informação, a proteção de dados, a gestão de riscos e incidentes e da continuidade do negócio; ▪ Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais da Lojas Renner S.A., que rege as diretrizes e condições gerais de coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de dados nos sites, plataformas e aplicações de internet, em conformidade com a legislação. Página 39
	Transparência na gestão	Responsabilização (prestação de contas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reporte anual do progresso das ações e metas desenvolvidos; ▪ Divulgação dos progressos para investidores no CDP. Página 63

Quadro 9 – Empresa B – Lojas Renner (Relatório 2022)

(conclusão)			
Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Relatórios ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relato Integrado desde 2015; ▪ SASB (Sustainability Accounting Standards Board) desde 2019; <p style="text-align: center;">Página 4</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na empresa B, nomeada como Lojas Renner, reconhecida pelo mundo por conectar pessoas e estilos, iniciou sua história em 1965 e hoje possui um amplo e sólido grupo de colaboradores e investidores, contemplando 24 mil integrantes. De acordo com sua avaliação na pesquisa, destacado no quadro 9, observou-se que em relação às demais empresas obteve-se um retorno de 50% nas avaliações com ponderações superiores ao grau 3 (regular). Ou seja, dos 42 itens avaliados, 21 deles apresentaram variáveis com o grau de atendimento acima da média, com classificação entre 3 e 4.

Destaca-se que todas as categorias foram atendidas com práticas holísticas, sendo que os eixos que se sobressaíram foram ambientais e sociais.

As atitudes da empresa são pautadas pelos princípios da sustentabilidade, pois acreditam que a moda pode ser mais justa, consciente e responsável, onde com esse discurso buscam reduzir os impactos ambientais do negócio a partir de operações e conscientizações da oferta de produtos e serviços responsáveis.

Quando se referem ao comprometimento sustentável da empresa, as lojas Renner, conforme respostas, se identificam na cultura e promoção da inclusão, bem como ao respeito dos direitos humanos, ao desenvolvimento social e qualidade de vida de seus colaboradores, tornando-os ainda mais importantes para o desenvolvimento sustentável e promissor da empresa.

De acordo com os autores Engelmann e Nascimento (2021) a igualdade e respeito pelos indivíduos, a inclusão social, os direitos humanos, extinção da pobreza e qualquer tipo de exploração, com o intuito de promover o bem-estar social da população em geral, a empresa incluí em suas práticas o plano de negócios que atingi de forma satisfatória o ambiente de trabalho de seus colaboradores, promovendo dessa forma, maior abrangência e capitalização de clientes e consequentemente o sucesso da empresa, e acima de tudo promovendo a socialização e desenvolvimento social.

Quando se trata das Lojas Renner, nota-se uma empresa com características de efeito positivo e homogêneo na divulgação ESG em cada pilar. O que consequentemente objetiva este

trabalho na questão de obter resultados através destas políticas com a finalidade de aumentar os níveis de divulgação ESG, bem como diminuir os riscos que incorrem ao gerenciar variáveis relacionadas à estrutura social e os benefícios de expor as empresas a uma maior visibilidade.

No contexto atual, e influenciadas desde então pelas concepções Servaes e Tamayo (2013), a crescente preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente e aspectos sociais, estão diretamente ligadas à sustentabilidade das organizações. Comprometidos com a sociedade em alcançar um futuro mais sustentável, igualitário e justo, as Lojas Renner possuem sua atuação baseada nestes cuidados: na responsabilidade social, com o meio ambiente, e na adoção das melhores práticas de governança corporativa, cumprindo o propósito de forma responsável na busca de oportunidades que tornem sua operação mais sustentável.

Quadro 10 – Empresa C – Telefônica Brasil (Relatório 2021 – Relato Integrado)

(continua)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
Ambiental	Mudanças Climáticas	Mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diretrizes do GHG Protocolo para contabilizar as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e divulgamos nossos resultados no Registro Público de Emissões, além de fornecer informações sobre gestão de mudanças climáticas no CDP; ▪ Listados no Índice de ICO² da B3 entre as melhores empresas em eficiência na gestão de emissões de gases de efeito estufa; ▪ Mobilização de fornecedores com atividades intensivas em CO² para a redução de suas emissões de gases de efeito estufa e ampliação das ações voltadas para economia de baixo carbono; <p style="text-align: right;">Páginas 11, 98 e 115</p>
		Adaptação às mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atua na prevenção de desastres climáticos e condições extremas (altas temperaturas, inundações, chuvas extremas) pois afetam as redes, sistemas e infraestrutura e continuidade dos serviços; ▪ Pelo 2º ano consecutivo, líder em mudanças climáticas e em engajamento com fornecedores pelo CDP (Carbon Disclosure Project); ▪ Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (ICDPR70); <p style="text-align: right;">Páginas 34 e 99</p>
		Eficiência energética	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programas de eficiência energética que resultaram em 62,38 GWh de economia de energia somente em 2021; <p style="text-align: right;">Página 113</p>
	Recursos Hídricos	Uso da água	<p>Possui o selo Eco Smart, que permite que as empresas já conheçam os benefícios ambientais que a empresa poderá gerar em sua operação. O selo dispõe de quatro variações que representam diferentes benefícios ambientais: eficiência energética, redução do consumo de água, redução das emissões de CO² e economia circular.</p> <p style="text-align: right;">Página 120</p>

Quadro 10 – Empresa C – Telefônica Brasil (Relatório 2021 – Relato Integrado)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Gestão de efluentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utiliza recursos hídricos com consciência e adota práticas de melhoria contínua para reduzir o consumo. ▪ Parte do uso de água está concentrado no prédio administrativo em São Paulo (edifício Eco Berrini), onde há o sistema de captação de água de chuva e tratamento de água de cinzas para o uso nas descargas; Página 114
	Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos	Conservação e uso sustentável da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Cikel, no Pará, que remunera produtores agrícolas que optaram pela conservação ambiental. ▪ Contribui para evitar o desmatamento de aproximadamente 160 hectares, contemplando mais de 80 mil árvores; Página 115
		Uso sustentável do solo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerencia os possíveis riscos e impactos ambientais seguindo as diretrizes do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado na norma internacional ISO 14.001. ▪ Possui controles operacionais, tais como procedimentos e instruções de trabalho com o objetivo de evitar danos e passivos ambientais; Página 109
	Economia Circular e Gestão de Resíduos	Economia circular	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promove a economia circular com o movimento “Recicle com a Vivo”, abrangendo, além da coleta de resíduos eletrônicos variados em urnas disponíveis nas lojas de todo o Brasil, o acondicionamento e a reciclagem de modems e decodificadores dos serviços de banda larga e TV; ▪ Por ser uma empresa de tecnologia com abrangência nacional, cuida dos produtos que utilizam e os resíduos que geram com base na economia circular. Páginas 8, 120 e 122
		Gestão de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desde 2019, utiliza o sistema global de Gestão de Resíduos Sólidos da Telefônica (GReTel) que auxilia as áreas internas a gerenciarem o fluxo de geração, transporte e destinação dos resíduos, promovendo a rastreabilidade, o controle da cadeia de fornecedores, e assegurando que o processo foi realizado seguindo as normas brasileiras; Página 122
	Gestão ambiental e prevenção da poluição	Gestão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerencia os possíveis riscos e impactos ambientais com diretrizes do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado na norma internacional ISO 14.001, desdobrando controles operacionais, procedimentos e instruções das atividades com o objetivo de evitar danos e passivos ambientais; Página 109
		Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O escopo abrange os processos de planejamento, implantação, manutenção, operação e desativação de redes móvel e fixa em 51 municípios brasileiros, eleitos com base em critérios técnicos. ▪ Os principais impactos ambientais relativos às operações são: geração de resíduos sólidos, emissões atmosféricas, geração de ruído e emissão de radiação não-ionizante, entre outros, todos monitorados periodicamente. Somente no último ano foram emitidos

Quadro 10 – Empresa C – Telefônica Brasil (Relatório 2021 – Relato Integrado)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			83 laudos de ruído e mais de 9,5 mil laudos de radiação não-ionizantes; Página 109
		Qualidade do ar (emissão de poluentes)	▪ Índice de ICO ² da B3 entre as melhores empresas em eficiência na gestão de emissões de gases de efeito estufa; Página 12
		Gerenciamento de áreas contaminadas	▪ Realiza anualmente auditorias internas e externas, que verificam a eficácia dos controles operacionais, da gestão dos aspectos e impactos da operação e do atendimento aos requisitos legais; ▪ Desde a implantação do SGA, 100% dos municípios do escopo já passaram por auditorias internas; Página 109
		Produtos perigosos	▪ Análise e acompanhamento da geração de resíduos sólidos, emissões atmosféricas, geração de ruído e emissão de radiação não-ionizante, entre outros, todos monitorados periodicamente; ▪ Possui fornecedores que passam por avaliações considerando suas atividades e seus aspectos ambientais, como emissões de gases, geração de resíduos, armazenamento e manuseio de produtos perigosos e prontidão para lidar com emergências ambientais Páginas 109 e 140
Social	Diálogo social e desenvolvimento territorial	Investimento social privado	▪ Em 2020, incorporou o modelo de gestão proposto pela ISO 26.000 (Diretrizes sobre Responsabilidade Social), à estratégia para que o desempenho da companhia seja mensurado e percebido na prática por todos; Página 130
		Diálogo e engajamento das partes interessadas	▪ Trabalha fortemente o voluntariado corporativo, que tem como objetivo sensibilizar e engajar colaboradores em ações que gerem impacto social, tanto no formato presencial quanto digital; ▪ Em 2021, investiram R\$ 64,2 milhões e como resultado, beneficiaram cerca de 2,7 milhões de pessoas entre crianças, jovens e educadores; Página 107
		Impacto social	▪ Possui há 23 anos, a Fundação Telefônica Vivo, que é uma das responsáveis pela esfera social no conceito ESG da Vivo, alinhada ao propósito da companhia e confiante que a digitalização do Brasil é um importante facilitador para uma sociedade mais justa, humana e inclusiva. ▪ Contribui para melhoria da educação pública com a formação de professores e fomento de práticas inovadoras de ensino com o uso de tecnologia alinhado ao propósito da Digitalização da educação pública; Página 107
	Direitos humanos	Respeito aos direitos humanos	▪ Possui como pilar Princípios de Negócio Responsável (o código de ética da companhia), e valores refletidos na Política Global de Direitos Humanos (alinhada aos Princípios Orientadores para Empresas de Direitos

Quadro 10 – Empresa C – Telefônica Brasil (Relatório 2021 – Relato Integrado)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			<p>humanos das Nações Unidas) e em diversos regulamentos e procedimentos internos;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Comprometimento e atuação no conhecimento, na aprendizagem e na melhoria contínua; ▪ Trabalham para evitar, de forma proativa, qualquer tipo de abuso, assim como qualquer cumplicidade derivada de situações de abuso de nossos parceiros comerciais; <p>Página 102</p>
		Combate ao trabalho forçado ou compulsório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgam amplamente a existência de Canal de Denúncias e reforçamos que, em caso identificação de ocorrências que possam ferir qualquer direito fundamental; <p>Página 102</p>
		Combate ao trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atua na abolição do trabalho infantil e forçado; <p>Página 102</p>
	Diversidade, equidade e inclusão	Políticas e práticas de diversidade e equidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desde 2018, possui compromisso público com o tema, marcado pelo lançamento o Manifesto pela Diversidade, tornando-se a primeira empresa do setor de telecomunicações a integrar o Fórum de Empresas e Direitos LGBTQ+ e a aderir aos Padrões de Conduta para Empresas, enfrentando a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans. e Inter sexo, parte do movimento Livres & Iguais, da ONU; ▪ Mulheres representam 43% do quadro de profissionais e terminamos 29% do quadro de executivos é formado por mulheres; ▪ A meta para 2024 é ter 33% de mulheres em cargos de liderança; ▪ Apoia e incentiva as colaboradoras na construção de suas carreiras, ampliando a representatividade feminina nos cargos de liderança e promovendo a equidade de gênero dentro da companhia, para se sentirem mais autoconfiantes e seguras na vida profissional; <p>Página 102</p>
		Cultura e promoção de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui compromisso com a equidade racial e um olhar interseccional sobre o tema. Em 2021, chegou a 30,28% de participação de negros em nosso quadro de funcionários; ▪ Trabalha na retenção e contratação de Pessoas com Deficiência; ▪ Criou um processo de acompanhamento e desenvolvimento para pessoas com deficiência; ▪ Abertura de 300 vagas exclusivas em 175 cidades do país; <p>Página 89 e 90</p>
	Relações e práticas de trabalhos	Desenvolvimento profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em 2020, foi desenhado um programa para que os talentos negros estejam prontos para a posição de liderança, com a construção de imagem e autoconhecimento para fortalecer seus soft e hard skills; ▪ Criação do Projeto os Cursos da Academia de Líderes e a avaliação do DISC (teste de perfil comportamental). <p>Página 89</p>

Quadro 10 – Empresa C – Telefônica Brasil (Relatório 2021 – Relato Integrado)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Saúde e segurança ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui políticas com foco no bem-estar, na saúde e na segurança das pessoas; ▪ Em 2021, promoveu ações de prevenção e priorizou ainda mais o bem-estar dos colaboradores, considerando a saúde física e mental, além de garantir um ambiente de trabalho cada vez melhor; ▪ Possui um sistema de gestão de segurança do trabalho implantado e auditado pelo órgão certificador espanhol AENOR, conforme as diretrizes da ISO 45001 (norma internacional desenvolvida com dados coletados pela Organização Internacional do Trabalho); ▪ Foco na melhoria contínua do desempenho da companhia em seu Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, para a redução de doenças e acidentes relacionadas ao trabalho. <p style="text-align: right;">Página 89 e 93</p>
		Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Inaugurou o Espaço Bem-Estar, um ambiente dedicado integralmente à saúde do colaborador e atendido por uma equipe multidisciplinar de acupunturistas, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, além de possuir uma sala para meditação e yoga; <p style="text-align: right;">Página 89</p>
		Liberdade de associação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Liberdade de associação; <p style="text-align: right;">Página 89</p>
		Política de remuneração e benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa dos talentos negros na posição de liderança; ▪ Projeto Cursos da Academia de Líderes e a avaliação do DISC (teste de perfil comportamental) para verificar habilidades, melhorá-las e promovê-los; <p style="text-align: right;">Página 89</p>
Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor		Relacionamento com consumidores e clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui um relacionamento cuidadoso ao responder cada um dos clientes insatisfeitos com a missão de reverter o cenário de detração e torná-los promotores da marca; ▪ Acelerar a transformação por meio de Squads de Satisfação, com equipes multidisciplinares e multi hierárquicas formadas para identificar e resolver oportunidades estruturantes que tocam diversas áreas da empresa e impactando milhões de clientes ao longo dos últimos anos; <p style="text-align: right;">Página 63</p>
		Relacionamento com os fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Produtos e serviços ofertados aos clientes são resultado de uma relação mutuamente proveitosa com os parceiros comerciais e fornecedores; ▪ Garante que estas relações sejam equilibradas, de confiança e gerem um compromisso com a qualidade, a inovação e a satisfação do cliente final; ▪ Auxilia nos conflitos de interesses, buscando sempre a igualdade e a imparcialidade para todos os fornecedores e aliados, de forma a honrar as responsabilidades legais de ambas as partes; <p style="text-align: right;">Página 67</p>

Quadro 10 – Empresa C – Telefônica Brasil (Relatório 2021 – Relato Integrado)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
Governança	Governança corporativa	Estrutura e composição da governança corporativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui Conselho de Administração, composto por 12 membros, sendo quatro mulheres e 10 conselheiros independentes¹, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. Este órgão é auxiliado por quatro comitês não estatutários, caso instalados. ▪ Regimento Interno do Conselho de Administração estabelece que, para a manutenção da condição de Conselheiro Independente, este poderá exercer o cargo por no máximo quatro mandatos consecutivos; ▪ Diretoria Estatutária composta por três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, para um mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. ▪ Conselho Fiscal, de caráter permanente, formado por três membros efetivos e três membros suplentes, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, para um mandato de um ano, sendo permitida a reeleição. <p style="text-align: right;">Página 26</p>
		Propósito e estratégia em relação à sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A governança estabelece os pilares mais sólidos para que se construa uma estratégia permanente em relação à sustentabilidade do negócio, atrelando 20% do bônus individual dos executivos e colaboradores ao cumprimento das metas de ESG relacionadas à temas: experiência do cliente, carbono, reputação e diversidade, que juntos reforçam o compromisso da companhia com as boas práticas de governança e mobilizam a empresa inteira nessa jornada; ▪ A gestão de sustentabilidade está sob a coordenação da vice-presidência de Relações Institucionais e Sustentabilidade, que além do seu reporte direto ao CEO também possui três instâncias de monitoramento e tomada de decisão sobre a agenda ESG; <p style="text-align: right;">Página 26</p>
	Conduta empresarial	Compliance, programa de integridade e práticas anticorrupção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Destaca-se com a aplicação da norma DSC 10.000, evidenciando a excelência do Programa de Compliance, responsável por fortalecer a cultura pautada na ética, integridade e transparência, e o compromisso com o cumprimento das leis aplicáveis aos negócios, principalmente àquelas relacionadas ao combate à corrupção. <p style="text-align: right;">Página 26</p>
		Práticas de combate à concorrência desleal (antitruste)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fusões e aquisições podem modificar a dinâmica do mercado, criar pressões competitivas, forçar os pequenos concorrentes a encontrarem parceiros e impactar nossa situação financeira, além de exigir que ajustemos operações, estratégias de comercialização e portfólio de produto; <p style="text-align: right;">Página 68</p>
		Engajamento das partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Prática ações de engajamento e comunicações com relação aos princípios e às diretrizes que norteiam os Princípios de Negócio Responsável. <p style="text-align: right;">Página 68</p>

Quadro 10 – Empresa C – Telefônica Brasil (Relatório 2021 – Relato Integrado)

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
	Práticas de controle e gestão	Gestão de riscos do negócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O regulamento do Conselho de Administração estabelece que o Comitê de Auditoria e Controle tem como função primordial apoiar o Conselho de Administração em suas funções de supervisão, entre as quais, se inclui a supervisão do modelo de gestão de riscos; <p style="text-align: right;">Página 68</p>
Controles internos		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para educar e envolver os funcionários na cultura de gestão de riscos, incentiva as pessoas a identificarem riscos e a participar ativamente na sua mitigação, com o objetivo de divulgar, por meio dos canais apropriados, os princípios e valores que devem reger gerenciamento de riscos, o conhecimento e o envolvimento nos valores mencionados e no modelo de gestão de risco; <p style="text-align: right;">Página 32</p>	
Auditorias interna e externa		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui o regulamento do Conselho de Administração que estabelece o Comitê de Auditoria e Controle para a função primordial de apoiar o Conselho de Administração em suas funções de supervisão, entre as quais, se inclui a supervisão do modelo de gestão de riscos; ▪ Realiza reuniões recorrentes de reporte dos resultados dos trabalhos de Gestão de Riscos e apresentações específicas sobre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta; ▪ O Comitê de Auditoria e Controle deve informar periodicamente sobre estas questões ao Conselho de Administração; <p style="text-align: right;">Página 33</p>	
Ambiente legal e regulatório		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência ou falta de controles internos suficientes para garantir um ambiente adequado para combater a corrupção (comportamento ético); ▪ Faz-se necessário um ambiente de controle planejado para prevenir os riscos do processo; ▪ Para o gerenciamento desses riscos, adotou controles internos e procedimentos de mitigação; <p style="text-align: right;">Página 34 e 69</p>	
Gestão da segurança da informação		<ul style="list-style-type: none"> ▪ A Segurança Digital é dirigida por um Plano Diretor de longo prazo; ▪ A proteção do ambiente de tecnologia e informações é baseada em três princípios-chaves, focada na gestão proativa dos riscos; ▪ Possui um modelo de governança, com políticas e normas internas, que direcionam como essas informações são tratadas e protegidas no ecossistema. ▪ Atua com base na Política de Privacidade do Grupo Telefônica e pela Política de Privacidade e Proteção de Dados de Clientes e Titulares da Vivo recorrentemente. <p style="text-align: right;">Página 71 e 74</p>	

Quadro 10 – Empresa C – Telefônica Brasil (Relatório 2021 – Relato Integrado)

(conclusão)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Privacidade de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabeleceu um processo de workflow com o envolvimento das áreas de negócio, do Escritório de Privacidade, Segurança Digital e do Jurídico para a avaliação dos processos que tratam dados pessoais, além da utilização da metodologia Privacy by Design em novos projetos; ▪ Implementou o Programa de Conformidade em Privacidade e Proteção de Dados conforme adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD - Lei nº 13.709/18), que entrou em vigor em setembro de 2020; ▪ Investe ativa e continuamente na adequação dos produtos, serviços e processos, do ponto de vista de Privacidade e Proteção de dados. <p style="text-align: right;">Página 71 e 74</p>
	Transparência na gestão	Responsabilização (prestação de contas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os princípios da governança corporativa estão contemplados no Estatuto Social da empresa e em normativas internas, alinhados aos requisitos legais e à legislação pertinente de mercado de capitais; ▪ Entre os principais objetivos desses princípios, destacam-se a maximização do valor da companhia; a transparência na prestação de contas, na divulgação de informações relevantes ao mercado, e nas relações com os públicos de interesse; a igualdade no tratamento dos acionistas; e a prestação de contas dos administradores da companhia aos seus acionistas, garantindo a perenidade dos negócios. <p style="text-align: right;">Página 71 e 74</p>
		Relatórios ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui o Comitê de Qualidade e Sustentabilidade Criado em 2004, e em 2020 foi incorporada a competência de sustentabilidade, e é composto por quatro conselheiros que se reúnem trimestralmente para assessorar o Conselho de Administração nas temáticas ESG; <p style="text-align: right;">Página 71 e 74</p>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Telefônica Brasil S.A., detentora da marca Vivo, é uma das maiores empresas de telecomunicações do país, com 33 mil colaboradores, classificada no Ranking ESG da ISE B3 em terceiro lugar (referente as demais empresas pesquisadas neste estudo), com score de 85,13, e chama atenção no resultado quanto a porcentagem das respostas com pouco embasamento teórico/prático, uma vez resultando em 59% das variáveis sendo classificadas com grau de score inferior a 5; predominantemente em níveis de dados básicos e resultados obtidos em elementos explicativos abordando práticas e vivências para empresa, conforme observado no quadro 10.

Entre os eixos pesquisados, destaca-se o contexto social da empresa, contemplando maiores notas da pesquisa, conforme avaliada as respostas, a empresa investe em modelos de gestão propostos pela ISSO 26.000 (Diretrizes sobre Responsabilidade Social); ao frisar no

contexto sobre o voluntariado corporativo, sensibilizando e engajando colaboradores em ações que tem por objetivo impactar questões sociais, tanto no formato presencial quanto digital; uma vez que sua missão como empresa é “Digitalizar para aproximar”, o que reforça o compromisso de levar conexão de qualidade e inclusão digital para pessoas e empresas em todo o território nacional”.

Hoje, o maior desafio das empresas é driblar os impactos motivados a discussão sobre como conciliar o desenvolvimento econômico respectivamente à minimização dos impactos ambientais gerados, e promover uma maior inclusão de valor social. A empresa Telefônica Brasil consegue conduzir da melhor forma estes requisitos, contemplando a Fundação Telefônica Vivo, que é uma das responsáveis pela esfera social no conceito ESG da Vivo, alinhada ao propósito da companhia e confiante que a digitalização (tornar digital) do Brasil é um importante facilitador para uma sociedade mais justa, humana e inclusiva.

De acordo com Spitzack, Árabe e Pereira (2016), o desenvolvimento do relatório ESG é um grande enigma, devido as dificuldades encontradas a dar início ao processo, pois pelo fato de não existir um padrão estabelecido de informações a serem divulgadas, as empresas se descobrem com temas sociais e ambientais pertinentes às atividades da empresa, como mudanças climáticas, inclusão, diversidade, emissão de poluentes, entre outros, que acaba por fazer parte do processo corporativo.

Conforme analisado através dos dados coletados, muito embora sejam pontos importantes a serem notados, alguns não determinam diretamente evidências que a empresa poderá priorizar tópicos mais relevantes as situações encontradas, nos setores correspondentes.

Diante do contexto mundial das grandes empresas, as inovações têm sido um passo fundamental no desempenho organizacional sustentável. Conforme cita Hoffman e Rusch (2017) o governo alemão publicou o termo *industrie 4*, objetivando a criação de planos estratégicos para o desenvolvimento, inclusão e aproveitamento de inovações tecnológicas, evidenciando o surgimento das “fábricas inteligentes”, ou seja indústrias inteligentes, que possam atingir as expectativas de um mundo novo, com esperanças melhores na qualidade de vida futura, bem estar comunitário e ainda favorecendo o capitalismo para a empresa da qual desempenhas suas funções.

Nesse sentido, retoma-se o que diz Moreira, Tartarotti e Toni (2021), o desenvolvimento de pesquisas possibilita entender os aspectos de inovação de produtos conectados a melhores resultados, como as indústrias, podendo contribuir para o estímulo das empresas a designarem novos produtos e tecnologias aumentando seus benefícios na “competitiva sustentável”, com o desempenho organizacional favorável.

Quadro 11 – Empresa D – CPFL Energia

(continua)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
Ambiental	Mudanças Climáticas	Mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui 96% das fontes de energia provenientes de matrizes renováveis, com o compromisso de chegar aos 100% até 2030, segundo o Plano ESG; ▪ Sobre as emissões de gases de efeito estufa (GEE), se compromete a ser carbono neutro a partir de 2025, prevendo, também, a redução de 35% de suas emissões totais até 2030; ▪ Transição para uma economia de baixo carbono e impacto direto na sociedade civil, além de agregar valor cadeia de valor; ▪ As emissões de gases de efeito estufa (GEE) das operações são monitoradas anualmente por meio de um Inventário de GEE, produzido de acordo com as orientações do Programa Brasileiro GHG Protocol, ao qual abrange três escopos de emissão e tem suas informações verificadas por empresa terceirizada; Página 8 e 86
		Adaptação às mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Novas diretrizes e avanços promovidos pelo Plano ESG 2030, através da campanha “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, para tratar a evolução do modelo de gestão e as práticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com objetivo de dar ainda mais transparência ao posicionamento da empresa frente à transição para uma economia de baixo carbono; ▪ Compromisso público em viabilizar uma energia mais limpa para a sociedade; Página 8
		Eficiência energética	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui uma frente para auxiliar empresas e negócios otimizarem os seus ativos e consumo de energia; ▪ Desenvolvimento de soluções integradas em energia que trazem mais economia, eficiência e segurança energética para os clientes, estimulando o aumento da sustentabilidade e melhoria de desempenho; ▪ Possui soluções customizadas que permitem maior eficiência e desempenho, e mais lucratividade; Página 8
	Recursos Hídricos	Uso da água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As atividades produtivas não demandam consumo intensivo de água, sendo que visam atender o consumo humano, a limpeza em geral e a jardinagem; ▪ O suprimento hídrico para as estruturas das distribuidoras e prédios administrativos da empresa é fornecido pelas companhias de saneamento básico dos municípios onde atuam. Página 95
		Gestão de efluentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para os efluentes gerados nos processos produtivos das usinas, utiliza medidas preventivas para evitar vazamentos e garantir a integridade das estruturas adotadas; ▪ Possui sistemas de tratamento com objetivo de adequar as condições físico-químicas e biológicas dos efluentes, antes de serem dispostos na natureza, a fim de conter contaminações ou demais impactos prejudiciais à qualidade dos corpos hídricos receptores; ▪ Atua de acordo com as normas estabelecidas no licenciamento ambiental de cada empreendimento,

Quadro 11 – Empresa D – CPFL Energia

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			<p>seguindo os parâmetros orientadores da Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, em conjunto com a Resolução CONAMA nº 430, de 13 de março de 2011.</p> <p>Página 96</p>
	Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos	Conservação e uso sustentável da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atua estabelecendo processos para a obtenção de licenças prévias de novos ativos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão, objetivando o menor impacto socioambiental possível; ▪ No entanto, mesmo que tais processos sigam toda a legislação e normas dos licenciamentos ambientais, a redução da biodiversidade em escala local acaba sendo inevitável; <p>Página 101</p>
	Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos	Uso sustentável do solo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui o compromisso de realizar a reposição florestal por meio de plantios compensatórios de espécies arbóreas e operações para conter a redução da cobertura vegetal, perda de habitats para a fauna, interferência em propriedades de terceiros e alteração no uso do solo; ▪ Se comprometem a manter toda a área até que os processos ecológicos possam garantir sua sucessão sem a intervenção humana, como forma de reparação e mitigação dos impactos negativos no médio e longo prazo; <p>Página 101</p>
	Economia Circular e Gestão de Resíduos	Economia circular	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui programas de destinação dos resíduos (312,5 toneladas recicladas no período); ▪ Realiza o acompanhamento de todo o caminho percorrido pelos materiais, desde a geração até a destinação final, a fim de garantir um processo ambientalmente adequado; ▪ Auxilia no atendimento de outras empresas de distribuição de energia no mercado; <p>Página 98</p>
	Economia Circular e Gestão de Resíduos	Gestão de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atua com base na economia circular, visando diminuir a quantidade de material descartado e expandindo soluções para a reutilização de equipamentos e reciclagem dos resíduos, em linha com estudos de materialidade; <p>Página 98</p>
	Gestão ambiental e prevenção da poluição	Gestão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A gestão da biodiversidade e o desenvolvimento de comunidades estão integrados nos processos de gestão ambiental e ocorrem de forma sistêmica, constante, planejada e em interface com as áreas de Engenharia, Meio Ambiente e Operações; Utiliza de parcerias com os órgãos ambientais e o poder público, visando fortalecer o instrumento da Reserva Legal Excedente, prevista na Lei Federal nº 12.651/2012; ▪ Realiza a manutenção de remanescentes florestais e a biodiversidade que excedem o percentual obrigatório nas propriedades rurais de terceiros, fortalecendo as áreas de interesse; <p>Página 102</p>

Quadro 11 – Empresa D – CPFL Energia

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui como principal inovação a eletrificação de frota, com 100% do operacional instalado na cidade de Indaiatuba – SP.; ▪ Os veículos elétricos contribuem para a redução da emissão de gases poluentes e da poluição sonora, possibilitando, inclusive, a realização de atendimentos durante a madrugada sem ruídos de deslocamento; ▪ Além das reduções nas emissões de carbono, em cerca de 64 toneladas ao ano, a frota elétrica também traz benefícios no que toca à eliminação da poluição sonora, promovendo avanços importantes rumo a cidades mais inteligentes; <p style="text-align: right;">Página 102</p>
		Qualidade do ar (emissão de poluentes)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Transição para um mercado de baixo carbono, desenvolvendo uma série de soluções capazes de apoiar os clientes no processo para modelos produtivos menos intensivos; ▪ Investe em projetos que geram créditos de carbono para compensar emissões de gases de efeito estufa (GEE); <p style="text-align: right;">Página 102</p>
		Gerenciamento de áreas contaminadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atua com foco na excelência de gestão e das atividades operacionais a fim de evitar e mitigar possíveis efeitos ambientais adversos; ▪ Desenvolvimento de soluções para auxiliar clientes no processo de políticas de baixo carbono com geração de créditos de carbono; ▪ Possui o programa de <i>Descarbonização Promover</i>, tipo de negócio carbono neutro, fundamentado em energia renovável e emissões mínimas; <p style="text-align: right;">Página 79;81 e 46</p>
		Produtos perigosos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui programas de reciclagem com um alto índice de reaproveitamento dos produtos; ▪ Acompanhamento da elaboração e descarte das matérias desde o início da produção até o final dela, garantindo um processo ambiental adequado; ▪ Atende outras empresas de distribuição de energia no mercado para auxiliá-las nestes processos ambientais; <p style="text-align: right;">Página 98</p>
Social	Diálogo social e desenvolvimento territorial	Investimento social privado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui o Instituto CPFL, que atua há quase 20 anos como a Plataforma de Investimento Social, gerando ações que integram projetos sociais, esportivos e culturais em uma rede única; ▪ Procuram impactar positivamente as comunidades, sobretudo crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social; <p style="text-align: right;">Página 139</p>
		Diálogo e engajamento das partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui ações de capacitação profissional, campanhas de conscientização ambiental e visitas em domicílio, com atividades junto à comunidade. <p style="text-align: right;">Página 146</p>
		Impacto social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui o Programa de Sustentabilidade e Investimento Social (ENERCAN), para apoiar ações e projetos nas áreas de meio ambiente, saúde e segurança, cultura,

Quadro 11 – Empresa D – CPFL Energia

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			crianças e adolescentes, educação, terceira idade e agregação de renda; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações voltadas para as comunidades no entorno da usina, de forma a propiciar maior desenvolvimento socioeconômico para a região; <p style="text-align: right;">Página 146</p>
	Direitos humanos	Respeito aos direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas sociais alinhadas às diretrizes internacionais dos Direitos Humanos, atuando de forma direta e proativa no combate às discriminações de todas as naturezas; <p style="text-align: right;">Página 133</p>
		Combate ao trabalho forçado ou compulsório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compromisso oficial com os Direitos Humanos, por meio de um documento que pode ser encontrado no site de RI, ao qual aborda que a principal energia que move a organização são as pessoas. <p style="text-align: right;">Página 134</p>
		Combate ao trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tolerância zero para trabalho análogo à escravidão e ao uso de mão de obra infantil; <p style="text-align: right;">Página 134</p>
	Diversidade, equidade e inclusão	Políticas e práticas de diversidade e equidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atua ativamente nos temas de Diversidade, Equidade e Inclusão com o programa CPFL + diversa e seus grupos de afinidade. ▪ Em 2022, promoveu a primeira Semana da Diversidade, que contou com atividades em vários formatos, engajando cerca de 3.300 participantes, bem como a realização da segunda turma de Escola de Eletricistas Exclusiva para Mulheres, que chegou a 110 formandas; <p style="text-align: right;">Página 8</p>
		Cultura e promoção de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Práticas de gestão de pessoas para desenvolver oportunidades para o crescimento profissional de cada colaborador e colaboradora da Empresa, observando sempre a diversidade, equidade e inclusão e sob as principais diretrizes da State Grid; <p style="text-align: right;">Página 8</p>
	Relações e práticas de trabalhos	Desenvolvimento profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui Programa de Bolsa de Estudos, concedendo bolsas de estudos a colaboradores e colaboradoras, gerando desenvolvimento profissional das pessoas; <p style="text-align: right;">Página 123</p>
		Saúde e segurança ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promove a cultura de segurança e responsabilidade, garantindo um ambiente seguro e saudável para todas as pessoas; ▪ Fortalece a cultura de segurança para atingir zero fatalidades, reduzir a frequência e a taxa de gravidade dos acidentes envolvendo colaboradores e prestadores de serviços; <p style="text-align: right;">Página 47</p>
		Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promove um ambiente de trabalho saudável, aumentando a conscientização sobre o bem-estar mental e estabelecendo ações de apoio para nossos colaboradores e colaboradoras; ▪ Possui o Programa de Qualidade de Vida (Fala Comigo) que oferece assessoria gratuita e especializada

Quadro 11 – Empresa D – CPFL Energia

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			em momentos de dificuldade, dúvidas cotidianas ou planejamentos pessoais e familiares; Página 75 e 76
		Liberdade de associação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui liberdade de associação dos colaboradores e colaboradoras; Página 133
		Política de remuneração e benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dispõe de uma série de benefícios, inclusive no que toca à saúde mental e bem-estar como: vale refeição e alimentação, vale transporte, seguro de vida, previdência privada, auxílio de material escolar e creche/babá, bolsa de estudos, programa de participação nos resultados, vale presente de Natal para filhos e filhas, vale cesta de Natal, programa de remuneração variável para gestores (as); Página 76
	Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	Relacionamento com consumidores e clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento através de reuniões mensais do comitê do Fórum de Clientes, criado em 2021; ▪ Com o processo de digitalização da empresa, buscam investir continuamente em projetos que facilitem a comunicação com o cliente, bem como a resolução de problemas de forma ágil; Página 112
		Relacionamento com os fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Avaliação de 100% dos fornecedores críticos em critérios de sustentabilidade; ▪ Utilizar pelo menos 85% dos gastos com empresas que apresentam práticas avançadas em sustentabilidade até 2030; ▪ Os fornecedores críticos e estratégicos do negócio são monitorados mensalmente por meio da ferramenta Supply Base Management (SBM), a partir do acompanhamento de indicadores e critérios de desempenho técnico, de conformidade legal, documentais, de segurança, financeiros, de ética e de sustentabilidade; Página 112
Governança	Governança corporativa	Estrutura e composição da governança corporativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui uma sólida estrutura de governança, alinhada às melhores práticas corporativas do mercado envolvendo a ética, a sustentabilidade e a visão de crescimento da Empresa; ▪ Buscam um ambiente de interação contínuo entre acionistas, Conselho de Administração (CA), Comitês e Comissões de Assessoramento ao CA, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva; Página 52
		Propósito e estratégia em relação à sustentabilidade	As tomadas de decisão envolvem, verticalmente, as diversas instâncias de governança, sendo que, em período trimestral, o Comitê de Sustentabilidade, a Diretoria Executiva, o Comitê de Estratégia, Crescimento, Inovação e ESG, e o Conselho de Administração acompanham a execução e evolução do Plano, de modo a traçar novos caminhos sempre que necessário; Página 62

Quadro 11 – Empresa D – CPFL Energia

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
	Conduta empresarial	Compliance, programa de integridade e práticas anticorrupção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Busca garantir que as ações de seus colaboradores e colaboradoras, fornecedores, parceiros comerciais e demais stakeholders, que venham a atuar em seu interesse ou benefício, sejam baseadas na integridade e legalidade; ▪ Programa de Integridade implementado, que formaliza o compromisso em conduzir os negócios de forma ética, transparente, e pautada nos mais altos parâmetros de compliance; ▪ O Programa está sujeito às Normas Anticorrupção e Antissuborno, dentre as quais destaca-se a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013) e seu Decreto Regulamentador nº 11.129, de 11 de julho de 2022; ▪ Política Anticorrupção Interna; Página 64
		Práticas de combate à concorrência desleal (antitruste)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A atuação empresa de forma geral é baseada nos princípios de ética e transparência, estando adequada as leis e regulamentos exigidos, além de manter um relacionamento responsável quanto aos stakeholders; ▪ Código de Conduta Ética, revisado periodicamente pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas internas da Empresa, a exemplo da Política Anticorrupção; Página 63
		Engajamento das partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Com a certificação ISO 37.001, está alinhada com a adoção de boas práticas em relação à prevenção de suborno e corrupção, conforme padrão internacionalmente reconhecido, promovendo a melhoria contínua do Programa de Integridade; Página 63
	Práticas de controle e gestão	Gestão de riscos do negócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integra tanto os riscos corporativos internos e externos da Empresa, as principais tendências que podem afetar o negócio, assim como os riscos estratégicos. Página 61
		Controles internos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de riscos e eventuais problemas através do Mapa Corporativo de Riscos, organizado em categorias Financeiro, Operacional, Legal, Mercado de Energia, Regulação Setorial, Ambiental e Reputação. Página 61
		Auditorias interna e externa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Políticas de Planejamento, que consiste na identificação dos riscos existentes e potenciais, por meio de pesquisa anual realizada pela Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance & DPO com os executivos, além de fontes como planejamento estratégico, alterações na regulação e legislação; Página 61
		Ambiente legal e regulatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não identificado.
		Gestão da segurança da informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atende a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) com a estruturação do Programa de Governança e Proteção de Dados, vigente desde 2021; ▪ Demais medidas que asseguram a conformidade legal, fomentam a cultura de proteção de dados, efetuam o

Quadro 11 – Empresa D – CPFL Energia

(conclusão)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			tratamento de dados legítimo, ético, responsável, sem discriminação abusiva ou ilegal, respeitando os direitos e garantias fundamentais do indivíduo, com segurança. Página 66
		Privacidade de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Através do Programa de Governança, efetuam o tratamento de dados de forma legítima, ética, responsável, segura, sem discriminação abusiva ou ilegal, e com transparência ao titular dos dados, nas diversas relações e negócios da empresa; ▪ Para gestão do Programa foram instituídos processos e metodologias de acompanhamento e controle das atividades internas que utilizam dados pessoais de indivíduos para execução de suas tarefas, além de reportes executivos em comitês e conselhos. Esse processo garante a transparência com relação à gestão do Programa de Governança e Proteção e Dados, compartilhando temas de maior relevância para discussão e tomada de decisão. Página 66
	Transparência na gestão	Responsabilização (prestação de contas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Busca continuamente as melhores práticas de prestação de contas, transparência, equidade e responsabilidade Página 47
		Relatórios ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresenta o Relatório Anual de Sustentabilidade, compreendendo as informações conforme o ano calendário, que oportuniza a prática do compromisso de informar todos os stakeholders sobre os principais projetos, iniciativas, desafios e conquistas da empresa nos temas da sustentabilidade corporativa e dos pilares ESG durante o período. Página 4

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na empresa CPFL Energia, representada pelo Quadro 11, destaca-se que as categorias foram atendidas com práticas satisfatórias, ou seja, mais da metade de suas variáveis foram pontuadas com score acima de 3; sendo estas apenas 4 categorias, em eixos diferentes. No eixo ambiental, a categoria “prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações), e no eixo governança nos aspectos quanto aos controles internos e auditorias. Ao ser analisados os demais dados dessa pesquisa, observa-se em que devido a demanda de muitas incorporações, este problema é mais visto, referindo a falta de profissionais em cargos mais altos de chefias (CEO) para estas auditorias e controles internos. Acredita-se que ao decorrer do tempo possa ser desenvolvido planos para adaptar melhor as rotinas com essa realidade, a qual é de suma importância para verificação dos dados e se a aplicação de toda postura, conduta, missão, visão e valores daquela empresa estão sendo colocadas em prática, conseqüentemente, adquirindo mais credibilidade e aumentando seus scores de avaliações referente ao ESG.

Se sobressaiu positivamente o eixo social, sendo pontuado na sua maioria com score 5, contemplando com ações permanentes neste eixo com sucesso. O que faz consolidar estas notas são suas ações como: possuir o Instituto CPFL, atuando mais de 20 anos como ferramenta de plataforma de investimentos sociais, desenvolvendo ações integrando projetos sociais, esportivos e culturais impactando positivamente as comunidades pois atingem um público muito importante: crianças e jovens em situações de vulnerabilidade; Programa de Sustentabilidade e Investimento Social (ENERCAN); e ainda foram avaliados em 100% dos fornecedores críticos em critérios de sustentabilidade.

Corroborando com os autores Servaes e Tamayo (2013), o aumento com a preocupação com questões pertinentes ao meio ambiente e aspectos sociais, está aliado diretamente com a sustentabilidade nas organizações, logo observa-se que as empresas que possuem um engajamento sustentável e social criam efeitos positivos a longo prazo, contribuindo para o aumento de valor da empresa, aumenta visibilidade, redução de riscos, maior relacionamento entre as partes interessadas. Sendo esse efeito observado sobre as empresas avaliadas, sobretudo a CPFL Energia, que desde seu início no processo de ESG, prioriza a parte social e ambiental da empresa.

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(continua)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
Ambiental	Mudanças Climáticas	Mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui Gestão do carbono, focando nos principais processos e atividades da cadeia produtiva (da extração das matérias-primas à destinação final das embalagens após o uso; ▪ Programa Net Zero para reduzir ao máximo as emissões de gases de efeito estufa e remover da atmosfera volume equivalente ao residual de emissões ainda existente; ▪ Programas de neutralidade de carbono; <p style="text-align: center;">Página 62 e 63</p>
		Adaptação às mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contratação de uma consultoria para apoiar no mapeamento dos riscos físicos e de transição decorrentes das mudanças climáticas; ▪ Substituiu produtos e serviços por opções de menor emissão de GEE (risco tecnológico), custos de matérias-primas (riscos de mercado) e o impacto na produção de insumos (risco de paralisação); <p style="text-align: center;">Página 178 e 180</p>
		Eficiência energética	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descarbonização da matriz energética e o transporte de produtos carbono zero; <p style="text-align: center;">Página 51</p>

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
	Recursos Hídricos	Uso da água	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compromisso com a proteção da qualidade da água; ▪ Implantação de estações de tratamento de efluentes, de sistemas de reuso de efluente tratado para finalidades menos nobres (descargas); ▪ Redução de consumo de forma contínua, mas não contamos com uma política formal sobre a água. <p style="text-align: right;">Página 210</p>
		Gestão de efluentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitoramento e o tratamento de efluentes, além de análises internas e externas para garantir que o descarte ocorra em linha com os parâmetros legais. <p style="text-align: right;">Página 210</p>
	Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos	Conservação e uso sustentável da biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Utilização de 16 espécies vegetais da biodiversidade brasileira identificadas na lista vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, sigla em inglês) e em listas nacionais de espécies ameaçadas de extinção; ▪ Gestão do uso de ingredientes naturais e seus derivados conforme diretrizes e princípios da União para o Bio comércio Ético (UEBT, em inglês) e do The Ethical BioTrade Standard; ▪ Adoção de melhores práticas produtivas, como os sistemas agroflorestais e o manejo sustentável dos produtos florestais não madeireiros. <p style="text-align: right;">Página 211</p>
		Uso sustentável do solo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programa Natura Amazônia, constituído de três pilares: o primeiro, ciência, tecnologia e inovação, está a estratégia de pesquisa e desenvolvimento para aumentar o uso de insumos vegetais e ativos da sociobiodiversidade amazônica. O segundo pilar, cadeias produtivas da sociobiodiversidade concentra a estratégia de relacionamento com as comunidades fornecedoras, para geração de trabalho e renda e o desenvolvimento socioeconômico de seus integrantes. No terceiro pilar, fortalecimento institucional, trabalham em rede, buscando consolidar a bioeconomia, potencializar a prosperidade socioeconômica da população e fortalecer a conservação e a regeneração ambiental. <p style="text-align: right;">Página 56</p>
	Economia Circular e Gestão de Resíduos	Economia circular	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Workshops sobre os temas-chave que compõem o Compromisso com a Vida (Visão 2030), incluindo direitos humanos, agenda climática, Amazônia e economia circular e regenerativa; <p style="text-align: right;">Página 81</p>
		Gestão de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações que buscam a circularidade completa das embalagens (Compromisso com a Vida), trabalham com metas anuais para reduzir a geração de resíduos decorrentes de nossos processos internos. ▪ Investe em áreas como biotecnologia para o desenvolvimento de soluções para redução de resíduos, ingredientes e plástico;

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comprometimento na coleta e destinação adequada em 100% aos resíduos e uso de pelo menos 20% menos material de embalagem (em peso) e garantir que metade de todo o plástico usado seja material reciclado pós-consumo (em peso); ▪ Ações de logística reversa de embalagens são complementadas com o programa setorial Dê a Mão para o Futuro (DAMF), liderado pela Abihpec (Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos). <p style="text-align: center;">Página 49 e 114</p>
	Gestão ambiental e prevenção da poluição	Gestão ambiental	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pioneira na integração da sustentabilidade e da visão de impacto positivo aos negócios, inúmeras inovações e ações tornaram a empresa reconhecida por promover novas formas de negócios, em uma gestão que equilibra lucro e propósito; ▪ Práticas e soluções para enfrentar a crise climática e proteger a Amazônia; ▪ Maximização de impactos positivos e mitigação dos aspectos negativos por meio da inovação, da circularidade e de soluções regenerativas mantendo a neutralidade de carbono e caminhando rumo ao net zero, aumentando continuamente o uso de materiais renováveis e reciclados nas embalagens e ampliando os investimentos na conservação e regeneração da biodiversidade. <p style="text-align: center;">Página 37, 38 e 40</p>
		Prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não identificado.
		Qualidade do ar (emissão de poluentes)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Squad específica para redução de emissões na logística, com uma série de experiências e testes em fase-piloto para Natura & Co América Latina; ▪ Criação de grupos multidisciplinares, com reuniões periódicas, para gestão de desempenho de carbono nos processos, para ganhos de clareza e apoio à tomada de decisão; ▪ Adquiriu certificados I-REC para garantir que todas as operações do Brasil e do México, da Natura e da Avon, utilizam eletricidade de fonte de energia limpa e renovável, com zero emissão de carbono; ▪ Crescente digitalização das revistas, como adoção da revista digital pelas consultoras da Natura e reduziu a impressão do catálogo (Argentina). <p style="text-align: center;">Página 65</p>
		Gerenciamento de áreas contaminadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Campanha #ChauPlástico Iniciado no Peru e ampliado para todas as operações da marca Natura na América Hispânica, o movimento #ChauPlástico identifica e elimina plástico de uso único na companhia; ▪ Construção de um modelo de negócio virtuoso, que contribua para o melhor gerenciamento e reaproveitamento do plástico encontrado em áreas de risco, contribuindo assim para que ele não polua os oceanos; <p style="text-align: center;">Página 116 e 117</p>

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Produtos perigosos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações de circularidade completa das embalagens (Compromisso com a Vida); ▪ Trabalham com metas anuais para reduzir a geração de resíduos decorrentes dos processos internos; ▪ Formulação de uma comissão interna multidisciplinar para acompanhar os indicadores pertinentes e identificar oportunidades de redução. <p style="text-align: right;">Página 206</p>
Social	Diálogo social e desenvolvimento territorial	Investimento social privado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituto Natura, com ações na melhoria da educação pública, trabalhos de apoio a políticas públicas, soluções para recomposição da aprendizagem e o combate à evasão escolar; ▪ Promoção da educação; ▪ Transformação da educação que seja capaz de garantir aprendizagem de qualidade para todas as crianças e jovens. Para tanto, optam por apoiar importantes políticas públicas, visando influenciar ações sistêmicas e em escala para a educação; ▪ Compromisso com a alfabetização na idade certa, ensino médio integral, articulação das agendas prioritárias em educação; <p style="text-align: right;">Página 93 e 94.</p>
		Diálogo e engajamento das partes interessadas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração e o engajamento dos colaboradores Natura &Co América Latina acolhendo todas as quatro marcas; ▪ Acompanhamentos indicadores de preferência da marca Natura e Avon; ▪ Operações com engajamento, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento voltados à comunidade local; <p style="text-align: right;">Página 204 e 233</p>
		Impacto social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Possui parceria com o IP&L a consulta de profissionais altamente qualificados do setor privado, especialistas em valoração, influenciadores em temas ESG e atores importantes no ambiente econômico para coletar dados, identificar impactos, valorar receita, tomar decisões nos processos, potencializar impactos positivos e mitigar impactos negativos; ▪ Geração de impacto social para as consultoras e líderes, buscando potencializar seu papel de agentes de transformação dentro de suas comunidades. O Movimento Natura em 2021 envolveu investimentos de mais de R\$ 3 milhões, incluindo a formação da Central de Apoio Social e o Programa Acolher, entre outras ações. <p style="text-align: right;">Página 49 e 71</p>
	Direitos humanos	Respeito aos direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os contratos firmados com fornecedores contêm cláusulas referentes a direitos humanos, como os riscos do trabalho infantil e do trabalho forçado ou análogo ao escravo; ▪ Política de tolerância zero para violações de direitos humanos; ▪ Participação ativa no Conselho da Alliance for Integrity no Brasil e na Comissão de Responsabilidade Corporativa e Anticorrupção da International Chamber of Commerce (ICC Brasil); <p style="text-align: right;">Página 106, 195</p>

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Combate ao trabalho forçado ou compulsório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversas formalidades que abordam o tema da não discriminação como: Código de Conduta Global, Política Global de Comportamento no Local de Trabalho, Natura &Co Group Human Rights Statement, Política de Enfrentamento à Violência de Gênero Natura &Co América Latina e Política de Diversidade, Equidade e Inclusão Natura &Co América Latina, além do Comitê de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher; ▪ Na Natura &Co Brasil, há o Protocolo de Prevenção e Intervenção à Violência de Gênero e Proteção da Mulher em Situação de Violência, para reportar denúncias de discriminação, com garantia de anonimato e não retaliação; ▪ Workshops para abordar temas como discriminação, assédio e racismo. <p style="text-align: right;">Página 197</p>
		Combate ao trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sistema de Tolerância Zero, ao qual todas as novas comunidades que passam a fazer parte da cadeia de fornecimento da empresa são selecionadas com base em critérios socioambientais, em linha com os requisitos da União para o Biocomércio Ético (UEBT) e com a Política Natura para a Sociobiodiversidade. <p style="text-align: right;">Página 199</p>
	Diversidade, equidade e inclusão	Políticas e práticas de diversidade e equidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Diversidade, Equidade e Inclusão de Natura &Co América Latina, válida para Natura, Avon, The Body Shop e Aesop, em todos os países da região; ▪ Promovem o outubro Rosa como principal plataforma de conscientização sobre o câncer de mama na região e a campanha de prevenção da violência doméstica contra as mulheres #IsoladasSimSozinhasNão fez uma alerta relevante para o aumento do risco para mulheres em meio à pandemia; ▪ Ações de empoderamento feminino e responsabilidade em orquestrar o meio empresarial aos diversos detores da sociedade em prol da causa feminina; ▪ Iniciativas que endereçam as metas de diversidade previstas no Compromisso com a Vida e as prioridades estabelecidas em na agenda de diversidade; ▪ Trabalhos para garantir a equidade salarial, buscando equalizar ações e benefícios que promovam a cor responsabilização na criação dos filhos e apoio às mulheres em situação de violência de gênero. <p style="text-align: right;">Página 35 e 85</p>
		Cultura e promoção de inclusão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliação da presença de pessoas negras em nosso time, principalmente nos cargos de gestão; ▪ Projeto DIVA (Diversidade + Avon), que busca atrair, reter e desenvolver mulheres negras; ▪ Criação do Banco de Talentos DIVA, exclusivo para pessoas que se identificam como pretas ou pardas; ▪ Ações para acelerar a carreira de colaboradoras negras; ▪ Instituída a empresa fictícia Minha Cor S/A, que busca expandir a conexão entre recrutadores e profissionais autodeclarados negros;

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto Soma, que promove a inclusão social de pessoas trans. e travestis que residem na Casa Florescer, de São Paulo (SP); ▪ Evoluir para 30%, em níveis de gerência, de grupos sub-representados; <p style="text-align: center;">Página 86, 87 e 187</p>
	Relações e práticas de trabalhos	Desenvolvimento profissional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento com a Mercer (consultoria líder de recursos humanos) estudos anuais sobre a equidade salarial no grupo, abrangendo dados sobre salário, cargo, nível de experiência, tempo na função, desempenho, país e gênero; ▪ Comprometimento em implementar ações necessárias para garantir equidade salarial, eliminando qualquer diferença de gênero em todas as empresas Natura &Co; ▪ Embora o Compromisso com a Vida se refira apenas à equidade salarial de gênero, estão trabalhando para também eliminar as diferenças salariais inexplicáveis relacionadas à etnia e raça; ▪ Novos formatos de trabalho baseados em metodologia ágil, com mais autonomia e menos hierarquizados; ▪ Mapa de sucessão é revisado periodicamente, com os profissionais com potencial para ocupar posições executivas no curto, médio e longo prazo; ▪ Identificação das necessidades de aceleração e desenvolvimento para posições críticas de liderança; ▪ Capacitações para todo o time e workshops exclusivos para a liderança, tendo em vista o protagonismo do líder nessa jornada; <p style="text-align: center;">Página 78, 89 e 182</p>
		Saúde e segurança ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A gestão da segurança do trabalho, inclui todas as ferramentas e procedimentos, sendo monitorada pelo Protocolo de Auditoria do Sistema de Gestão de SSO (Saúde e Segurança Ocupacional), pautado em três principais aspectos: compromisso da liderança com o tema, prevenção e melhoria contínua; <p style="text-align: center;">Página 193</p>
		Qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ofertam plano de assistência médica e serviço de telemedicina; ▪ Programa de Atenção Primária, que acompanha a saúde do colaborador ao longo do tempo, com ações de prevenção e acompanhamento de grupos de risco; ▪ Disponibilizam o Espaço Saúde, com equipe assistencial que realiza atendimento primário e de urgência e emergência; ▪ Atendimento de urgência e emergência garantido a todos que estão nas dependências da Natura, colaboradores e prestadores de serviço; <p style="text-align: center;">Página 194</p>
		Liberdade de associação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compartilhamento de resultados e as prioridades estratégicas do negócio e reforçamos o papel dos líderes no engajamento das equipes; <p>Workshops específicos para os líderes sobre os pilares do Compromisso com a Vida e sobre a mudança de mindset proposta no novo programa de avaliação de desempenho (My Performance), que prioriza as entregas de valor;</p>

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento do programa “Reconecta”, que trata da imersão e conexão com o propósito, envolvendo toda a liderança Natura &Co América Latina; ▪ Desenvolvimento das habilidades necessárias para esse novo momento da companhia, que passa a atuar em um modelo mais ágil, a partir da gestão de cinco missões; ▪ Projeto Construindo o Futuro, que trabalha o autoconhecimento e o autocuidado e inclui um pilar sobre planejamento futuro após a aposentadoria; <p style="text-align: right;">Página 82 e 84</p>
		Política de remuneração e benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Salário digno (living wage) ou acima dele para todos; ▪ Harmonização da remuneração para viabilizar o desenvolvimento de carreira e garantir fluidez à movimentação de talentos na organização; ▪ Estratégias de remuneração única e implementamos uma nova estrutura de níveis hierárquicos global, além de alinhamento com incentivos de curto e longo prazo; ▪ Benefícios, como os descontos na compra de produtos da própria marca (segundo a disponibilidade em cada país), seguro de vida e política de concessão de veículos, entre outros. <p style="text-align: right;">Página 79</p>
	Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor	Relacionamento com consumidores e clientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compromisso permanente com a saúde e segurança dos consumidores com rígidos processos internos desde o desenvolvimento conceitual do produto até sua disponibilização no mercado; ▪ Posicionamento diferenciado e compromisso com a verdade e a transparência, rotinas para monitoramento de ingredientes e adoção do princípio de precaução; <p style="text-align: right;">Página 182</p>
		Relacionamento com os fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A auditoria periódica de fornecedores estratégicos e cadeias críticas inclui o acompanhamento periódico da saúde financeira dos principais fornecedores produtivos e due diligence de integridade; ▪ Na cadeia de distribuição, mantém uma malha logística descentralizada e centros de distribuição com alto nível de investimento tecnológico e controle on-line da distribuição, detecção de falhas e acionamento de ações corretivas em tempo real; <p style="text-align: right;">Página 183</p>
Governança	Governança corporativa	Estrutura e composição da governança corporativa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As práticas de governança corporativa são revisadas anualmente, buscando reafirmar continuamente o pioneirismo e o compromisso com os públicos de relacionamento; ▪ Fazem parte do Novo Mercado na B3 que estabelece o mais alto padrão de governança corporativa para as empresas listadas neste segmento; ▪ Cumprem recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e buscam de forma contínua na evolução do nível de adesão da Companhia ao Código Brasileiro de Governança Corporativa; ▪ Criação do Comitê de Sustentabilidade para colaborar com a integração das quatro marcas na região apoiada na agenda do Compromisso com a Vida e na promoção do impacto positivo;

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Governança focada na orquestração do novo modelo organizacional por missões (cadeia disciplinada em prol da gestão); <p style="text-align: center;">Página 160,161,167 e 169</p>
		Propósito e estratégia em relação à sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Emissões líquidas zero de gases do efeito estufa (GEE); ▪ Proteger a Amazônia (esforços coletivos ao desmatamento zero); ▪ Ajudar a criar metas com uma rede de parcerias (UEBT, SBTN, BfN/WEF); ▪ Defender os direitos humanos com igualdade de gênero, pagamentos equitativos, inclusão de sub-representados, salários dignos; ▪ Aumentar os investimentos nas principais causas em 20% para US\$ 600 milhões e Promover um modelo justo e confiável para o futuro das vendas diretas; ▪ Adotar uma política de direitos humanos robusta de acordo com os Princípios Orientadores da ONU; ▪ Circularidade integral das embalagens e Circularidade de fórmula; <p style="text-align: center;">Página 186, 187 e 188</p>
	Conduta empresarial	Compliance, programa de integridade e práticas anticorrupção	<ul style="list-style-type: none"> ▪ No âmbito da Comissão de Responsabilidade Corporativa e Anticorrupção do ICC Brasil, em 2021 emitiram uma comunicação oficial confirmando boas práticas de mercado no combate à corrupção, além de manter o engajamento ativo na comunicação e propagação para empresas de pequeno e médio portes (PMEs); ▪ Signatários do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos e do Partnering Against Corruption Initiative (PACI), do Fórum Econômico Mundial; ▪ Nível de interação com o poder público é considerado baixo, dessa forma, não observam riscos significativos relacionados à corrupção, pois os processos e procedimentos vigentes estão em linha, e até além, com as melhores práticas de mercado, atuando de forma proativa, selecionando apenas fornecedores e parceiros comerciais que estejam em consonância com os seus princípios e valores, e que tenham sido aprovados por um rigoroso processo de due diligence, renovado periodicamente. <p style="text-align: center;">Página 195 e 196</p>
		Práticas de combate à concorrência desleal (antitruste)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ferramentas, como o painel de compliance, acompanhamos nossa aderência a todas as legislações pertinentes; ▪ Programa de Privacidade de Dados da Natura &Co considera as melhores práticas globais e as especificidades regulatórias de cada localidade de atuação; <p style="text-align: center;">Página 198</p>
		Engajamento das partes interessadas	<p>Realizam pesquisas periódicas de escuta com os principais públicos, com resultados avaliados e planos de ação para endereçar os pontos indicados nessas avaliações.</p> <p style="text-align: center;">Página 204</p>

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(continuação)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
	Práticas de controle e gestão	Gestão de riscos do negócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Gerenciamento de Riscos, que estabelece as diretrizes, princípios, papéis e responsabilidades no gerenciamento de riscos corporativos bem como orientações aos negócios na identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos e oportunidades.; ▪ Um dos princípios adotados é o da corresponsabilidade dos profissionais em conhecer os riscos da sua área e geri-los de acordo com os conceitos e diretrizes que obedecem ao modelo de Três linhas de defesa: a primeira é formada pelas áreas de negócio, a segunda pelas estruturas de controle e a terceira, a auditoria interna, responsável pelo olhar independente para verificar a eficácia do modelo; ▪ Processos de mapeamento dos principais riscos que possam influenciar a entrega bem-sucedida da iniciativa, medidas de monitoramento e controle existentes e os conjuntos das melhores ações a serem endereçadas; <p style="text-align: right;">Pagina 177 e 178</p>
Controles internos		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Treinamentos com todas as áreas envolvidas no processo de avaliação do ambiente de controles internos sobre elaboração e divulgação das informações financeiras; ▪ Aumento da interação com os responsáveis pelos controles para abordar temas relevantes e tratar questões recorrentes nos ciclos de testes, na obtenção de efetividade dos controles internos; ▪ Novo formato de relatório sumarizado com informações das áreas de controles (Auditoria Interna, Controles Internos e Gestão de Riscos) para acompanhamento mensal do Comitê Executivo; ▪ As práticas atendem aos requisitos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley (SOx), aplicável às empresas com ações listadas na bolsa de valores de Nova York (New York Stock Exchange), cujo objetivo é zelar pela confiabilidade da elaboração e divulgação dos relatórios financeiros. <p style="text-align: right;">Página 183</p>	
Auditorias interna e externa		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Comitê de Auditoria para fortalecer processos e controles de conformidade; ▪ Verificam o atendimento de requisitos de gestão organizacional, de responsabilidade social e ambiental, e de saúde e segurança; ▪ Avaliam a capacidade de gestão, o nível de transparência na gestão de recursos e as condições de segurança na operação de máquinas e triagem, assim como a legislação ambiental; <p style="text-align: right;">Página 161</p>	
Ambiente legal e regulatório		<p>Atuam na Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), com ênfase para as agendas tributária e de simplificação e desburocratização das normas regulatórias para produtos do setor.</p> <p style="text-align: right;">Página 202</p>	

Quadro 12 – Empresa E – Natura

(conclusão)

Eixo	Categoria	Variável	Prática encontrada
		Gestão da segurança da informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segurança da informação, com gestão estruturada e diretrizes explicitadas no Código de Conduta, conscientização de colaboradores, mapeamento e tratamento de riscos de segurança da informação e aderência ao padrão ISSO 27.002:2013, incluindo critérios de Segurança da Informação a serem avaliados em serviços de terceiros e testes periódicos do Plano de Recuperação de Desastres em ambiente tecnológico; Página 182
		Privacidade de dados pessoais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de soluções para examinar os dados de D&I, em virtude do enfrentamento de questões legislativas e de privacidade de dados em muitos dos mercados que atuam; ▪ Apoio de uma consultoria, como ferramenta de pesquisa on-line para coletar de forma anônima os dados dos colaboradores para subsidiar o estabelecimento da linha de base (processo em andamento); ▪ Conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); Página 182
	Transparência na gestão	Responsabilização (prestação de contas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não identificado.
		Relatórios ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A divulgação do Relatório Integrado Natura & Co América Latina é acompanhada por duas vice-presidências, integrantes do Comitê Executivo da unidade de negócio: VP de Marketing, Inovação, Internacionalização e Sustentabilidade e VP de Mídia, Conteúdo e Comunicação, por meio da Gerência de Comunicação e Criação. O documento passa por asseguarção de terceira parte independente, processo conduzido pela PwC. A asseguarção externa do relatório segue princípios de transparência compartilhados desde a alta gestão, bem como as boas práticas de mercado (GRI 2-14). Página 163

Fonte: Elaborado pelo autor.

Várias empresas são precursoras do movimento ESG e se tornaram referência de sucesso em várias frentes. A brasileira Natura, cujo é membro de pesquisa deste trabalho, é um exemplo completo de governança corporativa, diversidade e sustentabilidade.

Fundada em 1969 por Antônio Luiz Seabra, Pedro Passos e Guilherme Leal, para atuar no setor de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos, a Natura partiu de um conceito de respeito ao meio ambiente e de valorização das pessoas que fez com que ela se tornasse uma multinacional brasileira dona das marcas Avon, Natura, The Body Shop e Aesop, com presença em mais de 110 países e receita líquida consolidada de R\$ 36 bilhões. Ou seja, uma potência

global consolidando a ESG é um caminho de sucesso para todas aquelas empresas que visam melhorias e qualificações.

Sem dúvidas, como qualquer instituição que está em evolução e buscando melhorias sempre, a empresa Natura obteve alguns resultados abaixo da qualificação razoável (3), conforme evidenciado no quadro 12. Mas com consciência desses fatos está buscando atribuições para aperfeiçoar essas variáveis como: descarbonização da matriz energética e o transporte de produtos carbono zero; estão com processo em andamento em consultoria com ferramentas de pesquisas online para coletar de forma anônima os dados dos colaboradores para subsidiar o estabelecimento da linha de base conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD); entre outros.

Nos resultados das variáveis obteve sucesso em mais da metade de suas respostas relacionadas ao score 5, fazendo jus ao todo trabalho desenvolvido pela empresa. Focada na autoestima feminina não só com produtos como também com oportunidades, em 1974 a Natura adotou o sistema de venda direta por meio de consultoras, dando uma oportunidade de trabalho e renda (principal ou complementar) a mulheres de todas as faixas de escolaridade. Hoje, com mais de 8 milhões de consultoras que fazem o trabalho de venda direta. Também em termos de comunicação, a Natura foi pioneira, ainda nos anos 1990, na realização de publicidade celebrando a “beleza de verdade”, algo que tem enorme poder para aumentar a autoestima feminina, quebrando estereótipos limitantes e preconceituosos em relação à estética e incluindo padrões de beleza de todas as cores, tamanhos e idades. E ainda possui outra frente importante que combina com a governança corporativa, diversidade e sustentabilidade, é o trabalho da empresa na conscientização sobre a utilização de refis e reciclagem de embalagens. Além de aumentar o acesso das pessoas aos produtos por torná-los mais baratos, o movimento do refil trouxe bastante conscientização ambiental.

A adoção de uma gestão mais sustentável por parte das empresas pode ser construída sob um olhar não financeiro como visto pela empresa Natura e de acordo com os estudo de Cruz (2021), concomitante a esses números positivos a instituição, como no caso de investidores, sustentáveis, inclusivos, e cada vez mais em questões ambientais, as companhias possuem informações proeminentes da sua cooperação e governança na sociedade, aproximando investimentos a organização, consequência de uma estratégia voltada a análise de indicadores financeiros, ambientais e sociais, em consequências as suas ações de estratégia deslumbrando o sucesso conquistado através dos meios.

Portanto Servaes e Tamayo (2013) também fazem concordância ao observarem o crescimento significativo das empresas que possuem um engajamento sustentável e social,

preocupadas com questões ao meio ambiente e aspectos sociais, a longo prazo, deslumbram o aumento de valor, boa imagem, redução de riscos, maior relacionamento entre as partes interessadas para empresa.

Diante do exposto cenário das empresas pesquisadas, observa-se que todas contemplam uma nota razoável quanto ao eixo da variável de poluição sonora, possuindo poucos documentos e planos comprobatórios em relação a esse fator impactante na avaliação ESG. Vale ressaltar que todas as empresas pesquisadas, possuem comprometimento a longo prazo e curto prazo quanto ao eixo de governança, visto que em um dos gráficos identifica-se que o número de funcionários gestores (CEO) não é correspondente a proporção do tamanho da empresa, da qual demanda esse tipo de tarefa. No cenário mundial atual, observa-se a importância desse trabalho para conscientizar, concretizar e aproximar os resultados almejados pelas empresas através de um eficiente e eficaz planejamento estratégico.

No que tange ao eixo ambiental, todas as empresas analisadas são impecáveis no desenvolvimento de atividades e estruturas para aperfeiçoamento das práticas ambientais, como redução das emissões de gases efeito estufa, adaptação as mudanças climáticas através de investimentos e parcerias, soluções de eficiência energética com renovação de frotas elétricas, remapeamento de processos, gerenciamento de resíduos e controle de produtos e materiais perigosos.

No eixo ambiental, ao observar as classificações atribuídas conforme as evidências nos relatórios, pode-se identificar que todas as empresas analisadas quanto ao eixo ambiental obtiveram ótimas classificações, entre 4 e 5, principalmente nas variáveis mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE), adaptação às mudanças climáticas, uso da água, gestão de efluentes, conservação e uso sustentável da biodiversidade, economia circular, gestão de resíduos e gestão ambiental. As demais variáveis, também tiveram boas notas, mesmo que acima da média, receberam nota 3, que significa que as práticas são exercidas, há informações sobre o desenvolvimento das atividades, mas que faltam com maior clareza e demonstração a execução dos trabalhos.

Como pontos que necessitam de melhorias quanto as informações contidas nos relatórios ambientais, destaca-se que uso sustentável do solo a única empresa que recebeu classificação 3 foi a empresa Telefônica Brasil, evidenciando o relatório exposto apresenta de forma regular ações a respeito desta variável. Da mesma forma, outro item que apresentou nota 3, foi a prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações), porém por todas as empresas em análise, ao qual as informações apresentadas são incipientes, rasas, o que não se pode obter dados com maior precisão a respeito das práticas desenvolvidas.

Quanto ao eixo social, se sobressai sobre os demais, pois se obteve as melhores classificações com as notas entre 4 e 5, evidenciando que tanto as práticas desenvolvidas quanto a divulgação dessas informações, atendem com precisão o objetivo de demonstrar as partes interessadas e sociedade sobre o aprimoramento de tarefas em prol de um ambiente mais justo e igualitário, destacando as variáveis investimento social privado, diálogo e engajamento das partes interessadas, impacto social, respeito aos direitos humanos, combate ao trabalho forçado ou compulsório, combate ao trabalho infantil, políticas e práticas de diversidade e equidade, cultura e promoção de inclusão, desenvolvimento profissional, saúde e segurança ocupacional, qualidade de vida, liberdade de associação, política de remuneração e benefícios, relacionamento com consumidores e clientes e o relacionamento com os fornecedores.

Na apreciação do eixo governança, destacam-se as variáveis estrutura e composição da governança corporativa, propósito e estratégia em relação à sustentabilidade, compliance, programa de integridade e práticas anticorrupção, práticas de combate à concorrência desleal, engajamento das partes interessadas, gestão de riscos do negócio, gestão da segurança da informação, relatórios ESG, de sustentabilidade e/ou relato integrado, com ponderações entre 4 e 5, sendo possível identificar que as organizações estão preparadas e desenvolvendo atividades que resultam em melhores formas de gerir a organização, reestruturando modelos de negócios e trazendo aspectos muito relevante para dentro da empresa quanto ao desenvolvimento de ações que maximizem o desempenho da companhia.

Pode-se inferir de acordo com as classificações nota 3, atribuídas as variáveis controles internos, auditorias interna e externa e ambiente legal e regulatório na empresa D, evidencia-se que a organização relata dados básicos sobre seus processos, sendo necessário uma gama maior de informações para se ter uma compreensão mais ampla dos procedimentos realizados por ela. Destaca-se também a empresa E quanto as variáveis privacidade de dados pessoais e responsabilização continham informações rasas sobre o assunto, identificando que a empresa pode focar esforços no desenvolvimento de tarefas nessas áreas para uma melhor gestão e divulgação de informações a sociedade.

Para melhor visualização das classificações atribuídas a cada organização, elaborou-se a Figura 25, contendo o maior número de evidências do eixo, variável, nota e empresa avaliada, conforme apresentado a seguir.

Figura 25 – Análise dos Relatórios ESG das 5 Melhores Empresas da ISEB3



Fonte: Elaborado pelo Autor.

De acordo com a triangulação feita, evidencia-se no framework as melhores classificações encontradas nas análises das variáveis de acordo com cada eixo do ESG, confirmando as atividades que possuem maior grau de aplicabilidade nas organizações.

Por outro lado, em uma análise comparativa entre as organizações e as variáveis em questão, pode-se observar, conforme exposto no Quadro 13, que as cinco empresas selecionadas para análise atendem com uma média acima de regular (nota 3) aos critérios nas variáveis estudadas em cada eixo do ESG. Como exemplo, na empresa A, ao analisar o nível de informações nos relatórios nas esferas ambiental, social e governança, tem-se que 80,95% das observações realizadas, correspondem a classificação Muito Alta (nota 5), sendo possível

afirmar que a organização divulga nos seus relatórios informações completas e ricas de dados sobre as práticas desenvolvidas no exercício de suas atividades,

As demais empresas obtiveram níveis semelhantes, conforme pode ser observado no Quadro 13 com o comparativo das classificações ESG por empresa, onde foram analisadas as classificações levando em consideração que o total de variáveis (42) é 100% das análises, portanto para cada classificação atribui-se uma nota com base no nível de aplicabilidade de informações contidas nos relatórios.

Quadro 13 – Comparativo de Classificações ESG

Empresa	Nota A (5)	Nota B (4)	Nota C (3)	Total
EDP Energias do Brasil (A)	80,95 %	16,67 %	2,38 %	100,00 %
Lojas Renner (B)	50,00 %	45,24 %	4,76 %	100,00 %
Telefônica Brasil (C)	40,48 %	54,76 %	4,76 %	100,00 %
CPFL Energia (D)	52,38 %	33,33 %	9,52 %	100,00 %
Natura (E)	45,24 %	35,71 %	9,52 %	100,00 %

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com base nestas informações, infere-se que as maiores ponderações ficaram a cargo dos níveis mais altos de classificação das práticas ESG nas organizações, revelando que as empresas atuam com no mínimo 40% acima da mais alta avaliação no quesito informações sobre as práticas executadas no exercício de suas atividades.

Estes fatores revelam que todas as organizações aturam intensamente no combate aos prejuízos causados ao meio ambiente através de políticas de governança empresarial eficazes, que permitem o desenvolver melhores estratégias relacionadas aos cuidados com a flora e a fauna do mundo. Da mesma forma que permite estreitar os laços sociais entre os colaboradores da empresa e mitigar problemas sociais, através da inclusão, equidade e equiparação.

Dentre as principais evidencias encontradas nas práticas das organizações, destacam-se as atividades ligadas ao meio ambiente, que une a preocupação em tornar o mundo mais verde com reflorestamentos, preservação das águas e do ar, assim como a utilização de tecnologia e inovação para desenvolver nossos processos e produtos capazes de proporcionar esses ideais e ao mesmo tempo obter lucro, de forma consciente e com o menor impacto possível ao planeta.

De forma geral, as respostas obtidas a partir das análises dos relatórios e da pesquisa com o software VOSViewer, permite identificar que há um crescimento gradual e a longo prazo, na busca por melhorias quanto ao ESG, onde as empresas estão se desenvolvendo

positivamente, modificando estruturas e modelos de negócios para atender ao mercado global e ao mesmo tempo proporcionar aos seus colaboradores melhores condições de vida e profissão, assim como atuar no combate aos problemas socioambientais no mundo.

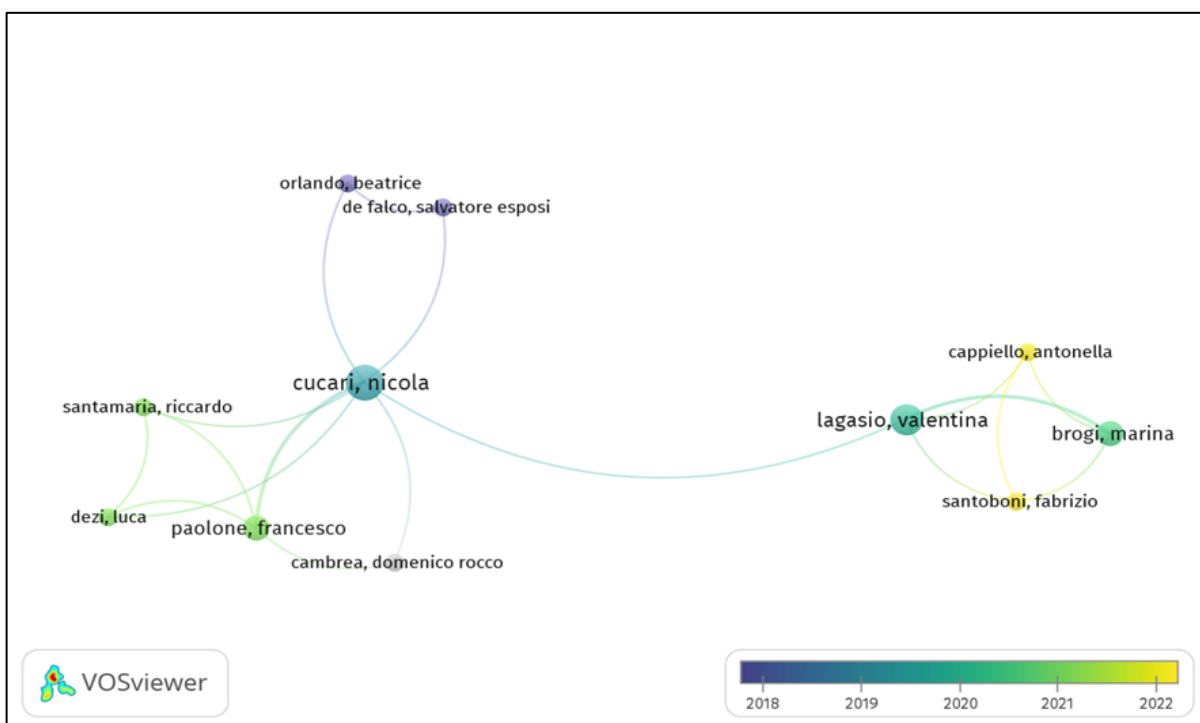
Destaca-se também que ao comparar as buscas no software com os relatórios obtidos, há uma vasta identificação de palavras chaves mais usuais, como ESG, disclosure, impactos, responsabilidade social corporativa, environmental, performance, sustainability e companies ao longo dos últimos 10 anos, demonstrando que a busca por pesquisas nestas áreas só aumentou devido ao interesse das organizações em relatar o desenvolvimento de suas práticas nestes quesitos aos stakeholders e sociedade.

4.2 ETAPA QUANTITATIVA

4.2.1 Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

As análises realizadas através da utilização do software VOSviewer, conforme apresentados a seguir nas Figuras 26 a 35, demonstrando áreas temáticas, anos de publicações, instituições, co-citações, autores, jornais, países, trabalhos mais citados, redes entre países.

Figura 26 – Análise de Coautor com Autores sobre Artigos publicados sobre Práticas ESG nas organizações (2013 – 2023)



Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

Na Figura 26, evidencia-se a análise que identifica os maiores coautores e autores que foram mais utilizados nos artigos que relatam práticas de ESG nas empresas no período de 2017 a 2023, recebendo destaque autores como: Cucari, Lagasio, Cappiello, Brogi, Paolone e Santoboni.

Para maior detalhamento de informações, apresenta-se o Quadro 14 contendo dados básicos dos autores citados.

Quadro 14 – Informações dos Autores

(continua)

Nome	Descrição	País	Instituição	Área de Pesquisa
Nicola Cucari.	PhD em Gestão Empresarial pela Universidade Sapienza de Roma, atualmente é pesquisador da Universidade Sapienza de Roma. Foi Professor Adjunto em diversas Universidades Italianas e Investigador na Universidade de Salerno e Investigador Visitante na Universidade de Huelva (Espanha) - Departamento de Gestão e na Universidade de Hohenheim (Alemanha) – Instituto de Marketing & Gestão.	Itália.	Universidade Sapienza de Roma.	Governança corporativa, ativismo de acionistas e empresas familiares.
Valentina Lagasio.	Professora Assistente em Intermediários Financeiros na Universidade Sapienza de Roma.	Itália.	Universidade Sapienza de Roma.	Intermediação, bancária, finanças e governança corporativa.
Antonella Cappiello.	Professora em Intermediários Financeiros na Universidade de Pisa.	Itália.	Universidade de Pisa.	Intermediação, questões bancárias, finanças e seguros.
Marina Brogi.	Economista italiana, professora titular de Bancos e Mercado de Capitais na Universidade Sapienza de Roma, é autora de inúmeras publicações sobre governança corporativa, bancos e mercados de capitais. Frequentemente entrevistada como especialista em economia pelas principais revistas de notícias da televisão italiana.	Itália.	Universidade Sapienza de Roma.	Governança corporativa, bancos e mercado de capitais.
Francesco Paolone.	Formado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Bocconi. Ele é professor associado na Universidade Mercatorum e professor adjunto na Universidade LUISS de Roma. Foi Professor Visitante na ESCP Europe Business School no campus de Londres e Pesquisador Visitante na Universidade de Aalborg na Dinamarca. Atualmente faz parte do Conselho Editorial de diversas revistas especializadas de Contabilidade e Gestão Financeira. É revisor oficial de contas e auditor jurídico.	Itália.	Universidade Telemática “Universitas Mercatorum”.	Contabilidade internacional e financeira, governança corporativa, modelos de negócios e relatórios de sustentabilidade.

Quadro 14 – Informações dos Autores

(conclusão)

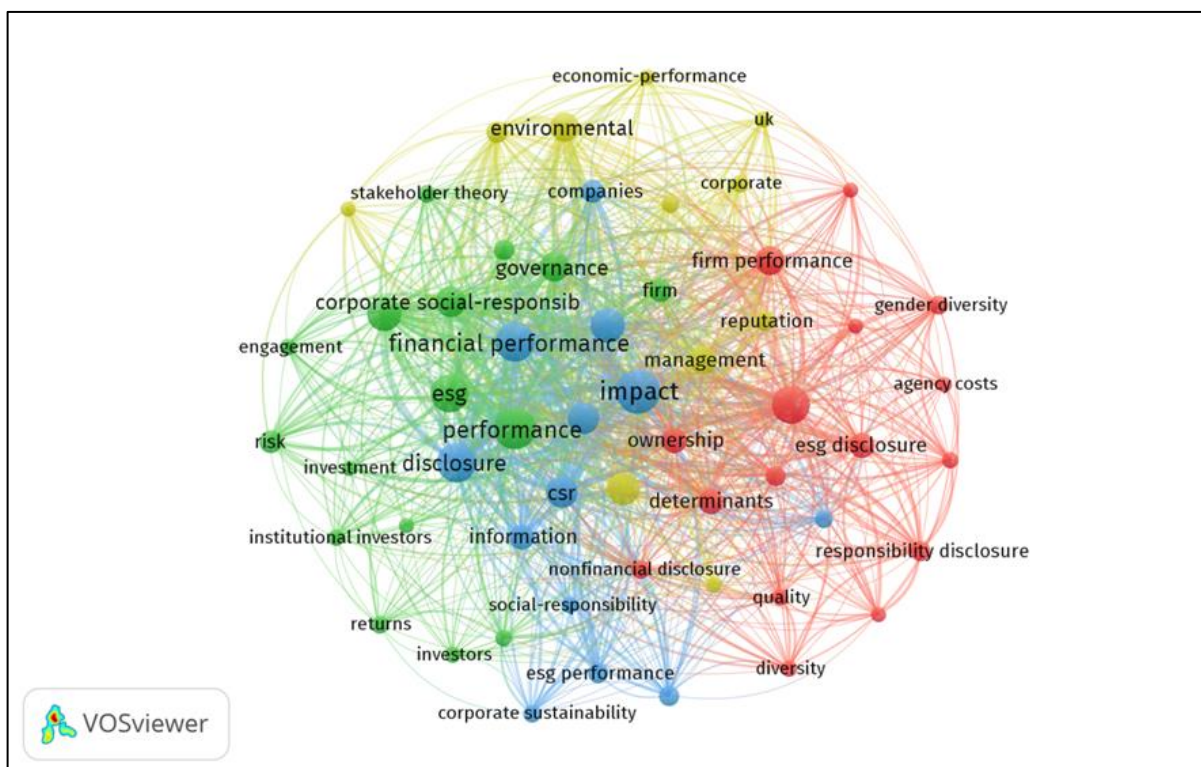
Nome	Descrição	País	Instituição	Área de Pesquisa
Fabrizio Santoboni.	Professor Associado de Economia dos Intermediários Financeiros (SECS-P/11), Diretor do Mestrado Universitário de nível II em Bancos e Finanças (BA.FI.) da Faculdade de Economia da “Sapienza” - Universidade de Roma, Membro do Conselho da ADIEMF (2019-2021).	Itália.	Universidade Sapienza de Roma.	Regulação e supervisão de instituições financeiras, seguros e resseguros, conglomerados financeiros, seguro corporativo e capacidade de endividamento, microsseguro.

Fonte: elaborado pelo autor.

Estas conexões estabelecidas através de clusters, demonstram que há uma evolução no que tange a procura e menção destas referências, permitindo observar que há uma para cada um dos 19 autores, há uma força de vínculos de coautoria com outros autores, salientando os autores com a maior força de menção, expresso pelas linhas de cor azul turquesa, verde e amarelo.

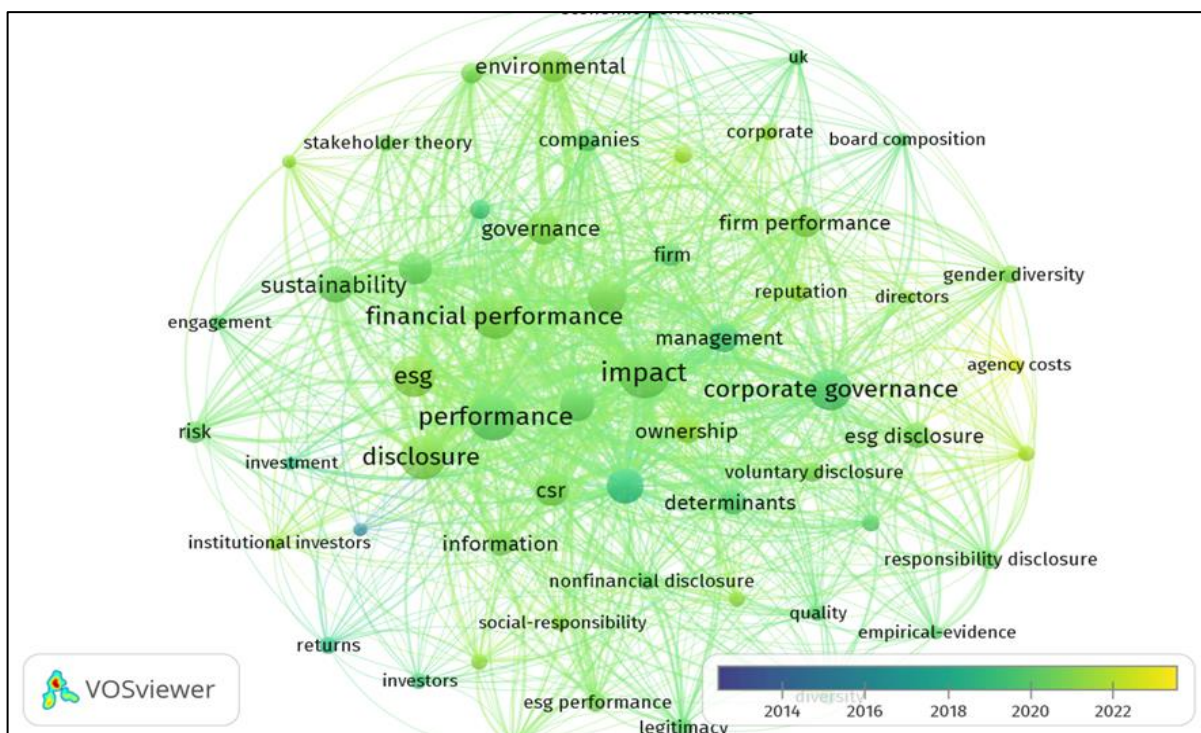
A utilização crescente destas referências em temas sustentáveis corrobora com os achados de Servaes e Tamayo (2013) que explicam que a crescente preocupação com a sustentabilidade nas organizações proporciona maior engajamento sustentável e social, na qual o conhecimento é difundido através de soluções encontradas por diversos pesquisadores, proporcionando maior produção de conhecimento na área desejada e consequentemente na resolução de problemas.

Figura 27 – Análise de Co ocorrência com Palavras-Chave em Artigos sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023



Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

Figura 28 – Palavras-Chave mais citadas em Artigos sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023



Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

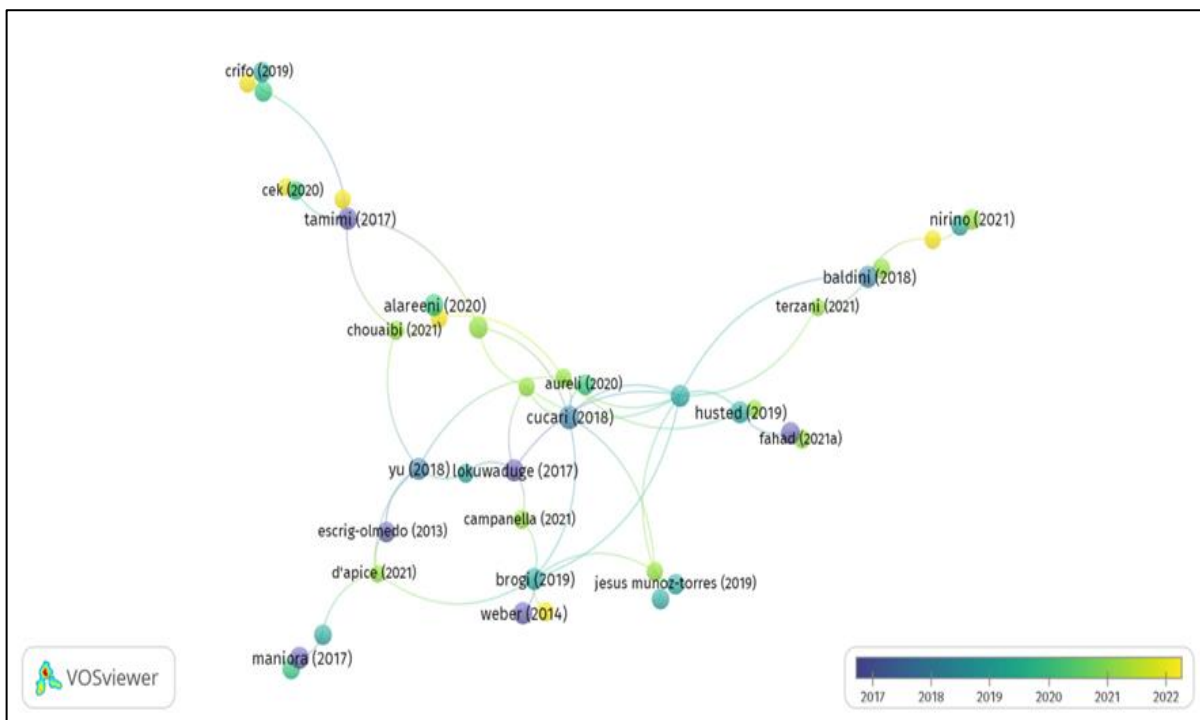
As Figuras 27 e 28 apresentam as palavras chaves que mais tiveram ocorrências nas publicações de 2013 a 2023 em artigos sobre ESG nas organizações, evidenciando um crescente no uso de temas relacionados à: *ESG, disclosure, impacto, responsabilidade corporativa, desempenho empresarial, engajamento, sustentabilidade, gerenciamento e risco*. Ao observar estas figuras, pode-se inferir que ao longo dos anos, a crescente busca por questões ligadas a sustentabilidade, tem tomado diversas vertentes ligadas as organizações, ao qual os stakeholders buscam por maiores informações e estudos para gerir dados em estratégias corporativas, o qual é possível em virtude das ramificações que os estudos estão proporcionando com relação ao vasto conteúdo que pode ser abrangido e inovado.

Nota-se que a grande produção sobre o tema relacionado no período de 2013 a 2023, destacado nas cores verde e amarelo, evidencia a predominância de publicações sobre práticas sustentáveis em maior escala a partir de 2019, sinalizando as ascensões da sociedade, empresas e todos interessados na busca por informações relevantes sobre sustentabilidade e práticas ESG e a divulgação destes dados. Essa prática é evidenciada em estudos de Yu e Zhao (2015) e Lassata et al. (2017), comprovando que a sustentabilidade nos últimos anos tornou-se um marco para a economia global, na qual a sociedade passou a questionar a maneira pelo qual as corporações preocupavam-se com questões ambientais, sociais e de governança, e isso consequentemente aflorou o interesse dos stakeholders na busca por conhecimento e afim de aprimorar informações na área de sustentabilidade com o intuito de obter melhores resultados na seleção das organizações.

Outra análise possível com as Figuras 27 e 28 corresponde a identificação dos maiores cluster formados, com as palavras-chave Impact, disclosure, performance, corporate social responsibility, esg disclosure, information e ESG, ao qual pode-se identificar que essas áreas são partes integrantes do ESG nas organizações, ao passo que relacionam-se as práticas sustentáveis com os impactos causados à sociedade e meio ambiente, assim como a divulgação de informações, a atuação da responsabilidade social corporativa e a performance das empresas, onde tudo está relacionado e um assunto permeia outro.

Esses avanços nas pesquisas ao longo dos últimos 10 anos com essa temática, contribui para o tema ESG de forma geral ao proporcionar uma amplitude maior sobre conhecimentos, aplicabilidade e os resultados que as práticas sustentáveis e sociais resultam na sociedade e nas empresas, possibilitando novos rumos no que tange a gestão estratégica e qualidade de vida das pessoas.

Figura 29 – Documentos mais citados nas publicações sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023



Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

A Figura 29 traz os documentos mais citados no últimos 10 anos no que diz respeito a ESG nas organizações, sendo relevante destacar os citados com maior frequência: Nirino, Fahad, Husted, Jesus munoz-torres, Weber, Maniora, Aureli e Cucari.

Uma breve contextualização de alguns dos autores citados acima:

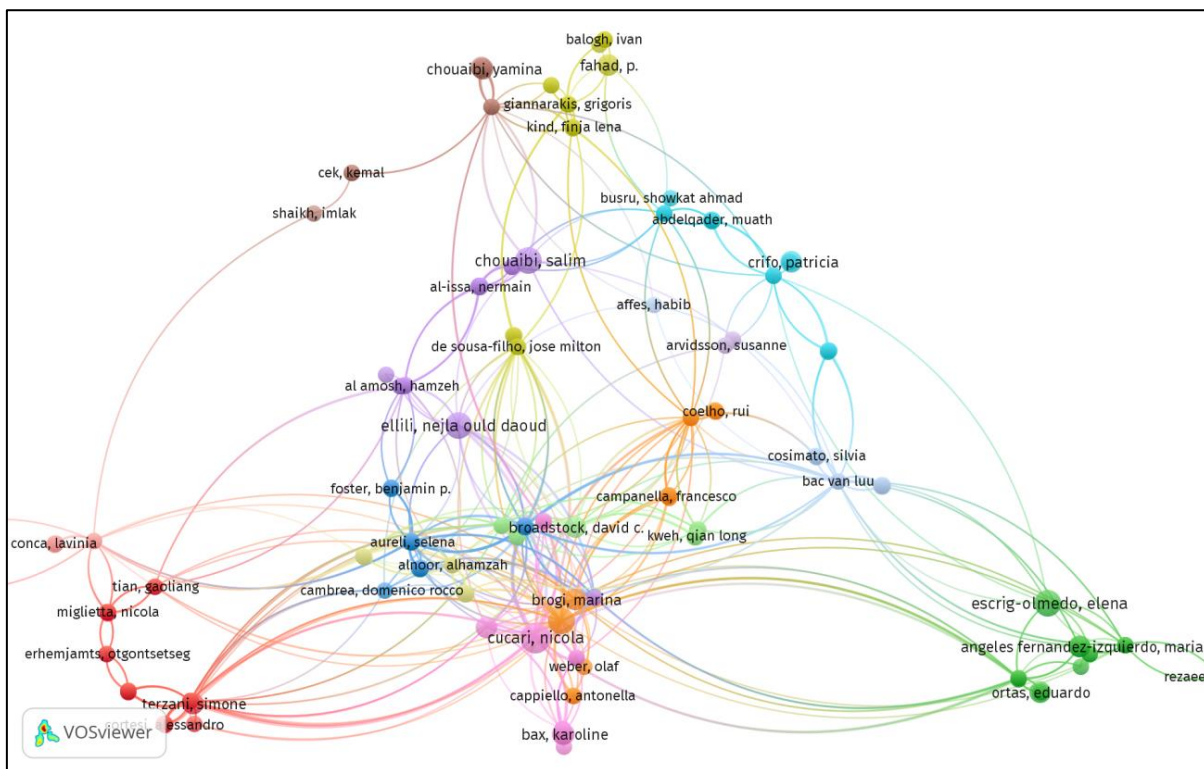
- Niccolò Nirino é professor assistente na Universidade de Turin – Itália, no departamento de gerenciamento e sua linha de pesquisa é voltada à finanças corporativas e responsabilidade social corporativa;
- Shah Fahad é professor na Universidade Abdul Wali Khan – Paquistão, foi reconhecido com diversas distinções/prêmios internacionais nos últimos anos, como o prêmio Young International Rice Scientist. Sua principal área de interesse são mudanças climáticas, especialmente estresse térmico, emissões de gases de efeito estufa e fitohormônios;
- Bryan Husted possui uma grande carreira acadêmica como professor e pesquisador no Tecnológico de Monterrey desde 1990, bem como em instituições estrangeiras como a IE Business School de Madrid e a Schulich Business School da York University em Toronto. Sua linha de pesquisa é focada em áreas de negócios e políticas públicas, ética empresarial, responsabilidade social corporativa e

sustentabilidade corporativa. Ele publicou amplamente sobre temas de negócios e é um dos autores mais prolíficos na área de ética empresarial. Publicou artigos acadêmicos em revistas como *Organization Science*, *Strategic Management Journal*, *Journal of International Business Studies*, *Journal of Policy Analysis and Management*, *Business Ethics Quarterly* e *Business & Society*, entre outras.

- María Jesús Muñoz Torres é professora de Finanças e Contabilidade, coordenadora do Projeto Horizon Europe ToNoWaste, diretora do Programa de Doutorado Estudos Internacionais em Paz, Conflito e Desenvolvimento, da Faculdade de Direito e Economia da Universidade Jaume I – Espanha. Suas áreas de pesquisa são desenvolvimento sustentável, negócios, inovação, finanças, sustentabilidade, governança e gerenciamento.

Conforme demonstrado, a busca constante e crescente por conhecimento da prática sustentável aponta os estudos mais recorrentes citados em publicações nas pesquisas relacionadas a sustentabilidade, reforçando estudos apresentados por Favarin (2020) e Aris et al. (2018) que o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser analisado por diversos fatores e vieses, evidenciando resoluções para problemas existentes, como gerando competitividade nas estratégias ao modelo de negócios, mas que frequentemente eles se relacionam por tratarem do mesmo objetivo final.

Figura 30 – Autores mais citados nas publicações sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023

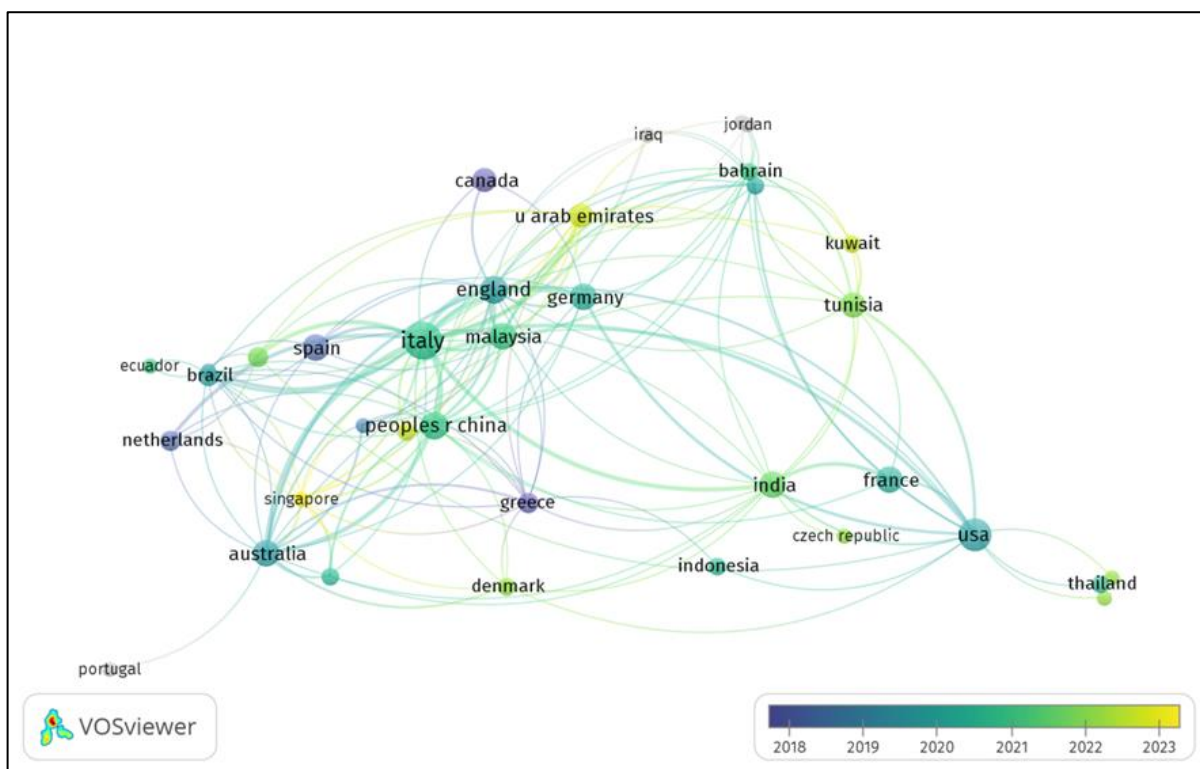


Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

Da mesma forma, pode-se verificar na Figura 30 as autores mais citados no periodo abrangido, sendo os de maior destaque: Esgric-olmedo, Angeles fernandez-izquierdo, Ortas, Bax, Cucari, Terzari, Broadstock, Campanella, Coelho, Chouaibi, Brogi e de Sousa-filho. Nota-se que estes autores são citados com maior frequencia nos ultimos 5 anos, porém é importante ressaltar que há conexoes muito fortes com diversos autoreas, demonstrando que as ideias se relacionam, que as linhas de pensamento possuem afinidades e que o assunto em pauta é discutido com diversos viés que chegam a um mesmo objetivo.

Estes achados vão de encontro ao que se apresenta na literatura a respeito dos estudos que analisaram práticas de ESG nas organizações ao longo do tempo, identificando aspectos positivos, como Fatemi et al. (2018), Yoon et al. (2018) e Zhao et al. (2018).

Figura 31 – Trabalhos publicados por Países sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023



Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

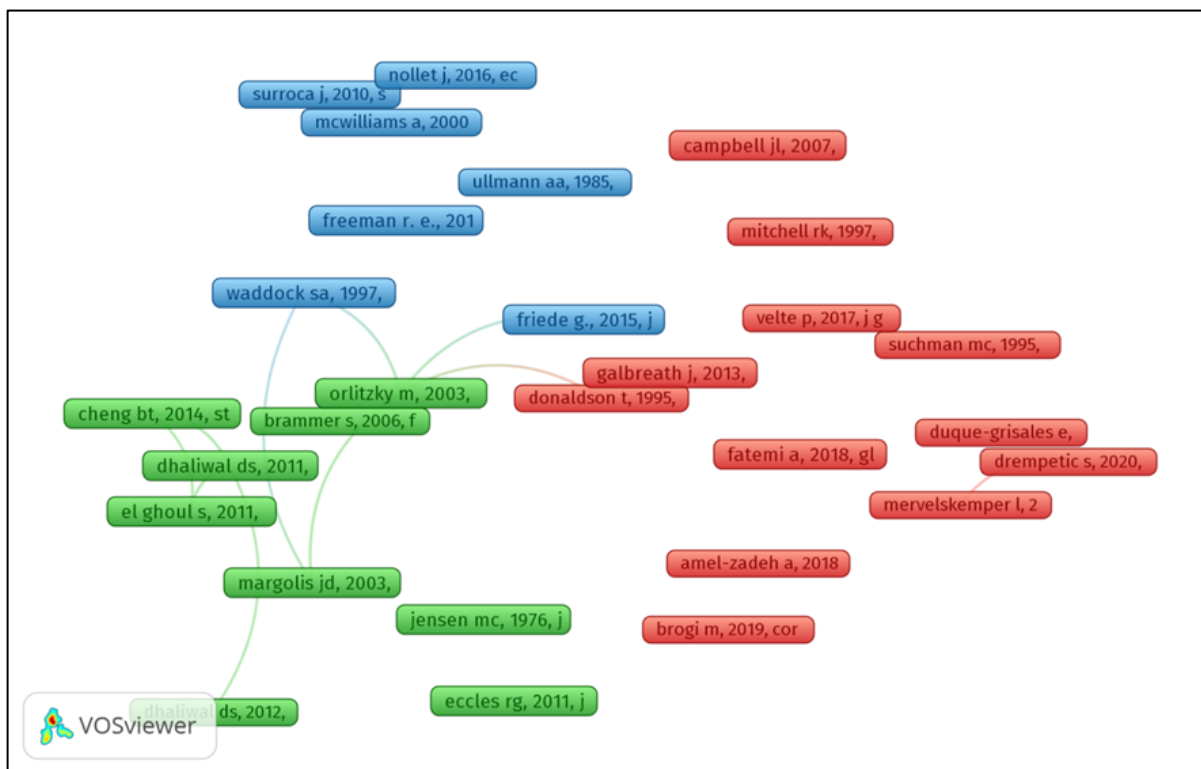
Na análise da Figura 31, foram relacionados 46 países pela base da WOS, aos quais 26 são citados com maior frequência e possuem cluster com maior conexão, evidenciando que as práticas podem ser replicadas em diversas partes do globo e que há uma busca comum por informações relacionadas ao ESG nas organizações a fim de dirimir questões sobre o tema.

Estes resultados corroboram com trabalhos de Machado, Winroth e Silva (2020) ao demonstrar que tanto a sociedade como um todo preocupa-se com questões sustentáveis, assim como as organizações estão adeptas a alterar seus modelos e estratégias de negócio para melhorar o desempenho de suas atividades e reputação frente aos investidores e usuários, e isso fica evidente a nível global, embora em algumas localidades o assunto seja pouco aplicado, em sua grande maioria, cerca de 56,52% dos países mencionados possuem práticas relacionadas e pesquisa na área sustentável.

É possível também relacionar que os países mais citados, são países desenvolvidos como a Itália, França, Estados Unidos e Espanha, evidenciando que as práticas sustentáveis são aderidas com maior expressão nestes locais devido a questões econômicas, financeiras e estruturais. Há outros países que são mencionados, como Brasil que está em desenvolvimento econômico, e que conseqüentemente seu cluster é menor, representando que sua adesão é menor

devidos as questões mencionadas anteriormente, aliadas a uma cultura que ainda está em desenvolvimento.

Figura 32 – Análise de Co-citações com Referencias Citadas sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023

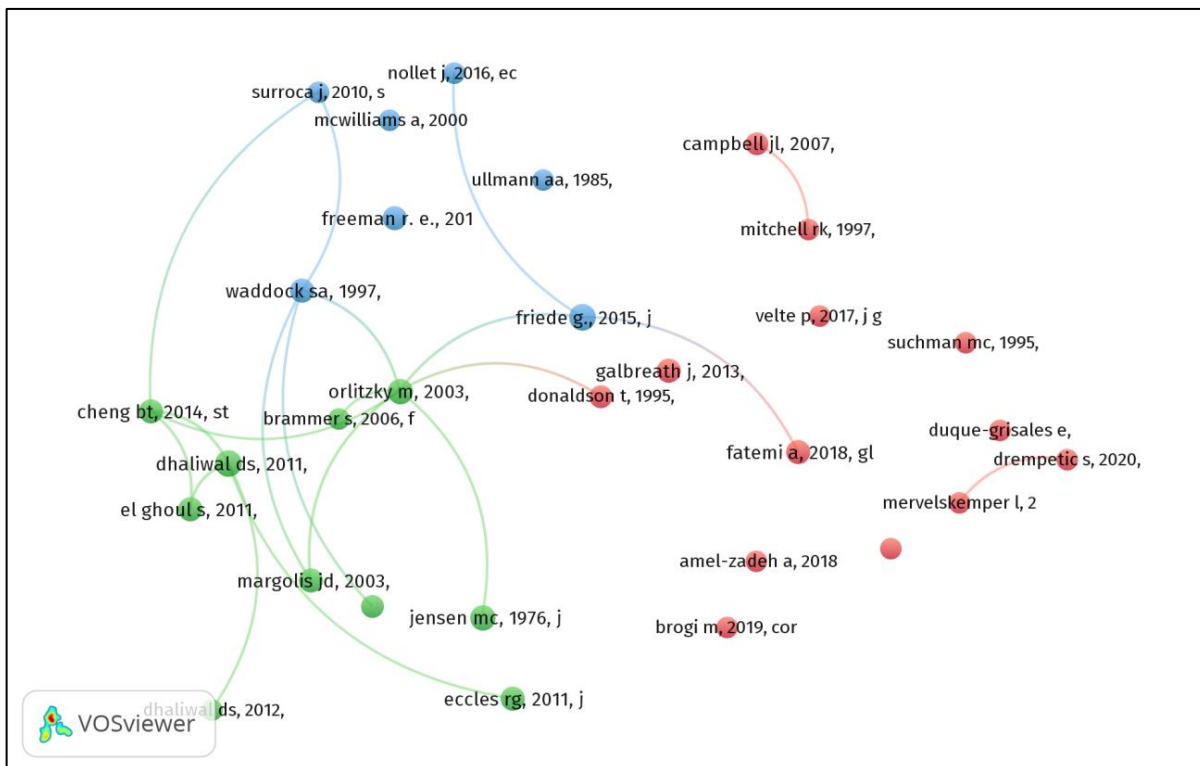


Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

As Figuras 32 e 33 apresentam as co-citações mais citadas com referência às citações mais referenciadas, separando-as em cores (verde, azul e vermelho) para uma melhor distinção das vertentes de autores utilizados. Nesta etapa foram canalizados 6836 referencias citadas, ao qual 30 obtiveram co-citações mencionadas pelo menos 10 vezes.

Estes resultados, como o anterior, denotam que as publicações sobre práticas ESG refletem o fluxo de atividades que envolvem essas práticas nas organizações, ou seja, conforme Chae e Park (2018) e Eberle e Berens (2013), a divulgação de informações ESG pode ser uma prática vantajosa à organização e os usuários dela, gerando valor para a corporação e contribuindo ao desenvolvimento sustentável da sociedade.

Figura 33 – Cluster das Co-citações e Referencias Citadas sobre Práticas ESG nas organizações entre 2013 e 2023

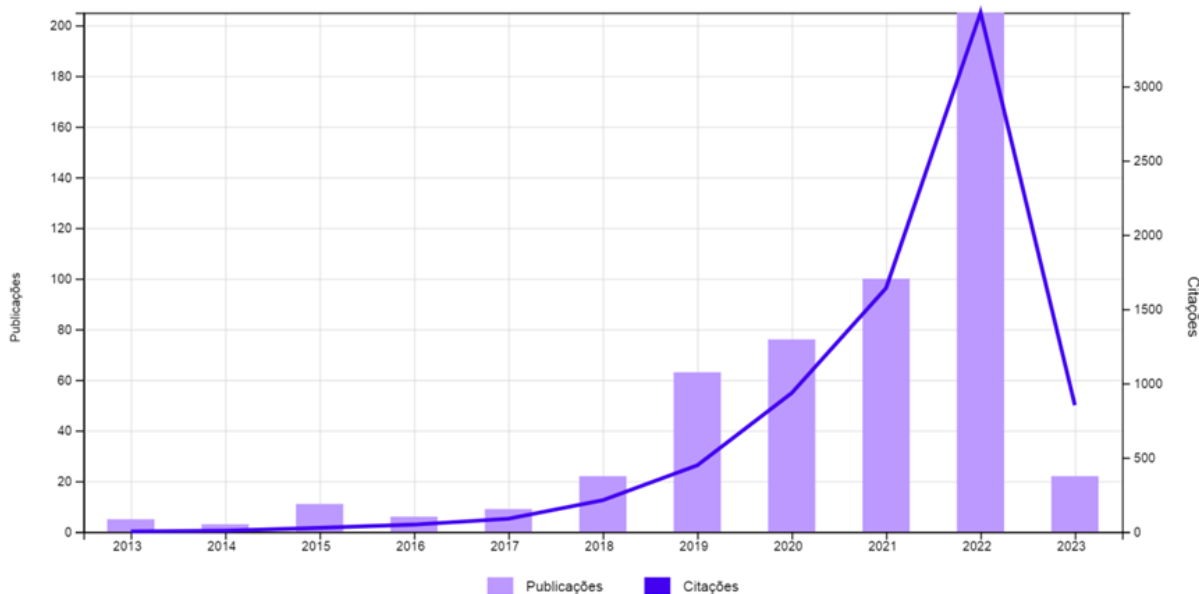


Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

Na Figura 34, evidencia-se a evolução ao longo do tempo das publicações, demonstrando a crescente que os temas Sustentabilidade e ESG nas empresas vem sendo discutidos com maior frequência nos últimos anos, reforçando a preocupação dos usuários com as atividades que as organizações desempenham e suas consequências com a sociedade.

A evidenciação de que a publicação de práticas sustentáveis e ESG nos últimos anos é crescente e frequentemente utilizada pelas organizações para aprimorar o desenvolvimento de suas atividades corrobora com achados de Paz (2022) que identificou que investimentos em práticas ESG proporcionam melhorias financeiras, maior reputação no mercado e consequentemente atrai maiores investidores às organizações, pois ao propor atividades voltadas a preocupações ambientais e sociais, os retornos financeiros são maiores.

Figura 34 – Publicações e Citações sobre Sustentabilidade e Práticas ESG nas organizações de 2013 a 2023



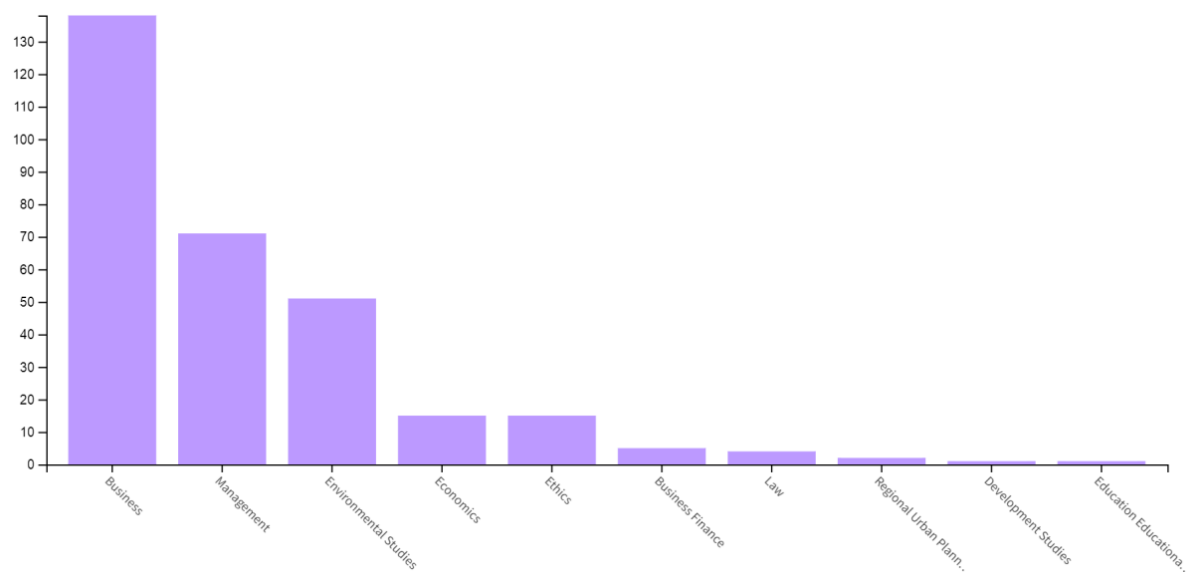
Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

Já na Figura 35, pode-se identificar as áreas temáticas de maior relevância nos estudos pesquisados ao longo dos 10 anos (2013 a 2023), ao qual percebe-se as tendências das publicações com base nas concorrências, revelando o crescimento de algumas áreas específicas, como Negócios, Gestão, Estudos Ambientais, Economia e Ética.

Este resultado demonstra que estes temas são os mais pesquisados, que possuem maior frequência com a amostra analisada, que na elaboração dos clusters possuem as palavras-chave com maior ligação.

As implicações da Figura 35, vão de encontro aos ideais de Zahid et al. (2022) e Ting-Ting et al. (2021), que apuraram que cada vez mais as empresas tem aderido práticas sustentáveis nas suas atividades com o objetivo de obter melhorias nos quesitos ambientais, sociais e de governança, e evidenciar essas informações à sociedade, portanto percebe-se que a evolução de informações acerca de negócios, gestão, economia e questões ambientais demonstram prioridade nas pesquisas sustentáveis e na disseminação do conhecimento prático às organizações.

Figura 35 – Principais Temas de publicação sobre Sustentabilidade e Práticas ESG nas organizações de 2013 a 2023



Fonte: elaborado com o software VOSviewer a partir de base de dados WOS.

Na Tabela 4, destaca-se os 10 artigos mais citados na pesquisa a respeito do tema sustentabilidade e relatórios ESG nas empresas, ficando evidente que os trabalhos produzidos pelos autores Nicola Cucari, Salvatore Esposito De Falco e Beatrice Orlando, publicado no ano de 2018 pelo *Journal Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, norteando discussões sobre questões ligadas ao ESG na esfera social, com a diversidade do conselho de administração.

Nesta tabela também fica evidente o fator de impacto que o Journal possui, expresso por um numeral que demonstra um cálculo das citações recebidas e dividindo esse número pela quantidade de artigos publicados que antecedem em 2 anos o cálculo, esse fator avalia a importância dos periódicos científicos nas suas áreas.

Tabela 4 – Listagem dos artigos mais citados

Ordem	Título do Artigo	Autor (es)	Palavras-Chave	Citações	Journal	Fator Impacto
1	Diversity of Board of Directors and Environmental Social Governance: Evidence from Italian Listed Companies	Cucari, Nicola; De Falco, Salvatore Esposito; Orlando, Beatrice	corporate governance; board of directors; corporate social responsibility; disclosure; diversity; ESG	206	Corporate Social Responsibility and Environmental Management	8.464
2	Role of Country- and Firm-Level Determinants in Environmental, Social, and Governance Disclosure	Baldini, Maria; Dal Maso, Lorenzo; Liberatore, Giovanni; Mazzi, Francesco; Terzani, Simone	Country-specific determinants; ESG disclosure; Firm-specific determinants; Institutional theory; Legitimacy theory	144	Business Ethics	6.331
3	Integrating Environmental, Social and Governance (ESG) Disclosure for a Sustainable Development: An Australian Study	Lokuwaduge, Chitra Sriyani De Silva; Heenetigala, Kumudini	Australia; environmental social and governance; sustainable development; stakeholder engagement; environmental policy; ESG	137	Business Strategy and The Environment	3.479
4	Environmental, social and governance transparency and firm value	Yu, Ellen Pei-yi; Guo, Christine Qian; Bac Van Luu	corporate governance; environmental policy; ESG disclosure; stakeholder engagement; sustainable development	106	Business Strategy and The Environment	3.479
5	Environmental, Social and Governance Reporting in China	Weber, Olaf	ESG reporting; corporate social responsibility; China; financial performance; sustainability; environmental disclosure	97	Business Strategy and The Environment	3.479
6	Corporate governance and environmental social governance disclosure: A meta-analytical review	Lagasio, Valentina; Cucari, Nicola	board characteristics; corporate governance; corporate social responsibility; meta-analysis; nonfinancial reporting; voluntary disclosure	101	Corporate Social Responsibility and Environmental Management	2.647
7	THE PERFORMANCE FRONTIER Innovating for a Sustainable Strategy	Eccles, Robert G.; Serafeim, George	Sustainability; Innovating; Performance Sustainability; Sustainability Strategy	126	Harvard Business Review	2.249
8	Board structure and environmental, social, and Governance disclosure in Latin America	Husted, Bryan W.; de Sousa-Filho, Jose Milton	Board size; Women on the board; CEO duality; Independent directors; ESG disclosure; Corporate governance	137	Business Research	2.129
9	Transparency among S&P 500 companies: an analysis of ESG disclosure scores	Tamimi, Nabil; Sebastianelli, Rose	Sustainability; Accountability; Transparency; SP 500; ESG disclosures	111	Management Decision	1.134
10	Financial, governance and environmental determinants of corporate social responsible disclosure	Giannarakis, Grigoris; Konteos, George; Sariannidis, Nikolaos	Corporate governance; Disclosure; Determinants; Corporate social responsibility; Environment; Standard & Poor's 500 Index	92	Management Decision	1.134

Fonte: elaborado pelo autor.

Outro item importante apresentado na Tabela 4, é o segundo artigo mais citado, de autoria de Maria Baldini, Lorenzo Dal Maso, Giovanni Liberatore, Francesco Mazzi e Simone Terzani, publicado no ano de 2018 pelo Journal of Business Ethics, ao qual aborda sobre as pressões que as empresas sofrem ao divulgar informações ambientais, sociais e de governança (ESG) pela sociedade, ao ponto que investigaram estruturas sociais e legítimas da influência das práticas de ESG em cada pilar, demonstrando os resultados positivos que a divulgação destas práticas sustentáveis atribuem a organização e sociedade, gerando melhor visibilidade através de benefícios ambientais e sociais.

Tabela 5 – Informações dos estudos mais citados

(continua)

Título do Artigo	Objetivo do Estudo	Resultados e Conclusões
Diversity of Board of Directors and Environmental Social Governance: Evidence from Italian Listed Companies	Investigar a associação entre a divulgação ambiental, social e de governança (ESG) e a diversidade do conselho de administração (BoD) em empresas italianas listadas.	Os resultados indicam que a divulgação de RSC da empresa está associada à RSC do diretor independente e do comitê. Além disso, as mulheres nos CAs estão negativamente correlacionadas, enquanto a idade do conselho não é significativa. Com base no estudo, os acionistas e formuladores de políticas terão um conhecimento mais profundo sobre os papéis significativos que a diversidade do conselho está desempenhando como determinante da divulgação ESG.
Role of Country- and Firm-Level Determinants in Environmental, Social, and Governance Disclosure	Investigar até que ponto as estruturas sociais (teoria institucional) e a legitimação social (teoria da legitimidade) influenciam as práticas de divulgação ESG e cada pilar.	Os resultados fornecem evidências de que as características do país, como sistema político, sistema trabalhista e sistema cultural afetam significativamente as práticas de divulgação ESG das empresas. No entanto, seu impacto é heterogêneo, pois reduzem ou aumentam os níveis de divulgação e podem diferir por pilar. Os resultados das características no nível da empresa relacionadas à visibilidade de uma empresa demonstram um efeito positivo e homogêneo na divulgação ESG e em cada pilar. Esses resultados informam os formuladores de políticas e reguladores com o objetivo de aumentar os níveis de divulgação ESG sobre o risco que incorrem ao gerenciar variáveis relacionadas à estrutura social e os benefícios de expor as empresas a uma maior visibilidade.
Board structure and environmental, social, and Governance disclosure in Latin America	Examinar o efeito da estrutura do conselho na divulgação ambiental, social e de governança (ESG) na América Latina.	Descobriram que o tamanho do conselho e os diretores independentes impactam positivamente a divulgação ESG, mas as mulheres no conselho e a dualidade do CEO impactam negativamente a divulgação ESG. Essas descobertas fornecem novos insights sobre a divulgação ESG na América Latina.

Tabela 5 – Informações dos estudos mais citados

(continuação)		
Título do Artigo	Objetivo do Estudo	Resultados e Conclusões
Integrating Environmental, Social and Governance (ESG) Disclosure for a Sustainable Development: An Australian Study	Explorar a extensão dos relatórios ESG de empresas do setor de metal e mineração listadas na Bolsa de Valores da Austrália para determinar a natureza dos indicadores ESG em uso no setor.	Os resultados revelam que motivos de reporte ESG são altamente influenciados pelos regulamentos de reporte. Dada a diversidade nos relatórios de ESG, a comparabilidade do desempenho estratégico ESG é problemática. Também revela que há uma demanda crescente por mais pesquisas empíricas sobre a integração da sustentabilidade no processo de planejamento estratégico.
The Performance Frontier Innovating for a Sustainable Strategy	Trata-se de cartas ao editor apresentadas em resposta ao artigo "The Performance Frontier: Innovating for a Sustainable Strategy" de Robert G. Eccles e George Serafeim sobre questões ambientais, sociais e de governança (ESG) em corporações	Os mapas desenvolvidos pelo Conselho de Padrões de Contabilidade de Sustentabilidade, que classificam a materialidade de 43 questões para 88 setores, podem fornecer orientações valiosas. E amplas iniciativas empreendidas por três empresas - Natura, Dow Chemical e CLP Group - demonstram o tipo de inovação que levará o desempenho a um novo território. Comunicar os benefícios às partes interessadas também é fundamental, e é por isso que os relatórios integrados, que combinam relatórios financeiros e ESG, estão ganhando popularidade.
Transparency among S&P 500 companies: an analysis of ESG disclosure scores	Explorar o estado da transparência das empresas S&P 500, analisando suas pontuações de divulgação Bloomberg ESG (Environmental-Social-Governance). Além disso, são examinados os efeitos do setor da indústria, tamanho da empresa e práticas de governança na transparência.	As estatísticas descritivas revelam que as empresas do S&P 500 diferem em seu nível de divulgação nas três áreas (ESG). O maior nível de transparência encontra-se em Governança e o menor em Ambiental. Além disso, há muita variabilidade na porcentagem de empresas do S&P 500 divulgando informações sobre políticas sociais específicas. Diferenças significativas na transparência nas dimensões social e de governança são encontradas entre determinados setores da indústria. Os resultados também revelam que as empresas de grande capitalização têm pontuações de divulgação ESG significativamente mais altas do que as empresas de média capitalização e que os fatores de governança impactam a divulgação de ESG. Significativamente, pontuações mais altas de divulgação ESG são observadas para empresas S&P 500 com conselhos de administração maiores, com conselhos mais diversificados em termos de gênero, que permitem a dualidade do CEO e que vinculam a remuneração executiva às pontuações ESG.
Environmental, social and governance transparency and firm value	Investigar se a transparência ambiental, social e de governança (ESG), a extensão da divulgação ESG, tem impacto no valor da empresa.	Encontraram evidências de suporte para uma maior divulgação de questões ESG impulsionando as medidas de avaliação da empresa, como o Q de Tobin. Além disso, os resultados sugerem que as empresas com maior tamanho de ativos, melhor liquidez, maior intensidade de P&D, menos

Tabela 5 – Informações dos estudos mais citados

(conclusão)

Título do Artigo	Objetivo do Estudo	Resultados e Conclusões
		participações privilegiadas e bom desempenho financeiro passado serão mais transparentes em questões ESG.
Corporate governance and environmental social governance disclosure: A meta-analytical review	Evidenciar a influência da governança corporativa na divulgação ambiental, social e de governança (ESG), em um ambiente em que a divulgação de informações é voluntária, mas não discricionário.	Os resultados mostram que a independência do conselho, o tamanho do conselho e a direção feminina aumentam visivelmente a divulgação ESG voluntária; a propriedade do conselho e a dualidade do CEO não melhoram o nível de divulgação ESG; e algumas hesitações permanecem em relação ao número de reuniões do conselho e propriedade institucional e familiar.
Environmental, Social and Governance Reporting in China	Analisar a divulgação ESG corporativa na China entre 2005 e 2012, analisando os membros dos principais índices das maiores bolsas de valores chinesas.	Os resultados sugerem que o status de propriedade e a participação em certas bolsas de valores influenciam a frequência da divulgação ESG. Por sua vez, os relatórios ESG influenciam o desempenho ambiental e financeiro. Concluíram que o principal impulsionador da divulgação ESG é a responsabilidade e que as empresas chinesas estão se atualizando no que diz respeito à frequência dos relatórios ESG, bem como no que diz respeito à qualidade.
Financial, governance and environmental determinants of corporate social responsible disclosure	Investigar os determinantes vitais sobre a extensão da divulgação da responsabilidade social corporativa (CSR) no contexto dos EUA.	Os resultados mostram que as iniciativas de redução de emissões e emissões de GEE influenciam positivamente a extensão da pontuação ESG. Além disso, existem pequenas diferenças em relação aos determinantes de diferentes tipos de divulgações. Além disso, é ilustrado que o perfil industrial de uma empresa parece ter diferenças entre a extensão dos diferentes tipos de divulgação.

Fonte: elaborado pelo autor.

Na Tabela 5 são detalhadas informações importantes sobre os artigos mais citados, destacando o título, objetivos do estudo e os resultados e conclusões obtidos, evidenciando que as pesquisas no ramo de sustentabilidade além de ter crescimento exponencial nos últimos anos, nota-se que a busca por informações de ESG e sua aplicabilidade causam em melhores condições financeiras às organizações e a comunidade, corroborando que as práticas de ESG e a divulgação destas informações sustentáveis acarretem em melhores desempenhos econômico-financeiros à sociedade.

Ressaltando acima a citação de alguns jornais importantes que contemplam a maior busca por essas pesquisas, objetivando melhorar conhecimentos e investimentos sobre sustentabilidade, com fator de impacto de 8.464, o *Jornal Corporate Social Responsibility and Environmental Management* possui uma responsabilidade social Corporativa e Gestão Ambiental pública em contribuições teóricas e práticas sobre ferramentas e práticas associadas

à responsabilidade social e ambiental das empresas no contexto do desenvolvimento sustentável, bem como estudos de caso e pesquisas de melhores práticas entre países, ajudando as organizações a melhorar o desempenho e a responsabilidade nessas áreas. O foco da revista é a pesquisa e conselhos práticos para o desenvolvimento e avaliação de responsabilidade social e ferramentas ambientais, estudos de casos práticos e uma avaliação dos pontos fortes e fracos relativos de diferentes abordagens para a sustentabilidade.

Corroborando com os mesmos objetivos, reconhecendo relações entre as diversas áreas da atividade, o *Journal of Business Research* visa atingir uma ampla variedade de contextos como: comportamento e bem-estar do consumidor, inovação e tecnologia, responsabilidade social corporativa e ética nos negócios gerando debates significativos na teoria e na prática, que sejam instigantes e tenham o potencial de fazer a diferença para o pensamento conceitual e/ou prática destas atividades.

Em contrapartida, sendo mais restritivo, o *Journal of Business Ethics* publica apenas artigos originais de uma ampla variedade de perspectivas metodológicas e disciplinares sobre questões éticas relacionadas aos negócios que trazem algo novo ou exclusivo para o discurso em seu campo. Desde a sua criação, a revista tem como objetivo melhorar a condição humana, fornecendo um fórum público para discussão e debate sobre questões éticas relacionadas aos negócios. A fim de promover ao máximo o diálogo entre os vários grupos interessados, os trabalhos são apresentados em um estilo relativamente livre de jargões especializados.

Para um melhor entendimento sobre as análises resultantes da RSL anteriormente apresentadas, faz-se necessário a criação de um Framework, contendo evidências dos processos ao longo dos 10 anos pesquisados, conforme segue a Tabela 6.

Tabela 6 – Framework da RSL em Práticas ESG nas Organizações

(continua)

ANÁLISE	RESULTADOS	DESTAQUES
Coautor com Autores	Maior grau de ligação entre coautores e autores no período de 2017 a 2023, recebendo destaque autores como: Cucari, Lagasio, Cappiello, Brogi, Paolone e Santoboni.	Nota-se a evolução na procura e menção do assunto, ao perceber que há 6 grupos distintos de autores em determinado ano, recebendo maior destaque Cucari, Nicola e Lasio, Valentina em 2019 e 2020 respectivamente.
Co ocorrência e Palavras-Chave	Palavras-Chave mais citadas: ESG, disclosure, impacto, responsabilidade corporativa, desempenho empresarial, engajamento, sustentabilidade, gerenciamento e risco.	O período de maior predominância nas pesquisas com as palavras-chaves citadas, revela que as práticas sustentáveis apresentam maior escala a partir de 2019.

Tabela 6 – Framework da RSL em Práticas ESG nas Organizações

(conclusão)

ANÁLISE	RESULTADOS	DESTAQUES
Documentos mais citados	Os citados com maior frequência são: Nirino (2021), Baldini (2018), Fahad (2021), Husted (2019), Jesus munoz-torres (2019), Weber, Maniora (2017), Aureli (2018) e Cucari (2018).	Esses resultados reforçam que a sustentabilidade possui diversas vertentes, concepções e resoluções para os problemas sustentáveis, mas que o objetivo final é o mesmo.
Autores mais citados	Diversos autores são citados, sendo os de maior destaque: Esgric-olmedo, Angeles fernandez-izquierdo, Ortas, Bax, Cucari, Terzari, Broadstock, Campanella, Coelho, Chouaibi, Brogi e de Sousa-filho.	Há conexões muito fortes com outros autores, evidenciando que existem distintas forma de pensar sustentabilidade na busca do mesmo objetivo sustentável.
Trabalhos publicados por Países	Foram relacionados 46 países pela base da WOS, ao qual 26 são citados com maior frequência e possuem cluster com maior conexão, como: USA, FRANCE, ITALY, ENGLAND, CHINA, BRAZIL, AUSTRALIA e GERMANY	Dentre os países citados, de maior destaque, as publicações fazem referência aos anos de 2018 a 2021, portanto nota-se que publicações mais recentes ficaram a cargo e outros países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como ARAB EMIRATES, KUWAIT e SINGAPORE.
Co-citações com Referencias Citadas	De 6.836 referencias citadas, 30 obtiveram co-citações mencionadas pelo menos 10 vezes.	Destacam-se as co-citações com autores renomados como: Eccles (2011), Cheng (2014), Friede (2015), Fatemi (2018), Surroca (2010), Nollet (2016).
Publicações e Citações	Demonstra a evolução das publicações no tempo, destacando o aumento de pesquisas Sustentabilidade e ESG nas empresas nos últimos anos. Fato que reforça a busca por melhorias que as organizações desempenham em suas atividades com a sociedade e o meio ambiente.	Nota-se que nos últimos anos (de 2019 a 2022) houve um aumento muito superior aos anos anteriores na busca de sustentabilidade e práticas ESG nas organizações, ao qual no ano de 2022 tem-se mais de 200 publicações e 3.000 citações sobre o tema.
Principais Temas de publicação	De acordo com o maior nível de frequência e maior ligação entre as palavras-chave, pode-se identificar que há tendências das publicações em áreas específicas, como Negócios, Gestão, Estudos Ambientais, Economia e Ética.	Os temas de maior destaque são representados por BUSINESS, MANAGEMENT e ENVIRONMENTAL STUDIES, com cerca de 130, 70 e 50 publicações, respectivamente.
10 Artigos Mais Citados	O trabalho produzido pelos autores Nicola Cucari, Salvatore Esposito De Falco e Beatrice Orlando, 2018, publicado no Journal Corporate Social Responsibility and Environmental Management, sustenta questões ligadas ao ESG na esfera social, com a diversidade do conselho de administração.	O Journal Corporate Social Responsibility and Environmental Management possui Fator de Impacto de 8.464, com 206 citações dos autores mencionados com a utilização de palavras-chave como: corporate governance; board of directors; corporate social responsibility; disclosure; diversity; ESG.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A seguir apresenta-se a segunda fase da etapa quantitativa do estudo que trata da pesquisa de levantamento, ao qual foram enviados questionários aos responsáveis pelo ESG das empresas participantes da ISE/B3, evidenciando pontos principais e classificações quanto ao cumprimento dos critérios ESG nas organizações.

4.2.2 Pesquisa de Levantamento: análise dos resultados

Foram elencadas perguntas relacionadas à empresa e ao respondente para se obter maior entendimento da participação da empresa no mercado e da atuação do respondente na organização.

Na fase inicial, foram questionadas informações a respeito do cargo atual na empresa, e obteve-se respostas correspondentes a 20% nas seguintes ocupações: cargo em direção, especialista em contabilidade, assessor, analista em sustentabilidade e gerente sênior de sustentabilidade. Destaca-se que o cargo de Presidente e/ou CEO não apresentou respostas e este indicativo presume-se que seja devido ao baixo número de respondentes, possivelmente ligados a questões burocráticas e em virtude do tempo escasso pelas atividades desenvolvidas pelo cargo mais alto da corporação.

Em seguida, foram questionados quanto ao tempo de atuação no cargo que ocupam atualmente, oscilando as respostas com uma média de aproximadamente 39,6 meses. Destaca-se que os respondentes em sua maioria têm uma atuação em torno de 1 a 2 anos e meio, sendo que apenas um deles, possui um período maior, conseqüentemente, maior experiência no cargo e ligação com a organização. Estes achados vão de encontro com as pesquisas de Holliday et al. (2002), quanto a prosperidade econômica, pois esta manifesta-se por meio da capacidade produtiva das organizações, ao qual o ser humano, dispõe de suas qualificações para contribuir com a empresa.

No que diz respeito ao setor em que atuam na organização, de acordo com a classificação da B3, composto por 12 itens como bens industriais, comunicações, consumo cíclico, consumo não cíclico, financeiro, materiais básicos, outros, petróleo gás e biocombustíveis, saúde, setor inicial, tecnologia da informação e utilidade pública, as respostas compreenderam em 40% no setor financeiro, 20% materiais básicos, 20% saúde e 20% utilidade pública.

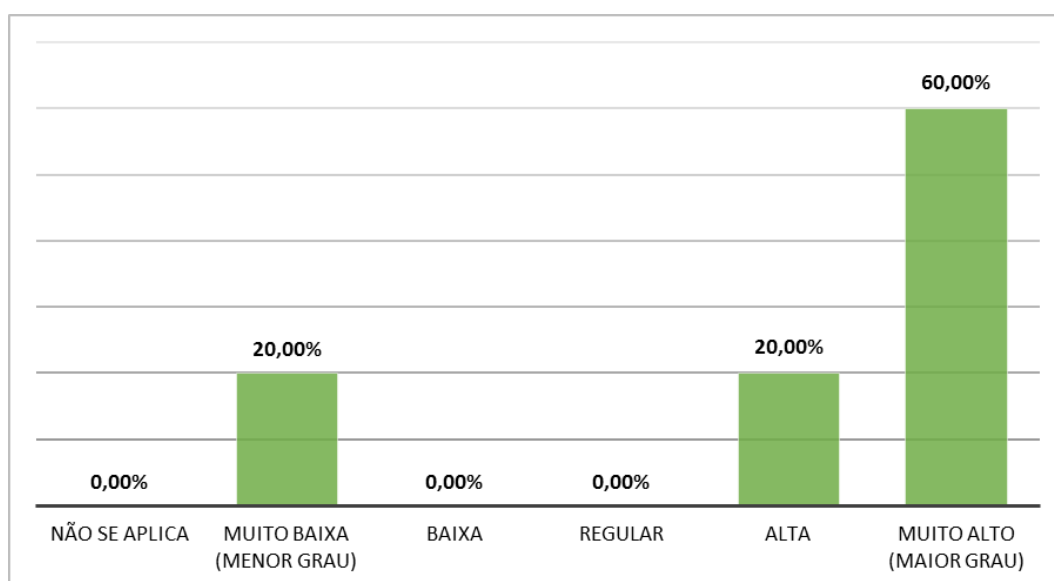
A pergunta seguinte na fase inicial, referiu-se ao número de funcionários na organização, ao qual obteve respostas com a totalidade de 235.050 colaboradores, sendo a resposta 01 com 22,54%, a resposta 2 com 0,91%, resposta 3 com 36,58%, resposta 4 com 2,51% e a resposta 5 com 37,46%, sendo a maior com 88.000 empregados.

Essas evidências podem ser relacionadas com estudos de Nunes et al. (2010), ao analisarem que a inclusão de práticas ESG depende de alguns fatores importantes como tamanho da empresa e o ramo da atividade, portanto, os setores encontrados na resposta anterior, assim como o número de funcionários, possivelmente estão ligados a estas variáveis em uma análise mais complexa.

4.2.3 Questões relacionadas ao Eixo Ambiental

Foram elencadas perguntas relacionadas ao eixo ambiental, composto pelos temas: Mudanças Climáticas; Recursos Hídricos; Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos; Economia Circular e Gestão de Resíduos; e Gestão Ambiental e Prevenção da Poluição, com base na melhor nota que atribuisse a aplicabilidade da prática na organização.

Figura 36 – Mudanças Climáticas: a empresa atende ao critério de mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)



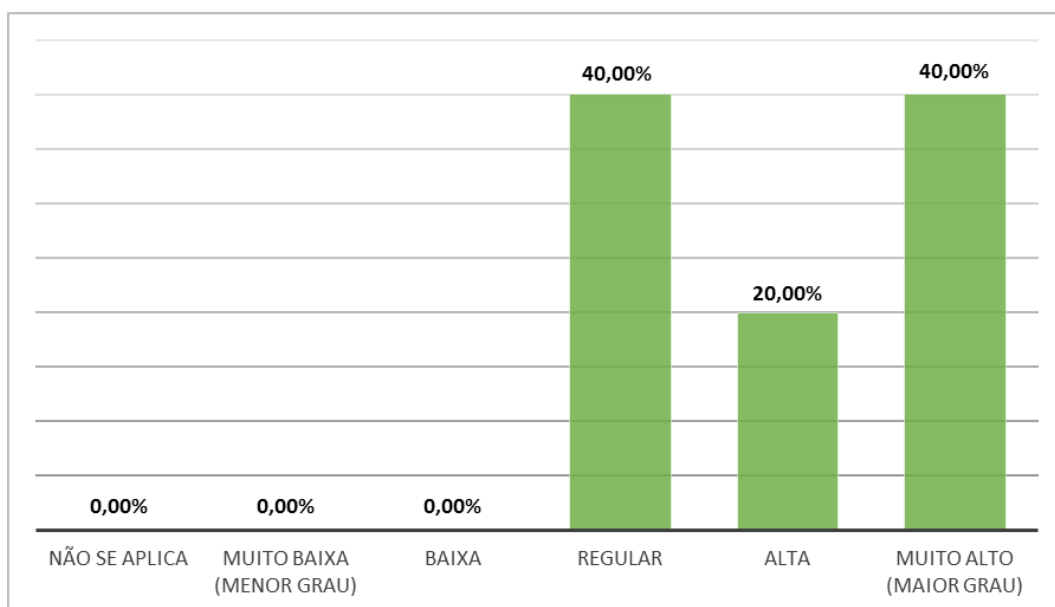
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nesta etapa evidencia-se, conforme a Figura 36, que o grau de aplicabilidade de práticas ao combate das emissões de gases poluentes no meio ambiente é muito alto, com aproximadamente 60% das respostas, identificando que as empresas estão se adaptando cada vez mais para o enfrentamento de problemas ligados ao eixo ambiental.

De acordo com Silva e Gameiro (2021), as organizações têm promovido políticas ambientais para praticar ações que modifiquem a cultura organizacional na busca de soluções corporativas sustentáveis.

Há uma pequena massa, representando 20%, que diz respeito a aplicabilidade muito baixa, no combate as emissões dos gases efeito estufa, que pode ser relacionado a diversos fatores apresentados no subitem de barreiras a implantação do ESG nas organizações.

Figura 37 – *Mudanças Climáticas*: a empresa atende ao critério de adaptação às mudanças climáticas



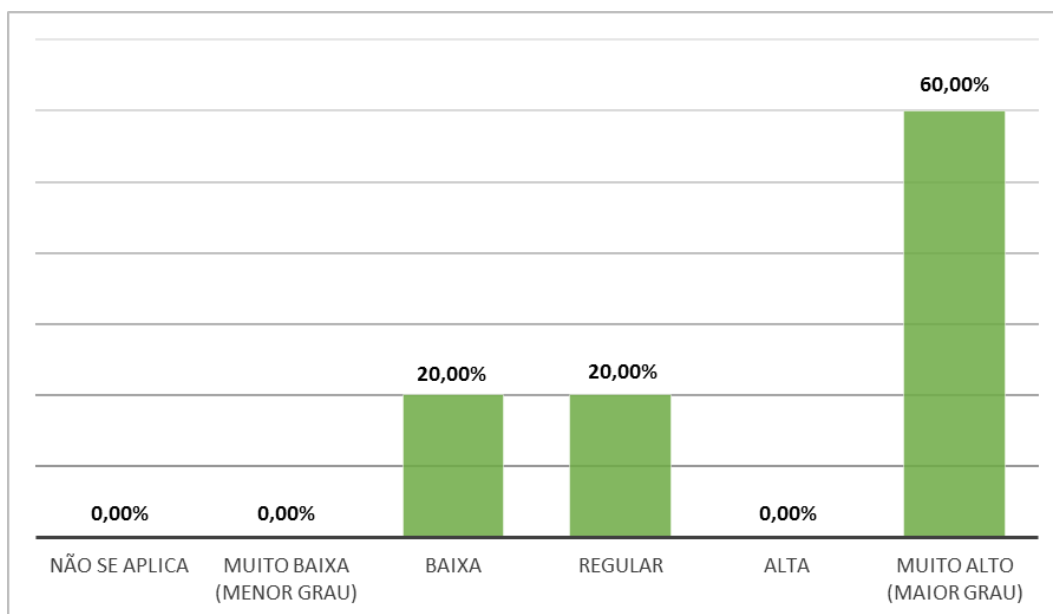
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nesta Figura 37, identifica-se que as organizações estão atendendo e se adaptando constantemente as mudanças climáticas, oriunda de reflexos econômico-financeiro, político e até mesmo pela pressão da sociedade e stakeholders em exigir empresas politicamente corretas com foco na sustentabilidade e questões sociais.

Sendo assim, na Figura 37, pode-se observar que os maiores resultados quanto a aplicabilidade na adaptação a mudanças climáticas, compostos de 40% para regular, 20% para Alta e 40% para Muito Alto, são todos marcados pelo retorno positivo, sendo que não há respostas abaixo da marca mínima de atividade desenvolvida (regular).

Estas adaptações estão previstas nos objetivos do desenvolvimento sustentável, precisamente no objeto 13, ao qual as corporações devem tomar medidas urgentes para confrontar as mudanças climáticas e os impactos ocasionados pelas atividades que desenvolvem, conforme abordado na agenda 2030 (UM, 2015).

Figura 38 – *Mudanças Climáticas*: a empresa atende ao critério de eficiência energética



Fonte: Elaborado pelo Autor.

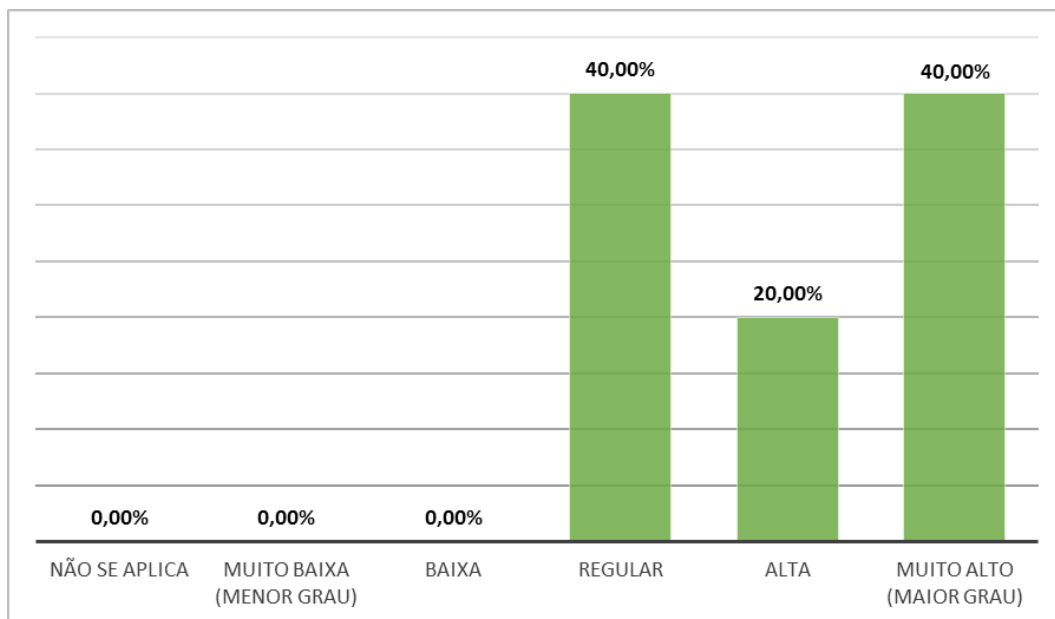
Neste item, foram questionadas informações sobre a eficiência energética que se trata da gestão de energia para realizar as mesmas atividades com menos energia ou até mesmo realizar maiores trabalhos com a mesma capacidade energética usual.

Portanto, o resultado obtido nesta análise foi que 60% das respostas atendem a um grau muito alto de capacidade energética, ou seja, as atividades realizadas atendem a demandas que buscam por alternativas energéticas para melhorar seu uso, otimizando desempenho e até mesmo reduzindo seu uso.

As respostas obtidas na Figura 38 vão de encontro ao que é abordado pela PR2030 (2022) quanto a eficiência energética, que consiste basicamente em uma ação integrada para promover o melhor uso de recursos energéticos para realização das atividades, como a utilização de fontes renováveis e limpas, uso de equipamentos mais eficientes e melhores tecnologias.

Nota-se que embora haja uma representação muito alta desta aplicação, ainda há um certo grau, especificamente composto por 20%, que considera baixa a aplicabilidade das ações da empresa quanto aos objetivos de eficiência energética, e isto pode estar ocasionado a falta de investimento e tecnologias nestas organizações, assim como a falta de implementação de ações que busquem estas metas de melhores capacidades energéticas (PR2030, 2022).

Figura 39 – *Recursos Hídricos*: a empresa atende ao critério de uso da água e gestão de efluentes



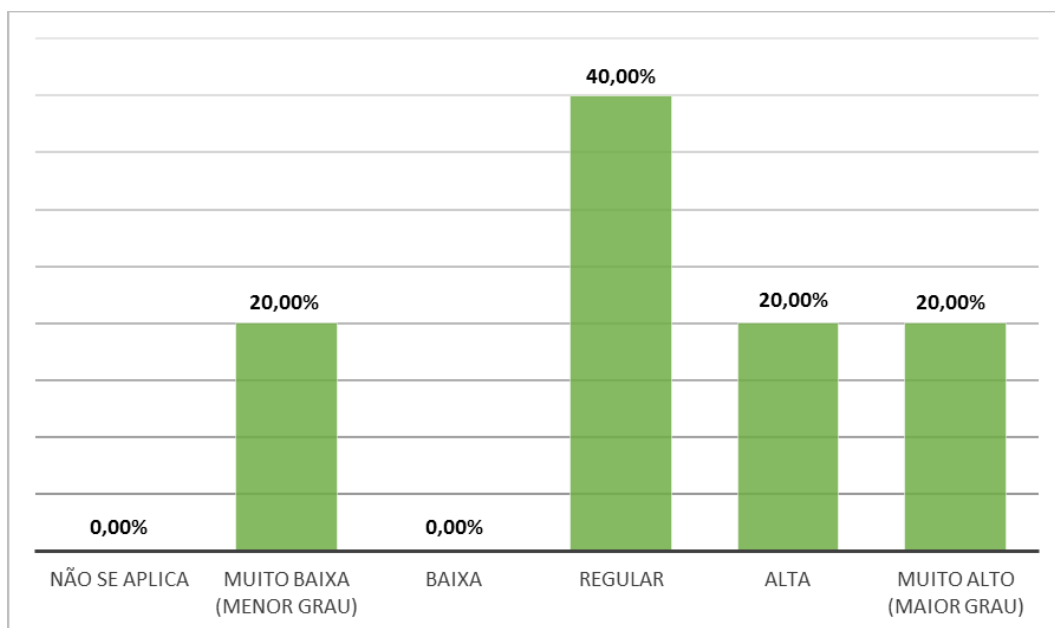
Fonte: Elaborado pelo Autor.

No que tange a variável, o uso da água e gestão de efluentes, relacionam-se os assuntos sobre padrões rigorosos de desempenho ambiental e social para o uso eficientes da água. Desta forma, conforme previsto pela PR2030 (2022), é essencial que as organizações identifiquem e gerenciem riscos hídricos ocasionados por suas atividades, independentemente do tamanho da organização e das ferramentas aplicadas, ou seja, mesmo em uma pequena organização é possível fazer um gerenciamento hídrico eficiente, que impulse a produtividade e traga outros benefícios a empresa.

Neste contexto, as respostas obtidas na Figura 39 quanto a eficiência dos recursos hídricos, foi bastante satisfatória, sendo que se agruparam nos três grupos positivos da questão, onde 40% consideram regular e muito alto e 20% consideram alto o nível de aplicabilidade de critérios que atendam estas demandas.

Estas práticas estão associadas a tratamento de efluentes com mecanismos de controle eficiente, monitoramento constante das instalações evitando rompimentos e perdas, e soluções de melhoria contínua.

Figura 40 – *Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos*: a empresa atende ao critério de conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo



Fonte: Elaborado pelo Autor.

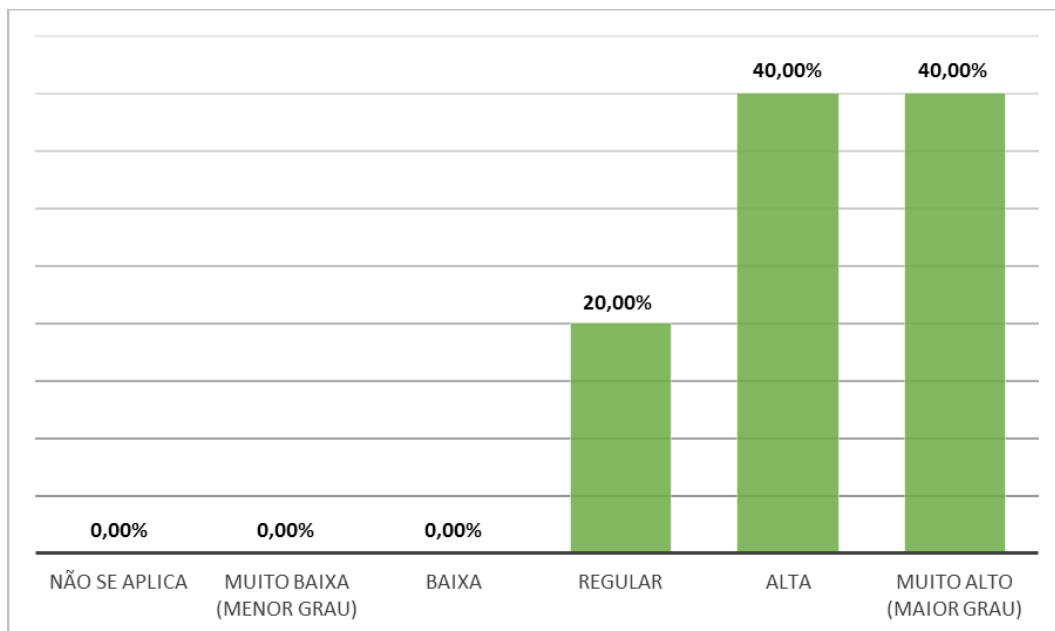
A biodiversidade e serviços ecossistêmicos se refere aos organismos vivos e aos ecossistemas em que habitam, como terrestre, marinho, aquático e ecológico, incluindo as mais variadas diversidades das espécies existentes.

Com base nas respostas obtidas pelos responsáveis das áreas de sustentabilidades nas organizações, apresentada pela Figura 40, tem-se que 40% identifica práticas regulares quanto ao critério de conservação e uso sustentável do solo, e 20% consideram alta e muito alto o nível de aplicabilidade.

Estes altos índices vão de encontro com a PR2030 (2022) que afirma que há um crescente entendimento e preocupação com a biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos pelas organizações, mas que ainda há uma grande escalada a ser percorrida visto que há níveis de extinção de espécies elevados, fragmentação de habitats, uso excessivo e exploração de espécies de plantas e animais, assim como a contaminação do solo e da água por poluentes industriais.

Percebe-se que as corporações estão comprometidas com a conservação e uso sustentável da biodiversidade em uma escala crescente, mas é notório, que há muito ainda a ser feito para que esse número seja 100% ou próximo dele, e esse processo será possível através de soluções sustentáveis que evitem, minimizem e compensem estes impactos ocasionados pelas atividades corporativas à biodiversidade.

Figura 41 – *Gestão ambiental e prevenção da poluição*: a empresa atende ao critério de gestão ambiental no gerenciamento de áreas contaminadas e produtos perigosos



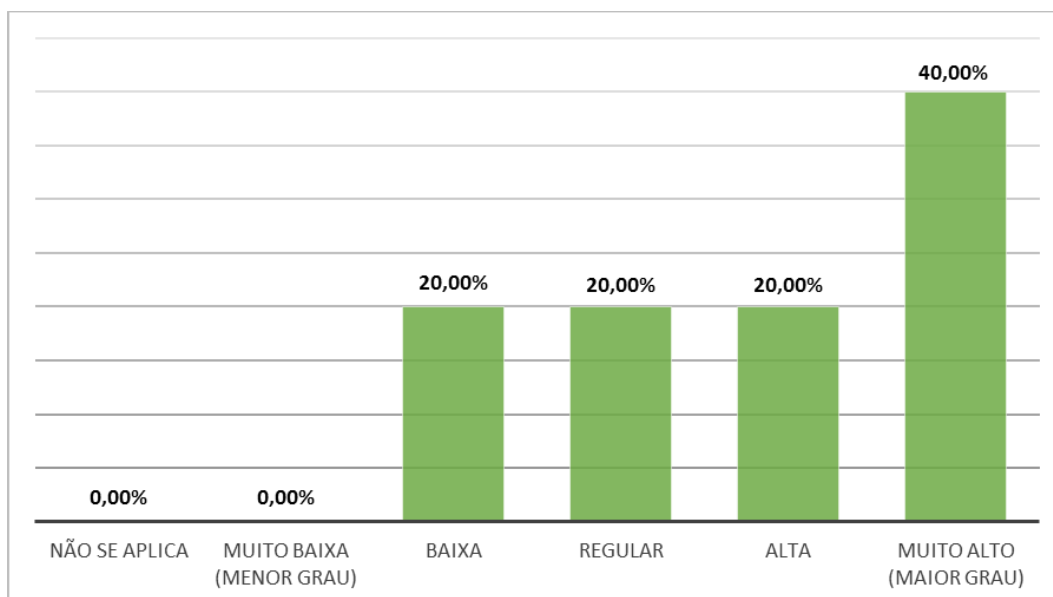
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Na Figura 41, foram respondidas as questões referentes ao atendimento de uma gestão ambiental focada no gerenciamento de áreas contaminadas e produtos perigosos, ao qual se obteve respostas muito satisfatórias, onde 20% consideram regular as práticas adotadas para o cumprimento destes quesitos, como 40% considera alta e muito alta as aplicações desse critério.

Evidencia-se portanto, que as corporações estão atendendo em escala satisfatória o gerenciamento de áreas contaminadas e na elaboração e destino de produtos perigosos, que se dá por meio de uma economia circular, mantendo os fluxos contínuos com a recuperação e reaproveitamento de materiais, desenvolvimento de novos modelos de negócios (em discussão uma nova norma para inclusão da economia circular nos negócios), otimização de processos, adoção de medidas para extensão da vida do produtos, etc. (PR2030, 2022).

No contexto das empresas brasileiras, há um desenvolvimento crescente quanto a adoção de práticas que fomentam a gestão de gerenciamento de resíduos como tratamento dos resíduos gerados, logística reversa, processo e segregação de resíduos, atendimento a normas técnicas nacionais e internacionais. Portanto, a longo prazo, estas medidas tendem a ser maximizadas e atendidas pelas organizações a nível nacional (PR2030, 2022),

Figura 42 – *Gestão ambiental e prevenção da poluição*: a empresa atende ao critério de prevenção da poluição sonora e qualidade do ar



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Através das respostas obtidas na Figura 42, pode-se analisar que o maior dos níveis do grau de aplicabilidade de prevenção sonora e qualidade do ar nas organizações, o indicador muito alto, teve respostas que representam 40%, sendo que os demais alto, regular e baixa, obtiveram 20% de aplicabilidade.

Estas informações permitem inferir que há um contexto ao qual as empresas se encaixam na gestão ambiental na prevenção da poluição sonora e na qualidade do ar, por meio de exigências de mercado e atrativos econômico-financeiros.

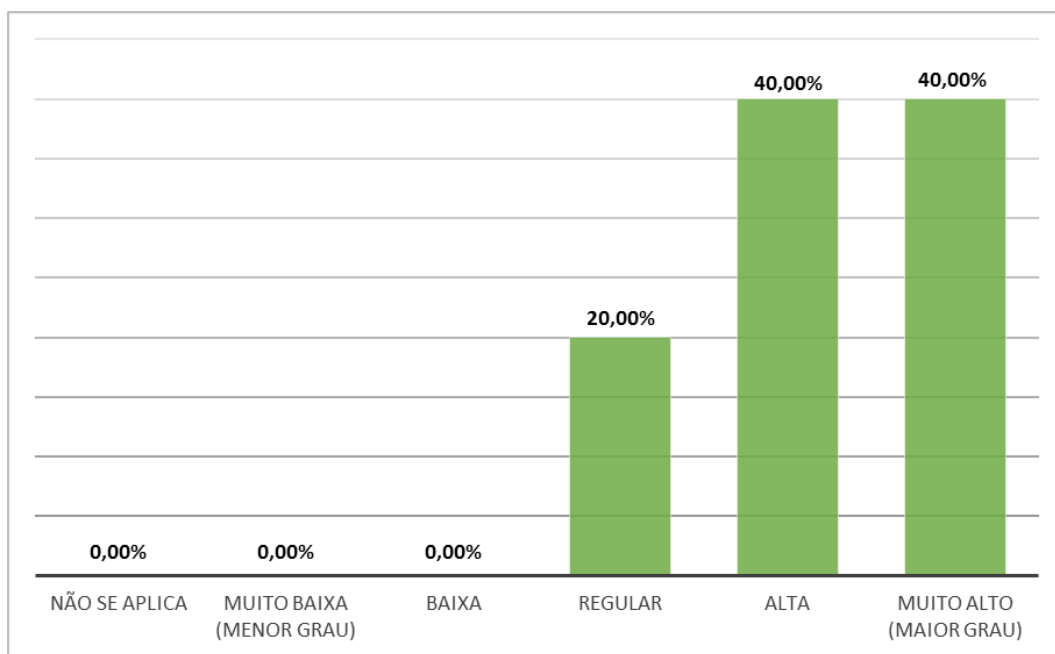
Assim a gestão organizacional trabalha na elaboração de práticas de gerenciamento e medição dos processos para que suas atividades não interfiram em determinados biomas afetando espécies de animais, ou até mesmo reduza essa intervenção, portanto planejar um negócio faz parte de uma destas soluções, onde trabalha-se na prevenção e mitigação da poluição sonora ocasionada pelas grandes fabricas, por exemplo, desenvolvendo tecnologias para atenuar esses ruídos, assim como investimentos em equipamentos melhores e mais eficazes com menor poder de vibração (PR2030, 2022).

4.2.4 Questões relacionadas ao Eixo Social

Foram elencadas perguntas relacionadas ao eixo social, composto pelos temas: Diálogo social e desenvolvimento territorial; Direitos humanos; Diversidade, equidade e

inclusão; Relações e práticas de trabalhos; Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor, conforme a melhor nota de aplicabilidade da prática na organização.

Figura 43 – *Diálogo social e desenvolvimento territorial*: a empresa atende ao critério de investimento e impacto social, diálogo e engajamento das partes interessadas



Fonte: Elaborado pelo Autor.

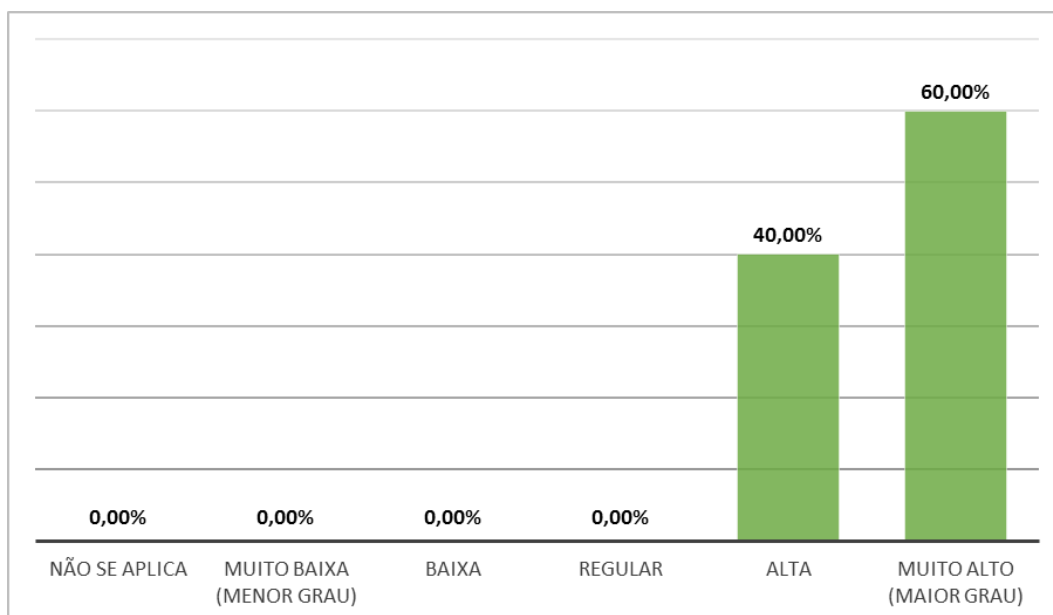
O investimento social e engajamento das partes interessadas diz respeito a disposição de valores no desenvolvimento de recursos planejados e monitorados em benefício de todas as partes interessadas, que conforme previsto na PR2030 (2022), estes investimentos devem promover o mapeamento dos stakeholders relevantes para a organização aliados a ações, projetos e políticas que irão culminar a sustentabilidade social e financeira da organização.

Nota-se que na Figura 43 são representadas a ponderação regular com 20%, alta com 40% e muito alta com 40% no atendimento a investimentos e impactos sociais, diálogo e engajamento das partes interessadas, ficando evidenciado que as organizações em geral estão cumprindo com seu papel na responsabilidade social com o desenvolvimento de atividades em prol da sociedade e seus colaboradores.

Destaca-se nesse ponto as pesquisas de Van Bellen (2002), ao qual firma que a gestão organizacional é responsável com os impactos sociais que suas atividades e cultura ocasionam na sociedade e aos colaboradores, portanto, para tornar-se uma vantagem competitiva necessita ser estreitamente ajustada as capacidades da empresa, com processos bastante comunicativos

entre todos os envolvidos, gerando valor e conhecimento ao promover melhorias sociais e engajamento das partes interessadas.

Figura 44 – Direitos humanos: a empresa atende ao critério de combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado, evidenciando o respeito aos direitos humanos



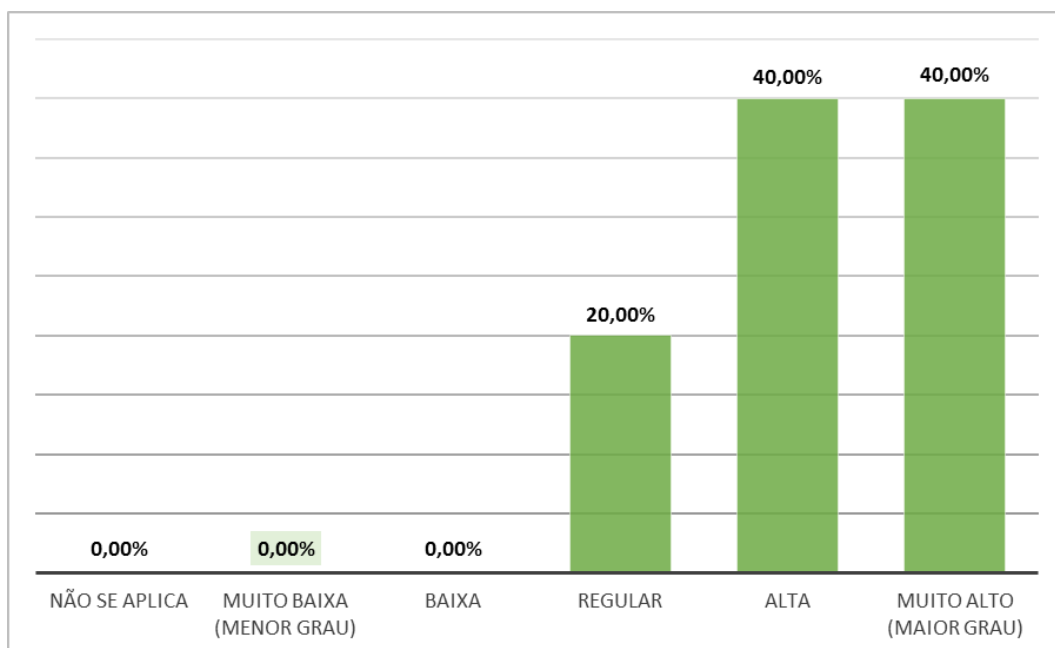
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Segundo a PR2030 (2022), as organizações precisam exercer responsabilidades, que podem ser realizadas através da due diligence, com a identificação, prevenção e questionamento problemas relacionados aos direitos humanos ocasionados pelas atividades da empresa. Sendo assim, a atenção destinada a este tema requer muito cuidado, visto que reflete tanto nas atividades da instituição quanto em questões particulares dos indivíduos, e até mesmo em uma esfera mais ampla, na vida em sociedade.

Para tanto, as empresas têm o dever de possibilitar o diálogo entre os públicos de interesse, mapeando situações de alto risco ligados a questões bem delicadas e que ainda ocorrem com bastante incidência no contexto atual de direitos humanos, como na violação dos direitos, o trabalho compulsório e, o trabalho infantil (PR2030, 2022).

Diante dos fatos, ao analisar a Figura 44, observa-se que a atenção no desenvolvimento de atividades, práticas e políticas de prevenção e combate a violação dos direitos humanos é bastante intensa, correspondendo a 40% no grau alto e em 60% em muito alto. Esses resultados demonstram que as empresas cada vez estão preocupadas não somente com os seus colaboradores, mas sim com a sociedade num todo, reportando informações das atividades que desempenham para mitigar problemas sociais.

Figura 45 – Equidade: a empresa atende ao critério de políticas para equidade na cultura organizacional

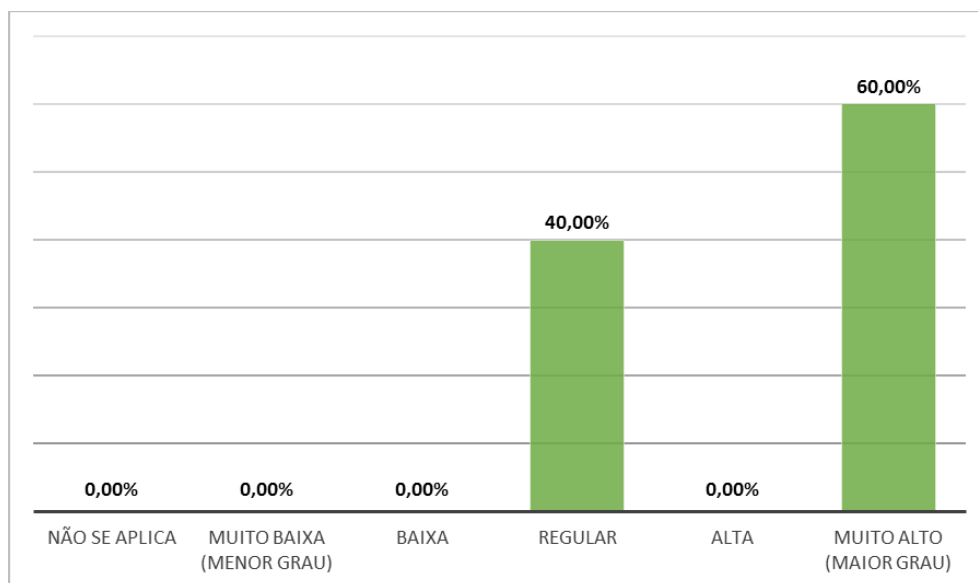


Fonte: Elaborado pelo Autor.

Na Figura 45, os respondentes foram questionados quando ao grau de aplicabilidade das empresas quanto as políticas de equidade na cultura organizacional, que diz respeito a garantia de que todos os membros da sociedade tenham as mesmas condições de oportunidade e acesso aos recursos, sem distinção ou diferenciação (WCED, 1987). Como respostas, obteve-se que as organizações atendem em 40% a classificação muito alta e alta do cumprimento a inserção de políticas de equidade nas atividades organizacionais, e que apenas 20% corresponderam a situação regular.

Nota-se que essas questões, assim como a anterior, estão muito bem resolvidas e alinhadas com os ODS e com a melhoria da vida em sociedade, resultante de um trabalho eficiente e com retornos socioambientais e financeiros às organizações.

Figura 46 – Diversidade e inclusão: a empresa atende ao critério de políticas e práticas de diversidade e inclusão na cultura organizacional



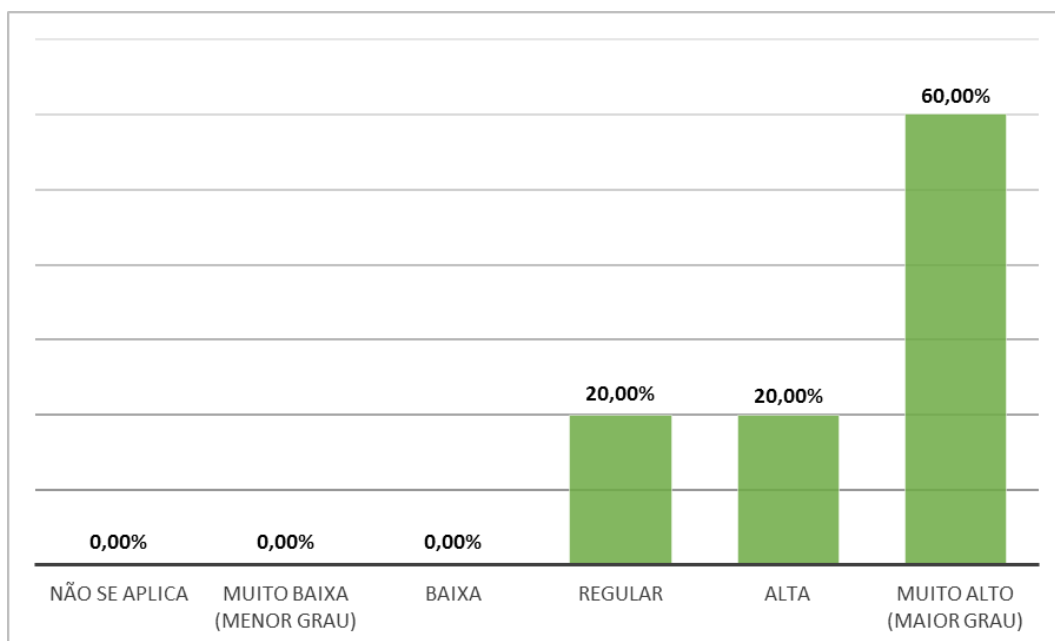
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Estabelece-se que as práticas de diversidade e inclusão objetivam a transparência da organização frente ao seu posicionamento com os colaboradores e stakeholders, demonstrando as práticas e compromissos firmados com as diretrizes organizacionais (MARCONDES; BACARJI, 2010).

A análise da Figura 46 permite identificar quanto ao desenvolvimento de políticas de diversidade e inclusão que as organizações em 60% atendem ao grau muito alto do desenvolvimento de atividades capazes promover um ambiente de respeito, valorização de todos os indivíduos da organização, livre de distinção e pré-conceitos.

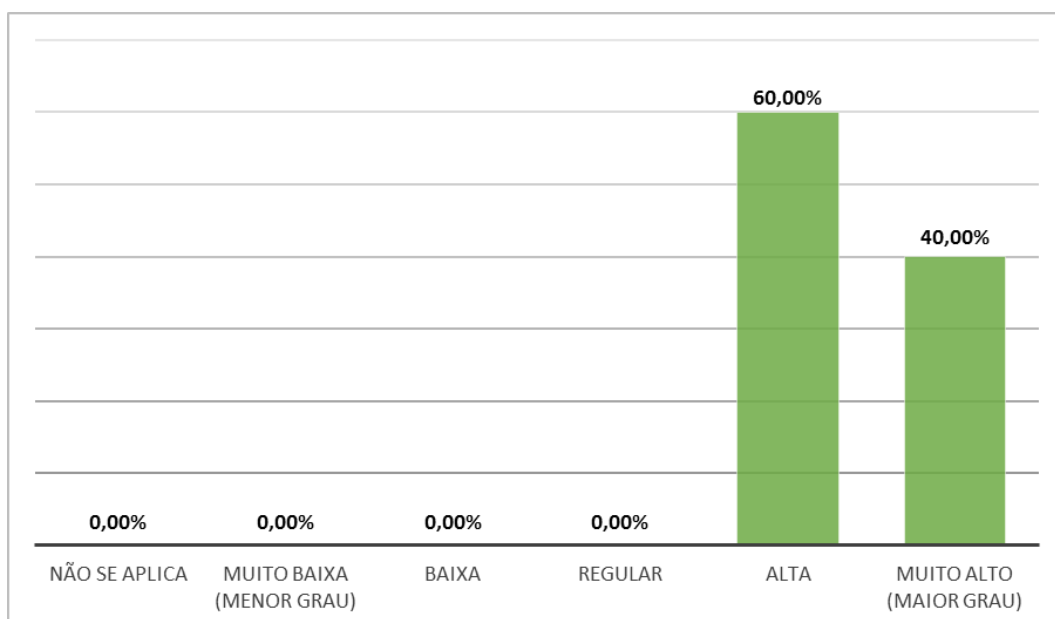
Embora o grau seja superior a 50%, a classificação regular, atinge a métrica de 40%, evidenciando que embora haja um consentimento de implementar programas de diversidade e inclusão, esse processo ainda não é totalmente implementado na prática, seja por questões de gestão, alocação de recursos e investimentos.

Figura 47 – *Relações e práticas de trabalhos*: a empresa atende ao critério de desenvolvimento profissional



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Figura 48 – *Relações e práticas de trabalhos*: a empresa atende ao critério que visa a qualidade de vida, políticas de remuneração e benefícios, saúde e segurança ocupacional



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A respeito das relações e práticas de trabalho, demonstrada na Figura 47, os respondentes assinalaram que 60% atendem ao critério de desenvolvimento profissional com o grau de aplicabilidade muito alto, e que 60% consideram que a organização contempla critérios

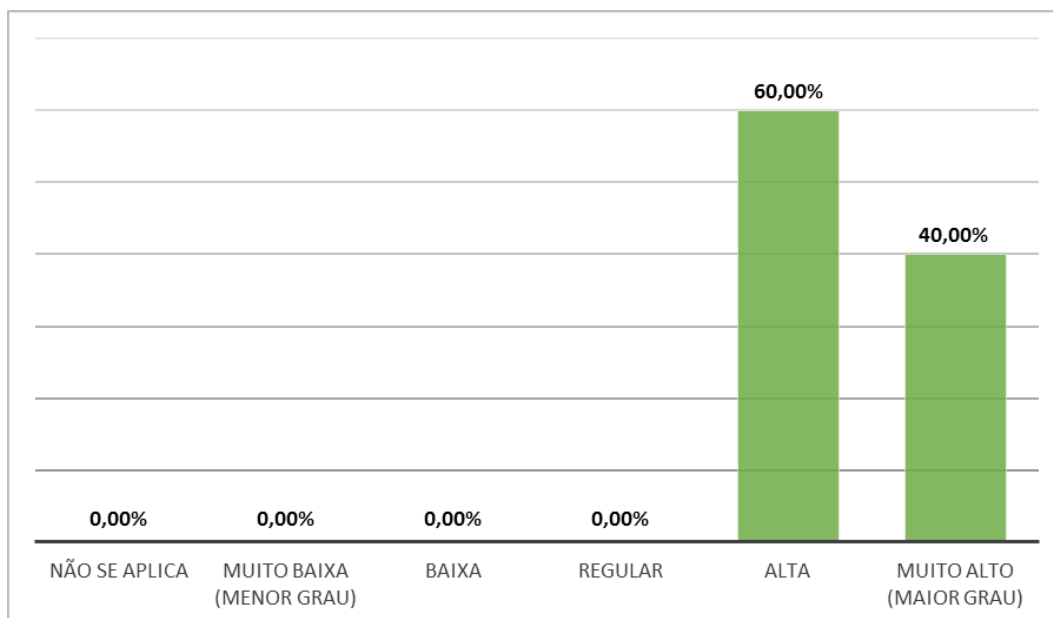
de qualidade de vida, saúde e segurança ocupacional, assim como uma boa política de remuneração.

Essas informações corroboram com achados de Schleich (2022) que analisou as políticas de gestão empresarial com foco no ESG e que estas práticas além de melhorar o desempenho das organizações tornam as relações de trabalho melhores, permitindo um desenvolvimento positivo na qualidade de vida dos profissionais, a parti do momento que trabalham alinhados a governança da empresa.

Em número menos expresso, mas não menos importante estão o grau regular e alto quanto ao desenvolvimento profissional, representando 20% em cada item, demonstrando que embora haja um grau muito alto de aplicabilidade, ainda há empresas que estão em processo de desenvolvimento de suas atividades relacionadas à variável.

Logo, na Figura 48, quanto a qualidade de vida e políticas de remuneração o mais baixo percentual representa o grau muito alto de aplicabilidade, o que é um dado importante para demonstrar que as corporações estão atendendo nos maiores graus de aplicabilidade a sua preocupação no bem-estar dos funcionários e lhes ofertando melhores condições de trabalho, segurança e vida.

Figura 49 – *Promoção de responsabilidade social*: na cadeia de valor, a empresa atende ao critério de políticas de relacionamento com clientes, fornecedores e parcerias nos negócios



Fonte: Elaborado pelo Autor.

No último item do eixo social, as pessoas foram questionadas sobre a promoção da responsabilidade social, na qual as organizações ao ofertarem produtos e serviços aos

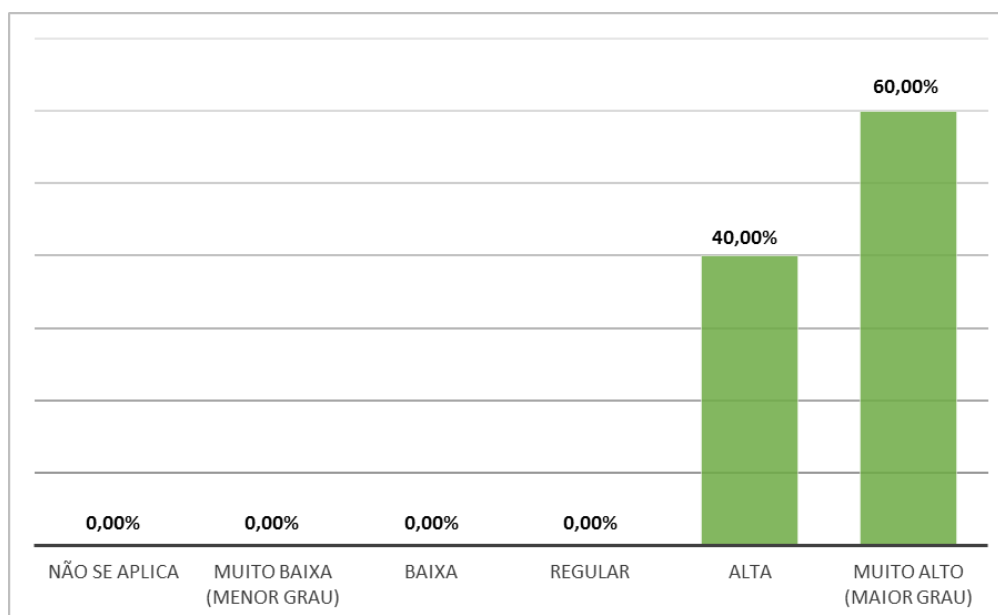
consumidores possuem responsabilidades que vão além do produto e serviço, obrigando-se a exercer o papel social no compromisso com a qualidade e segurança dos produtos e serviços, direitos do consumidor, propósitos sustentáveis ao negócio, consumo consciente e sustentável, e a criação de canais de comunicação transparentes e acessíveis a todos (PR2030, 2022).

Portanto, quando analisada a Figura 49, identifica-se que as organizações estão atendendo os critérios de políticas de relacionamento com clientes, fornecedores e parcerias nos negócios com os graus mais elevados, sendo 60% correspondente ao alto e 40% relativo ao muito alto. Com esta análise, pode-se entender que Baumgartner (2017) ao analisar as organizações em sua pesquisa, já se evidenciava a mudança do cenário competitivo das empresas em busca de melhores práticas de gestão estratégica, cujo foco se concentrava nos eixos ambiental (sustentabilidade) e no eixo social (voltado as pessoas).

4.2.5 Questões relacionadas ao Eixo Governança

Foram elencadas perguntas relacionadas ao eixo governança, composto pelos temas: Governança corporativa; Conduta empresarial; Práticas de controle e gestão; e Transparência na gestão, observando a nota que atribuisse a aplicabilidade da prática na organização.

Figura 50 – *Governança corporativa*: a empresa possui uma estrutura e composição de governança corporativa



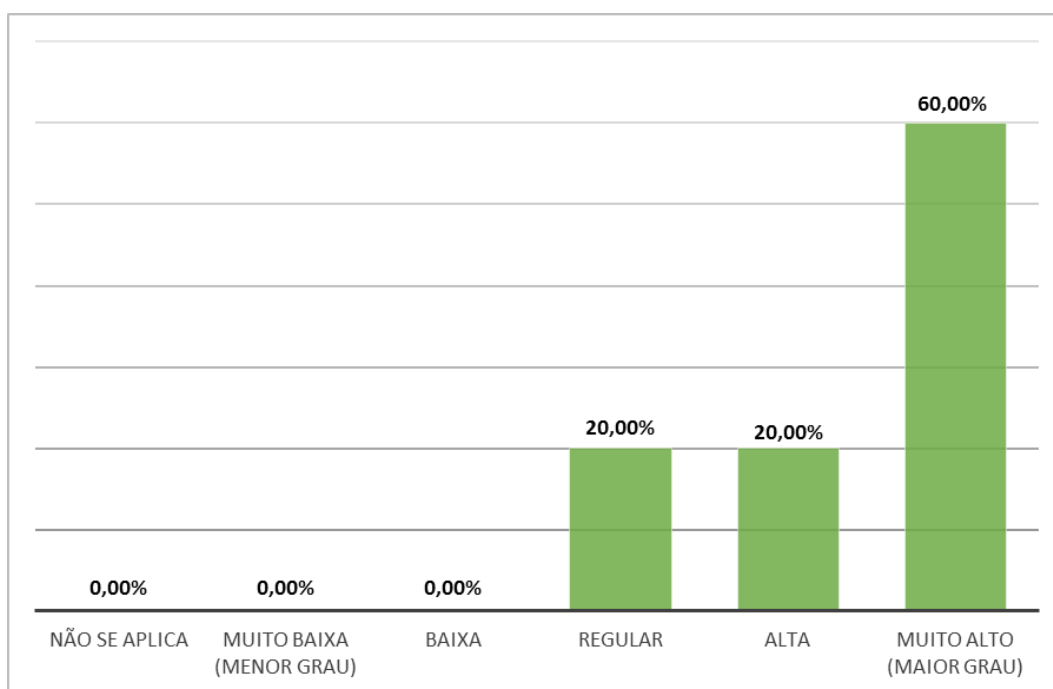
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Conforme a análise da Figura 50, as empresas foram questionadas quanto a Governança corporativa, especificadamente se possuem estrutura e composição de governança corporativa.

Obteve-se respostas com os dois maiores graus de aplicabilidade, sendo 40% alto e 60% muito alto, representando que as organizações estão fortemente focadas no desenvolvimento de práticas de governança corporativa, cujo objetivo é proporcionar maior transparência e eficácia dos desempenhos ambiental e social, assim como aprimorar controles e a atuação da empresa frente aos concorrentes (AMARAL, 2016).

A PR2030 (2022) prevê algumas práticas exercidas pelas organizações para o desenvolvimento de uma governança corporativa coesa e com bons resultados, como mecanismos de tratamento de conflitos internos, atribuições de cargos bem específicos, formalização de regulamentos internos para melhor desenvolvimento das atividades e estabelecendo competências, e realização de reuniões periódicas em diversos níveis para avaliação do andamento das atividades setoriais.

Figura 51 – *Governança corporativa: a empresa possui um propósito e estratégia em relação à sustentabilidade*



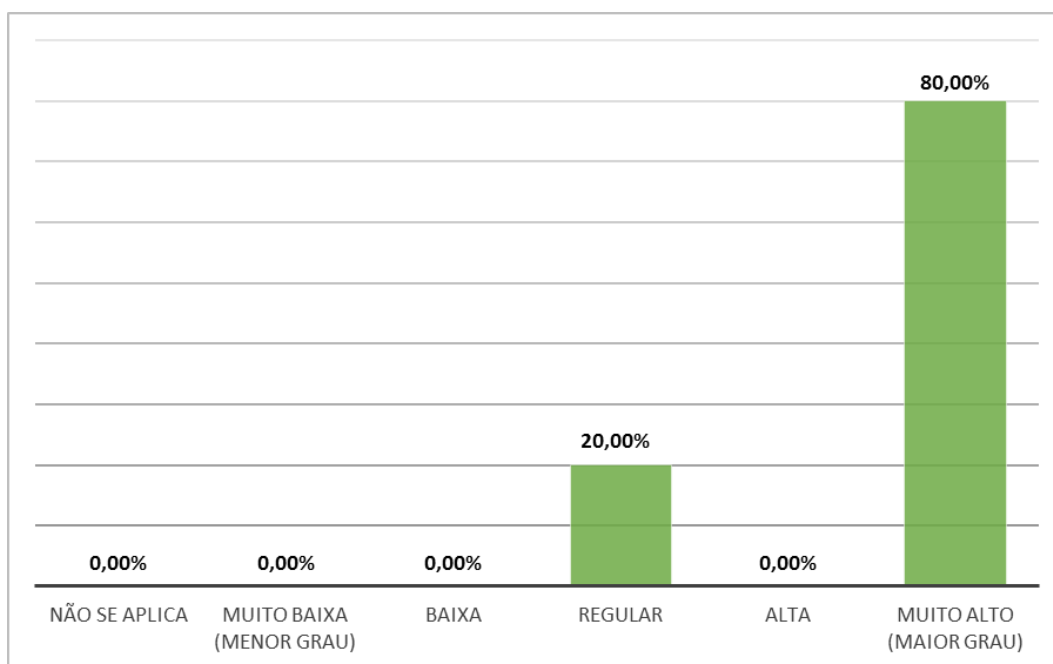
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Ainda no foco de governança corporativa, questionou-se se a empresa possui um propósito e estratégica sobre a sustentabilidade (Figura 51), ao qual 60% responderam que atendem a uma aplicabilidade muito alta, demonstrando que as organizações estão focadas no planejamento de desenvolvimento de atividades sustentáveis, aderindo modalidades estabelecidas pelos ODS.

Já, os demais respondentes, dividiram-se em regular e alta com 20% em cada ponderação, demonstrando que algumas organizações cumprem com os propósitos ambientais estabelecidos, mas ainda estão um pouco distantes do ideal, necessitando, portanto, de melhorias e adaptações ao modelo de negócio para estabelecer diretrizes mais sustentáveis nas suas atividades.

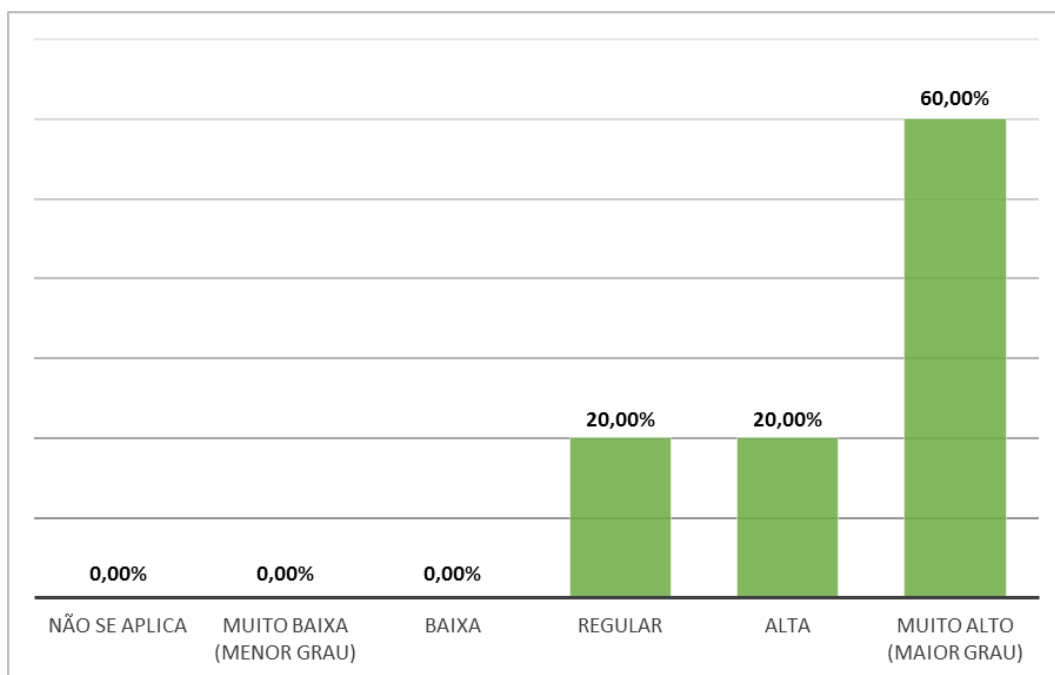
Essas evidências vão de encontro ao que Aris et al. (2018) aborda em suas pesquisas, explicando que o desenvolvimento sustentável possui diversos fatores e vieses para a sua aplicação, e que estes dependem de cada modelo de negócio, não há um padrão estabelecido de como deve ser o desenvolvimento, mas sim etapas que possam auxiliar na elaboração dele. Portanto, a questão de ainda existir um percentual como regular na aplicação da governança voltada a sustentabilidade, pode ser explicada por estes fatores.

Figura 52 – *Conduta empresarial*: a empresa participa de programas de integridade, práticas anticorrupção e compliance



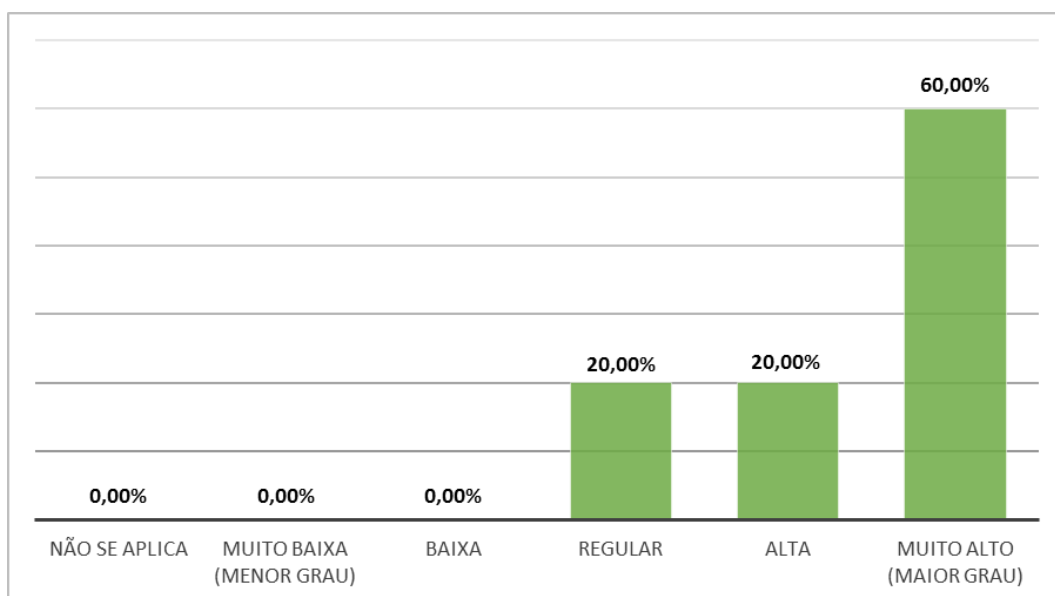
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Figura 53 – *Conduta empresarial*: a empresa possui atividades para prevenção de concorrência desleal



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Figura 54 – *Conduta empresarial*: a empresa atua de acordo com o critério de engajamento das partes interessadas



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nas três Figuras (52, 53 e 54) os responsáveis pelas práticas em ESG nas organizações, foram questionados a respeito da conduta empresarial que permeia as atividades de cada instituição. Sendo a primeira Figura 52, correspondente aos programas de integridade, práticas anticorrupção e compliance desenvolvidos nas empresas, obteve-se respostas muito

satisfatórias, pois compreenderam cerca de 80% ao grau de maior aplicabilidade no emprego destas práticas.

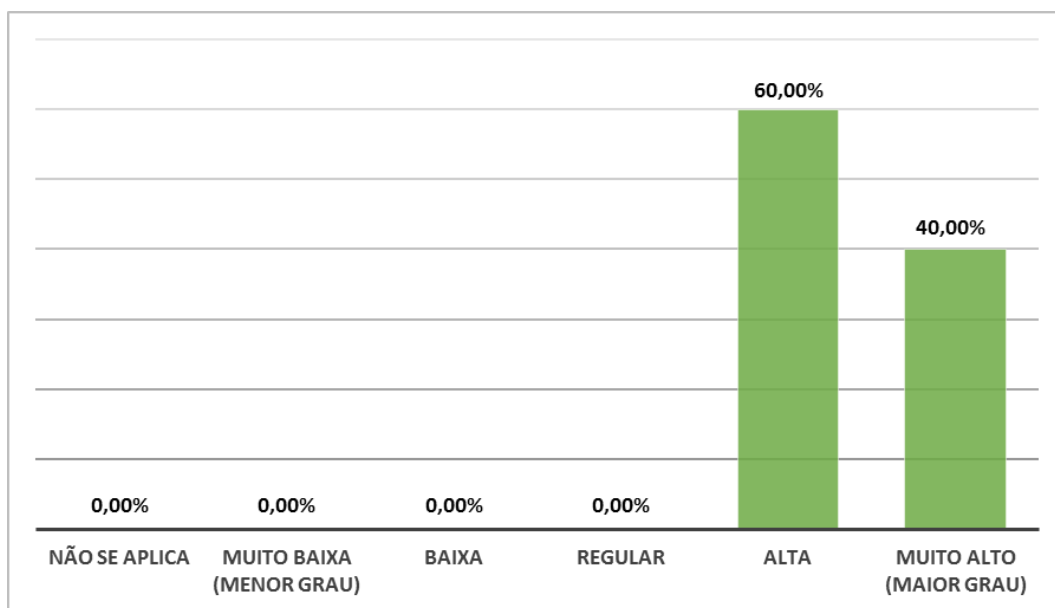
Esse cenário é identificado pela PR2030 (2022) e outros autores como Pinto (2020) ao estabelecer que processos muito bem estruturados e alinhados com as diretrizes organizacionais socioambientais, acarretam o desenvolvimento de políticas de integridade e compliance na formalização de um ambiente legal e regulatório.

Na segunda, a Figura 53, são identificadas questões relacionadas à prevenção de concorrência desleal, que segundo a PR2030 (2022) são infrações de ordem econômica pela prática ilegal ou abusiva de atividades que produzem consequências dominar determinado mercado de bens e serviços, aumentar arbitrariamente os lucros focando no enriquecimento ou mensuração desregular da empresa, de forma geral prejudicar a livre concorrência. As respostas focaram seus esforços no maior grau de aplicabilidade com 60% de participação possivelmente pelo modelo de governança estabelecido na prevenção e combate a prática como o compartilhamento de informações confidenciais e privilegiadas, ou seja, perceber-se que há o desenvolvimento de atividades voltadas ao cuidado, manuseio e preservação de informações do modelo estratégico adotado pela organização.

A última Figura, a 54, contendo informações sobre conduta empresarial, diz respeito ao critério de engajamento das partes interessadas, que por sua vez, obteve respostas que compreendem em 60% o grau mais alto de aplicabilidade (muito alto). De acordo com Servaes e Tamayo (2013) a sustentabilidade nas organizações harmoniza o engajamento sustentável e social de acordo com as práticas de governança estabelecidas pelos gestores no intuito de obter melhores retornos financeiros no desenvolvimento de seus colaboradores.

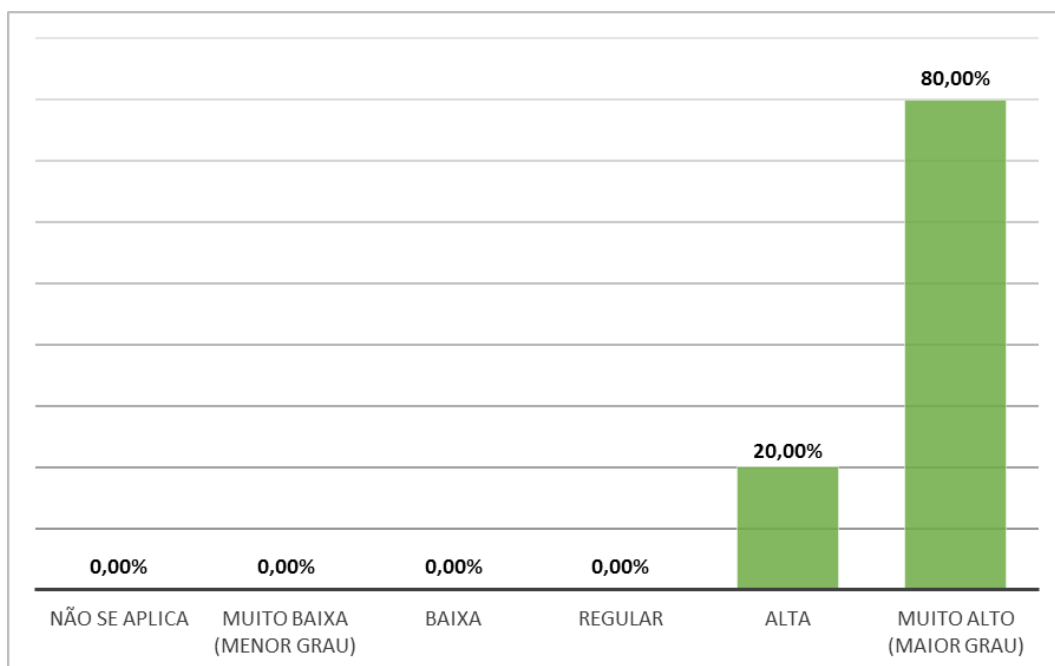
Importante mencionar que nas três figuras a respeito da conduta empresarial, nota-se que em nenhuma das análises ocorreram situações abaixo do grau mediando, considerado pela classificação regular, e pode-se, portanto, concluir que as organizações nestes quesitos estão desenvolvendo suas atividades para obter o máximo possível de aproveitamento das diretrizes de governança empresarial.

Figura 55 – *Práticas de controle e gestão*: a empresa atua na gestão de riscos do negócio



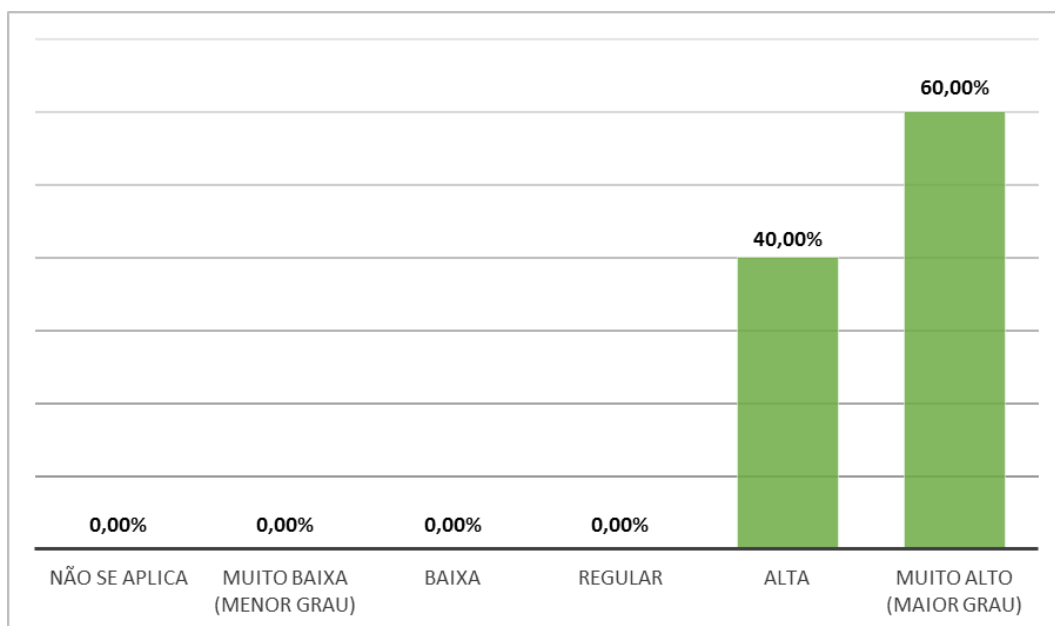
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Figura 56 – *Práticas de controle e gestão*: a empresa possui práticas de controle interno



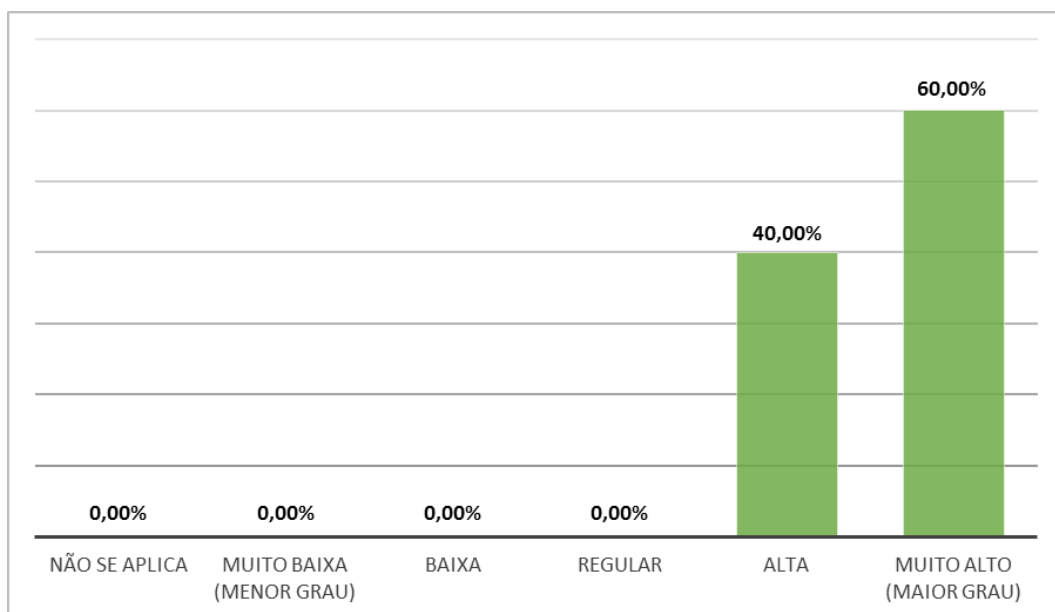
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Figura 57 – *Práticas de controle e gestão: a empresa possui auditoria interna e/ou externa*



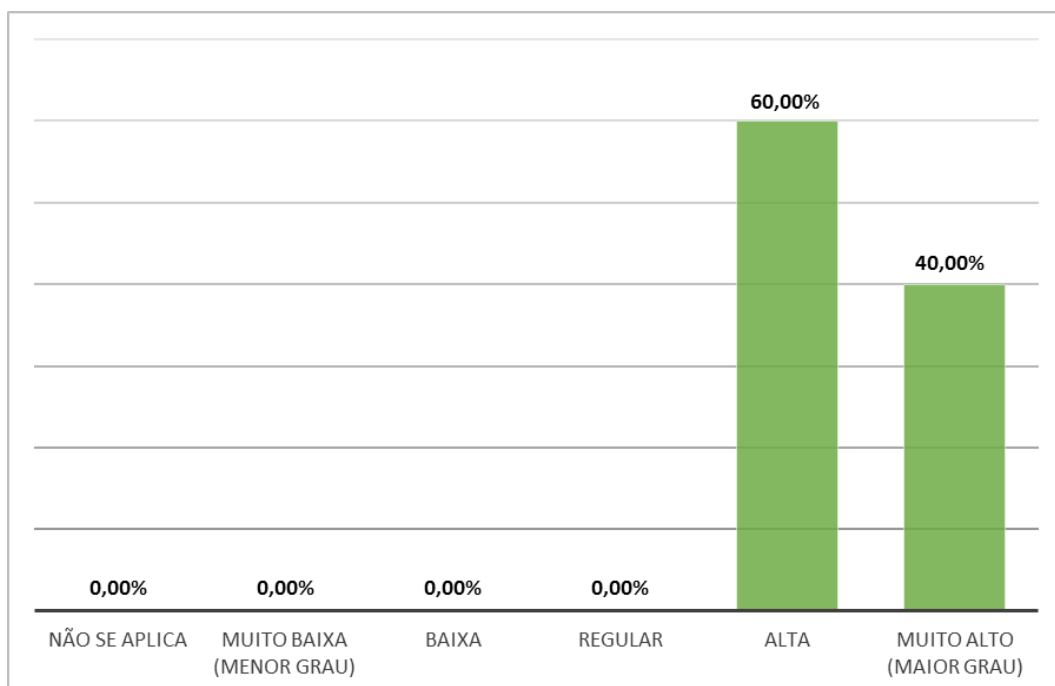
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Figura 58 – *Práticas de controle e gestão: a empresa atua na gestão da segurança da informação e privacidade de dados pessoais*



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Figura 59 – *Práticas de controle e gestão*: a empresa propõe um ambiente legal e regulatório



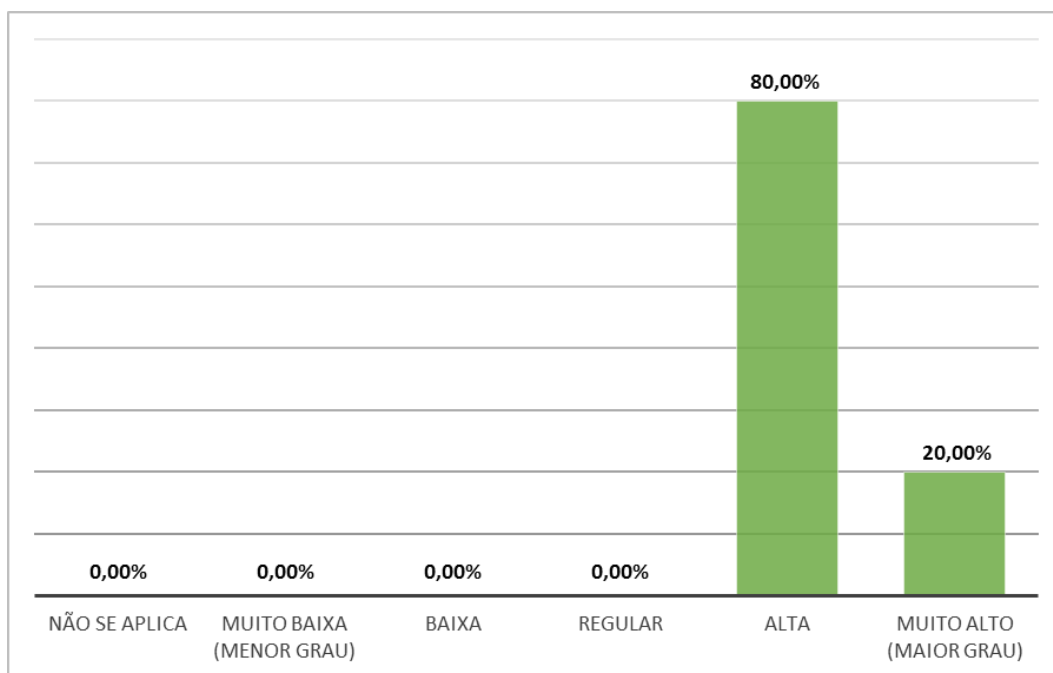
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Para melhor interpretação dos dados contidos nas Figuras 55 a 59 sobre práticas de controle e gestão, fez-se uma síntese devido a todas as figuras mencionadas apresentarem pontuações positivas acima da média em todos os quesitos, quanto a atuação no gerenciamento de riscos com 40% muito alta e 60% alta e, as práticas de controle interno com 80% muito alta e 20% alta, a auditoria interna e externa com 60% muito alta e 40% alta, ao gerenciamento da informação e privacidade de dados pessoais com 60% muito alta e 40% alta, e no estabelecimento de um ambiente legal e regulatório com 40% muito alta e 60% alta.

Nesta ampla análise foi possível ver que por apresentarem resultados muito próximos em relação às graduações de aplicabilidade, as organizações apresentam níveis elevados de adequação as práticas de controle e gestão em todos os subníveis apresentados, e isto é possível com a promoção de um cenário bem estruturado e completo de governança corporativa capaz proporcionar aos gestores informações confiáveis na tomada de decisão (PR 2030, 2022).

Portanto, a partir destes resultados, pode-se afirmar de acordo a PR2030 (2022) e os ideais de Clarck (2020) que uma boa gestão corporativa, cumprindo as diretrizes da governança empresarial é capaz de proporcionar a empresa maior segurança e transparência a toas as partes envolvidas, desenvolvendo um ambiente que administra e controle os riscos operacionais.

Figura 60 – *Transparência na gestão: a empresa prática a responsabilização e prestação de contas*



Fonte: Elaborado pelo Autor

A transparência na gestão é um pilar básico e essencial da governança corporativa, na qual as informações que são transmitidas as partes interessadas possuem cunho informativo e não apenas o legal, conforme exigências ou normas estabelecidas, de forma que permita os stakeholders identificar pontos cruciais na tomada de decisão (PR2030, 2022).

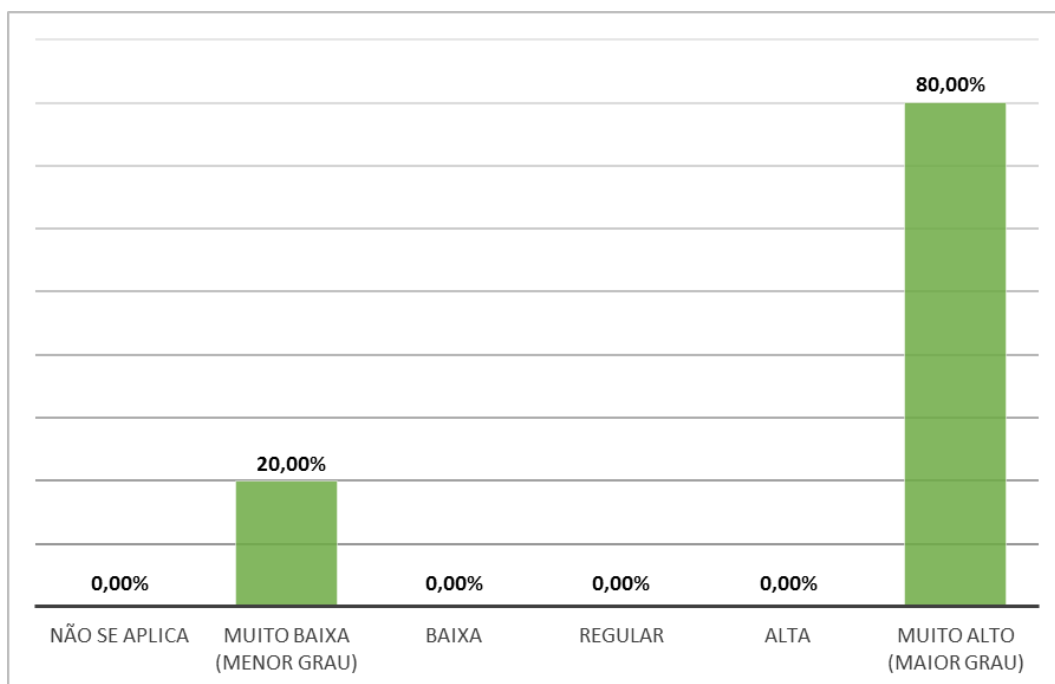
Na Figura 60, nota-se que o grau de aplicabilidade alta nos critérios de uma gestão transparente atingiu 80% das respostas, podendo inferir que as organizações estão altamente capacitadas e inseridas em programas de governança corporativa cujo foco é divulgar informações as partes interessadas com o máximo possível de discricção e veracidade.

Estes resultados permitem afirmar que esse modelo de gestão com o desenvolvimento de uma gestão transparente e eficaz, é fruto de processos estruturados de códigos de conduta, treinamentos e elaboração de relatórios coesos socioambientais (MORISUE; RIBEIRO; PENTEADO, 2012).

Com resultados acima da média, a análise feita na Figura 61 também permite destacar que 80% dos respondentes afirmam que as organizações cumprem com o critério de transparência na gestão com o grau mais alto da escala (muito alto) quanto a elaboração de relatórios ESG de sustentabilidade ou relato integrado confiáveis e que transmite aos seus usuários dados sobre o desenvolvimento das atividades na companhia, que vai de encontro ao

GRI (2022), que identifica que os relatórios objetivam divulgar informações sobre os efeitos das atividades da empresa na sociedade, na economia e no meio ambiente.

Figura 61 – *Transparência na gestão*: a empresa elabora Relatórios ESG de sustentabilidade e/ou relato integrado

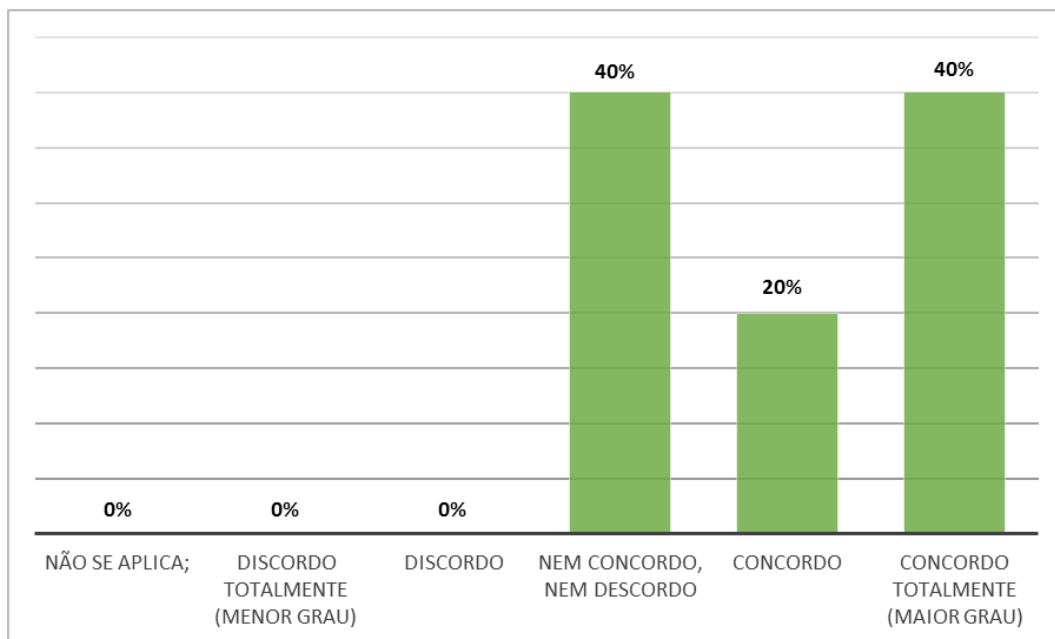


Fonte: Elaborado pelo Autor.

4.2.6 Aspectos gerais do ESG

Foram organizadas questões relacionadas ao Conceito ESG das empresas, para verificar o nível de cumprimento das três esferas unificadas na organização, com base na nota que atribuisse o grau de concordância do conceito na organização.

Figura 62 – O conceito de ESG é bem difundido entre todos os gestores



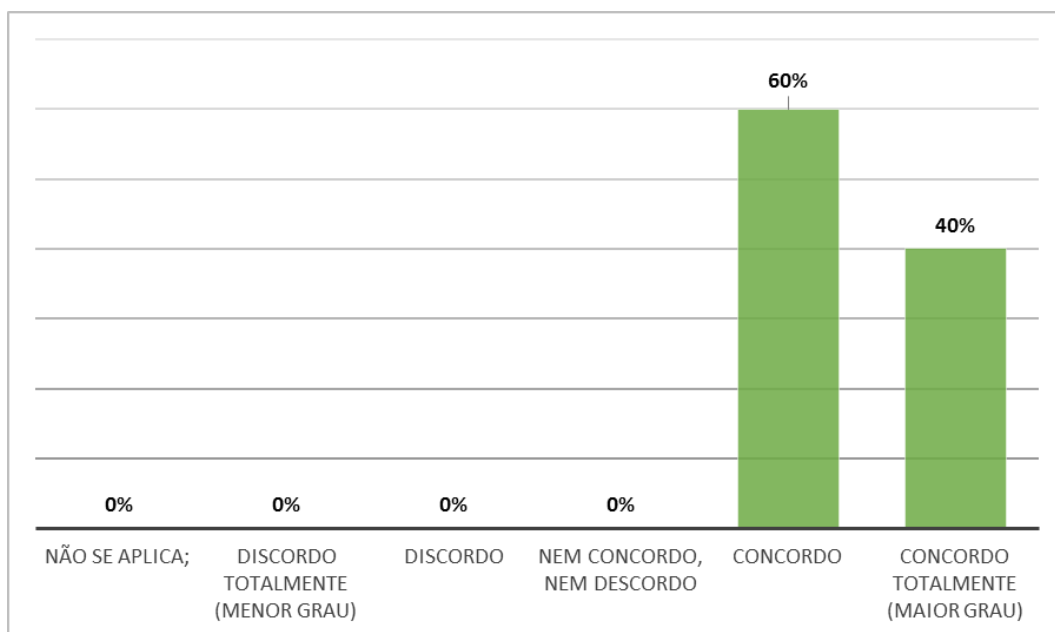
Fonte: Elaborado pelo Autor

Nesta etapa da pesquisa as empresas foram interrogadas sobre o grau de concordância da aplicação do conceito ESG no desenvolvimento de suas atividades. Na Figura 62, obteve-se respostas variadas, sendo que 40% identificam em maior grau, concordando totalmente sobre a empresa estar desenvolvendo práticas de ESG, em 20% apenas concordam. Em contrapartida, nota-se que 40% nem concordam, nem discordam sobre o assunto, identificando que as práticas desenvolvidas não tão explícitas sobre o assunto tratado.

Nesse ponto, Yu e Zhao (2015) afirmam que as práticas de ESG trazem retornos positivos ao desenvolvimento das atividades da organização, portanto ao analisar a figura acima, identifica-se que a maior parte das respostas, unindo as ponderações concordo e concordo totalmente, chegamos a 60%, o que significa que as atividades estão interligadas e atendem as práticas sustentáveis, sociais e de governança.

Porém, de outro ponto de vista, há um percentual elevado, cerca de 40%, não visualiza as práticas sustentáveis com nitidez, concordando e discordando ao mesmo tempo, possivelmente pelo fato de não ter uma boa comunicação com as partes interessadas e uma estrutura adequada para colocar a prática ESG em conjunto com as diretrizes organizacionais, pois conforme Van Bellen (2002), melhorar os meios de comunicação é um processo complexo mas essencial a disseminação de melhores práticas sustentáveis no meio corporativo.

Figura 63 – Critérios ESG afetam a construção do portfólio de projetos, produtos e/ou serviços?



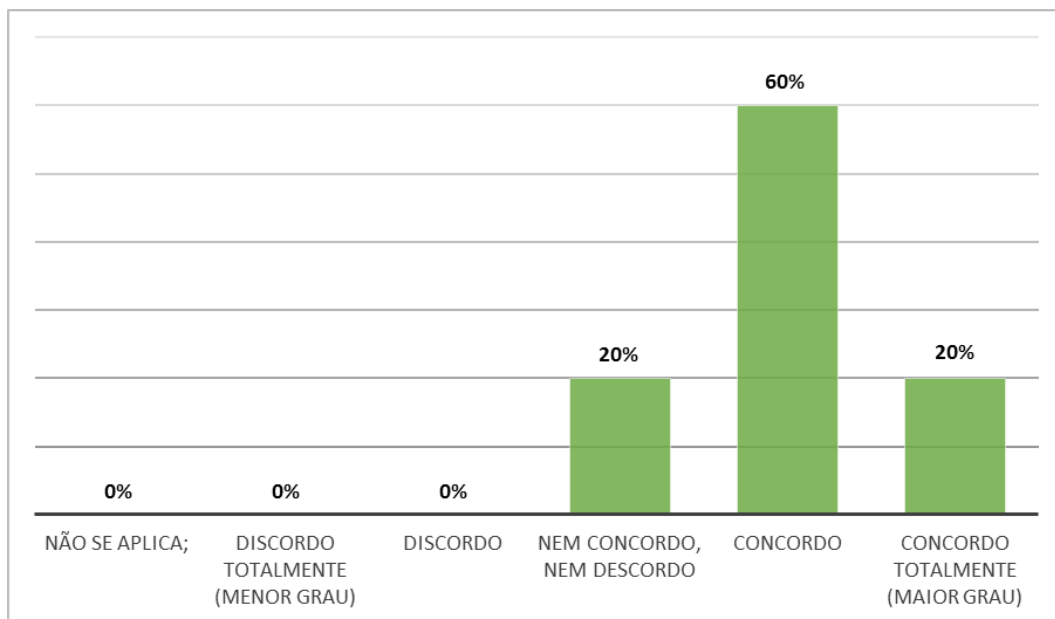
Fonte: Elaborado pelo Autor.

O conceito de ESG é bastante amplo, mas o objetivo final dele é único, inserir nas organizações práticas que envolvam melhorias sociais, preservação do meio ambiente e uma governança aprimorada (PACTO GLOBAL, 2020).

Na Figura 63, foi abordado se os critérios ESG afetam a construção do portfólio de projetos, produtos e/ou serviços nas organizações, como resultados, obteve-se respostas satisfatórias, pois 60% dos participantes concordam e 40% concordam totalmente que o ESG afeta as empresas nessa questão.

Na concepção de Silveira (2013) as práticas sustentáveis proporcionam inovações nas organizações, portanto a inserção destas atividades ocasiona maior competitividade ao mercado global e permite aprimorar produtos e serviços, tornando-os melhores e mais sustentáveis.

Figura 64 – Os critérios ESG afetam as decisões de investimento da empresa

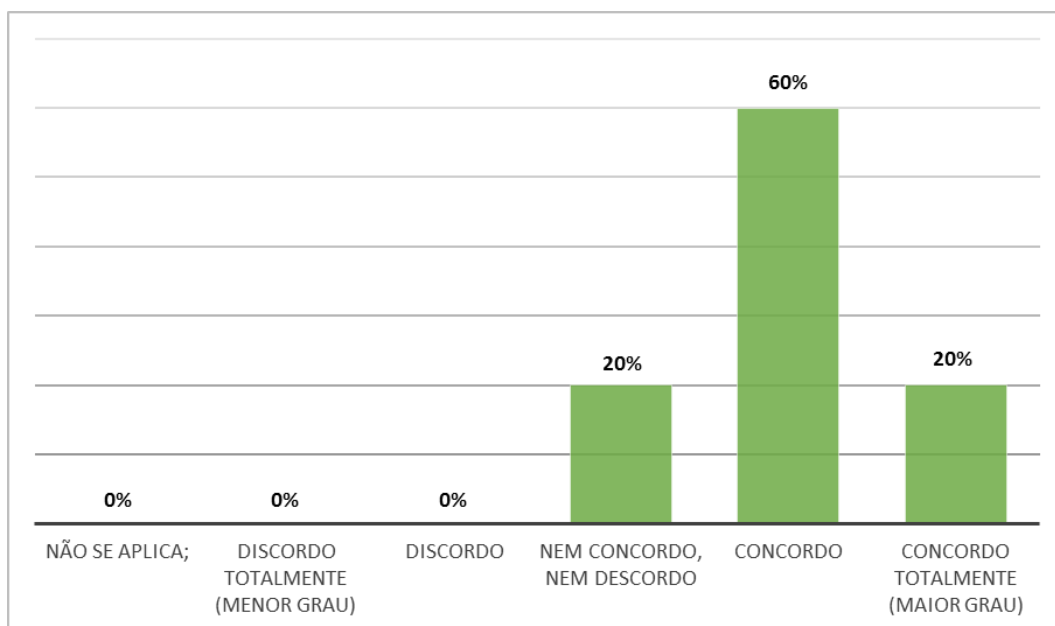


Fonte: Elaborado pelo Autor.

Na análise da Figura 64, ao questionar sobre os critérios ESG afetarem as decisões de investimento das empresas, nota-se que a 20% das respostas dividem-se em nem concordo, nem discordo e em concordo totalmente, demonstrando que as organizações não possuem com distinção o mais alto grau de influência do ESG, porém na sua grande maioria, concordam que os efeitos do ESG nas decisões são fundamentais ao desenvolvimento das atividades.

Flower (2015) afirma que informações sobre ESG auxiliam os gestores nas tomadas de decisões, na maioria, evidenciadas através de indicadores que possibilitam essa análise e a influência nos propósitos da organização. Portanto, as respostas mais significativas abrangem a escala de concordo com 60%, evidenciando boas práticas do ESG e seu reflexo no desempenho corporativo.

Figura 65 – As práticas sustentáveis afetam a competitividade da organização no mercado global



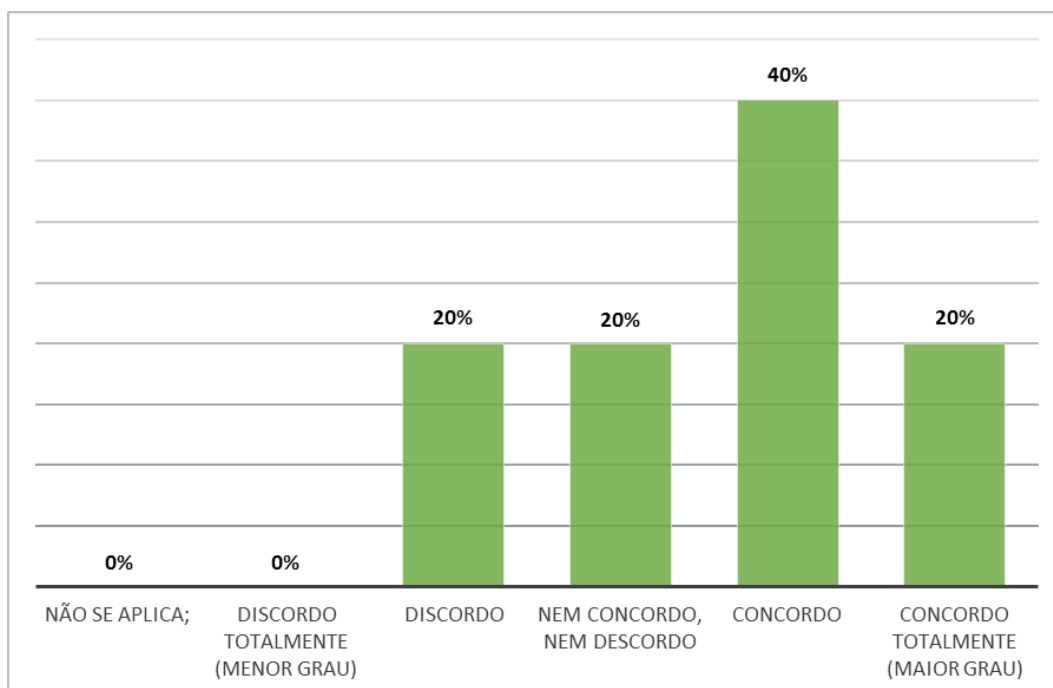
Fonte: Elaborado pelo Autor.

A competitividade da organização aliada às práticas sustentáveis, por meio de inovações permitem um desenvolvimento socioeconômico mais produtivo com a implementação de melhores práticas voltadas a preservação de recursos naturais e manutenção do meio ambiente. Aos olhos dos stakeholders e da sociedade, essas ações são julgadas como positivas, trazendo maior retorno financeiro e reputação a organização, conforme abordado por Yu e Zhao (2015).

Conforme observado na Figura 65, o maior resultado alcançado foi em relação ao grau de concordância foi de 60% em concordo, sobre as práticas sustentáveis afetarem a competitividade da organização. Este resultado demonstra que positivamente que as empresas conseguem destacar-se frente aos concorrentes por desenvolver práticas sustentáveis na organização quanto a elaboração de um produto e/ou serviço, e isto denota que a sustentabilidade pode agregar valor a uma empresa no mercado global, pois ela é melhor vista pelos stakeholders, garantindo inclusive, um melhor retorno financeiro.

De acordo com a PR2030 (2022), o estabelecimento de estratégias ligadas ao ESG, proporciona as empresas um melhor gerenciamento e mitigação de riscos, tanto ambientais quanto sociais, e melhora a estrutura de governança corporativa, portanto aliar estas estratégias ao modelo de negócio, na atualidade, é uma realidade cada vez mais presente nas organizações.

Figura 66 – Os impactos ambientais são considerados nas decisões de negócio



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Na Figura 66, foi abordado um dos aspectos mais importante do ESG, ligado ao eixo ambiental, o quanto consideração dos impactos ambientais nas decisões da organização. O item é relevante pois norteia a empresa a aprimorar sua gestão quanto aos impactos que ocasiona ao meio ambiente e sociedade, sendo visto pelos investidores como um balizador entre as empresas, ao qual se opta pelas corporações que atuam com ações capaz de mitigar esses reflexos (PR2030, 2022).

É possível identificar que em maior grau de concordância foram as respostas com maior percentual de aceitação, sendo 40% concordam e 20% concordam totalmente, o que representa 60% de atuação das organizações na gestão dos riscos ambientais na tomada de decisões.

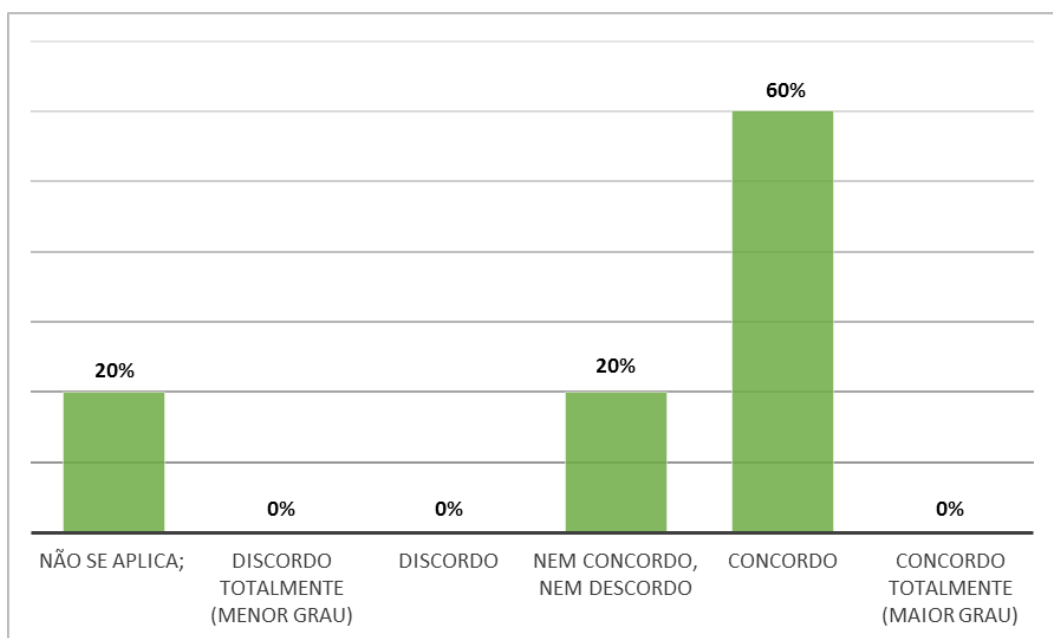
Outro aspecto que chama atenção nesta análise diz respeito a 20% dos respondentes identificarem que suas organizações não cumprem com esse requisito, o que pode ser algo meramente para cumprir uma demanda obrigatório ou simplesmente as empresas não se preocupam com as consequências que suas atividades acarretam ao meio ambiente, permanecendo em destaque a obtenção de lucro sem se importar com os resultados negativos que possam atingir.

Da mesma forma, ocorre em 20% com indivíduos que nem concordam e nem discordam dessa questão, possivelmente ocasionada pela falta de visualização do processo ou até mesmo porque a empresa não demonstra que há sim um lado preocupado e atuante no tocante ao meio

ambiente, sendo necessário uma melhor comunicação e divulgação de relatório sobre o assunto e até mesmo o desenvolvimento das atividades.

Essas análises corroboram com os estudos de Silva e Rover (2016) que lembram a importância que os relatórios de sustentabilidade podem proporcionar as organizações e também a sociedade, uma vez que a sociedade poderá acompanhar as práticas desenvolvidas pelas empresas, evidenciando as preocupações e conquistas atingidas na mitigação de problemas ambientais, como os stakeholders também poderão identificar que as corporações possuem um propósito além do lucro, que há um olhar para o futuro, atraindo ainda mais investidores e resultados econômico-financeiro positivos.

Figura 67 – As práticas de eficiência energética têm foco na melhoria contínua na organização



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Conforme relatado anteriormente pela PR2030 (2022), a eficiência energética é um item precioso no desenvolvimento das atividades de uma organização, pois investimentos efetuados em tecnologias eficientes e a adoção de novos padrões para o uso da energia, oportunizam a melhoria contínua das diligências corporativas que conseqüentemente geram melhores condições à sociedade e meio ambiente.

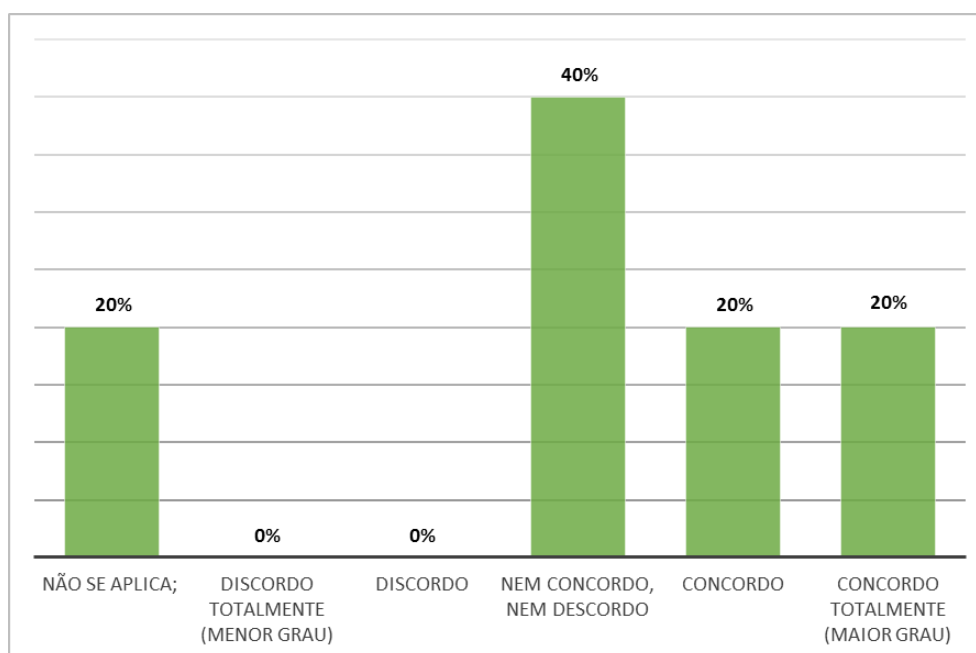
Destaca-se na Figura 67, que as empresas possuem opiniões positivas a respeito da eficiência energética com foco na melhoria contínua da organização, ao qual 60% dos resultados representam a classificação concorda, indicando que as empresas desenvolvem ações

voltadas a uma melhor gestão energética através de investimentos em melhores equipamentos e implementação de sistemas desenvolvidos para alcançar a melhoria contínua.

De acordo com Ting-Ting et al. (2021), as empresas têm aderido práticas do ESG com o objetivo de melhorar condutas ambientais, sociais e de governança, divulgando informações sobre as atividades que desenvolvem continuamente com programas de gestão energética eficiente, evidenciando à sociedade a redução dos impactos causados por sua atuação.

Um item que chama atenção nesta análise é que 20% das respostas obtidas afirma que não se aplica práticas de eficiência energética, e isto deixou evidente que a organização não possui uma gestão energética adequada, com destinação de recursos para investimento em melhorias e tecnologias, possivelmente há um problema nessa questão ou será desenvolvida com o passar do tempo pela necessidade em manter-se no mercado.

Figura 68 – A empresa possui sistemas de reaproveitamento, reutilização e/ou reciclagem de materiais



Fonte: Elaborado pelo Autor.

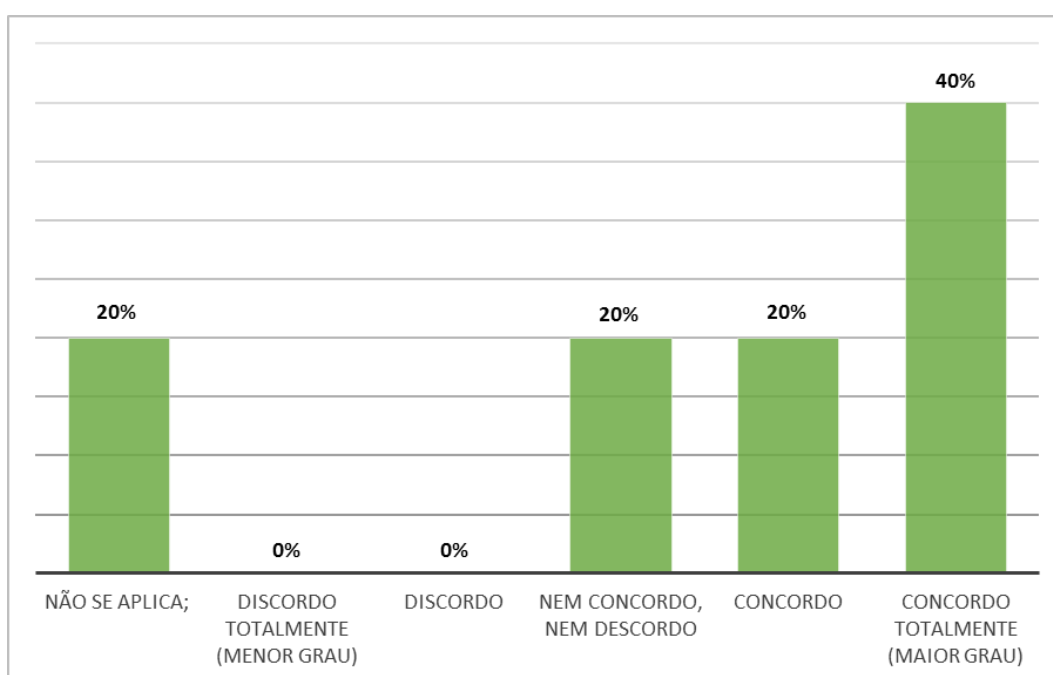
Na análise da Figura 68, pode-se perceber que quanto ao quesito da empresa possuir sistemas de reaproveitamento, reutilização e/ou reciclagem de materiais, obteve-se 40% das respostas positivas (concordo e concordo totalmente), 40% a nível mediano, nem concordando nem discordando e novamente 20% destacaram não se aplicar essa medida.

Os indicadores positivos representam que as empresas possuem um gerenciamento de resíduos adequado e bem estrutura, desenvolvido para minimizar os riscos e problemas ambientais causados por suas atividades na produção de bens de consumo. Por outro lado, há

um percentual que não identifica essa questão, relato oriundo da empresa não estar totalmente alinhada aos conceitos do ESG, portanto supostamente não as coloca em prática, ou até mesmo esse fato ocorre pelo não compartilhamento da informação a todos os interessados, ou seja, a empresa até verifica a necessidade de atender a este critério, mas não consegue colocar em prática por algum motivo financeiro, como o alto custo de investimentos na remodelação da forma como a empresa atua.

Ressalta-se que há um pequeno percentual responsável pela não aplicação deste critério, não sabendo ao certo o porquê destas respostas, mas conforme Torugsa, O'donohue e Hecker (2012), provavelmente estas organizações em geral, quando não evidenciam estas ações à sociedade, provavelmente não estão utilizando práticas ESG, focadas na responsabilidade social corporativa para obter vantagem competitiva e ao mesmo tempo aprimorar o uso de recursos sustentáveis na formulação de bens e serviços.

Figura 69 – A empresa possui práticas voltadas para a economia circular e/ou logística reversa



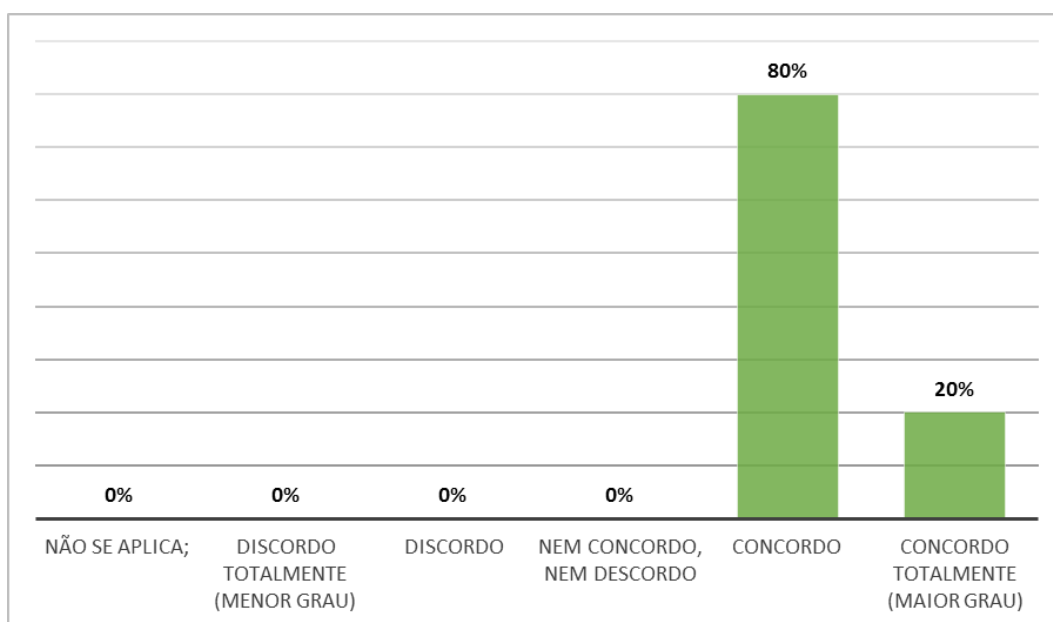
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Ainda voltada a questão ambiental, os indivíduos responsáveis pelas atuações em ESG nas organizações foram questionados quanto as práticas de economia circular e/ou logística reversa. Os resultados obtidos foram em sua maioria positivos, representados por 80% das respostas, sendo que a de maior destaque foi o grau concordo totalmente com 40%.

Constatou-se que estas organizações entendem o que significa economia circular, que segundo a norma PR2030 (2022) trata-se de um sistema econômico sistemático para organizar o fluxo dos recursos de forma circular, recuperando-os, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável, ou seja, é remanejamento da produção, ao qual o foco passa a ser na reutilização ou reaproveitamento dos materiais e produtos para a redução dos impactos socioambientais gerados.

Acredita-se que as empresas responsáveis pelos maiores índices de cumprimento do critério adotaram as práticas de economia circular para contribuir com o meio ambiente na redução da geração de resíduos e na conservação dos ecossistemas, conforme Giovanelli (2015) aponta que as atividades sustentáveis podem ser lucrativamente eficazes utilizando recursos naturais e evitando o desgaste provocado por abusos ambientais.

Figura 70 – A empresa possui práticas para garantir o bem-estar dos stakeholders



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A inserção do ESG nas organizações consiste na aplicação de diretrizes capazes de alterar o modo como uma instituição pratica suas atividades, cujo objetivo é minimizar riscos, solucionar problemas socioambientais e melhorar estruturas laborais.

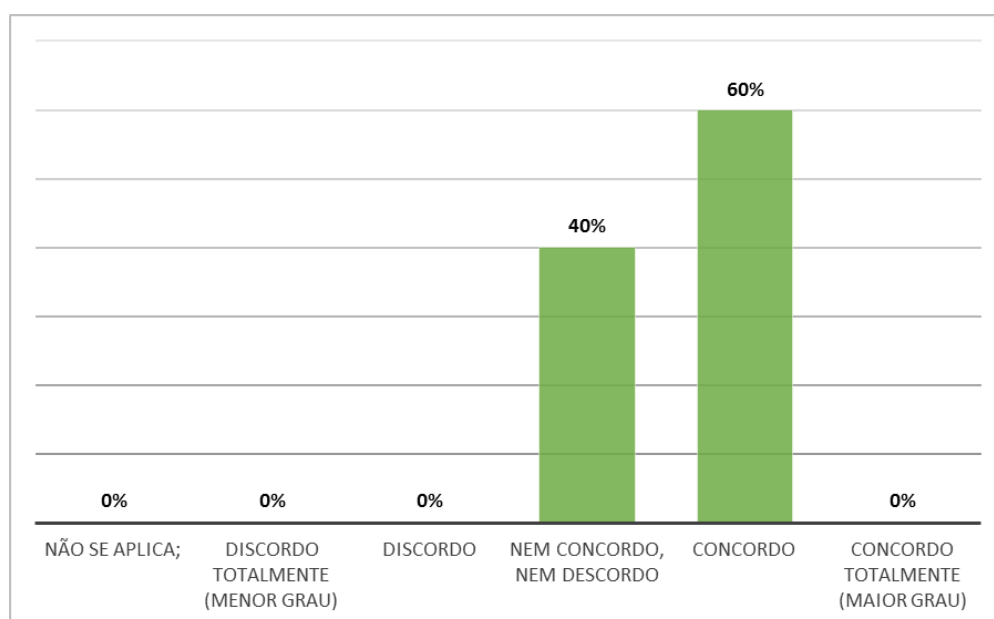
Desta forma, quando se fala do bem-estar dos stakeholders, segundo a PR2030 (2022), trata-se das ações que a empresa pratica para aumentar valor as partes interessadas, através de projetos e políticas socioambientais que estabeleçam melhores condições de vida,

consequentemente melhores remunerações, qualidade de vida, competências e profissionalismo.

Segundo Engelmann e Nascimento (2021), o eixo social é responsável em parte por essa atribuição devendo manter igualdade e respeito entre os indivíduos e ao mesmo tempo proporcionando expectativas de vidas melhores, ofertando inclusão social, bem-estar social, melhor ambiente de trabalho e satisfazer ao realizar suas tarefas.

Neste sentido, ao observar a Figura 70, nota-se que há somente aspectos positivos e acima da média para o critério de práticas que garantem o bem-estar dos stakeholders nas empresas, representado pelas classificações concordo (80%) e concordo totalmente (20%). Essa situação demonstra que as organizações estão preparadas para o desenvolvimento de atividades que busquem maior satisfação das partes interessadas, o que resulta em melhores desempenhos tanto aos indivíduos quanto organização (PR 2030, 2022).

Figura 71 – Na empresa há ações e/ou projetos que impactam na qualidade de vida da região em que está localizada



Fonte: Elaborado pelo Autor.

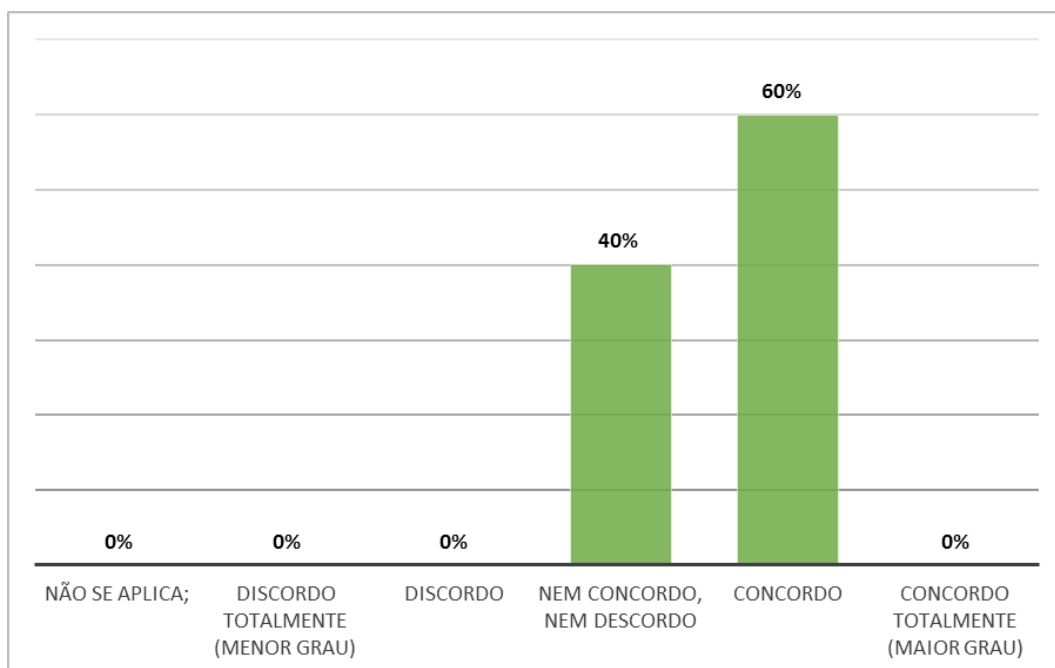
Na Figura 71, os respondentes foram abordados sobre as ações e/ou projetos que impactam na qualidade de vida da região em que está localizada a empresa, tendo como retornos que 60% concordam com este critério, ou seja, que as atividades que as organizações desenvolvem afetam positivamente ou negativamente a região em que está inserida.

Por outro lado, teve-se que 40% das respostas nem concordam e nem discordam da situação, evidenciando que as atividades praticadas pela instituição possivelmente não causam

impactos na região ou até mesmo por não haver processos estruturados que permitam identificar estas questões.

Segundo a PR 2030 (2022), as práticas de ESG visam melhorias nos processos organizacionais com desdobramentos estratégicos e compromissos com os objetivos sustentáveis, a fim de incorporar as diretrizes da empresa propósitos que integrem esse compromisso com a sociedade e partes interessadas.

Figura 72 – Existem parcerias regionais com outras empresas para crescimento e beneficiamento mútuo



Fonte: Elaborado pelo Autor.

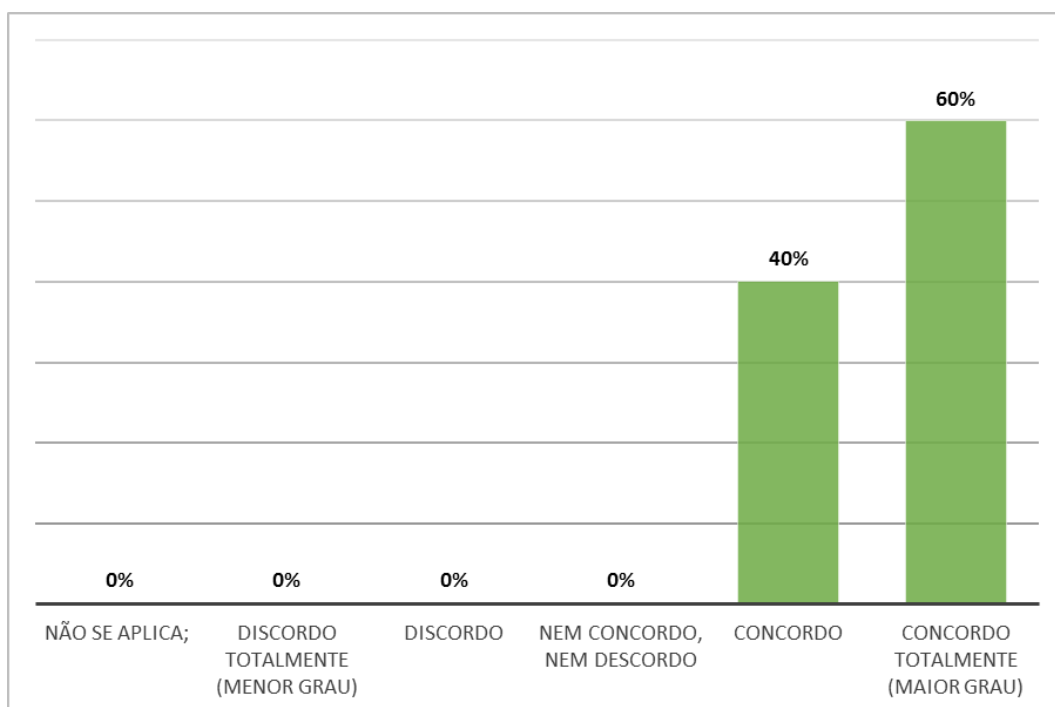
Na Figura 72, verifica-se que 60% das opiniões estabelecem, o grau de concordância em concordo quanto à existência de parcerias regionais com outras empresas para o crescimento e beneficiamento mútuo. Em meio a essa questão, tem-se que 40% das respostas correspondem a não concordarem e nem discordar desse critério.

Estes resultados podem estar atrelados ao contexto da valorização de parcerias, na qual 60% das organizações entendem que são importantes e necessárias ao estabelecimento de práticas mais eficazes como o encadeamento logístico com parcerias dentro da economia circular por exemplo, onde um produto que é descartado, pode ser reciclado por uma terceira empresa e retornar o material a fábrica para seu reaproveitamento, criando um ciclo, uma parceria ao qual todos se beneficiam.

O fato de 40% ainda não identificar essa questão ou não fazer diferença no seu negócio, pode estar associado a não haver processos devidamente estruturados com a governança

empresarial, dificultando parcerias e na busca de empresas sustentáveis, pois uma empresa que atua com práticas de ESG, obviamente procurará outra organização que partilha dos mesmos objetivos, criando laços ainda maiores.

Figura 73 – Há ações sociais e/ou reserva para doações e contribuições com instituições sociais



Fonte: Elaborado pelo Autor.

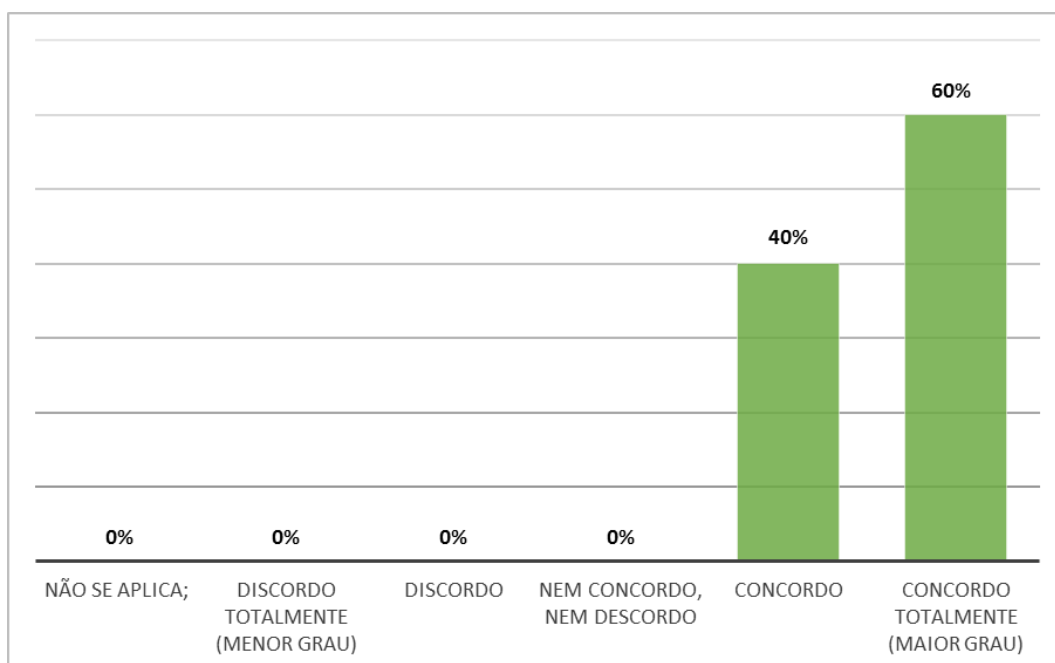
Nesta etapa, questionou-se quanto a atuação das empresas nas ações sociais e/ou reserva para doações e contribuições com instituições sociais, tendo por resultados totalmente positivos e satisfatórios, com 60% das respostas compreendidas pela classificação concordo totalmente e 40% com concordo.

Estes resultados evidenciam os relatos de Engelmann e Nascimento (2021) sobre o foco da participação de empresas que praticam o ESG no eixo social, evidenciando atividades sociais, como inclusão social, preservação dos direitos humanos, extinção da pobreza, promoção do bem-estar, entre diversas outras questões relacionadas ao ser humano. Portando o alto índice de concordância desse questionamento, revela que as empresas participam de atividades sociais com plenitude.

Os investimentos realizados por estas empresas, conforme trata a PR2030 (2022), resume-se a utilização de recursos financeiros próprios direcionados a programas de voluntariado, o uso desses recursos privados é totalmente em prol do benefício de cidadãos

carentes ou em necessidades, de forma geral, contribuem para a redução de alguns dos objetivos propostos pela ONU com os 17 ODS.

Figura 74 – Há treinamentos que visam o desenvolvimento dos colaboradores

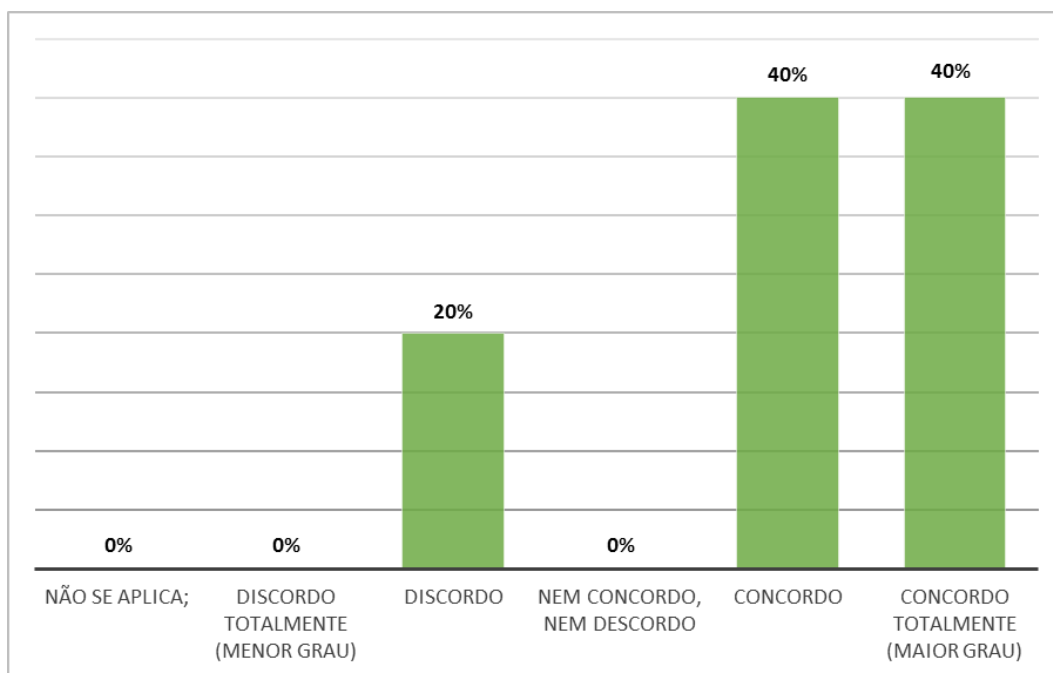


Fonte: Elaborado pelo Autor.

A Figura 74 diz respeito ao questionamento sobre treinamentos para o desenvolvimento dos colaboradores, ao qual obteve-se respostas positivas e satisfatórias onde o maior índice é representado pelo maior grau, com cerca de 60%, concordam totalmente que existem práticas focadas no aprimoramento dos colaboradores, e que também 40% das respostas concordam com o tema em questão.

Estes resultados corroboram com as pesquisas de Yu e Zhao (2015) que afirmam que as práticas de ESG permitem as empresas intensificarem o comprometimento com os colaboradores, através de programas de melhoria contínua e desenvolvimento profissional, objetivando a evolução pessoal, financeira e laboral do indivíduo. Esse desenvolvimento é percebido pelas organizações a um bom tempo em virtude dos benefícios que acarretam a empresa, ou seja, ao ter um aprimoramento de técnicas e habilidades de um colaborador, ele evolui também o ambiente de trabalho, realizando atividades com maior eficácia e competência (PR 2030, 2022).

Figura 75 – O processo de tomada de decisão é baseado em fatos e dados



Fonte: Elaborado pelo Autor.

O processo de tomada de decisão baseado em fatos e dados, conforme apresentado na Figura 75, é identificado pelas empresas com 80% das respostas, com os graus máximos de concordância a respeito de sua aplicabilidade, sendo 40% concordam totalmente e outros 40% apenas concordam.

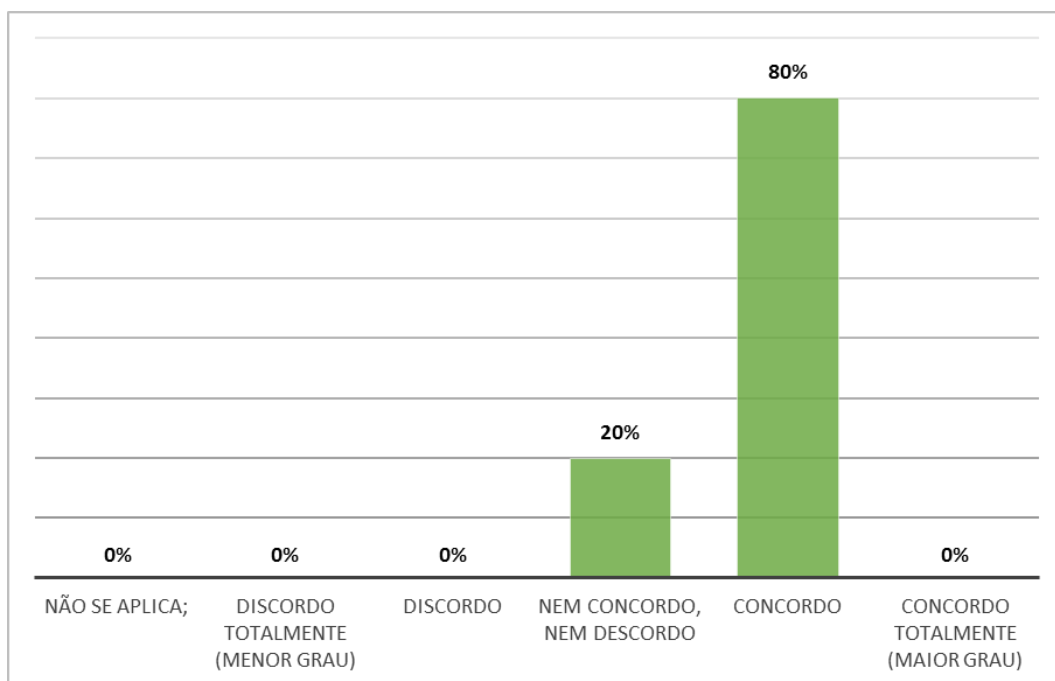
Diante destes resultados, pode-se afirmar que as organizações estão focadas em suas decisões por meio de situações reais, de dados coesos, formados por uma boa governança empresarial que proporciona as partes interessadas e aos gestores, melhores decisões ligadas à atividade da corporação.

Conforme a PR 2030 (2022), esses resultados são possíveis devido à existência de um ambiente legal e regulatório capaz de oportunizar no âmbito das práticas de ESG operações supervisionadas e monitoradas em conformidade com as diretrizes sustentáveis, gerando transparência de uma boa governança realizada e proporcionando aos participantes melhores resultados. De fato, o relatório é o principal meio de uma organização relatar à sociedade e as partes interessadas sobre os efeitos e consequências das suas atividades, portanto ter um relatório coeso e que transmita as informações necessárias, necessita contemplar a relevância estratégica da organização e ter uma abordagem geral das práticas ESG.

É notório, que 20% dos respondentes discordem dessa questão, podendo estar relacionada a falta de informações ou simplesmente a tomada de decisões é feita por um padrão

de negócio estabelecido na diretriz da organização, sem depender meios internos e externos, ou seja, praticamente ela só realiza sua atividade.

Figura 76 – Os colaboradores e Stakeholders participam do desenvolvimento dos objetivos e estratégias da empresa

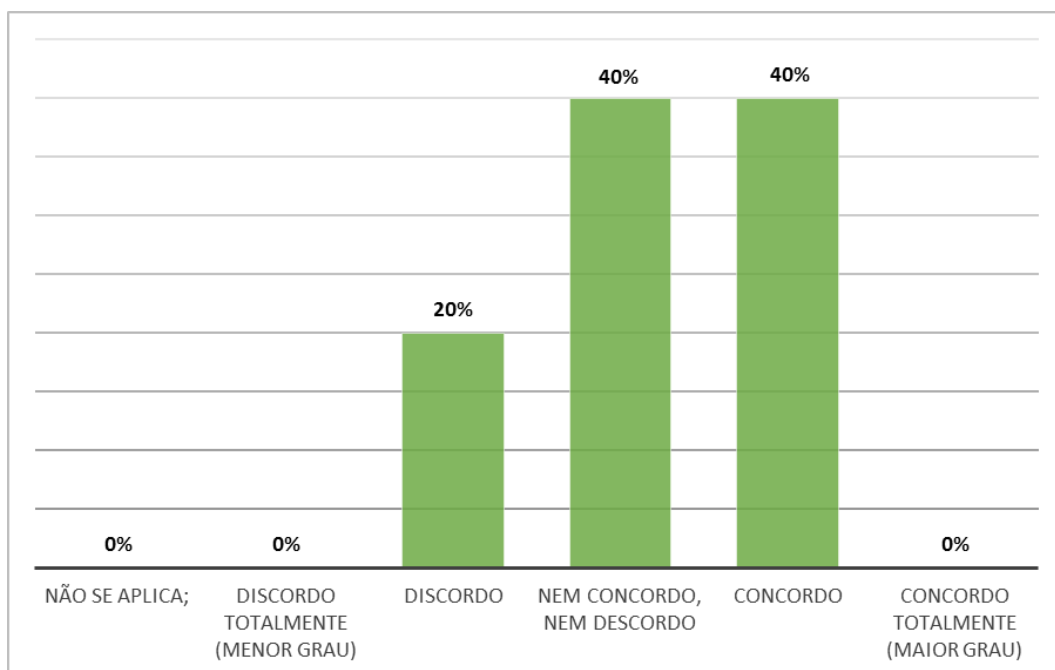


Fonte: Elaborado pelo Autor.

Na Figura 76, são evidenciadas respostas sobre a participação dos colaboradores e stakeholders no desenvolvimento dos objetivos e estratégias da empresa, ao qual se obteve como resultado que 80% dos participantes concordam com esse critério e que 20% nem concordam e nem discordam.

Essa análise teve por objetivo evidenciar o quanto a participação dos colaboradores e stakeholders podem influenciar positivamente ou negativamente nas ações que permeiam as decisões das organizações, que segundo Cruz (2021), a gestão mais participativa dos colaboradores permite um olhar intrínseco, voltado a melhorias de práticas internas de trabalho, assim como os stakeholders possuem o lado extrínseco da questão, identificando de fora da organização aspectos importante não financeiros relevantes a tomada de decisões.

Figura 77 – O número de mulheres em cargos na alta administração



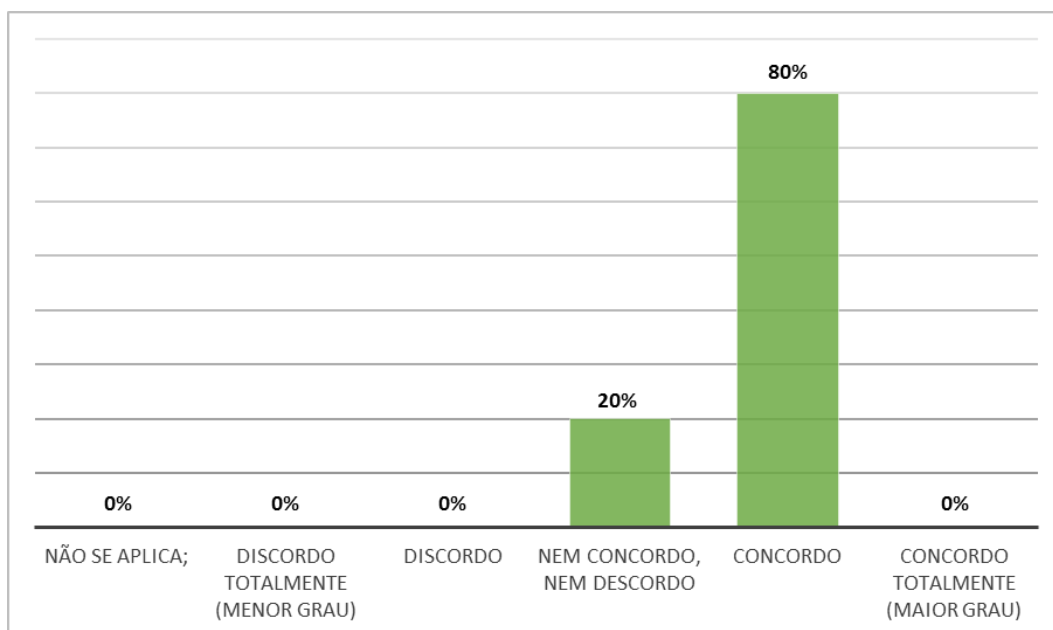
Fonte: Elaborado pelo Autor.

As práticas ESG, como a própria sigla expressa, são focadas atividades nas áreas ambiental, social e de governança, sendo todas muito importantes nas suas dimensões. Porém no que tange a questão social, há uma grande preocupação e enfrentamento de problemas na sociedade relacionados a mulher, como a inclusão social, diversidade e extinção dos pré-conceitos. No que se relaciona a questão profissional da mulher, esse item ainda é pouco tratado, evidenciado pela baixa participação feminina em altos cargos das empresas.

A Figura 77 traz essa questão à tona, a investigação dos indivíduos sobre o número de mulheres em cargos na alta administração nas organizações, o que resultou em 3 opiniões diferentes. Com 40%, tem-se que concordam com o critério, 40% nem concorda e nem discorda, e 20% discordam da situação.

Embora haja fomento para a inserção deste critério através de práticas de ESG nas organizações, evidencia-se que ainda há muito a ser feito para que este número fique próximo de 100% ou que pelo menos, a concordância com mulheres sob o comando das organizações seja no mínimo 50%, ou seja, é uma decisão estratégia a longo prazo, que precisa divulgar e implementar melhores práticas de igualdade e oportunidades para que as mulheres tenham acesso aos cargos de maior gerencia em uma companhia (PR2030, 2022).

Figura 78 – Há políticas de diversidade e inserção de minorias nos processos seletivos



Fonte: Elaborado pelo Autor.

A questão da Figura 78 e 79 tem ligação com a anterior, ao perguntar se há políticas de diversidade e inserção de minorias nos processos seletivos, o que é um caso semelhante ao das mulheres, cada um em sua proporção, mas que perfazem de medidas que envolvem o eixo social e a adequação de políticas de inclusão, diversidade e equidade social.

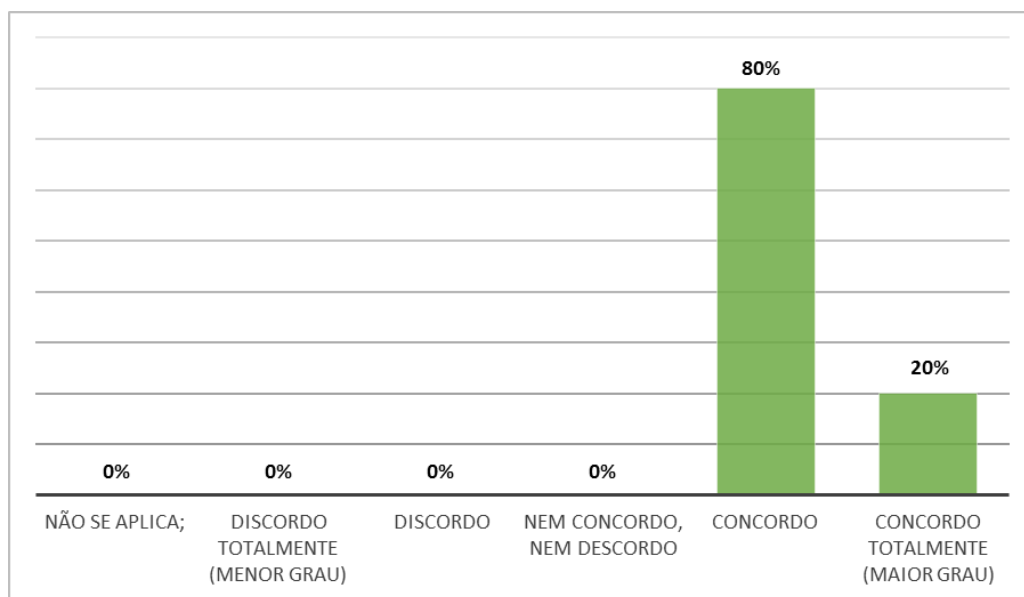
Como resultado nesta etapa, obteve-se que 80% das pessoas concordam com esse critério, que as organizações se reestruturando e investindo na captação de indivíduos de grupos sub-representados, para diversificar a empresa e contribuir para inserção social.

Por sua vez, na Figura 79, certifica-se que as respostas foram positivas, dividindo-se em 80% para concordo e 20% para concordo totalmente, podendo então concluir que as empresas estão mais preparadas e focadas em oportunizar vagas de emprego a pessoas com deficiência (PCD). Comparando essa questão com a Figura 78, nota-se que as organizações parecem focar mais nessa questão de pessoas que possuem alguma deficiência, do que em pessoas que possuem outras questões sociais, como etnia, sexualidade, entre outros. Percebe-se, portanto, que ainda há um certo ponto que denota um crescimento lento, ao passo que até mesmo por Lei, é exigido uma parcela para PCD, ou seja, a falta de regulamentação também é um fator relevante a essa inserção.

Conforme aborda a norma PR2030 e Engelmann e Nascimento (2021), promover a inclusão social, equidade, e diversificação dos indivíduos em uma instituição, pode trazer retornos financeiros positivos, pois aos olhos dos stakeholders, que buscam empresas que

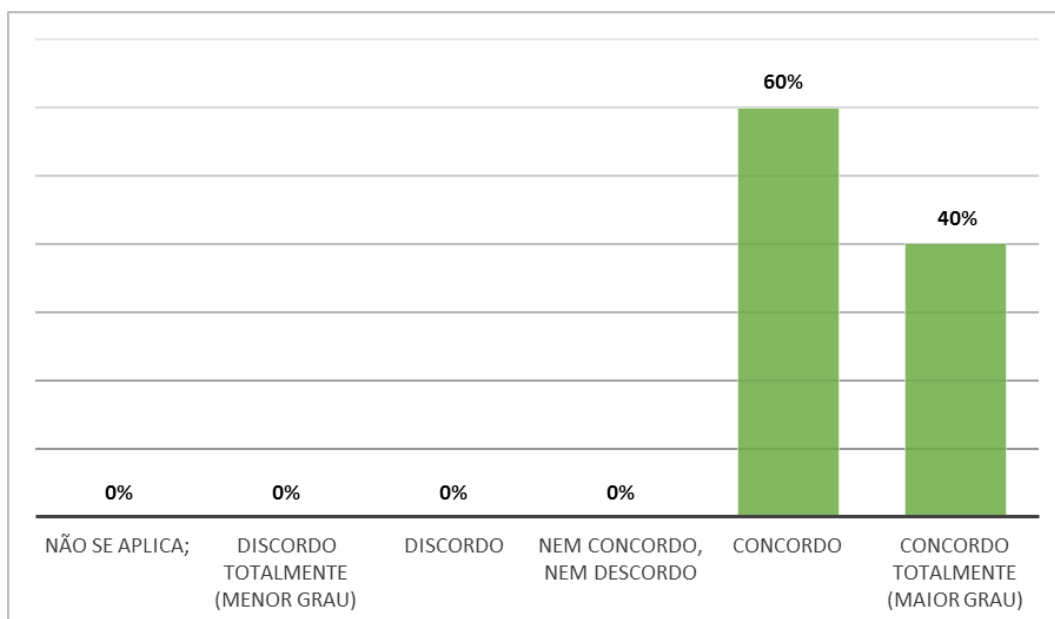
praticam atividades socioambientais, são melhores vistas pela sociedade, e os próprios indivíduos trarão retorno por apresentar melhores resultados na prática de suas atividades, livres de condições e pré-conceitos. Portanto, verifica-se que é uma caminhada longa ainda, mas que a longo prazo, tende a ser predominante.

Figura 79 – Há vagas de trabalho reservadas para PCD - Pessoa com Deficiência



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Figura 80 – Auditorias (contábil, de procedimentos, de Qualidade) são realizadas pelo menos uma vez por ano



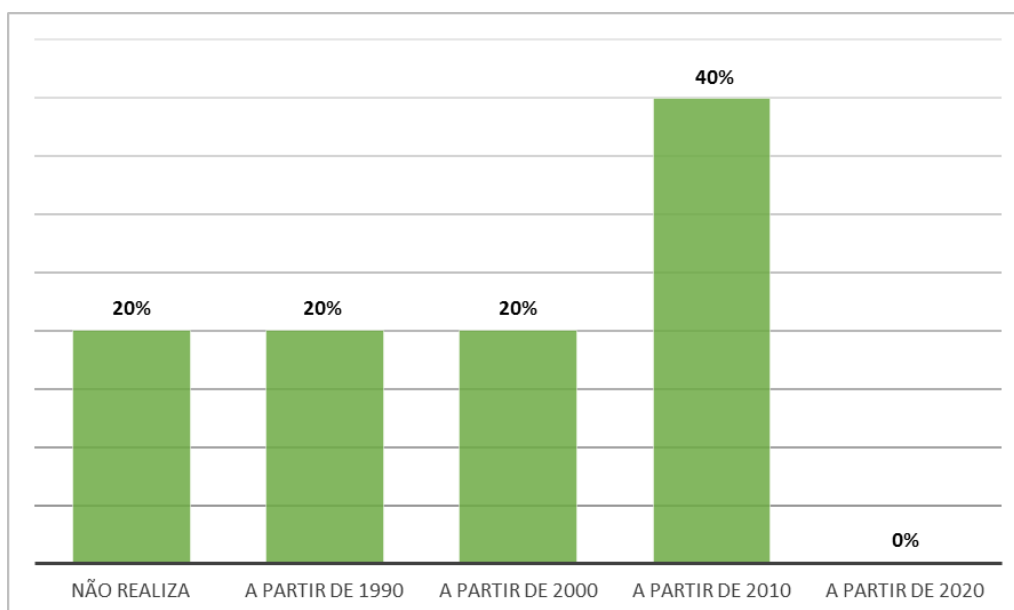
Fonte: Elaborado pelo Autor.

Outro aspecto importante questionado aos representantes das empresas foi quanto aos procedimentos de auditorias contábil e de qualidade, se são realizadas pelo menos uma vez por ano. Como resultados, obteve-se positivamente que 60% concordam e 40% concordam totalmente.

Estas evidencias demonstram que as organizações atendem com êxito a governança empresarial, analisando e verificando os controles internos e externos através de auditorias frequentes. A supervisão e monitoramento são fundamentais a uma instituição pelo fato de avaliar a operacionalização dos controles e atividades realizadas ao longo do desenvolvimento dos trabalhos em busca dos objetivos traçados (PR 2030, 2022).

A assertiva a respeito da auditoria, para Khan et al. (2016) e Fride (2019) é muito importante, pois ela traz um grau de regulação aos relatórios e atividades divulgados pelas organizações, assim possui a responsabilidade de averiguar tais questões e o cumprimento delas no que tange as atividades realizadas no período.

Figura 81 – A partir de que ano a empresa realiza e divulga o Relatório ESG



Fonte: Elaborado pelo Autor.

Uma das etapas mais importantes no que tange as práticas do ESG é a divulgação do relatório para evidenciar as atividades incorridas pela organização. Portanto, de acordo com Schleich (2022) o ESG tem o papel de reestruturar a gestão organizacional inserindo práticas e políticas que gerem melhores desempenhos no desenvolvimento das atividades, mas para que isto ocorra, é fundamental evidenciar essas relações positivas ou negativas, ocasionadas pela

inserção de práticas governamentais e socioambientais à sociedade e partes interessadas, com intuito de obter melhores resultados econômico-financeiro.

Conforme afirmam Fatemi, Glaum e Kaiser (2018) e Alareeni e Hamdan (2020), a divulgação de relatórios ESG pode ser um diferencial competitivo à organização, pois ao evidenciar que a organização pratica atividades ambientais, sociais e de governança para um melhor desempenho e repasse à sociedade, acaba por aumentar o valor da empresa.

Na Figura 81, os representantes das organizações, foram questionados a partir de que ano a empresa realiza e divulga o Relatório ESG, obtendo respostas bem variadas, na qual se destaca o maior percentual, com 40% a partir de 2010, sendo que os demais, apresentaram 20% a partir de 2000, 20% a partir de 1990 e 20% ainda não realiza tal tarefa.

Com estes resultados, nota-se que embora a partir de 1990 já havia empresas que divulgavam seus relatórios, houve um crescente a partir de 2010, demonstrando que as organizações estão cada vez mais aderindo às práticas sustentáveis e tornando-as um diferencial estratégico.

Para exemplificar de forma resumida quanto ao grau de concordância dos atendimentos aos aspectos ESG pelas organizações aos olhos dos responsáveis ESG nas empresas, segue o Quadro 15, apresentando os maiores graus de concordância, representado por Concordo e Concordo Totalmente.

Quadro 15 – Classificação quanto ao grau máximo de concordância

(continua)

EIXO	VARIÁVEL DE ANALISE DE O RELATÓRIO	GRAU MÁXIMO DE CONCORDANCIA
Ambiental	Mitigação de Gases Efeito Estufa	80%
	Programas de Adaptação às Mudanças Climáticas	60%
	Soluções de Eficiência Energética	60%
	Uso da Água e Gestão de Efluentes	60%
	Uso Sustentável da Biodiversidade e do Solo	40%
	Gestão Ambiental de Áreas Contaminadas e Produtos Perigosos	80%
	Prevenção da Poluição Sonora e Qualidade do Ar	60%
Social	Investimento em Práticas Sociais, Diálogo e Engajamento dos Stakeholders	80%
	Combate ao Trabalho Infantil e Respeito aos Direitos Humanos	100%
	Políticas Sociais na Cultura Organizacional	80%
	Práticas de Trabalho no Desenvolvimento Profissional	80%
	Qualidade de Vida, Saúde e Segurança Ocupacional	100%
	Políticas de Remuneração e Benefícios	100%

Quadro 15 – Classificação quanto ao grau máximo de concordância

(conclusão)

EIXO	VARIÁVEL DE ANÁLISE O RELATÓRIO	GRAU MÁXIMO DE CONCORDANCIA
	Engajamento dos Acionistas	100%
Governança Corporativa	Estrutura e Composição de Governança Corporativa	100%
	Estratégias de Governança Sustentável	80%
	Programas de Integridade e Práticas Anticorrupção e Compliance	80%
	Prevenção de Concorrência Desleal	80%
	Engajamento das Partes Interessadas	80%
	Políticas de Controle Interno	100%
	Prática de Auditoria Interna e/ou Externa	100%
	Gestão na Segurança da Informação e Privacidade de Dados	100%
	Ambiente Legal e Regulatório	100%
	Responsabilização e Prestação de Contas	100%
	Relatórios ESG / Relato Integrado	80%
Aspectos Gerais	Conceito ESG bem difundido	60%
	Critérios ESG afetam projetos e/ou serviços	100%
	Critérios ESG afetam decisões de investimentos	80%
	Práticas Sustentáveis afetam a competitividade	80%
	Impactos Ambientais afetam as decisões da empresa	60%
	Soluções de Eficiência Energética possuem melhoria contínua	60%
	Sistemas de Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais	40%
	Práticas de Economia Circular e/ou Logística Reversa	60%
	Bem-estar dos Stakeholders	100%
	Projetos que impactam na qualidade de vida da sociedade	60%
	Ações Sociais e/ou Reservas para Doação com Instituições	100%
	Treinamento para desenvolvimento dos colaboradores	100%
	Colaboradores e Stakeholders juntos nos objetivos da empresa	80%
	Mulheres em cargos da alta administração	40%
	Políticas de diversidade e inserção de minorias	80%
	Vagas de trabalho para PCD (pessoa com deficiência)	100%
Auditorias realizadas pelo menos uma vez por ano	100%	

Escala de cores:

Cor	Percentual
	60%
	80%
	100%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo a norma PR2030 (2022), para elaboração e divulgação do relatório ESG, deve-se atentar a alguns pontos para que tenha informações completas, como: haver a conscientização das organizações sobre divulgar dados de qualidade, permitir os stakeholders avaliar de forma sensata a organização, permitindo que ações sejam empregadas, promover o diálogo entre as partes interessadas e auxiliar os investidores na tomada de decisão. Para tanto, o relatório deve contemplar relevância estratégica e materialidade da abordagem ESG.

Observando o quadro resumo acima, pode-se afirmar que as organizações estão atendendo consideravelmente aos requisitos do ESG, de forma que todos os itens, com exceção de três variáveis: Uso Sustentável da Biodiversidade e do Solo, Soluções de Eficiência Energética possuem melhoria contínua, e Mulheres em cargos da alta administração, apresentam valores com 40% de concordância, significando que são pontos que ainda merecem atenção e melhorias para que o ESG tenha êxito no seu papel frente à sociedade e organizações.

De acordo com os resultados obtidos, fica possível identificar dentre as empresas ao qual se obteve respostas com o questionário, que de forma geral, as organizações estão trilhando caminhos semelhante no que tange ao atendimento dos critérios ESG em suas atividades, onde há situações diferentes para caso, fazendo-se necessário, focar em áreas de eixo que melhor irão refletir a atuação da organização com a sociedade. A partir deste ponto, nota-se que os eixos ambiental, social e governança sofrem variações de acordo com o segmento da organização, objetivos a médio e longo prazo, investimentos, entre outros fatores particulares de cada empreendimento, mas que juntos objetivam aderir as práticas sustentáveis gradativamente.

4.2.7 Barreiras para Implementação do Relatório ESG

Nesta fase, elencou-se perguntas sobre o grau de impacto de cada uma das barreiras na busca por objetivos associados as práticas de ESG, de acordo com a escala de Impacto (impacto nulo, pequeno, médio, grande e extremamente grande).

Tabela 7 – Escala de Impacto das Barreiras para Relatório ESG

Barreiras	Escala de Impacto (%)				
	Impacto quase nulo	Impacto pequeno	Impacto médio	Impacto grande	Impacto extremamente grande
Falta de Investimentos	20%	0%	20%	60%	0%
Falta de Pessoas Qualificadas	0%	0%	60%	40%	0%
Falta de Disseminação do ESG	0%	0%	40%	60%	0%
Falta de Consciência dos Gestores e Colaboradores	0%	0%	40%	60%	0%
Falta de Interesse / Compromisso dos colaboradores	0%	0%	20%	80%	0%
Falta de Apoio da Diretoria	0%	20%	40%	40%	0%
Dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem	0%	20%	20%	60%	0%
Ceticismo em relação aos benefícios potenciais	0%	0%	40%	60%	0%
Falta de conhecimento sobre ESG e Sustentabilidade	0%	0%	20%	80%	0%
Falta de Estratégias e Planejamento para o ESG	0%	20%	40%	40%	0%
Falta de Compromisso com o processo de ESG	0%	0%	60%	40%	0%
Falta de Estrutura Adequada	0%	20%	60%	20%	0%
Muitas Restrições burocráticas	0%	40%	20%	40%	0%
Falta de Legislação e diretrizes para Sustentabilidade	0%	20%	20%	60%	0%
Falta de Sistemas de Controles	0%	0%	20%	80%	0%
Falta de comunicação	0%	0%	40%	60%	0%
Alto Custo de Implantação	0%	20%	60%	20%	0%
Falta de um ecossistema para ambiente de negócios	0%	40%	40%	20%	0%

Escala de cores:

Cor	Percentual
	0%
	20%
	40%
	60%
	80%
	100%

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Nesta etapa, conforme as respostas acolhidas, elaborou-se a Tabela 7 para evidenciar com maior nitidez as variáveis analisadas na pesquisa, na qual a falta de investimentos foi a única alternativa que compreendeu o impacto quase nulo, representado por 20% das respostas obtidas, o que significa que as organizações necessitem focar investimentos em práticas sustentáveis para aprimorar tais práticas e desenvolve novas formas de implementar o ESG nas

suas atividades. Por outro lado, verifica-se que a questão dos investimentos é um fator altamente importante na implantação do ESG em uma organização, sendo que 60% das respostas consideram que a falta de investimentos ocasiona um impacto grande na inserção destas práticas na empresa.

Essas afirmações vão de encontro com os estudos de Callado (2010) e Cruz (2021), que identificaram que há uma ascensão nos investimentos em ESG em virtude da necessidade do mercado em novas práticas e modalidades de aplicação destas atividades nas organizações.

Analisando a escala de impacto pequeno, pode-se perceber que as variáveis falta de apoio da diretoria, dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem, falta de estratégias e planejamento para o ESG, falta de estrutura adequada, falta de legislação e diretrizes para sustentabilidade e alto custo de implantação tiveram resposta compreendendo 20% dos resultados ligados a estes pontos com impacto abaixo da média, ou seja, são pontos importantes que barram a aplicação de práticas ESG nas organizações, mas que ainda não são considerados como os principais problemas para essa questão. No mesmo nível desta escala, encontram-se as variáveis: muitas restrições burocráticas e falta de um ecossistema para ambiente de negócios, correspondendo a 40% das repostas obtidas, permitindo identificar que estes dois pontos possuem maior importância e podem ser uma barreira maior para a inserção do ESG nas companhias, do que os itens mencionados anteriormente.

Frente a estes resultados, estão os argumentos de Castro (2017) e Pezzoli (1997), que atribuem existir barreiras na implantação do ESG devido a formação de sistemas econômicos falhos, cobertos de questões burocráticas a implementação e desenvolvimento destas práticas, ligados a inexistência de um processo formal e regulatório para sua inclusão, ou seja, há muita burocracia a ser desmembrada sem ter um modelo de estrutura padrão.

No que tange ao impacto médio e grande, obtiveram-se diversas respostas com variações entre 20% e 80%, merecendo destaque os maiores índices, que permitem identificar as maiores barreiras para a implantação do ESG nas empresas, atribuídas as variáveis: falta de interesse ou compromisso dos colaboradores, falta de conhecimento sobre ESG e sustentabilidade e falta de sistemas de controles. Este resultado permite inferir que um dos motivos que ocasionam problemas ou restrições à implementação do ESG está ligado diretamente aos seus colaboradores, que necessitam entender o contexto corporativo e global e as responsabilidades que o ESG promove à sociedade e organização, assim como para empresa faz-se necessário uma abordagem diferente sobre ESG, explicando e inserindo gradativamente na vida dos colaboradores. Por fim, o último item evidenciado diz respeito a sistemas de controles, que por sua vez também está ligado a falta de investimentos e na qualificação das pessoas, pois ao

momento que se exige melhores desempenhos e atividades, oportuniza-se essa qualificação, essa melhoria no desempenho do todo.

Portanto, conforme observado por Dias Filho (2007), tanto o desenvolvimento quanto a divulgação das informações, correspondem ao compromisso da organização em ensinar e transmitir informações coerentes a todos os usuários para seu melhor manuseio e inserção. Por mais que esses fatores possam ser considerados as maiores barreiras ao ESG, há uma evidência que vem ocorrendo uma busca constante e crescente pelo conhecimento da prática sustentável conforme afirma Favarin (2020), o que isto demonstra que há um movimento de mudança, de interesse, mas ele é lento, é a longo prazo.

Ocupando o segundo maior índice de respostas, estão falta de investimentos, falta de disseminação do ESG, falta de consciência dos gestores e colaboradores, dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem, ceticismo em relação aos benefícios potenciais, falta de legislação e diretrizes para sustentabilidade e a falta de comunicação, com 60% de identificação de barreiras de impacto grande.

Estas evidências demonstram que há uma grande lacuna entre a organização, os colaboradores e a sociedade, visto que por não haver diretrizes e obrigações padrão para a aplicação do ESG, consequentemente ocorre a falta de investimento, visto que o custo de implantação é extremamente caro, ainda mais pensando que trata-se de longo prazo.

Aliada a essas questões, identifica-se problemas no aprendizado e desenvolvimento da consciência e promoção do ESG aos colaboradores e gestores quanto inclusão de atividades que foquem no eixo social e ambiental. Pode-se atribuir a este fator a falta de conhecimento e comunicação de ambas as partes sobre o lado positivo do desenvolvimento de atividades ligadas ao ESG, onde falta engajamento dos interessados seja por questões próprios ou pela falta de visualização dos benefícios a longo prazo.

Estas análises corroboram com as pesquisas de Yu e Zhao (2015) ao afirmar que as empresas podem obter diversos benefícios ao praticar o ESG, atraindo investimentos e melhorando a reputação, mas para isto são obrigadas a focar seu desenvolvimento de dentro para fora, ou seja, inicialmente modificar a cultura organizacional, intensificando medidas que possam adequar e ensinar novas formas de vivenciar a sustentabilidade e o lado social dos colaboradores, visualizando que a médio e longo prazo suas ações terão frutos aos filhos e netos, assim como melhorias na sociedade.

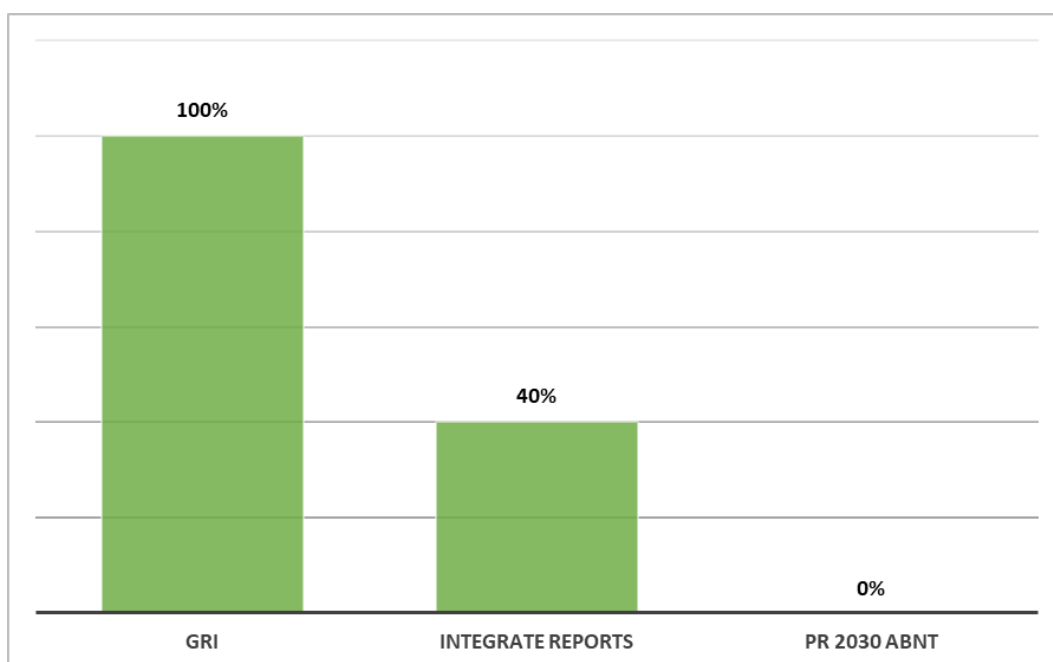
Assim como Rabbani (2021) também destaca que para se obter um desenvolvimento sustentável satisfatório, faz-se necessário inserir gradativamente essas rotinas e informações na vida dos indivíduos e nas organizações, de modo a promover ações e mudança na rotina

organizacional, como no pensamento sustentável dos colaboradores, visando melhores desempenhos e condições ambientais, ou seja, é imprescindível que tanto a organização quanto os colaboradores estão com pensamento e atividades alinhados ao bom desenvolvimento de práticas sustentáveis, e claro, estas medidas são possíveis em um ambiente que instrua e organize as práticas a serem inseridas.

Outra questão relacionada foi referente ao item: “Há outras barreiras que afetam a empresa, para integração, implementação e desenvolvimento do ESG”, ao qual não se obtiveram respostas. Pode-se atribuir esse fato às respostas anteriores pela falta de conhecimento, de estrutura adequada para implantação e a disseminação de novas regulamentações a respeito do Relatório ESG.

Para Anderson (2019), a elaboração dos relatórios ESG em sua maioria serve para divulgar informações aos investidores, com o intuito de medir seus retornos financeiros e o risco de investir em determinado negócio, portanto, o real motivo de sua elaboração nem sempre é focado na questão sustentável e social, e sim, financeiro.

Figura 82 – A empresa possui algum padrão para divulgação de relatório de sustentabilidade



Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste item, pretendeu-se analisar se há existe um padrão para divulgação de relatórios de sustentabilidade nas organizações na atualidade, portanto foi questionado em qual destes se enquadrariam: GRI (Global Reporting Initiative), Integrate Reports, PR 2030 ABNT, ou que mencionassem outro se fosse o caso.

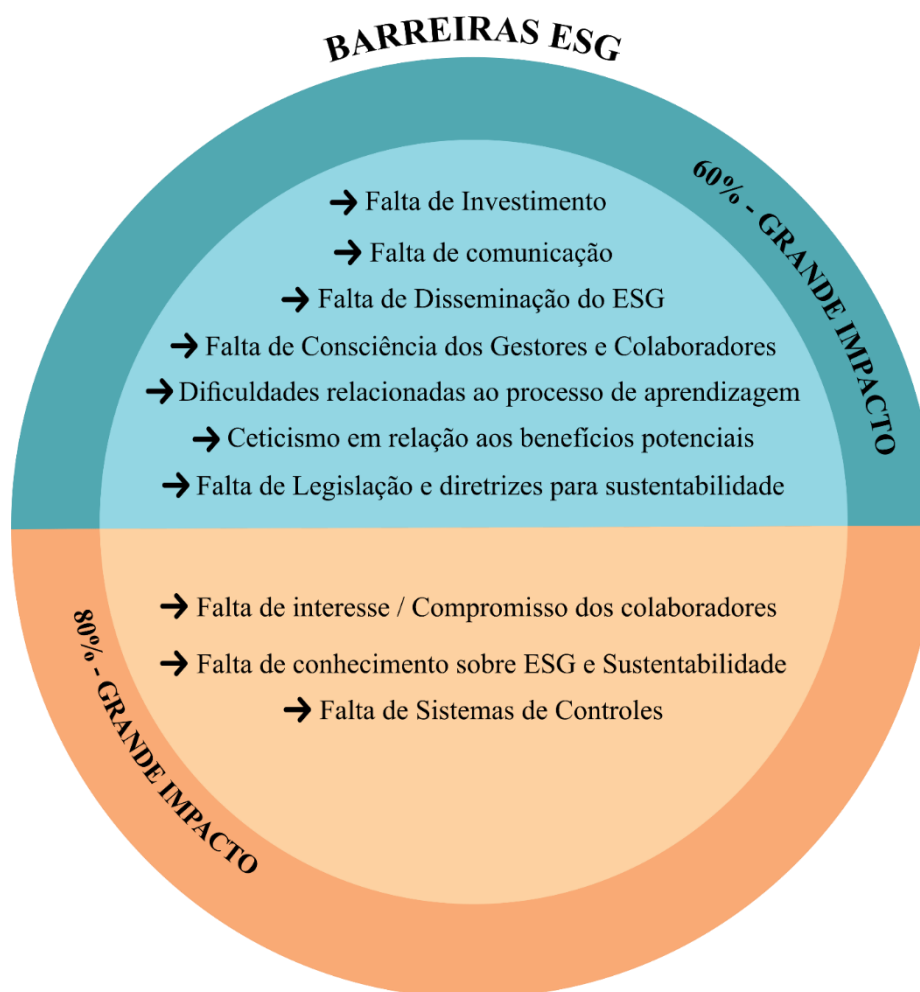
Através do diagnóstico efetuado na Figura 82, pode-se afirmar que as empresas na atualidade utilizam em 100% os relatórios baseados no GRI e em 40% no Integrate Reports. Nota-se, portanto, que com a formulação da PR2030 ABNT no final de 2022, é ainda recente encontrar algum relatório formulado com base nesse padrão.

Destaca-se a GRI por ser uma organização internacional que estipula regras e normas para formulação de relatórios publicados mundialmente pelas instituições promovendo a transparência e diálogo entre os stakeholders. As boas práticas são revisadas constantemente e disponibilizadas a todos interessados no tema para publicar e analisar as práticas desenvolvidas (GRI, 2022).

Já, o Integrate Reports, que abrangeu o segundo maior índice de utilização, trata-se de uma estrutura internacional desenvolvida e utilizada em diversos países para relatar a comunicação, criação, preservação e erosão de valor, com o intuito de alocar capital eficiente e produtivo na atuação do desenvolvimento sustentável e financeiro. Para tanto, o relatório responsável recebeu o nome de Relato Integrado, ao qual contém informações de qualidade e abordagens coesas no âmbito corporativo para auxiliar na tomada de decisões e criação de valores às partes interessadas a curto, médio e longo prazo (INTEGRATE REPORTS, c2023).

Para melhor visualizar o resultado destas análises, elaborou-se uma figura evidenciando as principais barreiras ao desenvolvimento dos relatórios ESG, apontando em duas escalas de representatividade, conforme as respostas obtidas no levantamento, tendo em seu penúltimo grau de impacto, as opiniões dívidas entre 60 e 80% nas principais variáveis elencadas, conforme a Figura 83.

Figura 83 – Avaliação das Barreiras para Implementação do Relatório ESG



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Tabela 7, o total de respondentes da pesquisa foram 5 pessoas (uma de cada empresa), que equivale ao total de respostas correspondente a 100%, portanto os resultados obtidos, mesmo que não considerados dados estatísticos pelo pouco número de respostas, auxilia na desmitificação das barreiras para a elaboração dos relatórios ESG nas organizações.

Nota-se nesta avaliação que das 18 perguntas elencadas aos respondentes, 7 receberam a ponderação de impacto grande com um total de 3 indivíduos concordando com a variável mencionada e que 3 respostas obtiveram dados com impacto grande com 4 indivíduos, representando os maiores percentuais de 60% e 80%, respectivamente.

Com essas informações, pode-se concluir que há itens bastante relevantes que impedem ou acabam de alguma forma tardando a elaboração dos relatórios ESG nas organizações, portanto são critérios a serem revisados e superados, como investimentos, disseminação do ESG, consciência e compromisso dos envolvidos (tanto gestores quanto colaboradores),

processos de aprendizagem e conhecimento em ESG, questões legais (leis e diretrizes), comunicação e sistemas para monitorar e controlar tais atividades.

Com os resultados obtidos em todas as análises acima descritas, primeiramente na RSL, seguida da Análise dos Relatórios das 5 melhores Empresas da ISE/B3 e por fim no Levantamento com os Responsáveis pelo ESG nas empresas listadas na ISE/B3, pode-se chegar à conclusão de práticas inseridas nas organizações através de variáveis específicas mencionadas neste trabalho, com base na ABNT PR2030, que são essenciais à elaboração e inserção de atividades sustentáveis e sociais no cumprimento dos critérios ESG.

Para identificação destes itens, elaborou-se um Framework final, contendo as principais variáveis detectadas nas respostas, com maior grau de comprometimento das organizações quanto ao seu cumprimento e inserção nas atividades da empresa, conforme evidenciado na Figura 84.

Figura 84 – Framework das evidências para Implementação do Relatório ESG



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como resultados finais, evidencia-se em cada eixo do ESG são definidas as principais evidências encontradas a respeito das atividades que fazem parte das organizações, demonstrando que há o cumprimento de diversas práticas no eixo ambiental, social e de governança seja por questões financeiras, mercadológicas ou até mesmo por pressão da sociedade.

Nota-se que no elenco total de variáveis apresentadas, há diversas que receberam pontuações inferiores ao esperado, assegurando que inúmeras atividades necessitam de reforço ou melhorias para que o cumprimento do ESG seja alcançado em sua totalidade e realmente haja empresas sustentáveis e preocupadas com as questões sociais.

O que tange ao eixo ambiental, destacam-se as práticas associadas à mitigação dos gases efeito estufa, adaptação as mudanças climáticas, eficiência energética, uso da água e efluentes, conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo, gestão ambiental de áreas contaminadas e produtos perigosos, prevenção da poluição sonora e qualidade do ar, economia circular e gestão de resíduos. Sendo assim fica evidente que o estudo contribui, quanto ao eixo ambiental, na identificação das atividades que são evidentemente são realizadas pelas organizações no cumprimento do setor sustentável, assim como torna possível visualizar quais ainda merecem destaque ou até mesmo que possuem pouca participação devido a fatores econômico-financeiros.

No eixo social, as práticas que mais se destacaram foram os investimentos e impactos sociais, diálogo e engajamento das partes interessadas, combate ao trabalho infantil e trabalho forçado, respeito aos direitos humanos, políticas de equidade na cultura organizacional, práticas de diversidade e inclusão social, relacionamento com clientes e fornecedores, qualidade de vida e políticas de remuneração, desenvolvimento profissional, saúde e segurança organizacional. Portanto, fica evidente as atividades desenvolvidas pelas instituições, demonstrando que o estudo contribui para o elenco destas atividades, assim como identifica os pontos que precisam ser melhorados, focando ainda mais nas políticas sociais e inserção destes fatores nas empresas e na sociedade.

O eixo governança teve atividades de destaque como gestão de riscos, engajamento das partes interessadas, propósito da empresa junto à sustentabilidade, prevenção de concorrência desleal, formulação de relatórios de sustentabilidade (ESG ou relato integrado), estrutura e composição de governança corporativa, responsabilização e prestação de contas, programas de integridade, práticas anticorrupção, ambiente legal e regulatório, práticas de controle interno, gestão da segurança da informação de dados pessoais e auditorias interna e externa. Com a análise e evidenciação destes pontos de destaque, é possível identificar que as organizações têm cumprido seu papel quanto as atividades de governança. Desta forma, a pesquisa contribui com as empresas e sociedade, demonstrando quais são as atividades de maior destaque e as que ainda necessitam de maior atenção, tempo e investimentos, contribuindo então, com a disseminação do conteúdo e sua visualização para posteriores estudos e análises.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa do trabalho, constam as conclusões do estudo, assim como as recomendações para pesquisas futuras.

5.1 CONCLUSÕES

O desenvolvimento sustentável, proposto pela ONU nos seus 17 objetivos sustentáveis, ganhou notoriedade pelas organizações nos últimos 10 anos conforme identificado na pesquisa. Neste ponto, destaca-se o ISE B3, um índice criado para evidenciar as organizações que melhor representam os aspectos ambientais, sociais de governança no âmbito brasileiro.

Por ser uma classificação que ressalta os investimentos socialmente responsáveis efetuados pelas organizações, o índice ainda evidencia o desempenho destas organizações quanto ao atendimento da divulgação de relatórios à sociedade.

O fato de a sociedade estar cada vez mais envolvida e questionando as empresas sobre suas atividades e as consequências que o crescimento acelerado da globalização pela busca de lucro, levou as organizações a desenvolverem uma série de soluções para os problemas socioambientais acarretados por suas atividades.

Sendo assim, as empresas passaram a aderir práticas de ESG com a inclusão de práticas políticas organizacionais que mitiguem os problemas recorrentes da atividade industrial, comercial e de serviços que vem se alastrando ao longo dos anos. Para tal, iniciaram programas voltados a sustentabilidade, inovando e investindo no aperfeiçoamento de atividades e equipamentos com o intuito de reduzir os problemas ambientais.

O presente estudo teve o objetivo geral de analisar as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de Environmental, Social and Governance – ESG nas empresas participantes da ISE/B3 no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2023.

Com o intuito de evidenciar essa questão nas empresas brasileiras, a pesquisa foi dividida em duas etapas, sendo a primeira uma etapa qualitativa com análise dos relatórios divulgados pelas cinco melhores organizações da classificação da ISE/B3 para compreender as informações e atividades praticadas e divulgada pelas instituições nos seus relatórios.

No segundo momento, a fase quantitativa, composta por uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), com o objetivo de identificar os assuntos mais relevantes e pesquisados a respeito do tema sustentabilidade nas empresas, seguida de uma pesquisa de levantamento com a aplicação de um questionário aos responsáveis pelas áreas de sustentabilidade nas empresas

brasileiras enquadradas na ISE B3, com a motivação de obter relatos verídicos e consistentes sobre a realidade das organizações no contexto nacional.

Os resultados quanto a análise dos relatórios, que compreendeu a primeira etapa do trabalho, demonstraram que as 5 melhores empresas do ISE B3, compreendida por EDP - Energias do Brasil, Lojas Renner, Telefônica Brasil, CPFL Energia e Natura, apresentaram classificações consideradas excelentes, com notas entre 4 (alta) e 5 (muito alta), representando os dois maiores graus de aplicabilidade das variáveis questionadas nos eixos ambiental, social e de governança. Todas as empresas analisadas exibiram notas acima da média (classificação 3 – regular) em todos os aspectos do ESG, isto é um resultado satisfatório ao identificar que suas estruturas e propostas estão comprometidas melhorias socioambientais na sociedade.

Embora tenham obtidos análises acima da média regular, há situações que necessitem de melhorias quanto a sua aplicabilidade e desenvolvimento, como visto nas categorias de gestão ambiental e prevenção da poluição e nas práticas de controle e gestão.

Dentre as variáveis analisadas nos relatórios das empresas, a de menor graduação considerada na avaliação foi a variável prevenção da poluição sonora (ruídos e vibrações), revelando que todas as empresas atendem aos critérios básicos e mínimos do cumprimento deste critério, embora o desempenho destas práticas não seja tão aprimorado e desenvolvido quanto as demais variáveis do estudo. Esses dados permitem identificar que há uma lacuna nessa questão, talvez ocasionada pela falta investimentos ou incentivos, gerando um declínio na avaliação das atividades desenvolvidas.

Em relação as demais variáveis analisadas, onde há a identificação de uma empresa ser melhor em um critério do que outra, podem estar relacionadas ao tipo de atividade desenvolvida, no caso o segmento em que cada uma atua, pois foram analisadas as empresas com melhores desempenhos, sem um ramo específico, portanto fica um contexto bastante amplo para se justificar ou encontrar um motivo viável de uma organização atender uma determinada variável com excelência, já outra não ser tão bem elaborada.

Na segunda etapa da pesquisa, no seu primeiro momento, compeendida pela RSL, obteve-se como principais retornos, mais de 2.400 artigos de publicações sobre o tema “*Environmental, Social and Governance*” and “*Companies*”, resultando no refinamento de 138 artigos finais, que analisados através do software VOSViewer, permitiu a análise e evidenciação que nos últimos 10 anos, há uma tendência e crescimento no número de publicações sobre algumas áreas específicas, como Negócios, Gestão, Estudos Ambientais, Economia e Ética.

A RSL também permitiu identificar que nos últimos 10 anos, a busca por disclosure, financial performance, governance, environmental, impact, corporate governance, esg

disclosure, sustainability e companies foram as palavras-chaves mais mencionadas nas pesquisas, o que evidencia o crescimento em estudos e melhorias a respeito dos conceitos de ESG.

Ressalta-se ainda que, na análise dos 10 artigos mais citados na RSL, manifesta-se uma grande concentração pesquisas sobre as abrangências de responsabilidade social corporativa, ESG, divulgação de relatórios, divulgação ESG, desenvolvimento sustentável, governança corporativa e sustentabilidade, ou seja, há a evidenciação que as pesquisas norteiam o desenvolvimento de teorias e práticas que tem por finalidade auxiliar os gestores no incremento de atividades que visam o aperfeiçoamento de métodos sustentáveis.

Já na segunda fase da pesquisa quantitativa, fez-se necessário a formulação de um questionário (pesquisa de levantamento tipo survey), validado por especialistas sobre ESG e posteriormente enviado aos responsáveis pelo ESG nas empresas da ISE B3 para identificação das barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de ESG.

Os responsáveis foram questionados sobre os eixos ambiental, social e de governança, práticas ESG e barreiras para os relatórios ESG, conforme o grau de aplicabilidade e concordância estabelecidos.

Nas categorias ligadas ao eixo ambiental, as mudanças climáticas obtiveram em média 53,34% das ponderações para a aplicabilidade muito alta, 13,34% para alta, 20% para regular, 6,66% para baixa e não se aplica. Os recursos hídricos compreenderam respostas com aplicabilidade de 40% regular, 20% alta 40% muito alta. No quesito biodiversidade e serviços ecossistêmicos, se obteve uma média das ponderações de aplicação sendo, 20% muito baixa, 40% regular, 20% alta e 20% muito alta. Já na economia circular, gestão de resíduos e prevenção da poluição, obteve-se medias quanto a aplicabilidade de 10% baixa, 20% regular, 30% alta e 40% muito alta.

Essas classificações permitiram identificar que quanto ao eixo ambiental as empresas no geral obtiveram medias consideravelmente boas em relação as notas de aplicabilidade, sendo a ponderação mais alta com 38,35%, alta com 20,84%, regular com 30% das respostas. Percebe-se que embora o maior percentual de respostas seja o mais alto, há ainda em segundo colocado a pontuação regular, o que demonstra que há um grau de aplicação que ainda necessita de melhores implantações e melhorias.

No eixo social, a categoria diálogo social e desenvolvimento territorial obteve medias de 20% para regular, 40% para alta e 40% para muito alta em relação a aplicabilidade dos quesitos sociais. Direitos humanos teve 40% alto e 60% muito alto. Diversidade, equidade e inclusão social, obtiveram ponderações médias de 30% para regular, 20% alta e 50% muito alta.

Sobre as relações e práticas de trabalho resultou em média 10% regular, 40% alta e 50% muito alta. O último item social, promoção de responsabilidade social na cadeia de valor atingiu resultados com 60% de aplicabilidade alta e 40% muito alta.

Os resultados apontam que em média 48% dos resultados obtidos referem-se à classificação muito alta de aplicabilidade de práticas sociais no desenvolvimento das tarefas. Destaca-se que apenas 12% em média, respondeu que o cumprimento da empresa quanto a esses quesitos é regular, ou seja, há uma margem de 40% para a ponderação alta, identificando que as empresas estão sim preocupadas e atendendo a causas sociais no desenvolvimento de suas tarefas, com intuito de minimizar problemas sociais e praticar a inserção social dos indivíduos nas organizações.

O eixo governança, composto pelas categorias, governança corporativa, conduta empresarial, práticas de controle e gestão e transparência na gestão, obtiveram as melhores classificações da pesquisa junto aos representantes das empresas. Com as avaliações em média acima de 60% e 40% quanto aplicabilidade, foram obtidas respostas com muito alto e alto respectivamente.

Estes resultados evidenciam que os indivíduos identificam que a empresa está adequada e desenvolvendo atividades na melhoria dos processos de controle e gerenciamento de dados, cujo objetivo é aumentar o desempenho econômico-financeiro e ao mesmo tempo obter boa reputação frente aos investidores.

Fato considerável e até mesmo contraditório com a realidade expressa pelas divulgações, pois ao comparados com a análise dos relatórios das organizações, o item que se identificou menores pontuações foi o eixo de governança, resultado de informações não tão completas e explicativas a respeito das atividades desenvolvidas.

Quando questionados sobre o grau de concordância do conceito e aplicação do ESG nas organizações em que atuam, de forma geral, os resultados foram positivos com maior concentração em concordo e concordo totalmente.

Destacam-se algumas respostas que tiveram divisão das opiniões, respondendo concordo e nem concordo e nem discordo, em alguns critérios como o ESG ser bem difundido na organização, práticas de reaproveitamento, reutilização e reciclagem, evidenciando que há atividade que precisam ser melhoradas tanto no sentido de elaboração quanto de comunicação, realizando e divulgando tarefas mais proveitosas ao incentivo de sua aplicação.

Quanto ao ESG afetar as decisões da empresa, os impactos ambientais serem considerados na tomada de decisão, haver participação em políticas de economia circular, realizar práticas de ações sociais, como a inclusão, diversificação e equidade dos indivíduos,

foram precisas as respostas com a maioria das opiniões considerando concordarem entre 40% e 60%.

Em relação a divulgação do Relatório ESG, questionou-se os participantes a partir de que ano a empresa realizava, tendo por respostas a partir de 1990 (20), 2000 (20%) e 2010 (40%) que já efetuavam essa prática. Destaca-se que houve respostas com 20% que ainda não efetuam a elaboração e divulgação. Esse fato pode ser associado a falta de uma governança corporativa adequada e estruturada capaz de promover melhorias no desempenho das atividades e consequentemente divulgar esses resultados aos interessados, objetivando melhores retornos financeiros.

Na última fase da pesquisa, perguntou-se aos participantes sobre o grau de impacto de cada uma das barreiras na busca por objetivos associados as práticas de ESG, de acordo com uma escala de Impacto.

As respostas com o grau de impacto grande, consideradas acima de 40% foram a falta de Investimentos, falta de pessoas qualificadas, falta de disseminação do ESG, falta de consciência dos gestores e colaboradores, falta de interesse / compromisso dos colaboradores, falta de apoio da diretoria, dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem, ceticismo em relação aos benefícios potenciais, falta de conhecimento sobre ESG e sustentabilidade, falta de estratégias e planejamento para o ESG, falta de compromisso com o processo de ESG, muitas restrições burocráticas, falta de legislação e diretrizes para sustentabilidade, falta de sistemas de controles e a falta de comunicação.

Já as respostas com o grau de impacto médio, com respostas também consideradas acima de 40% foram falta de pessoas qualificadas, falta de disseminação do ESG, falta de consciência dos gestores e colaboradores, falta de apoio da diretoria, ceticismo em relação aos benefícios potenciais, falta de estratégias e planejamento para o ESG, falta de compromisso com o processo de ESG, falta de estrutura adequada, falta de comunicação, alto custo de implantação, falta de um ecossistema para ambiente de negócios.

Portanto a partir destes resultados, pode-se afirmar que as barreiras que são mais impactantes e significativas ao desenvolvimento dos relatórios ESG em uma organização dizem respeito a: falta de pessoas qualificadas, falta de disseminação do ESG, falta de consciência dos gestores e colaboradores, falta de apoio da diretoria, ceticismo em relação aos benefícios potenciais, falta de estratégias e planejamento para o ESG e a falta de compromisso com o processo de ESG.

Na última etapa pretendeu-se analisar se há existe um padrão para divulgação de relatórios de sustentabilidade nas organizações por este motivo, também foram questionados se

as organizações em que atuam se enquadrariam no GRI (Global Reporting Initiative), Integrate Reports, PR 2030 ABNT, ou se houvesse outro, que informasse qual. Como respostas foram obtidos resultados que em primeiro momento, as empresas baseiam-se em 100% no GRI, que são relatórios sustentáveis, e que de outra forma de divulgação, optam por atender os critérios e elaboração do do Integrate Reports (relato integrado) em 40%, que compreende na formalização de um relatório unico composto pelas 3 esferas ambiental, social e governança.

Por fim, conclui-se que as empresas iniciaram a divulgação dos relatórios ESG inicialmente por uma questão de mercado, e que hoje, tem-se como um dos diferenciais estratégicos manter e relatar as atividades desenvolvidas à sociedade e investidores. Quanto as informações que são apresentadas anualmente pelos relatórios sustentáveis, destacam-se que há uma grande riqueza nas informações prestadas, assinalando as práticas exercidas e os resultados conquistados em junto a sociedade na solução de problemas socioambientais, e consequentemente oportunizando melhores resultados financeiros a corporação.

Como contribuições, este estudo identifica e mensura as barreiras que impedem ou dificultam a adesão de práticas ESG nas corporações, por diversos motivos, conforme mencionados anteriormente. Da mesma forma, evidencia-se que não há um relatório padrão a ser seguido, embora haja 2 plataformas mais usuais, elas apenas norteiam o caminho a ser feito, não é um modelo e sim uma orientação de como proceder.

A PR2030, por ser uma prática recomendada, não obrigatória, está em processo de inclusão, portanto trabalhos futuros podem ser efetuados observando os anos seguintes da sua implementação e se esta está sendo realizada com sucesso.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

Para novas pesquisas, há muito estudo a ser feito, pois embora o assunto esteja sendo cada vez mais procurador e repercutido nas grandes organizações, inclusive a nível mundial, existem inúmeras possibilidades de análises, com outras variáveis a serem executadas e oportunizando viés diferentes para tomada de decisões das organizações e na melhoria da elaboração dos relatórios.

Recomenda-se, a continuidade deste estudo aprofundando os resultados obtidos com novas buscas, diretamente aos responsáveis pelo programa ESG das organizações com o intuito de colher dados mais concretos e reais das práticas, assim como as barreiras encontradas no desempenho ESG e a elaboração dos relatórios ESG, evidenciando situações que possam ser

estudadas para promover melhorias nestes aspectos e auxiliar estas empresas nas divulgações de relatórios mais concretos, enxutos e reais à população.

Outro aspecto bastante relevante é avançar na aplicação da Norma PR2030, sugerindo elaborações de relatórios com base nela, ao qual hoje, basicamente a maioria segue o GRI, para que seja possível analisar a eficácia desta prática em relação a mais usual no momento e propor avanços na sua elaboração.

Há diversas vertentes para este estudo como a utilização de outros índices sustentabilidade, no caso usamos o ISE B3, ao qual poderia ter sido utilizado o Índice de Carbono Eficiente (ICO2 B3) ou até mesmo o Índice GPTW B3 (IGPTW B3), para se obter uma análise voltada a transparência e emissões e economia de baixo carbono (ICO B3), como também, a retornos totais sobre os investimentos (IGPTW B3).

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. C. S. *et al.* Governança corporativa na estrutura conceitual do relato integrado: divulgações das empresas brasileiras participantes do projeto piloto. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 31-49, 2016.
- AGUSTINHO, A. G. S.; VELOSO, C. C. **Sustentabilidade Empresarial: Estratégia das Empresas Inteligentes**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.
- ALAREENI, B. A.; HAMDAN, A. Impacto ESG no desempenho de empresas listadas no S&P 500 dos EUA. **Governança Corporativa**, [s.l.], v. 20, n. 7, p. 1409-1428, 2020.
- ALBUQUERQUE, R. *et al.* Resiliency of environmental and social stocks: An analysis of the exogenous COVID-19 market crash. **The Review of Corporate Finance Studies**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 593-621, 2020.
- ALDOWAISH, A. *et al.* Environmental, Social, and Governance Integration into the Business Model: Literature Review and Research Agenda. **Sustainability**, [s.l.], v. 14, n. 5, p. 1-20, 2022.
- AMANKWAH-AMOA, J. Stepping up and stepping out of COVID-19: New challenges for environmental sustainability policies in the global airline industry. **Journal of Cleaner Production**, [s.l.], v. 271, p. 1-8, 2020.
- AMARAL, P. O. Lei das Estatais: Espectro de Incidência e regras de governança. **Estatuto jurídico das empresas estatais: Lei**, v. 13, p. 58-70, 2016.
- AMORIM, B. P.; CÂNDIDO, G. A. Avaliação da sustentabilidade do setor sucroalcooleiro: uma aplicação do barometer of sustainability no município de Pedras de Fogo–PB. **Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, v. 12, n. 1, p. 151-167, jan./jun. 2015.
- ANJOS, R. M.; UBALDO, A. A. B. O desporto como elemento indutor da sustentabilidade na sociedade de risco. *In*: SOUZA, M. C. S. A.; ARMADA, C. A. **Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade: reflexões e perspectivas**. Umuarama: Universidade Paranaense–UNIPAR, 2015.
- ARAGÃO, J. W. M.; MENDES NETA, M. A. H. **Metodologia científica**. 2017.
- ARAÚJO, G. C. *et al.* Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores. *In*: CONGRESSO VIRTUAL BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO, 3., 2006. **Anais [...]**. São Paulo: Instituto Pantex de Pesquisa, 2006. p. 70-82.
- ARIS, N. A. *et al.* Designing indicators for cooperative sustainability: the Malaysian perspective. **Social Responsibility Journal**, [s.l.], v. 14, p. 226-248, 2018.
- ARRIVE, J. T.; FENG, M. Corporate social responsibility disclosure: Evidence from BRICS nations. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s.l.], v. 25, n. 5, p. 920-927, 2018.
- ASHLEY, P. *et al.* **Ética e responsabilidade social nos negócios**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2003.

ATAN, R. *et al.* The impacts of environmental, social, and governance factors on firm performance: Panel study of Malaysian companies. **Management of Environmental Quality: An International Journal**, [s.l.], v. 29, n. 2, p. 182-194, 2018.

ATIF, M.; ALI, S. Environmental, social and governance disclosure and default risk. **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 30, n. 8, p. 3937-3959, 2021.

ÁVILA, L. V. *et al.* **A perspectiva da sustentabilidade do plano de desenvolvimento institucional**: um estudo das instituições federais de ensino superior. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

B3. **B3 divulga o ISE**: Índice de Sustentabilidade Empresarial. [S.l.]: B3, 2022. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise-b3.htm. Acesso em: 15. jan. 2023.

BANSAL, P.; SONG, H.-C. Semelhante, mas não igual: Diferenciando sustentabilidade corporativa de responsabilidade corporativa. **Acadmy of Management Annals**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 105-149, 2017.

BARBIERI, J. C. *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, [s.l.], v. 50, p. 146-154, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Presses Universitaires de France, 1977.

BARTOCCI, L.; PICCIAIA, F. Towards integrated reporting in the public sector. *In*: BUSCO, C. *et al.* (ed.). **Integrated Reporting**. Switzerland: Springer International Publishing, 2013. p. 191-204. DOI https://doi.org/10.1007/978-3-319-02168-3_12.

BAUMGARTNER, R. J.; RAUTER, R. Strategic perspectives of corporate sustainability management to develop a sustainable organization. **Journal of Cleaner Production**, [s.l.], v. 140, p. 81-92, 2017.

BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação (CoInfo) e midiática: inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. **Revista Folha de Rosto**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 15-24, 2018.

BEN-AMAR, W.; BELGACEM, I. Do socially responsible firms provide more readable disclosures in annual reports? **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s.l.], v. 25, n. 5, p. 1009-1018, 2018.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOFF, L.; TERRA, A. Opção. Sustentabilidade e educação. **Instituto Humanitas Unisinos**, 7 maio 2012.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa na Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto/Portugal: Porto Editora, 1994.

- BOUNI, C. Indicateurs de développement durable: l'enjeu d'organiser une information hétérogène pour préparer une décision multicritère. *In: COLLOQUE INTERNATIONAL, ABBAY DE FONTEVRAUD - INDICATEURS DE DÉVELOPPEMENT DURABLE*, 1996. Paris. **Anais [...]**. Paris: Application des Sciences de l'Action (AScA), 1996.
- BRASIL, **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm. Acesso em: 24 out. 2022.
- BROADSTOCK, D. C. *et al.* The role of ESG performance during times of financial crisis: Evidence from COVID-19 in China. **Finance Research Letters**, [s.l.], v. 38, p. 1-11, 2021.
- BROGI, M.; LAGASIO, V. Environmental, social, and governance and company profitability: Are financial intermediaries different?. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s.l.], v. 26, n. 3, p. 576-587, 2019.
- CALLADO, A. L. C. **Modelo de mensuração de sustentabilidade empresarial: uma aplicação em vinícolas localizadas na serra gaúcha**. 2010. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto e Contexto**, [s.l.], v. 15, n. 4, p.679-684, dez. 2006.
- CARVALHO, L. N.; KASSAI, J. R. Relato integrado: a nova revolução contábil. **Revista Fipecafi**, São Paulo, v. 1, p. 21-34, ago. 2014.
- CASTRO, B. S. *et al.* Avaliação das fontes potenciais de financiamento para projetos de caráter ambiental relacionados aos ODS no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economía Ecológica**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 29-45, 2019.
- CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica sul-americano. **Revista de Informação Contábil**, [s.l.], v. 4, n. 4, p. 83-102, out./dez. 2010.
- CASTRO, L. A. Análise de diferenças de desempenho entre empresas participantes e não participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA. **Revista Ciências Administrativas**, [s.l.], v. 23, n. 1, p. 128-155, 2017.
- CEK, K.; EYUPOGLU, S. Does environmental, social and governance performance influence economic performance? **Journal of Business Economics and Management**, [s.l.], v. 21, n. 4, p. 1165-1184, 2020.
- CHAE, B.; PARK, E. Corporate social responsibility (CSR): A survey of topics and trends using Twitter data and topic modeling. **Sustainability**, [s.l.], v. 10, n. 7, p. 1-20, 2018.
- CHEN, Z.; XIE, G. ESG disclosure and financial performance: Moderating role of ESG investors. **International Review of Financial Analysis**, [s.l.], v. 83, p. e102291, 2022.
- CHRISTMANN, P. Effects of "best practices" of environmental management on cost advantage: the role of complementary assets. **Academy of Management Journal**, [s.l.], v. 43, p. 663-680, 2000.

- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.
- CONCA, L. *et al.* The impact of direct environmental, social, and governance reporting: Empirical evidence in European-listed companies in the agri-food sector. **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 30, n. 2, p. 1080-1093, 2021.
- CORT, T.; ESTY, D. ESG Standards: Looming challenges and pathways forward. **Organization & Environment**, [s.l.], v. 33, n. 4, p. 491-510, 2020.
- COSENZ, F.; RODRIGUES, V. P.; ROSATI, F. Dynamic business modeling for sustainability: Exploring a system dynamics perspective to develop sustainable business models. **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 29, n. 2, p. 651-664, 2020.
- COSTA, E.; FERREZIN, N. B. ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) e a comunicação: o tripé da sustentabilidade aplicado às organizações globalizadas. **Revista Alterjor**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 79-95, 2021.
- CRUZ, F. N. Gestão da Sustentabilidade e Gestão de Projetos: caminhos para integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política das organizações. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 55-77, 2020.
- CRUZ, P. M.; FERRER, G. R. Direito, Sustentabilidade e a Premissa Tecnológica como ampliação de seus Fundamentos. **Sequência**, Florianópolis, v. 36, n. 71, p. 239-278, 2015.
- CRUZ, T. S. *et al.* Estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas: um estudo com as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 10, p. 149-166, 2017.
- DASH, J. W. (ed.). **World scientific encyclopedia of climate change: case studies of climate risk, action, and opportunity**. [S.l.]: World Scientific, 2021.
- DAUB, C. Assessing the quality of sustainability reporting: an alternative methodological approach. **Journal of Cleaner Production**, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 75-85, 2007.
- DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de informações sociais em seis bancos brasileiros – uma análise à luz da teoria da agência. **Revista Universo Contábil**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 6-21, jul./set. 2013.
- DIAS FILHO, J. M. Políticas de evidenciação contábil: Um estudo do poder preditivo e explicativo da teoria da legitimidade. *In*: Encontro anual da ENANPAD, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ: ANPAD, 2007.
- DIAS, R. **Responsabilidade social: fundamentos e gestão**. São Paulo: Atlas, 2012.
- DIMSON, E.; MARSH, P.; STAUNTON, M. Divergent ESG ratings. **The Journal of Portfolio Management**, [s.l.], v. 47, n. 1, p. 75-87, 2020.
- DONTHU, N. *et al.* How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, [s.l.], v. 133, p. 285-296, 2021.

DONTHU, N.; GUSTAFSSON, A. Effects of COVID-19 business and research. **Journal of Business Research**, [s.l.], v. 117, p. 284-289, 2020.

DOW JONES. **Dow Jones Sustainability Index**. Disponível em: <http://www.sustainability-indexes.com>. Acesso em: 21 out. 2022.

DUQUE-GRISALES, E.; AGUILERA-CARACUEL, J. Environmental, Social and Governance (ESG) scores and financial performance of multilatinas: Moderating effects of geographic international diversification and financial slack. **Journal of Business Ethics**, [s.l.], v. 168, p. 315-334, 2019.

EBERLE, D.; BERENS, G.; LI, T. The impact of interactive corporate social responsibility communication on corporate reputation. **Journal of Business Ethics**, [s.l.], v. 118, n. 4, p. 731-746, 2013.

ECCLES, R. G.; IOANNOU, I.; SERAFEIM, G. The impact of corporate sustainability on organizational processes and performance. **Management Science**, [s.l.], v. 60, n. 11, p. 2835-2857, 2014.

ECCLES, R. G.; SALTZMAN, D. Achieving sustainability through integrated reporting. **Stanford Social Innovation Review**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 56-61, 2011.

ELKINGTON, J. **Accounting for the triple bottom line**. [S.l.]: Measuring Business Excellence, 1998.

ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In: Henriques, A.; Richardson, J. (ed.). **The triple bottom line, does it all add up?** London: Earthscan, 2004. p. 1-16.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2012.

ENGELMANN, W.; NASCIMENTO, H. C. P. O desenvolvimento dos direitos humanos nas empresas por meio do ESG como forma de qualificar as relações de trabalho. **Revista da Escola Judicial do TRT4**, [s.l.], v. 3, n. 6, p. 113-135, 2021.

FATEMI, A.; GLAUM, M.; KAISER, S. ESG performance and firm value: The moderating role of disclosure. **Global Finance Journal**, [s.l.], v. 38, p. 45-64, 2018.

FAVARIN, R. R. *et al.* Aprendizagem social e desenvolvimento sustentável: um estudo bibliométrico na Web of Science da última década. **Revista Gestão Organizacional**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 184-203, 2020.

FIELD, A. **Descobrendo a Estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FIGUEIREDO, D. B.; SILVA, J. A. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 160-185, jun. 2010.

FINCH, N. **The Emergence of CSR and Sustainability Indices**. 2005. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=902201>. Acesso em: 11 set. 2022.

FLOWER, J. The international integrated reporting council: A story of failure. **Critical Perspectives on Accounting**, [s.l.], v. 27, p. 1-17, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANKLIN, J. Covid-19 boosts European social bond market. **International Financial Law Review**, 4 jun. 2020.

FREGUETE, L. M.; NOSSA, V.; FUNCHAL, B. Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro das empresas brasileiras na crise de 2008. **Revista de Administração Contemporânea**, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 232-248, 2015.

FREITAS, J. Princípio da Sustentabilidade: licitações e a redefinição da proposta mais vantajosa. **Revista do Direito**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 74-94, jul./dez. 2012.

FRIEDE, G. Why don't we see more action? A metasynthesis of the investor impediments to integrate environmental, social, and governance factors. **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 28, n. 6, p. 1260-1282, 2019.

GARCIA, D. S. S.; GARCIA, H. S.; CRUZ, P. M. Dimensão social da sustentabilidade e a pandemia da Covid-19: uma análise das desigualdades sociais. **Revista de Direito Administrativo**, [s.l.], v. 280, n. 1, p. 207-231, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 4v.

GIOVANELLI, A. **Triple bottom line ou tripé da sustentabilidade**. 2015. Disponível em: <https://logisticareversa.org/2015/06/15/triple-bottom-line-ou-tripe-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 15 ago. 2022.

GIROTTO, M. **CFC aprova norma sobre Relato Integrado: CTG 09**. Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2020. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/cfc-aprova-norma-sobre-relato-integrado-ctg-09/>. Acesso em: 28 set. 2022.

GOMES JÚNIOR, S. F.; GOMES, A. R. As vantagens da sustentabilidade empresarial. **INGEPRO-Inovação, Gestão e Produção**, [s.l.], v. 2, n. 8, p. 63-71, 2010.

GRI. Global Reporting Initiative. **Sustainability Reporting Guidelines**. 2002. Disponível em: <http://www.globalreportinginitiative.org>. Acesso em: 21 out. 2022.

GUIMARÃES, J. C. F.; SEVERO, E. A.; DORION, E. C. H. Product innovation: path to sustainable competitive advantage with use of environmental, social and governance principles. **Iberoamerican Journal of Corporate Governance**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 1-21, 2022.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. [S.l.]: Bookman editora, 2009.

HART, S. L. A Natural-Resource-Base View of the Firm. **Academy of Management Review**, [s.l.], v. 20, n. 4, p. 986-1014, 1995.

HART, S. L.; MILSTEIN, M. B. Creating sustainable value. **Academy of Management Executive**, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 56-67, 2003.

HARYMAWAN, I. *et al.* Financially distressed firms: Environmental, social, and governance reporting in Indonesia. **Sustainability**, [s.l.], v. 13, n. 18, p. 1-18, 2021.

HELENO, M. **Avaliação do impacto da implementação da responsabilidade social através das relações com os Stakeholders**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.

HOFMANN, E.; RÜSCH, M. Industry 4.0 and the current status as well as future prospects on logistics. **Computers in Industry**, [s.l.], v. 89, p. 23-34, 2017.

HOLLIDAY, C.; SCHMIDHEINY, S.; WATTS, P. **Walking the talk: the business case for sustainable development**. Sheffield: Greenleaf Publishing, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas e indicadores ambientais**. 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/estatisticas-e-indicadores-ambientais/15838-indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 7 ago. 2022.

ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL. **B3**. 2021. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/. Acesso em: 7 ago. 2022.

INSTITUTO ETHOS. Guia de elaboração de relatório e balanço anual de responsabilidade social empresarial. 2021. Disponível em: <http://www.ethos.org.br>. Acesso em: 21 out. 2022.

INTEGRATE REPORTS. **About us**. London: IFRS Foundation, c2023. Disponível em: <https://www.integratedreporting.org/the-iirc-2>. Acesso em: 9 jun. 2023.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COUNCIL. **Pilot Programme Business Network**. 2014. Disponível em: <http://www.theiirc.org/companiesand-investors/pilot-programme-business-network/2-2/>. Acesso em: 28 set. 2022.

KAHLMAYER-MERTENS, R. S. **Como elaborar projetos de pesquisa: linguagem e método**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

KASSAI, J. R.; CARVALHO, L. N. G.; KASSAI, J. R. S. **Contabilidade ambiental: relato integrado e contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2019. 329p.

KHAN, M.; SERAFEIM, G.; YOON, A. Corporate sustainability: First evidence on materiality. **The Accounting Review**, [s.l.], v. 91, n. 6, p. 1697-1724, 2016.

KIRK, J.; MILLER, M. **Reliability and validity in qualitative research**. Beverly Hills: Sage Publications, 1986.

KOULOUKOUI, D. *et al.* Factors influencing the level of environmental disclosures in sustainability reports: Case of climate risk disclosure by Brazilian companies. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, [s.l.], v. 26, n. 4, p. 791-804, 2019.

KUZUCU, N. Investimento Socialmente Responsável para Investimentos de Impacto: Desenvolvimentos Recentes em Finanças Sociais. **Revista de Economia Finanças e Contabilidade**, [s.l.], v. 5, n. 4, p. 385-394, 2018.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2008.

LARA, S. G. **Quem (não) participa do índice de sustentabilidade empresarial–ISE B3 (?) é mais valorizado?** 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

LASSALA, C.; APATREI, A.; SAPENA, J. Sustainability matter and financial performance of companies. **Sustainability**, [s.l.], v. 9, n. 9, p. 1-16, 2017.

LEITE, F. T. **Metodologia Científica: Métodos e Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2015.

LEONETI, A.; NIRAZAWA, A.; OLIVEIRA, S. Proposta de índice de sustentabilidade como instrumento de auto avaliação para micro e pequenas empresas (MPEs). **REGE-Revista de Gestão**, [s.l.], v. 23, n. 4, p. 349-361, 2016.

LI, T. *et al.* ESG: Research progress and future prospects. **Sustainability**, [s.l.], v. 13, n. 21, p. 1-28, 2021.

LI, Y. *et al.* The impact of environmental, social, and governance disclosure on firm value: The role of CEO power. **The British Accounting Review**, [s.l.], v. 50, n. 1, p. 60-75, 2018.

LIRA, W. S.; CÂNDIDO, G. A. Análise dos modelos de indicadores no contexto do desenvolvimento sustentável. **Perspectivas Contemporâneas**, [s.l.], v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivas-contemporaneas/article/view/436>. Acesso em: 21 out. 2022.

MACHADO, C. G.; WINROTH, M. P.; SILVA, E. H. D. R. Sustainable manufacturing in Industry 4.0: an emerging research agenda. **International Journal of Production Research**, [s.l.], v. 58, n. 5, p. 1462-1484, 2020.

MACHADO, M. A. V.; MACHADO, M. R.; CORRAR, L. J. Desempenho do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 24-38, 2009.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; FONSECA, V. S. Homogeneização e diversidade organizacional: uma visão integrativa. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2003.

MANARA, P.; ZABANIOTOU, A. Indicator-based economic, environmental, and social sustainability assessment of a small gasification bioenergy system fuelled with food processing residues from the Mediterranean agro-industrial sector. **Sustainable Energy Technologies and Assessments**, [s.l.], v. 8, p. 159-171, 2014.

MARCONDES, A. W.; BACARJI, C. D. **ISE – Sustentabilidade no mercado de capitais**. São Paulo: Report Editora, 2010.

MARQUES, A. C. S. **A importância da avaliação da formação profissional nas microempresas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão das Organizações) – Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, 2018.

MARQUIS, C.; TOFFEL, M. W.; ZHOU, Y. Scrutiny, norms, and selective disclosure: A global study of greenwashing. **Organization Science**, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 483-504, 2016.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Índice de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise. *In*: CÂNDIDO, G. A. (org.).

Desenvolvimento sustentável e sistemas de indicadores de sustentabilidade: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas. Campina Grande: Ed. UFCG, 2010.

MAZZER, L. P. **Responsabilidade social corporativa e desempenho econômico**

financeiro: um estudo em empresas brasileiras. 2015. 153 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2015.

MELO, D; VAN BELLEN, H. M. Desafios democráticos à construção e implementação de indicadores: o caso do “Programa Cidades Sustentáveis”. **Revista Grifos**, [s.l.], v. 46, p. 88-114, 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** Pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOREIRA, L. F.; TARTAROTTI, L.; DE TONI, D. Desempenho organizacional e indústria 4.0: uma proposta de framework conceitual. **Saber Humano: Revista Científica da Faculdade Antônio Meneghetti**, Restinga Seca, RS, v. 11, n. 18, p. 36-69, 2021.

NAGANO, R. T. *et al.* A Evolução dos relatórios de sustentabilidade e a necessidade da Obrigatoriedade de sua asseguaração por terceiros. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, 2.; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 1., 2013, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Uninove, 2013.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

NUNES, J. G. *et al.* Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao Índice BM&F Bovespa de Sustentabilidade Empresarial. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, [s.l.], v. 7, n. 4, p. 328-340, 2009.

NUNES, M. F. As metodologias de ensino e o processo de conhecimento científico. **Educar em Revista**, [s.l.], v. 9, p. 49-58, 1993.

ODS. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Agenda 2030**. Disponível em: <http://www.ods.cnm.org.br/agenda-2030>. Acesso em: 07 ago. 2022.

OKADO, G. H. C.; QUINELLI, L. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, [s.l.], v. 2, n. 2, p. 111-129, 2016.

OLIVEIRA, G. M. *et al.* Medindo a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em nível local: o índice WeGIx. *In*: LEAL FILHO, W.; TORTATO, U.; FRANKENBERGER, F. (ed.). **Universidades e Comunidades Sustentáveis: Cumprindo os Objetivos da Agenda 2030**. Cham: Springer, 2020. p. 215-245.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. [S.l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 06 ago. 2022.

ORSAGH, M. *et al.* **ESG Integration in the Americas: Markets, Practices, and Data**. Charlottesville: CFA Institute, 2018.

PACTO GLOBAL. **Entenda o significado da sigla ESG (Ambiental, Social e Governança) e saiba como inserir esses princípios no dia a dia de sua empresa**. [S.l.]: Pacto Global, 2021. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 29 set. 2022.

PACTO GLOBAL. **ESG. Rede Brasil do Pacto Global**, São Paulo, 2020.

PAZ, D. R. **Investimento ESG: uma análise comparativa da metodologia dos ETFs ISUS11 e ESG11**. 2022. 78 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) –Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2022.

PEGUIM, C. N. I. S. Em busca do eco desenvolvimento. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA: ‘PALAVRA E DESTINO COMUM’, 31. 2014. **Anais [...]**. Assis, SP: Unesp, 2014. p. 512-523.

PEREIRA, A. C.; DA SILVA, G. Z.; CARBONARI, M. E. E. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. [S.l.]: Saraiva Educação, 2017.

PEREIRA, R. F. **Environmental, social and governance (ESG) no contexto das empresas brasileiras negociadas na B3: uma abordagem utilizando modelos de fatores**. São Paulo: Unifesp, 2022.

PEZZOLI, K. Sustainable development: A transdisciplinary overview of the literature. **Journal of Environmental Planning and Management**, Abingdon, v. 40, n. 5, p. 549-574, set. 1997.

PINTO, L. A Era do ESG: Investimentos e negócios além do lucro. **Expert XP**, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/a-era-doesg-investimentos-e-negocios-alem-do-lucro/>. Acesso em: 19 out. 2022.

PORTO, G. S. **Pesquisa quantitativa**. São Paulo: USP, 2011.

PÓVOAS, M. S. O amor na sociedade de risco: a sustentabilidade e as relações de afeto. *In*: SOUZA, M. C. S. A.; ARMADA, C. A. **Sustentabilidade, meio ambiente e sociedade: reflexões e perspectivas**. Umuarama: UNIPAR, 2015.

PRINCIPLES FOR RESPONSABLE INVESTMENT. **Princípios para o Investimento Responsável (PRI): Uma iniciativa de investidores em parceria com a Iniciativa Financeira do Programa da ONU para o Meio-Ambiente (UNEP FI) e o Pacto Global da ONU**. 2019. Disponível em: <https://www.unpri.org/download?ac=10969>. Acesso em: 20 out. 2022.

RABBANI, E. R. K. *et al.* Indicadores de sustentabilidade para avaliação e monitoramento da gestão de resíduos sólidos em Instituição de Ensino Superior de Pernambuco. **Brazilian Journal of Development**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 7096-7117, 2021.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREN, I. M. (org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REES, W. Ecological footprints and appropriated carrying capacity: what urban economies leaves out. **Environment and Urbanization**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 121-130, 1992.

REIS, E. A.; REIS, I. A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Disponível em: www.est.ufmg.br. Acesso em: 10 ago. 2022.

RELATÓRIO DA EBA. **Gestão e supervisão de riscos ESG**. Disponível em: https://www.eba.europa.eu/sites/default/documents/files/document_library/Publications/Reports/2021/1015656/EBA%20Report%20em%20ESG%20riscos%20gerenciamento%20e%20supervisão.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

ROUF, M. A.; AKHTARUDDIN, M. Factors affecting the voluntary disclosure: a study by using smart PLS-SEM approach. **International Journal of Law and Management**, [s.l.], v. 60, n. 6, p. 1498-1508, 2018.

SANCHES, A. C. *et al.* Análise dos Estudos sobre Indicadores de Sustentabilidade no Turismo: uma revisão integrativa. **Revista Turismo em Análise**, [s.l.], v. 29, n. 2, p. 292-311, 2018.

SANTOS, M. F. R. F.; PEIXOTO, J. A. A.; XAVIER, L. S. Indicadores de desenvolvimento sustentável: estudo comparativo entre Brasil e Suíça. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 42-58, set./dez. 2008.

SCHLEICH, M. V. Quais são as políticas e práticas em recursos humanos mais utilizadas pelas empresas com melhores índices ESG no BRASIL? **Revista de Administração de Empresas**, [s.l.], v. 62, p. 1-22, 2022.

SCHNEIDER, E. M.; FUJII, R. A. X.; CORAZZA, M. J. Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. **Revista Pesquisa Qualitativa**, [s.l.], v. 5, n. 9, p. 569-584, 2017.

SELLTIZ, C. *et al.* **Métodos de pesquisas nas relações sociais**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária – EPU, 1974.

SERVAES, H.; TAMAYO, A. The impact of corporate social responsibility on firm value: The role of customer awareness. **Management Science**, [s.l.], v. 59, n. 5, p. 1045-1061, 2013.

SHVARTS, E. *et al.* Environmental rating of oil and gas companies in Russia: How assessment affects environmental transparency and performance. **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 27, n. 7, p. 1023-1038, 2018.

SICHE, R. *et al.* Índices versus indicadores: precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 10, p. 137-148, 2007.

SILVA, A. L. Análise da sustentabilidade social e cultural do artesanato feito com a tecnologia computacional e digital. **Design e Tecnologia**, [s.l.], v. 11, n. 23, p. 106-115, 2021.

- SILVA, D.; LOPES, E. L.; JUNIOR, S. S. B. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 1-18, 2014.
- SILVA, M. F.; GAMEIRO, A. H. Indicadores de sustentabilidade para a produção de leite: uma revisão de literatura. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, [s.l.], v. 6, n. 5, p. 208-237, 2021.
- SILVA, M. K.; ROVER, S. Relatórios de sustentabilidade: existe diferença no disclosure ambiental entre os modelos adotados por empresas brasileiras? In: Congresso ANPCONT, 10., 2016. Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto, SP: Anpcont, 2016.
- SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa Científica. In: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.
- SILVEIRA, M. A. Strategic management of innovation towards sustainable development of Brazilian electronics industry. **Journal of Technology Management & Innovation**, [s.l.], v. 8, p. 45-45, 2013.
- SINGHANIA, M.; SAINI, N. Institutional framework of ESG disclosures: comparative analysis of developed and developing countries. **Journal of Sustainable Finance & Investment**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 1-44, 2021.
- SOUZA, A. L.; SILVA, A. F. A.; ANDRADE, J. C. S., FERNANDES, M. E. S. T. Retorno das ações e sensibilidade ao risco de mercado das empresas participantes do índice carbono eficiente (ICO2) da B3 S.A.: um estudo corporativo. **Revista Universo Contábil**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 30-60, 2018.
- SPENCE, M. Job Market Signaling. **The Quarterly Journal of Economics**, [s.l.], v. 87, n. 3, p. 355-374, 1973.
- SPITZECK, H. H.; ÁRABE, M. P.; PEREIRA, N. C. V. **Guia How-to: Matriz de Materialidade**. [S.l.]: Fundação Dom Cabral, 2016.
- STAKE, R. E. **A arte da investigação com estudos de caso**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.
- TASHAKKORI, A.; TEDDLIE, A. **Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research**. Thousand Oaks: Sage, 2003.
- TORUGSA, N. A.; O'DONOHUE, W.; HECKER, R. Capabilities, proactive CSR and financial performance in SMEs: Empirical evidence from an Australian manufacturing industry sector. **Journal of Business Ethics**, [s.l.], v. 109, n. 4, p. 483-500, 2012.
- TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- UMAR, Z. *et al.* Impact of the Covid-19 induced panic on the Environmental, Social and Governance leaders equity volatility: A time-frequency analysis. **Research in International Business and Finance**, [s.l.], v. 58, p. 1-7, 2021.
- UNIPRI ASSOCIATION *et al.* **What are the principles for responsible investment**. 2021.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development**. 2015. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sdgs-framework-for-covid-19-recovery/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

URBINA, S. **Fundamentos em fidedignidade**. Fundamentos da testagem psicológica. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007. p. 121-154.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. São Paulo: FGV, 2008.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. **Manual para versão VOSviewer**. Leiden: Universiteit Leiden, 2020.

VAN-BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

VIEIRA, J. G. S. **Metodologia de Pesquisa Científica na Prática**. Curitiba: FAEL, 2012.

WCED. World Commission on Environment and Development. **Our common future**. London: Oxford University Press, 1987.

WELLALAGE, N. H.; KUMAR, V. **Does it pay to be green?** Environmental performance and firm financing during COVID-19 outbreaks. 2020.

WHIELDON, E.; COPLEY, M.; CLARK, R. Major ESG investment funds outperforming S&P 500 during COVID-19. **S&P Global Market Intelligence**, 13 abr. 2020.

XIE, J. *et al.* Do environmental, social, and governance activities improve corporate financial performance? **Business Strategy and the Environment**, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 286-300, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOON, B.; LEE, J. H.; BYUN, R. Does ESG performance enhance firm value? Evidence from Korea. **Sustainability**, [s.l.], v. 10, n. 10, p. 1-18, 2018.

YOUNG, E. **Relato Integrado: pensamento, estratégia e valor compartilhado**. Disponível em: [https://www.ey.com/publication/vwluassets/relato_integrado_2014/\\$file/relatoin](https://www.ey.com/publication/vwluassets/relato_integrado_2014/$file/relatoin). Acesso em: 28 set. 2022.

YU, M.; ZHAO, R. Sustainability and firm valuation: an international investigation. **International Journal of Accounting and Information Management**, [s.l.], v. 23, n. 3, p. 289-307, 2015.

ZAHID, R. M. A. *et al.* The Role of Audit Quality in the ESG-Corporate Financial Performance Nexus: Empirical Evidence from Western European Companies. **Borsa Istanbul Review**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 200-212, 2022.

ZHAO, C. *et al.* ESG and corporate financial performance: Empirical evidence from China's listed power generation companies. **Sustainability**, [s.l.], v. 10, n. 8, p. 1-18, 2018.

APÊNDICE A – PESQUISA QUALITATIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
<p>Caro Sr. (a) Pesquisador(a),</p> <p>Convidamos a participar da pesquisa de título: ANÁLISE DAS BARREIRAS PARA INTEGRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO DE ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE – ESG EM EMPRESAS DA ISE/B3. Esta etapa é uma análise inicial da dissertação de mestrado que tem por objetivo analisar as barreiras para integração, implementação e desenvolvimento do Relatório de <i>Environmental, Social and Governance</i> – ESG nas empresas participantes da ISE/B3.</p> <p>Desde já, agradecemos a sua participação e disponibilidade em colaborar com o seu conhecimento na construção e aprimoramento deste estudo.</p> <p>Augusto Londero Orsolin - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Brasil.</p> <p>Prof. Dr. Lucas Veiga Ávila – Orientador da Pesquisa – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Brasil.</p>
RESPONDENTE
<p>Nome:</p> <p>Empresa:</p> <p>Área de Atuação:</p> <p>Tempo de Atuação:</p>
QUESTÕES
<ol style="list-style-type: none"> 1. As atividades da empresa são realizadas observando as práticas sustentáveis? 2. Quais práticas sustentáveis a organização desenvolve na dimensão ambiental? 3. Quais práticas sustentáveis a organização desenvolve na dimensão social? 4. Quais práticas sustentáveis a organização desenvolve na dimensão governança? 5. A empresa atua no mercado de ações? Se sim, quais são as práticas adotadas para o cumprimento e divulgação do ESG? 6. Qual estrutura de relatório é aderida para elaboração do Relatório ESG? 7. Quais barreiras e drivers a organização enfrenta para elaborar o Relatório ESG? 8. Cite de forma sucinta, práticas de ESG que auxiliam no processo de anulação das barreiras para o desenvolvimento sustentável na organização?

APÊNDICE B – PESQUISA QUANTITATIVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
<p>Caro Sr. (a) Pesquisador(a),</p> <p style="text-align: center;">Convidamos a participar da pesquisa de título: BARREIRAS E DRIVES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE – ESG EM EMPRESAS BRASILEIRAS. Esta etapa é uma análise inicial da dissertação de mestrado que tem por objetivo analisar as barreiras para a definição de estrutura e desenvolvimento do Relatório de <i>Environmental, Social and Governance</i> – ESG nas empresas participantes da ISE/B3.</p> <p>Desde já, agradecemos a sua participação e disponibilidade em colaborar com o seu conhecimento na construção e aprimoramento deste estudo.</p> <p>Augusto Londero Orsolin - Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Brasil.</p> <p>Prof. Dr. Lucas Veiga Ávila – Orientador da Pesquisa – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Brasil.</p>
RESPONDENTE
<p>Está etapa será realizada após a coleta e análise dos dados obtidos com a etapa inicial da pesquisa qualitativa.</p>
QUESTÕES

APÊNDICE C – RELAÇÃO DAS EMPRESAS DA ISE B3**EMPRESAS SELEÇÃO ISE B3 2021/2022**

AERIS IND. E COM. DE EQUIP. GERACAO DE ENERGIA S/A

AES BRASIL ENERGIA S.A.

AES TIETÊ

ALIANSCOE SONAE SHOPPING CENTERS S.A.

AMBEV S.A.

AMBIPAR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A

AMERICANAS S.A

ANIMA HOLDING S.A.

AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

AZUL S.A.

BCO BRADESCO S.A.

BCO BRASIL S.A.

BCO BTG PACTUAL S.A.

BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

BRASKEM S.A.

BRF S.A.

CCR S.A.

COMPANHIA DO METRÔ DA BAHIA

CONCESSIONÁRIA DA LINHA 4 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CONCESSIONARIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S/A

CONCESSIONÁRIA DAS LINHAS 5 E 17 DO METRÔ DE SÃO PAULO S.A.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS INTEGRADAS DO SUL S.A.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO OESTE DE SÃO PAULO - VIAOESTE S.A.

CONCESSIONÁRIA DO RODOANEL OESTE S.A.

CONCESSIONÁRIA DO SISTEMA ANHANGUERA - BANDEIRANTES S.A.

RODONORTE - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS INTEGRADAS S.A.

RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A.

CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

CHESF - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

ELETROBRAS CGT ELETROSUL

ELETOBRÁS TERMONUCLEAR S.A.
FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.
ITAIPU BINACIONAL
CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO
ALMACENES ÉXITO S.A
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CIA LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A.
COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.
CIA SIDERURGICA NACIONAL
CIELO S.A.
CATENO GESTÃO DE CONTAS DE PAGAMENTOS S.A.
MULTIDISPLAY COMÉRCIO E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S.A
COSAN S.A.
RAIZEN S.A.
CPFL ENERGIA S.A.
CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ
CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ
CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.
RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
CSN MINERAÇÃO S.A.
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA
CURY CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.
DURATEX S.A.
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.
CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. -
ECOPISTAS
CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR S.A.
CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A.

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.
CONCESSIONÁRIA PONTE RIO-NITEROI S.A
ECO050 - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
ECO101 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A
ECO135 CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A
EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO SUL S.A. - ECOSUL
RODOVIA DAS CATARATAS S.A. - ECOCATARATAS
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
EDP COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE ENERGIA S.A.
EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.
PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.
FLEURY S.A.
GAFISA S.A.
GRENDENE S.A.
GRUPO DE MODA SOMA S.A.
GUARARAPES CONFECÇÕES S.A.
HYPERA S.A.
IOCHPE MAXION S.A.
IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
ITAUSA S.A.
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.
JBS S.A.
JBS S.A
KLABIN S.A.
LIGHT S.A.
LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE SA
LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.
LOJAS QUERO-QUERO S/A
LOJAS RENNER S.A.
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS

MAGAZINE LUIZA S.A.
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.
MINERVA S.A.
MOVIDA PARTICIPACOES SA
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.
NATURA &CO HOLDING S.A.
NATURA COSMÉTICOS S.A.
THE BODY SHOP
NEOENERGIA S.A.
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA
COMPANHIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO
COMPANHIA ENERGETICA DO RIO GRANDE DO NORTE
ELEKTRO REDES S.A
NOTRE DAME INTERMEDICA PARTICIPACOES SA
ODONTOPREV S.A.
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
RAIA DROGASIL S.A.
RUMO S.A.
SIMPAR S.A.
JSL S.A.
MOVIDA PARTICIPACOES SA
VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES. MÁQUINAS E EQUIP. S.A.
SUL AMERICA S.A.
SUZANO S.A.
SYN PROP E TECH SA
TELEFÔNICA BRASIL S.A
TIM S.A.
USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USIMINAS
USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS - SOLUC
VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIP. S.A.
VIA VAREJO S.A.
WEG S.A.

APÊNDICE D – CLASSIFICAÇÃO NO RANKINGESG DA ISE B3

EMPRESA	SCORE
EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	90.25
LOJAS RENNER S.A.	85.13
TELEFÔNICA BRASIL S.A	84.09
CPFL ENERGIA S.A.	81.99
NATURA &CO HOLDING S.A.	80.89
KLABIN S.A.	80.81
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.	79.90
AMBIPAR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/A	79.04
SUZANO S.A.	78.79
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.	78.22
CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	77.54
BCO BRADESCO S.A.	77.33
TIM S.A.	77.18
BRASKEM S.A.	76.69
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A.	76.47
BCO BTG PACTUAL S.A.	75.54
ITAUSA S.A.	75.52
AES BRASIL ENERGIA S.A.	74.74
CCR S.A.	74.64
COSAN S.A.	74.58
DURATEX S.A.	74.55
FLEURY S.A.	74.27
CIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO	74.05
NEOENERGIA S.A.	73.51
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	73.42
AMERICANAS S.A	72.97
BRF S.A.	72.79
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A	72.66
BCO BRASIL S.A.	71.77
RUMO S.A.	71.12
MOVIDA PARTICIPACOES SA	70.62
BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	70.56
M.DIAS BRANCO S.A. IND COM DE ALIMENTOS	69.87
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.	69.23
RAIA DROGASIL S.A.	67.29
CIELO S.A.	67.24
JBS S.A.	65.90
SUL AMERICA S.A.	65.32
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	65.04
AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.	64.39
CIA SIDERURGICA NACIONAL	64.28
LIGHT S.A.	64.11
Sim PAR S.A.	63.53

MINERVA S.A.	63.46
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	62.97
WEG S.A.	62.78
GRENDENE S.A.	62.20
VIA VAREJO S.A.	61.97
MAGAZINE LUIZA S.A.	61.47
USINAS SID DE MINAS GERAIS S.A.-USimINAS	61.08
CSN MINERAÇÃO S.A.	60.73
AZUL S.A.	58.89
AMBEV S.A.	58.83
IOCHPE MAXION S.A.	58.24
IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.	56.81
CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	55.15
ODONTOPREV S.A.	54.77
CIA LOCAÇÃO DAS AMÉRICAS	54.07
GUARARAPES CONFECÇOES S.A.	53.27
VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIP. S.A.	53.15
ALIANSCÉ SONAE SHOPPING CENTERS S.A.	50.69
GAFISA S.A.	48.29
CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	48.07
HYPERA S.A.	47.87
ANIMA HOLDING S.A.	47.59
NOTRE DAME INTERMEDICA PARTICIPACOES SA	46.72
AERIS IND. E COM. DE EQUIP. GERACAO DE ENERGIA S/A	43.86
LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A.	40.40
SYN Prop e Tech SA	39.06
GRUPO DE MODA SOMA S.A.	38.89
CURY CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	37.26
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	33.54
LOJAS QUERO-QUERO S/A	23.16

Fonte: site ISE B3.

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO

ANÁLISE DAS BARREIRAS PARA INTEGRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO DE *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE* – ESG EM EMPRESAS DA ISE/B3.

Prezado/prezada,

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar de uma pesquisa de mestrado da Universidade Federal de Santa Maria, que tem como objetivo analisar as barreiras para a integração, implementação e desenvolvimento do relatório de Environmental, Social and Governance – ESG nas empresas participantes da ISE/B3.

Destaca-se que a pesquisa não irá divulgar o nome da empresa e, caso tenha interesse em receber o resultado da pesquisa, basta inserir o e-mail ao final do questionário. Os dados informados não serão analisados individualmente, apenas em blocos.

Responsáveis pela pesquisa:

Prof. Dr. Lucas Veiga Avila – (Orientador)

Contato: lucas.avila@ufsm.br; <https://ufsmpublica.ufsm.br/docente/19391>

Mestrando: Augusto Londero Orsolin – (Mestrando)

Contato: augusto.orsolin@acad.ufsm.br

Programa de Mestrado em Ciências Contábeis (PPGCC)

<https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgcont>

Centro de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Federal de Santa Maria

Bloco I - Empresa e respondente

Neste bloco serão respondidas questões relacionadas às características da Empresa e do Respondente, para melhor identificação e seleção de critérios chaves na coleta de dados do estudo.

1.1) Nome da Empresa (opcional): _____

1.2) Cargo atual do respondente na empresa*:

() Presidente ou CEO () Cargo em Direção () Outros: _____

1.3) Tempo de atuação no cargo que ocupa atualmente (anos/meses)*:

1.4) Em qual estado a empresa que atua está situada? Em caso de operar em mais de 1 estado, indicar o estado da Matriz *. _____

1.5) Indique o Setor em que a empresa atua (de acordo com a B3)*:

- () Bens industriais (comércio, construção e engenharia, máquinas e equipamentos, material de transportes, serviços e transportes);
 () Comunicações (mídia, telecomunicações);
 () Consumo cíclico (automóveis e motocicletas, comércio, construção civil, diversos, hotéis e restaurantes, tecidos, vestuários e calçados, utilidades domésticas, viagens e lazer);
 () Consumo não cíclico (agropecuária, alimentos processados, bebidas, comércio e distribuição, produtos de uso pessoal e de limpeza);
 () Financeiro (exploração de imóveis, holdings diversificadas, intermediários financeiros, previdência e seguros, securitizadoras de recebíveis, serviços financeiros diversos);
 () Materiais básicos (embalagens, madeira e papel, materiais diversos, mineração, químicos, siderúrgicas e metalúrgicas);
 () Outros (outros);
 () Petróleo gás e biocombustíveis;
 () Saúde (comércio e distribuição, equipamentos, medicamentos e outros produtos, serviços médicos hospitalar, análises e diagnósticos);
 () Setor inicial;
 () Tecnologia da informação (computadores e equipamentos, programas e serviços);
 () Utilidade pública (água e saneamento, energia elétrica e gás);

1.6) Número aproximado de funcionários da empresa*: _____

1.7) Porte da empresa (Baseado no Guia do BNDES)*:

- () Microempresa (Menor ou igual a R\$ 360 mil) () Pequena empresa (Maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a R\$ 4,8 milhões) () Média empresa (Maior que R\$ 4,8 milhões e menor ou igual a R\$ 300 milhões) () Grande empresa (Maior que R\$ 300 milhões)

Bloco 2 - Questões relacionadas ao Eixo Ambiental.

O Eixo Ambiental é composto pelos temas: Mudanças Climáticas; Recursos Hídricos; Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos; Economia Circular e Gestão de Resíduos; Gestão Ambiental e Prevenção da Poluição.

Assinale a nota que melhor traduz o **GRAU DE APLICABILIDADE** na empresa, sobre as variáveis apresentadas, de acordo com a escala a seguir :

0 - Não se aplica; 1 - Muito Baixa (representa o menor grau de aplicabilidade); 2 - Baixa; 3 – Regular; 4 – Alta; 5 – Muito Alta (representa o maior grau de aplicabilidade).

São apresentados entre parênteses exemplos e no acesso [ver mais](#) há conteúdo de suporte sobre o assunto.

2.1) *Mudanças Climáticas*: a empresa atende o critério de **mitigação de emissões de gases de efeito estufa (GEE)** (programas de eficiência energética diversificando suas fontes...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

2.2) *Mudanças Climáticas*: a empresa atende o critério de **adaptação às mudanças climáticas** (ações alinhadas ao planejamento estratégico no combate a mudança global do clima...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

2.3) *Mudanças Climáticas*: a empresa atende o critério de **eficiência energética** (diminuir o consumo de energia para produzir a mesma quantidade de produtos, ex. campanhas ou substituição de equipamentos ineficientes...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

2.4) *Recursos Hídricos*: a empresa atende o critério de **uso da água e gestão de efluentes** (qualquer líquido ou gás gerado nas diversas atividades humanas e/ou industriais e que são descartados na natureza, ex. tratamento e controle dos produtos resultantes...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

2.5) *Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos*: a empresa atende o critério de **conservação e uso sustentável da biodiversidade e do solo** (meios de se utilizar adequadamente os recursos do meio ambiente e animais, ex. preservação de áreas de APPs e reflorestamento e proteção a animais e plantas em extinção...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

2.6) *Gestão ambiental e prevenção da poluição*: a empresa atende o critério de **gestão ambiental no gerenciamento de áreas contaminadas e produtos perigosos** (resultado da exposição de substâncias danosas em áreas contaminadas, ex. mapear, classificar, monitorar e tratar estes locais...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

2.7) *Gestão ambiental e prevenção da poluição*: a empresa atende o critério de **prevenção da poluição sonora e qualidade do ar** (ruídos, vibrações e emissão de poluentes, ex. evitar o uso do carro e escolher alternativas como a bicicleta ou o veículo elétrico, filtros nas fábricas e usinas...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

Bloco 3 - Questões relacionadas ao Eixo Social

O Eixo Social é composto pelos temas: Diálogo social e desenvolvimento territorial; Direitos humanos; Diversidade, equidade e inclusão; Relações e práticas de trabalhos; Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor.

Assinale a nota que melhor traduz a o **GRAU DE APLICABILIDADE** na empresa sobre as variáveis apresentadas, de acordo com a escala a seguir :

0 - Não se aplica; 1 - Muito Baixa (representa o menor grau de aplicabilidade); 2 - Baixa; 3 – Regular; 4 – Alta; 5 – Muito Alta (representa o maior grau de aplicabilidade).

São apresentados entre parênteses exemplos e no acesso [ver mais](#) há conteúdo de suporte sobre o assunto.

3.1) *Diálogo social e desenvolvimento territorial*: a empresa atende o critério de **investimento e impacto social, diálogo e engajamento das partes interessadas** (responsabilidade social de uma organização pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

3.2) *Direitos humanos*: a empresa atende o critério de **combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado, evidenciando o respeito aos direitos humanos** (violação dos direitos humanos de crianças e adolescentes...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

3.3) *Equidade*: a empresa atende o critério de **políticas para equidade na cultura organizacional** (eliminar ou mitigar a desigualdade existente...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

3.4) *Diversidade e inclusão*: a empresa atende o critério de **políticas e práticas de diversidade e inclusão na cultura organizacional** (incentivo e valorização da diversidade...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

3.5) *Relações e práticas de trabalhos*: a empresa atende o critério de **desenvolvimento profissional** (aprendizagem e aprimoramento das atividades profissionais...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

3.6) *Relações e práticas de trabalhos*: a empresa atende o critério que visa a **qualidade de vida, políticas de remuneração e benefícios, saúde e segurança ocupacional** (fatores que influenciam a qualidade de vida no trabalho...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

3.7) *Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor*: a empresa atende o critério de **políticas de relacionamento com fornecedores** (seleção de fornecedores...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

3.8) *Promoção de responsabilidade social na cadeia de valor*: a empresa atende o critério de **políticas de relacionamento com clientes, fornecedores e parcerias nos negócios** (verificação de clientes e parceiros que atuam dentro do mesmo conceito sustentável/social...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

Bloco 4 - Questões relacionadas ao Eixo Governança

O Eixo Governança é composto pelos temas: Governança corporativa; Conduta empresarial; Práticas de controle e gestão; Transparência na gestão.

Assinale a nota que melhor traduz o **GRAU DE APLICABILIDADE** na empresa sobre as variáveis apresentadas, de acordo com a escala a seguir:

0 - Não se aplica; 1 - Muito Baixa (representa o menor grau de aplicabilidade); 2 - Baixa; 3 – Regular; 4 – Alta; 5 – Muito Alta (representa o maior grau de aplicabilidade).

São apresentados entre parênteses exemplos e no acesso [ver mais](#) há conteúdo de suporte sobre o assunto.

4.1) *Governança corporativa*: a empresa possui uma **estrutura e composição de governança corporativa** (relacionamentos envolvendo diretoria, conselho de administração, comitês e os proprietários... [ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.2) *Governança corporativa*: a empresa possui um **propósito e estratégia em relação à sustentabilidade** (programas e ações nos campos da cultura, educação, meio ambiente entre outros...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.3) *Conduta empresarial*: a empresa participa de **programas de integridade, práticas anticorrupção e compliance** (mecanismos internos de integridade e incentivo à denúncia de irregularidades...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.4) *Conduta empresarial*: a empresa possui **atividades para prevenção de concorrência desleal** (condutas anticompetitivas...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.5) *Conduta empresarial*: a empresa atua de acordo com o **critério de engajamento das partes interessadas** (identificação de demandas, antecipação de riscos e relacionamento dos stakeholders...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.6) *Práticas de controle e gestão*: a empresa atua na **gestão de riscos do negócio** (fatores externos ou internos que podem gerar algum tipo de prejuízo...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.7) *Práticas de controle e gestão*: a empresa possui **práticas de controle interno** (procedimentos administrativos usados para organizar melhor a empresa...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.8) *Práticas de controle e gestão*: a empresa possui **auditoria interna e/ou externa** (avaliação atual e de qualquer tipo de desvio das normas da organização...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.9) *Práticas de controle e gestão*: a empresa atua na **gestão da segurança da informação e privacidade de dados pessoais** (mecanismo para proteger a informação de acordo com princípios e atributos de confidencialidade...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.10) *Práticas de controle e gestão*: a empresa propõe um **ambiente legal e regulatório** (leis e políticas públicas que regulam ou influenciam as organizações e a sociedade...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.11) *Transparência na gestão*: a empresa pratica a **responsabilização e prestação de contas** (obrigação que a empresa tem de reparar danos causados decorrentes da sua atividade cotidiana...[ver mais](#))*.

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

4.12) *Transparência na gestão*: a empresa elabora **Relatórios ESG (Environmental, social, and governance) de sustentabilidade e/ou relato integrado** (relatório que comprova a atuação sustentável da organização nos pilares Ambiental, Social e Governança...[ver mais](#)).

0 – Não se aplica	1 – Muito baixa	2 – Baixa	3 – Regular	4 – Alta	5 – Muito Alta

Bloco 5 - Aspectos Gerais do ESG (Environmental, Social, and Governance)

Assinale o grau de **CONCORDÂNCIA** (em relação ao conceito ESG) na empresa sobre as variáveis apresentadas de acordo com a escala a seguir:

0 - Não se aplica; 1 – Discordo totalmente (representa o menor grau de concordância); 2 - Discordo; 3 – Nem concordo, nem descordo; 4 – Concordo; 5 – Concorto totalmente (representa o maior grau de concordância)

São apresentados entre parênteses exemplos e no acesso [ver mais](#) há conteúdo de suporte sobre o assunto.

5.1.1) O conceito de **ESG é bem difundido** entre todos os gestores?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.2) **Critérios ESG afetam** a construção do portfólio de projetos, produtos e/ou serviços?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.3) **Os critérios ESG afetam** as decisões de investimento da empresa?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.4) **As práticas sustentáveis afetam a competitividade** da organização no mercado global?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.5) Os **impactos ambientais** são considerados nas decisões de negócio?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.6) **As práticas de eficiência energética** têm foco na melhoria contínua na organização?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.7) A empresa possui **sistemas de reaproveitamento, reutilização e/ou reciclagem de materiais**?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.8) A empresa possuiu **práticas voltadas para a economia circular e/ou logística reversa**?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.9) A empresa possui **práticas para garantir o bem-estar dos stakeholders** (funcionários, clientes, fornecedores, acionistas)?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.10) Na empresa há **ações e/ou projetos que impactam a qualidade de vida** na região em que está localizada?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.11) Existem **parcerias regionais com outras empresas** para crescimento e beneficiamento mútuo?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.12) Há **ações sociais** e/ou reserva para doações e contribuições com instituições sociais?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.13) Há **treinamentos que visam o desenvolvimento** dos colaboradores?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.14) O **processo de tomada de decisão** é baseado em fatos e dados?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.15) Os **colaboradores e Stakeholders** participam do desenvolvimento dos objetivos e **estratégias** da empresa?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.16) O **número de mulheres em cargos na alta administração** (gerência, diretoria, conselhos, presidência e vice-presidência) é equivalente ao de homens?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.17) **Há políticas de diversidade e inserção de minorias** nos processos seletivos?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.18) Há **vagas de trabalho reservadas para PCD** - Pessoa com Deficiência?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.1.19) **Auditorias** (contábil, de procedimentos, de Qualidade) são realizadas pelo menos uma vez por ano?*

0 – Não se aplica	1 – Discordo totalmente	2 – Discordo	3 – Nem discordo, nem concordo	4 – Concordo	5 – Concordo totalmente

5.2) Há quanto tempo a empresa realiza o Relatório ESG (Ano/mês)?*

Bloco 6 - Barreiras para Implantação do Relatório ESG

Assinale o grau de impacto de cada uma das barreiras na busca por objetivos associados as práticas de ESG, de acordo com a escala a seguir: **1- Impacto quase nulo; 2 - Impacto pequeno; 3 - Impacto médio; 4 - Impacto grande; 5 - Impacto extremamente grande.**

6.1.1) Falta de **investimentos**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.2) Falta de **pessoas qualificadas**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.3) Falta de **disseminação do ESG**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.4) Falta de **consciência dos gestores e colaboradores**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.5) Falta de **interesse/compromisso dos colaboradores**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.6) Falta de **apoio da diretoria**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.7) **Dificuldades relacionadas ao processo de aprendizagem**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.8) **Ceticismo** em relação aos benefícios potenciais

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.9) Falta de **conhecimento sobre ESG e sustentabilidade**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.10) Falta de **estratégia e planejamento para o ESG**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.11) Falta de **compromisso com o processo de ESG**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.12) Falta de **estrutura adequada**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.13) Muitas **restrições burocráticas**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.14) Falta de **legislação e diretrizes para a sustentabilidade**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.15) Falta de **sistemas de controles**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.16) Falta de **comunicação**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.17) Alto **custo de implantação**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.1.18) Falta de um **ecossistema para ambiente de negócios**

1 – Impacto nulo	2 – Impacto pequeno	3 – Impacto médio	4 – Impacto grande	5 – Impacto extremamente grande

6.2 Além das barreiras informadas, por favor, **inclua se há outras barreiras que afetam a empresa para integração, implementação e desenvolvimento do ESG.**

6.3) A empresa **possuí algum padrão para divulgação de relatório de sustentabilidade** (poderá marcar mais de 1 opção)?

() GRI () Integrate Reports () PR 2030 ABNT () Outros: _____

6.4 Caso tenha interesse em **receber um documento com os principais resultados da pesquisa**, insira seu e-mail (opcional).

**APÊNCIDE F – GLOSSÁRIO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA DA ANÁLISE
DAS BARREIRAS PARA INTEGRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO DE *ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND
GOVERNANCE* – ESG EM EMPRESAS DA ISE/B3**

ISE B3 – listagem de empresas que participam da bolsa de valores brasileira (brasil, bolsa, balcão), que possuem o índice de sustentabilidade empresarial sobre o desenvolvimento sustentável da organização para com a sociedade;

ESG – sigla que significa Environmental, Social and Governance, utilizada para evidenciar o desenvolvimento de práticas sustentáveis e sociais nas organizações;

PRESIDENTE – indivíduo responsável pelo planejamento estratégico dos negócios, pela liderança e responsabilidade de todas as operações da empresa mediante as partes interessadas;

CEO – da tradução de Chief Executive Officer, no Brasil representa o Diretor Executivo em uma organização, e é o indivíduo com maior autoridade em uma organização em relação a hierarquia operacional;

ADMINISTRADOR – profissional responsável pela tomada de decisões, planejamento e organização das tarefas a serem executadas dentro da organização;

PORTE DA EMPRESA – classificação da empresa quanto ao número de funcionários (IBGE) ou quanto ao faturamento (Receita Federal) ou regime tributário (simples nacional, lucro presumido e lucro real);

MITIGAÇÃO DE EMISSÕES DE GASES EFEITO ESTUFA (GEE) – Diz respeito às ações realizadas pelas organizações com o objetivo de reduzir as emissões de gases poluentes no meio ambiente oriundos de suas atividades;

ADAPTAÇÃO A MUDANÇAS CLIMÁTICAS – conjunto de medidas para reduzir a vulnerabilidade dos recursos naturais e humanos em relação aos efeitos atuais e esperados das mudanças climáticas;

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – gestão de energia para fazer o mesmo trabalho com menos energia ou realizar mais trabalho com a mesma energia;

USO DA ÁGUA – diz respeito ao uso da água nas operações da organização, à disponibilidade hídrica das bacias e a qualidade das fontes naturais;

GESTÃO DE EFLUENTES – é o despejo dos resíduos domésticos, industriais, comerciais e agrícolas gerados pelas atividades das organizações e os processos de tratamento e transferência para demais áreas;

USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE – consiste no uso de mecanismos capazes de preservar a biodiversidade biológica de forma sustentável e que em longo prazo não diminua mantendo seu potencial para gerações futuras;

USO DO SOLO – práticas e técnicas que tem por objetivo preservar a qualidade física, química e biológica do solo, com intuito de controlar o uso excessivo do solo, a utilização de produtos químicos e a exploração inadequada dos recursos naturais;

ECONOMIA CIRCULAR - economia circular é “um sistema econômico que utiliza uma abordagem sistêmica para manter o fluxo circular dos recursos, por meio da recuperação, retenção ou adição de seu valor, enquanto contribui para o desenvolvimento sustentável”;

GESTÃO DE RESÍDUOS – práticas adotadas no que tange ao tratamento de resíduos resultantes das atividades humanas em sociedade, ao qual o destino final inclui todos os tipos de tratamento, a fim de evitar qualquer tipo de contaminação;

GESTÃO AMBIENTAL - A gestão ambiental tem o objetivo de equilibrar a proteção ambiental e a prevenção de poluição com as necessidades sociais e econômicas, por meio do uso racional dos recursos naturais e do atendimento a requisitos legais;

PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA (RUÍDOS E VIBRAÇÕES) - Ocorre quando o nível de pressão sonora produzido por uma ou mais fontes passa a ser desagradável ou perturbador para as pessoas que convivem no entorno ou, quando o ruído é capaz de causar um

desequilíbrio a um determinado bioma por interferir no comportamento de uma ou mais espécies animais.

QUALIDADE DO AR – reconhecida como um dos maiores riscos ambientais para a saúde humana, a medida tem como referência determinados padrões de qualidade. Os padrões de qualidade do ar especificam legalmente o limite máximo para a concentração de um poluente específico na atmosfera, a fim de que o meio ambiente e a saúde da população sejam preservados em relação aos riscos de danos causados por estes poluentes.

GERENCIAMENTO DE ÁREAS CONTAMINADAS – planejamento e controle para reduzir em níveis aceitáveis os riscos que a população está sujeita em decorrência da exposição de substâncias oriundas de áreas contaminadas, por meio de medidas que intervenham em soluções mais adequadas e garantam melhores resultados quanto a contaminação dos solos e das águas.

PRODUTOS PERIGOSOS – substâncias ou a mistura delas encontradas na natureza ou produzidas em função de relações químicas, físicas e toxicológicas, que representam algum dano à saúde humana.

INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO – investimento voluntário e sistemático de recursos privados, de forma planejada, em benefício público, cujos recursos são destinados a projetos de educação, cultura, saúde, infraestrutura, e atividades que promovam desenvolvimento econômico.

ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – consiste em estabelecer formas de comunicação entre as partes interessadas com os objetivos da organização, incluindo todo o tipo de negociação e troca de informações entre os representantes públicos, trabalhadores, fornecedores, clientes, comunidade, entre outros, visando fornecer informações concretas para a tomada de decisões e investimentos.

COMBATE AO TRABALHO FORÇADO OU COMPULSÓRIO – o trabalho forçado se refere a situações em que pessoas são coagidas a trabalhar por meio de uso de violência ou intimidação. O combate a esse tipo de situação pode ocorrer através de treinamento,

implementação de práticas e estratégias efetivas de direitos humanos e trabalhistas, assegurando a conformidade com as leis.

COMBATE AO TRABALHO INFANTIL – ações que identificam e previnem o trabalho infantil em todas suas atividades, na qual as organizações adotam práticas e políticas que orientam seus colaboradores quanto a não utilização de menores de 18 anos, ressalva nas hipóteses previstas em lei.

EQUIDADE NA CULTURA E DIVERSIDADE NA CULTURA ORGANIZACIONAL – tem por objetivo dar transparência e posicionamento da organização junto às partes interessadas e seus trabalhadores, direcionando e atribuindo às práticas e compromissos organizacionais, os valores, princípios e diretrizes estabelecidos pela empresa, sendo um dos mais relevantes, o compromisso com os Direitos Humanos.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL – diz respeito ao aprimoramento de habilidades e competências comportamentais oportunizados pelas organizações para com seus colaboradores, aperfeiçoamento competências na evolução das suas atividades, permitindo maiores ambições e realizações profissionais.

QUALIDADE DE VIDA – de acordo com a OMS (organização mundial da saúde), “a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

POLITICA DE RELACIONAMENTOS COM CLIENTES, FORNECEDORES E PARCERIAS – conjunto de interações multidirecionais entre a organização e o mercado em que está inserida, refletindo nas trocas de valor, serviços e produtos, bem como informações que podem promover responsabilidades socioambientais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA – diz respeito a estrutura e composição de ações adequadas que são fundamentais a uma organização para promover o gerenciamento dos impactos causados pelas suas atividades, aprimorando questões ambientais, econômicas e sociais.

SUSTENTABILIDADE – consiste na elaboração de políticas relacionadas às temáticas ESG e a aplicação de estratégias e compromissos com objetivos a serem alcançados na esfera ambiental. As políticas estabelecem diretrizes básicas para a gestão da sustentabilidade, facilitando o planejamento e a execução de ações nas diferentes áreas ou unidades de uma organização.

PROGRAMAS DE INTEGRIDADE E COMPLIANCE – conjunto de práticas que visam a inserção de dispositivos legais e regulatórios ligadas ao *compliance* voluntário cujo objetivo é proteger a reputação e integridade da organização quanto a ao cumprimento de normas, regras e leis.

CONCORRENCIA DESLEAL – discorre sobre os processos decisórios e estratégicos das organizações em que há manipulação de poder de mercado, seja por meio de restrição de produção, aumento de preços e até mesmo acordos em benefício econômico. Também é considerado o ato de praticar atividades ilegais e/ou abusivas que tem por consequência danos ao mercado.

ENGAJAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS – o engajamento das partes interessadas é um processo sistemático que serve para identificar e criar canais de comunicação com os indivíduos que possuem interesses legítimos afetados pelas decisões e atividades da organização.

RISCOS DO NEGÓCIO – são situações em que as atividades corporativas podem sofrer com as incertezas do mercado, portanto atividades gerenciais são direcionadas a controlar e organizar as incertezas destes objetivos, auxiliando as empresas nas estratégias quanto a tomada de decisões.

CONTROLE INTERNO – são políticas e procedimentos que ajudam a garantir o cumprimento das diretrizes da organização para mitigar riscos em relação ao atendimento dos objetivos propostos, implantando processos supervisão e monitoramento das atividades realizadas.

AUDITORIA INTERNA E EXTERNA – processo sistemático, documentado e independente que avalia os processos e demonstra os resultados aos gestores para a implementação de ações

para assegurar que as práticas sejam eficazes na redução de riscos. Portanto, analisa e recomenda melhorias para obter eficácia dos processos.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PRIVACIDADE DE DADOS – conjunto de políticas, procedimentos, recursos e atividades gerenciados pela organização no intuito de proteger os ativos ligados a informação, assegurando a otimização e desempenho do negócio. Trata-se do tratamento de dados pessoais e corporativos existente em todo ambiente organizacional, seja digital ou físico, na qual a organização deve perceber essas informações com o consentimento do usuário para seu fim específico.

AMBIENTE REGULATÓRIO – consiste no estabelecimento de controles que permitam que as empresas estejam em conformidade com as regulamentações e aspectos legais vigentes, essenciais às atividades da empresa no cumprimento da governança corporativa e zelo da sustentabilidade empresarial.

PRESTAÇÃO DE CONTAS (RESPONSABILIZAÇÃO) – corresponde a prestação de contas, a dar satisfação, a corresponder a expectativa, que vai além da questão legal ou simplesmente da prestação normal de contas por parte da organização, e sim diz relação ao dever para com a sociedade. Relaciona-se a transparência, participação e prestação de contas à sociedade.

RELATÓRIO ESG – Principal ferramenta utilizada pelas organizações para relatar, de forma voluntária, à sociedade e as partes interessadas o desempenho das atividades e o impacto nas esferas ambiental, social e de governança. O documento compreende o relatório financeiro e não financeiro, que evidencia aspectos gerais das atividades da organização como no cumprimento da divulgação de informações socioambientais.

BARREIRAS – fatores que impedem ou dificultam a implementação das práticas sustentáveis nas organizações, quanto ao atendimento do relatório ESG.

APÊNCIDE G – PROTOCOLO DE ANÁLISE DE RELATÓRIOS ESG

EIXO	VARIÁVEL DE ANÁLISE O RELATÓRIO
Ambiental	Divulgação de Relatórios Ambientais
	Mitigação de Gases Efeito Estufa
	Programas de Adaptação às Mudanças Climáticas
	Soluções de Eficiência Energética
	Uso da Água e Gestão de Efluentes
	Uso Sustentável da Biodiversidade e do Solo
	Gestão Ambiental de Áreas Contaminadas e Produtos Perigosos
	Prevenção da Poluição Sonora e Qualidade do Ar
Social	Divulgação de Relatórios Sociais
	Investimento em Práticas Sociais
	Diálogo e Engajamento dos Stakeholders
	Combate ao Trabalho Infantil e Respeito aos Direitos Humanos
	Políticas Sociais na Cultura Organizacional
	Práticas de Trabalho no Desenvolvimento Profissional
	Qualidade de Vida, Saúde e Segurança Ocupacional
	Políticas de Remuneração e Benefícios
	Engajamento dos Acionistas
Governança Corporativa	Divulgação de Relatórios de Governança Corporativa
	Elaboração e Divulgação de Relatórios ESG
	Estrutura e Composição de Governança Corporativa
	Estratégias de Governança Sustentável
	Programas de Integridade e Práticas Anticorrupção e Compliance
	Prevenção de Concorrência Desleal
	Engajamento das Partes Interessadas
	Políticas de Controle Interno
	Prática de Auditoria Interna e/ou Externa
	Gestão na Segurança da Informação e Privacidade de Dados
	Ambiente Legal e Regulatório
	Responsabilização e Prestação de Contas
Aspectos Gerais	Conceito ESG bem difundido
	Critérios ESG afetam projetos e/ou serviços
	Critérios ESG afetam decisões de investimentos
	Práticas Sustentáveis afetam a competitividade
	Impactos Ambientais afetam as decisões da empresa
	Soluções de Eficiência Energética possuem melhoria contínua
	Sistemas de Reaproveitamento e/ou Reciclagem de materiais

	Práticas de Economia Circular e/ou Logística Reversa
	Bem estar dos Stakeholders
	Projetos que impactam na qualidade de vida da sociedade
	Ações Sociais e/ou Reservas para Doação com Instituições
	Treinamento para desenvolvimento dos colaboradores
	Colaboradores e Stakeholders juntos nos objetivos da empresa
	Mulheres em cargos da alta administração
	Políticas de diversidade e inserção de minorias
	Vagas de trabalho para PCD (pessoa com deficiência)
	Auditorias realizadas pelo menos uma vez por ano

Fonte: Elaborado pelo autor, conforme PR2030.